



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC)
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES (DLA)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PRPGP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE (PPGLI)
MESTRADO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE**

FRANCISCO EDINALDO DE PONTES

**POLÍTICA E TEOCENTRISMO EM A *RAINHA SANTA* E A *RAINHA VERMELHA*:
A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PERSPECTIVA**

CAMPINA GRANDE

2022

FRANCISCO EDINALDO DE PONTES

**POLÍTICA E TEOCENTRISMO EM A *RAINHA SANTA* E A *RAINHA VERMELHA*:
A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PERSPECTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), do Departamento de Letras e Artes (DLA), do Centro de Educação Paulo Freire (CEDUC), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Interculturalidade.

Área de Concentração: Literatura e Estudos Interculturais.

Linha de Pesquisa: Literatura, Memória e Estudos Culturais.

Orientadora: Professora Doutora Aldinida Medeiros.

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P813p Pontes, Francisco Edinaldo de.
Política e teocentrismo em *A Rainha Santa e A Rainha Vermelha* [manuscrito] : a representação feminina em perspectiva / Francisco Edinaldo de Pontes. - 2022.
165 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Aldinida de Medeiros Souza,
Coordenação do Curso de Letras - CEDUC."

1. Política. 2. Teocentrismo. 3. Protagonismo feminino. 4.
Romance histórico contemporâneo. I. Título

21. ed. CDD 801.95

FRANCISCO EDINALDO DE PONTES

**POLÍTICA E TEOCENTRISMO EM *A RAINHA SANTA* E *A RAINHA VERMELHA*:
A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PERSPECTIVA**

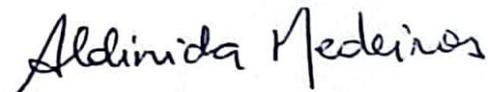
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Interculturalidade.

Área de Concentração: Literatura e Estudos Interculturais.

Linha de Pesquisa: Literatura, Memória e Estudos Culturais.

Aprovado em: 01 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Aldinida Medeiros (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (PPGLI/UEPB)



Prof.^a Dra. Adriana Maria de Souza Zierer (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA)



Prof.^a Dra. Maria Simone Marinho Nogueira (Examinadora Interna)
Universidade Estadual da Paraíba (PPGLI/UEPB)

Às quatro pessoas que sempre estiveram ao meu lado, tanto nos momentos de deleite quanto nos de aflições; sempre aconselhando-me, dando-me forças e ajudando-me a superar as dificuldades na minha vida pessoal, assim como na minha vida acadêmica; e, por sempre terem acreditado nos meus sonhos. À minha mãe, Cristina, ao meu pai, João, à minha irmã, Beatriz, e à minha melhor amiga e inspiradora, Glenda, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, um ser onipotente, onipresente e onisciente; por ser força maior para a minha existência e a quem eu entrego a minha vida nos meus momentos de angústia, aflição e desespero. Sou-lhe eternamente grato, *my Almighty God*.

Aos meus pais, Izabel Cristina Rufino Pontes e João Francisco de Pontes, e à minha irmã, Maria Beatriz de Pontes; por sempre estarem ao meu lado, apoiando-me em todas as minhas decisões e a quem eu devo a oportunidade de ter cursado Licenciatura Plena em Letras Inglês. Sou eternamente grato a vossas mercês: minha base, minha força, meu conforto, minha fonte primordial de inspiração. Eu não consigo descrever em palavras o amor e a gratidão que eu sinto por vossas mercês. Meu MUITO OBRIGADO.

À minha querida e amada Orientadora, Professora Doutora Aldinida Medeiros (*Lady Medeiros*), por ter confiado em mim e ter abraçado com carinho o meu Projeto de Pesquisa do qual a presente Dissertação de Mestrado é fruto. Agradeço-lhe pela vossa dedicada orientação do presente trabalho, sempre sendo muito atenciosa, compreensiva e solícita. Eu nunca conheci uma mulher tão humilde, bela, bem-educada, sofisticada, refinada e de muito bom gosto em tudo. Admiro-lhe muitíssimo, *madam*. Vossa Graça é uma verdadeira *Duchess* e um ser de luz, *ma'am*. Ademais, agradeço-lhe, também, pelo acesso concedido à vossa Biblioteca Isabelina, da qual utilizei maior parte do material exclusivo para a composição deste trabalho. Agradeço-lhe imensamente por tudo. Minha GRATIDÃO à Vossa Graça, *my Lady*.

Aos Docentes do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB), pela contribuição para a minha formação como pesquisador acadêmico. Em especial, às/aos Professoras/es Doutoradas/es Maria Simone Marinho Nogueira, Francisca Zuleide Duarte de Souza, Rosilda Alves Bezerra (*in memoriam*), Antônio de Pádua Dias da Silva, Luciano Barbosa Justino e André Luís Gomes de Jesus, por terem contribuído direta e indiretamente para a construção de minha pesquisa de Mestrado durante as disciplinas que cursei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa de 12 meses, da qual financiou maior parte dos materiais utilizados na referida pesquisa; e que me proporcionou, também, a oportunidade de dedicação exclusiva ao Mestrado durante esse período.

À Telma Cardoso, Secretária do PPGLI/UEPB, pela frequente disponibilidade, paciência, atenção, compreensão, presteza, solicitude e por sempre ter me ajudado com muita precisão.

Ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos (GIELLus) – do qual eu sou integrante –, pelas nossas discussões, debates e conversas enriquecedoras e prazerosas sobre Literatura Portuguesa, Literatura Inglesa e sobre Mulher e Literatura. Discussões essas das quais acrescentaram-me em grande significância e contribuíram grandemente para a construção do meu Trabalho de Dissertação. Meu MUITO OBRIGADO.

Às Professoras Doutoras Maria Simone Marinho Nogueira, Valéria Andrade e Adriana Maria de Souza Zierer, pelo aceite do convite para participar, como avaliadoras, da minha Banca de Defesa de Mestrado. As vossas valiosíssimas contribuições foram de grande importância para o aperfeiçoamento do meu Trabalho de Dissertação. Minha GRATIDÃO.

À minha melhor amiga, Josanille Glenda do Nascimento Ribeiro (*Lady* Ribeiro), a quem faltam-me as palavras para descrever o amor que eu sinto por ela. Se existe amor que transcende as barreiras do tempo e do espaço, eu sinto que o nosso tem origem de vidas passadas. Agradeço-lhe por tudo o que vossa mercê fez e faz por mim, *madam*. Muito obrigado por sempre ceder-me o vosso ombro amigo, por consolar-me nos momentos de aflições, por confortar-me nos meus momentos de tristeza, de angústia e por entender-me por completo. És uma mulher da qual eu admiro em todos os aspectos da vida e que se tornou minha maior fonte de inspiração, *ma'am*. Saiba que eu a amo muito, *my Lady*.

Às/aos minhas/eus amigas/os Carla Ribeiro, Raíssa Ribeiro, Elina Pessoa, Vanessa Santiago, Ananda Santos, Cidinha Nascimento, Jackeline Freitas, Taísa Santos, Vanessa Lima, Júlio Oliveira e Jersey Ferraz, por sempre terem me ajudado, aconselhado e apoiado nas minhas escolhas.

Às minhas ex-professoras de Língua e Literatura Portuguesa e de Língua e Literatura Inglesa e, ao mesmo tempo, minhas amigas. À Ângela Souto, à Michelle Pinto e à Katiúscia Quinto, por terem despertado em mim o amor pela Língua e Literatura Inglesa e Portuguesa. Pessoas as quais eu admiro e que vieram do mesmo contexto que o meu, desse modo, compartilhamos de experiências semelhantes.

Aos Professores Doutores José Vilian Mangureira (*Lord* Mangureira), Clara Mayara de Almeida Vasconcelos (*Lady* Vasconcelos) e Auricélio Soares Fernandes (*Lord* Soares), meus orientadores da Graduação em variados contextos, que contribuíram grandemente para que eu conseguisse inserir-me no mundo da pesquisa acadêmica. Minha GRATIDÃO.

A todas e a todos, minha GRATIDÃO.

*Na loucura dos homens, mostrastes-me um novo sentido para a
minha vida,
A paz,
Combater a guerra com a paz,
O desentendimento com a concórdia, lutar contra o conflito, pelas
tréguas
Inspirada pela vossa eterna chama.
Alumiai-me,
Para que nunca interesses opostos me tornem cega,
Alumiai-me,
Para derrubar os meus temores,
Para calar os sentimentos, ouvindo só os mandos da razão,
Para procurar a coragem quando me faltar a ousadia,
Para que a facilidade não me tente e só a justiça me mova,
Para não trair a minha verdade, mesmo quando me rodeia a
hipocrisia,
Deixai-me, Senhor, apenas ficar no mundo
Enquanto puder travar o ódio
E unir a desavença.
Não pouparei trabalhos nem ocultarei o pensamento,
Porque acredito ser essa a Vossa vontade.*

– Isabel Machado (A Rainha Santa, 2017, oração de número 07, p. 204, grifos da autora).

A inquietação no nosso país será transformada em paz por meu filho. Eu o trarei ao mundo e o colocarei no trono, e o guiarei no caminho de Deus, que eu lhe ensinarei. Este é o meu destino: colocar o meu filho no trono da Inglaterra, e aqueles que zombaram de minhas visões e duvidaram de minha vocação vão me chamar de Milady, Mãe do Rei. E eu assinarei Margaret Regina: Margaret, a rainha. Ponho a mãe na minha barriga, ainda completamente plana. – Rei – digo baixinho –, você será rei da Inglaterra. – E sei que o bebê me ouve e compreende que o seu destino e o de toda a Inglaterra me foram dados por Deus, e está sob minha custódia.

– Philippa Gregory (A Rainha Vermelha, 2019, p. 41-42, grifos da nossos).

RESUMO

O objetivo dessa Dissertação consiste em fazer uma análise comparativa das protagonistas de dois romances, nos domínios da Península Ibérica e Anglo-Saxão, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, investigando, desse modo, a representação feminina e as suas relações de poder em uma perspectiva política – sob o viés do Feminismo Político (1970) – em um contexto teocêntrico, nos romances históricos contemporâneos *A Rainha Santa* (2017), de Isabel Machado e *A Rainha Vermelha* (2019), de Philippa Gregory. Como ideia-tese, partimos do pressuposto de que, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort utilizam a religião e o domínio teocêntrico da Baixa Idade Média como caminho para realizar as atividades diplomáticas e conseguirem se impor politicamente. Ambas usam a sua reputação de *Agnes* e *Agnus Dei* como estratégias políticas nos reinos português e inglês em um recorte histórico altamente religioso. Assim, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de, através do novo romance histórico, revisitar, no âmbito da Literatura e da História, os grandes feitos, transgressões diplomáticas e políticas, assim como, as contribuições dessas mulheres para a evolução histórico-política da civilização europeia medieval portuguesa e inglesa. Como encaminhamento metodológico, o presente estudo consiste em uma pesquisa explicativa, com uma abordagem de análise e interpretação textual, remetendo-se ao método indutivo. Utilizamos como principal instrumento de análise das protagonistas o estudo de cunho estruturalista e comparativista. Para o embasamento teórico da nossa pesquisa, contamos, dentre outros, com os estudos de Castor (2012); Duby e Perrot (1990); Hutcheon (1991); Klapisch-Zuber (1990); Le Goff (2005a, 2005b); L’Hermite-Leclercq (1990); Marinho (1999); Millett (1968, 1970); Muraro (2002); Opitz (1990); Perrot (2017); Woolf (2014, 2019); Vieira (2000); Zinani (2011a, 2011b, 2014); Zolin (2009a, 2009b, 2010, 2012). Em síntese, constatamos que D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort atingiram grande parte de seus objetivos políticos como soberanas em um contexto totalmente patriarcal; ou seja, elas reinaram e governaram em um tempo em que não se esperava que as mulheres atuassem na esfera pública, ainda mais no âmbito do poder político, justificando, assim, os seus epítetos de *The She-Wolves: The Reginas*.

Palavras-chave: Política. Teocentrismo. Protagonismo Feminino. Romance Histórico Contemporâneo. Isabel de Aragão. Margaret Beaufort.

ABSTRACT

This Dissertation aims to do a comparative analysis of the protagonists of two novels, in the domains of the Iberian Peninsula and Anglo-Saxon, Lady Isabel of Aragon and Lady Margaret Beaufort, investigating, in this way, the feminine representation and its power relations in a political perspective – under the bias of Political Feminism (1970) – in a theocentric context in the portuguese contemporary historical novel *The Saint Queen* (2017) by Isabel Machado and in the english contemporary historical novel *The Red Queen* (2019) by Philippa Gregory. As thesis-idea, we have assumed that Lady Isabel of Aragon and Lady Margaret Beaufort use the religion and the theocentric dominion of the Late Middle Age as a way to realize their diplomatic activities and to impose themselves in a political way. Both use their reputation of *Agnes* and *Agnus Dei* as political strategies in the portuguese and english kingdoms in a highly religious historical setting. Thus, the present work is justified by the need, through the new historical novel, to revisit, in the scope of Literature and History, the great deeds, diplomatic, and political transgressions, as well as the contributions of these women to the politics-historical evolution of portuguese and english medieval European civilization. As a methodological forwarding, the present essay consists of an explicative research with a bibliographical slant and with a textual interpretation approach, remiting itself to the inductive method. We have used as the main instrument of analyzing of the protagonists the study of a structuralist and comparative nature. For the theoretical basis of our research, we have relied on, amongst others, the studies by Castor (2012); Duby e Perrot (1990); Hutcheon (1991); Klapisch-Zuber (1990); Le Goff (2005a, 2005b); L’Hermite-Leclercq (1990); Marinho (1999); Millett (1968, 1970); Muraro (2002); Opitz (1990); Perrot (2017); Woolf (2014, 2019); Vieira (2000); Zinani (2011a, 2011b, 2014); Zolin (2009a, 2009b, 2010, 2012). In short, we have noticed that, Lady Isabel of Aragon and Lady Margaret Beaufort achieved the most part of their political goals as sovereigns in a total patriarchal context; in other words, they reigned and ruled in a time in which it was not expect that women acted into public sphere, even more, into the ambit of the political power, justifying, thus, their epithets of *The She-Wolves: The Reginas*.

Keywords: Politics. Theocentrism. Feminine Protagonism. Contemporary Historical Novel. Isabel of Aragon. Margaret Beaufort.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ascendência de Descendência Real de Isabel de Aragão	50
Figura 2 – Ascendência e Descendência Real de Lady Margaret Beaufort	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O ROMANCE HISTÓRICO E OS ESTUDOS DE GÊNERO	22
2.1 O Romance Histórico Contemporâneo: breves considerações	25
2.2 Crítica Feminista: algumas notas	32
2.3 O Feminismo Político de Kate Millett	37
3 REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM A RAINHA SANTA E EM A RAINHA VERMELHA	45
3.1 Apresentação do <i>corpus</i> romanescos: diálogo crítico	49
3.2 A representação do feminino na Baixa Idade Média Portuguesa e Inglesa	58
3.3 Esposas ou Santas? Transgressões matrimoniais de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort na Baixa Idade Média europeia	71
4 POLÍTICA E TEOCENTRISMO: A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PERSPECTIVA	96
4.1 Entre o Feminino e o Sagrado: a relação com o divino em D. Isabel e Lady Margaret no medievo europeu	98
4.2 Of the Virtue Rare, by the Grace of God and by His Will: estratégias políticas de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort em um contexto teocêntrico	105
4.2.1 The She-Wolves, The Reginas, My Ladies The Kings' Mothers: transgressões políticas da Rainha de Portugal e da Condessa de Richmond e Derby	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO

A literatura feminista, como tradução de um grupo subalterno, marginal, cuja posição na sociedade sempre foi minoritária, transformou-se em possibilidade de afirmação desse grupo, de as mulheres tornarem-se sujeitos do discurso. Confinada ao lar, aos afazeres da casa e à criação dos filhos, com pouco ou nenhum acesso à educação formal, as possibilidades de as mulheres produzirem literatura ou qualquer outra forma artística sempre foram muito problemáticas.

(Cecil Zinani)

Para que pudéssemos vivenciar a organização e a institucionalização política nos dias atuais, foi necessário que os nossos antepassados criassem instâncias para o controle do poder. Dessa maneira, ao nos atentarmos para a historiografia ocidental, vemos que todo o poder político se iniciou na Europa, onde as antigas potências imperialistas dominavam a maioria dos territórios ao redor do mundo, desencadeando, dessa forma, diversas expedições que suscitaram descobertas, formalizando, assim, os seis grandes continentes que compõem a geografia atual. Em consequência disso, e com o avanço da diplomacia, dos assuntos e da administração do Estado, conseguimos visualizar um progresso e modernização na organização e na ideia de política ao longo da história da humanidade que consistem nos referidos grupos, dos primórdios aos dias atuais: o reino vegetal, o reino animal, a família, os clãs, as tribos, a monarquia, a nobreza, o parlamento, a república, a aristocracia, a burguesia, o proletariado e, por fim, a democracia, apenas para citarmos alguns.

Porém, ao observarmos atentamente a sumarização exposta aqui sobre todos os avanços políticos e institucionais da civilização, assim como, todas as conquistas sócio-histórico-culturais de âmbito universal, não conseguimos encontrar com facilidade produções literárias históricas que relatam a efetiva contribuição feminina na construção, na organização e no avanço do poder político na historiografia da Europa Ocidental. De fato, a História, por ter sido escrita, em sua grande maioria, por homens, fez com que esses dessem maior visibilidade e atenção apenas à contribuição política dos indivíduos pertencentes ao seu gênero, como vemos normalmente na História da monarquia Portuguesa, Espanhola, Francesa, Escocesa e Inglesa, para ficarmos dentro do nosso recorte sócio-histórico e geopolítico; isto é, o Baixo Medieval Europeu – mais especificamente, entre os séculos XIII e XV.

Desse modo, ao refletirmos sobre a historiografia ocidental dos séculos XII ao XVI nas monarquias Portuguesa, Espanhola, Francesa, Escocesa e Inglesa, vemos que, mesmo

quando as mulheres não podiam estar diretamente no trono como regentes, haviam as grandes rainhas que contribuíram de forma significativa – pois, atrás dos grandes reis existiam as ilustríssimas e sábias rainhas consortes, as rosas e pérolas das casas reinantes –, e, muitas vezes, silenciosamente, para a consolidação do poder monárquico e a preservação de suas dinastias.

Como exemplo disso, em Portugal, nos séculos XIII e XIV, ao lado de D. Dinis I, “O Lavrador” (1261-1325), temos D. Isabel de Aragão (1271-1336), “A Santa”, que viveu como rainha consorte. Na Espanha, no século XV, Isabel de Avis (1428-1496), que foi infanta de Portugal, e Rainha de Castela e Leão. Na França, no século XVI, em nível de igualdade em diplomacia e política com o seu marido, Henry II (1519-1559), temos Catherine de Médici (1519-1589). E, contemporânea à essa última, na Escócia, reinam – como regentes e não como consortes – Marie de Guise (1515-1560) e a sua filha, Mary Stuart (1542-1587), mais conhecida como *Mary Queen of Scots*, *Mary I of Scots* ou *The Other English Daughter*, como a tratavam os ingleses sturtianos. Já na Inglaterra, no mesmo século, governa a última da dinastia Tudor, Elizabeth I (1553-1603), filha de Henry VIII (1491-1547) e Anne Boleyn (1501-1536), visto que ela reinou por quarenta e cinco anos, denominando a famosa primeira Era de Ouro da Inglaterra; tendo, por conseguinte, como segunda Era de Ouro desse Império, a Era Vitoriana, governada por Alexandrina Victoria Regina (1819-1901), também rainha da Irlanda e Imperatriz da Índia.

Por meio da metaficção historiográfica contemporânea, vemos que, entre os séculos XIII e XV, nos domínios da Península Ibérica e Anglo-Saxã, temos exemplos de mulheres que conseguiram jogar o xadrez político de sua época e, com isso, fazer política mesmo estando confinadas nos salões de seus paços e palacetes portugueses e ingleses, uma vez que não lhes foi dado o reconhecimento político como concedido aos homens nos fatos apresentados pela História conservadora da civilização ocidental. Embora essas mulheres tenham feito parte das monarquias portuguesa e inglesa – o que lhes concedeu, desde o berço, uma posição tão superior quanto a dos homens monarcas de sua época, em título, mas não em reconhecimento político –, não deixam de ter, ao analisarmos a historiografia ibérica e britânica, a sua imagem feminina associada constantemente à candura, à neutralidade ou à malevolência que eram destinadas às mulheres de seu contexto histórico, político e cultural. Isto é, conforme Simone de Beauvoir (2019), as suas representações são relegadas a dois extremos: Maria, o positivo, associado ao angelical ou à santidade; e Eva, o negativo, relacionado ao demoníaco ou ao satânico; simplesmente por exercerem um papel que era

destinado apenas ao sexo masculino, ou mesmo, ao lutarem por equidade social, legal, civil e política.

A exemplo dessas representações femininas que tratavam de assuntos políticos e diplomáticos em seu dia a dia de forma silenciosa e sutil – mulheres que eram afeitas à política e que destoavam dos estereótipos femininos europeus –, de acordo com biógrafos, hagiógrafos e historiadores da contemporaneidade, além de pesquisadores dos estudos de gênero, temos D. Isabel de Aragão, considerada pela Igreja Católica Apostólica Romana como a Rainha Santa de Portugal, a Rainha Pacificadora da Península Ibérica, a Rosa da Casa de Aragão; e, Lady Margaret Beaufort, herdeira da Casa de Lancaster, matriarca da Dinastia Tudor e da Grã-Bretanha, denominada como a Rainha Mãe Lancastriana, *My Lady The King's Mother* e a Rosa Vermelha da Inglaterra.

Uma vez que, ambas as Rainhas exerceram um papel importante na monarquia ibero-portuguesa entre os séculos XIII e XIV e na realeza britânica, no século XV, utilizando-se, por sua vez, de seu alto grau de instrução, inteligência e influência política para preservar as suas dinastias e consolidar o seu legado em terras portuguesas e inglesas, revelaram, dessa maneira, as suas transgressões políticas de formas indireta e direta, levando-nos a compará-las à adjetivação que a historiadora e medievalista inglesa Doutora Helen Castor (2012) denomina como *She-Wolves*¹.

Estudamos, pois, a construção das personagens femininas D. Isabel de Aragão, protagonista do romance histórico contemporâneo português *A Rainha Santa* (2017), da escritora Isabel Machado e Lady Margaret Beaufort, protagonista do romance histórico contemporâneo inglês *A Rainha Vermelha* (2019), da romancista Philippa Gregory, comparando-as em uma perspectiva política em um contexto teocêntrico. Com relação aos nossos objetivos específicos, consistem em: a) Comparar a postura das protagonistas D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort em uma perspectiva de transgressão política feminina na Baixa Idade Média; b) Identificar os pontos convergentes e divergentes entre as personagens

¹ *She-Wolves*: Na perspectiva de um percurso historiográfico da monarquia inglesa, esse termo é utilizado por historiadores como uma forma de denominar as mulheres que ascenderam ao trono inglês em um contexto no qual apenas os homens tinham o privilégio de governar, contribuindo, dessa forma, para o contexto sócio-histórico-político-econômico e cultural britânico e europeu. Porém, muitas dessas monarcas tornaram-se esquecidas ao longo dos séculos pelo domínio supremacista masculino na esfera política, dentre algumas dessas lobas, destacamos: Matilde de Inglaterra (1102-1167), Leonor de Aquitânia (1122-1204), Isabel de França (1295-1358), Margaret of Anjou (1430-1482), Jane Grey (1536-1554), Mary Tudor (1516-1558), Elizabeth I (1533-1603). Levando em consideração o aspecto literal da adjetivação “As Lobas”, esta consiste em mulheres ferozes, que desafiaram a ideia de uma monarquia dominada por homens, e que conseguiram consolidar a continuidade de suas dinastias com mãos de ferro (Cf. CASTOR, 2012). Para mais informações, conferir CASTOR, Helen. **She-Wolves: the women who ruled the England before Elizabeth**. London: Harper Perennial, 2012.

femininas Isabel de Aragão e Margaret Beaufort, assim como, ilustrar o contraste dos seus objetivos político-sociais e teocêntricos no medievo europeu; e, por último, c) Mostrar as contribuições e transgressões políticas de ambas as protagonistas para o contexto histórico, político, teocêntrico e sociocultural de Portugal e Inglaterra na época em que viveram.

Como ideia-tese, observamos que as duas rainhas rompem com a antiga representação das mulheres que atendiam aos padrões da Idade Média, tais como: a inteira submissão, a abnegação, o silenciamento, a docilidade, a simpatia, a meiguice, o altruísmo, a pureza, características do famoso “Anjo do Lar” (WOOLF, 2019, p. 11-12-13); para construir um novo símbolo, uma nova representação: o de mulheres transgressoras, que fogem, em partes, do padrão de representação feminina no medievo europeu por suas atitudes e ações destoantes das demais mulheres do seu tempo frente ao jugo do contexto da Europa Medieval – recorte histórico demarcado pelo patriarcalismo, em que predominava, com mais vigor, a prática sexista, androcêntrica e falocêntrica. Esta é uma conjuntura, portanto, na qual “[...] os homens governam as [...] sociedades [...], isto é, de maneira autoritária, de cima para baixo, os chefes determinando o comportamento e o modo de pensar dos outros elementos do grupo” (MURARO, 2002, p. 13-14). Ou seja, a configuração de uma sociedade remota, mas que perdura aos dias atuais.

Há de se considerar: ainda que em alguns momentos as protagonistas se apresentem como submissas, por aceitarem a maior parte das imposições feitas ao seu gênero no constructo medieval europeu, por outro lado, elas também se apresentam como insubmissas, em virtude de subverterem condutas e padrões impostos às mulheres medievais europeias, principalmente, no que concerne ao seu exercício da diplomacia. Em acréscimo, como complemento à nossa ideia-tese, e conforme a nossa análise estrutural e crítico-reflexiva das narrativas de ficção histórica em estudo, partimos do pressuposto de que D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort utilizam a religião e o contexto teocêntrico da Baixa Idade Média como subterfúgio para as suas atividades diplomáticas e transgressões. Pois, ambas usam a sua reputação de *Agnes* e *Agnus Dei* como estratégias políticas nos reinos português e inglês em um recorte histórico altamente religioso: D. Isabel com a sua fama de santa e Lady Margaret com o seu reconhecimento de visionária.

Outrossim, seja com o perfume das rosas, a partilha de pães, as obras do Cristo, os milagres e as visões; na condição de puras e de cordeiros; como santas ou esposas. Seja por meio da ortodoxia ou da heterodoxia; como rosa branca ou rosa vermelha; com as suas habilidades diplomáticas ou com as suas mãos de ferro. Seja por meio das representações positivas ou negativas que D. Isabel e Lady Margaret detêm ao longo das “metaficções

historiográficas” (HUTCHEON, 1991, p. 21) em estudo, ambas conseguiram jogar o “xadrez político” de sua época. Tendo em vista estarem em uma posição social “privilegiada” – por terem nascido, uma como princesa, a outra como condessa –, percebe-se que D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort não deixaram de sofrer com a opressão, a imposição, as violações, as limitações, as privações e a submissão ao qual o sistema patriarcal sempre direcionou às mulheres da nobreza². Dessa forma, constatamos que, as rainhas transgridem a sua condição de gendradas em virtude das suas *departures* ante a estrutura sócio-histórico-política e cultural da Idade Média Europeia; em que é revelado, ao longo de ambos os enredos romanescos, o desejo das protagonistas em exercerem um papel que apenas os homens na Idade Média poderiam exercer: a diplomacia e a política como monarcas regentes.

Dessarte, dentre muitos outros, os pontos convergentes que ganham mais destaques ao analisarmos as protagonistas de maneira crítico-reflexiva consistem nas suas relações com o sagrado, na sua maternidade, na representação feminina, nas atividades diplomáticas, no exercício da política e nas suas transgressões no que diz respeito aos padrões sociais de sua época, cultura e credo. Pois, ao nos atentarmos a esse último ponto, D. Isabel de Aragão é conhecida por seus milagres e suas ações altruístas, e Lady Margaret Beaufort, por suas visões e seus sonhos mediúnicos. Mediante o exposto, conseguimos identificar em ambas as rainhas diversas transgressões que, muitas vezes, são omitidas pelos historiadores, hagiógrafos, biógrafos, cronistas e, até mesmo, pelos escritores de romances históricos clássicos portugueses e ingleses.

Ademais, reconhecemos a carência no âmbito acadêmico em investigar aspectos que passam despercebidos aos nossos olhos, mas que estão, muitas vezes, nas entrelinhas e, em certos momentos, explícitos nos enredos romanescos de Isabel Machado (2017) e Philippa Gregory (2019), tais como: a frequente presença do sistema patriarcal; a exaltação da voz feminina nos romances; as transgressões das protagonistas com relação a diversos aspectos que o contexto medieval europeu impunha às mulheres. Mostrando que, mesmo em um contexto repressivo ao gênero feminino, muitas mulheres, cada uma ao seu modo, empreitaram – mesmo que de forma sutil – em uma luta por equidade social, civil e política, como uma tentativa de inserção na esfera pública, uma vez que essa última sempre foi um

² De acordo com as concepções de Cláudia Opitz (1990), é importante salientarmos que, diferentemente das mulheres da nobreza, as mulheres do povo sofriam um nível de opressão, limitação, privação e de submissão diferente, pois aquelas tinham uma cobrança maior com relação aos seus deveres como filhas, mulheres, esposas e mães dentro do sistema patriarcal da Idade Média se comparado com a condição das mulheres da plebe que, por sua vez, tinham uma certa “liberdade” com relação ao acesso à esfera pública.

âmbito predominantemente masculino. Tendo em vista que, essa busca por igualdade entre os gêneros, de certa maneira, permanece na contemporaneidade.

Além disso, o nosso estudo fundamenta-se pela emergência em refletir sobre a representação feminina na Península Ibérica e na Inglaterra Medieval, mostrando que, muitas vezes, algumas ações patriarcais desse constructo ainda sobrevivem nos dias atuais, uma vez que o machismo e o sexismo são elementos estruturais vigentes que, mesmo em pleno século XXI, prenunciam o retrocesso sócio-histórico-político e cultural. Assim, é através dos romances históricos contemporâneos português e inglês em tela que conseguimos fazer um resgate de um passado longínquo e, com isso, refletir sobre a frequente opressão às mulheres que havia nessa conjuntura; o que, de certa maneira, é um cenário que não deixa de ser atual em relação à repressão feita a tudo o que está relacionado ao feminino.

Em acréscimo, como tema atual e frequente nos debates literários contemporâneos, é de significativa importância a discussão tanto sobre o feminismo político quanto a respeito da representação feminina em obras escritas por mulheres. Em adição, a nossa pesquisa justifica-se, também, pela necessidade em visibilizar essas mulheres que agora, após a contribuição dos estudos culturais, dos estudos de gênero e, mais especificamente, da crítica literária feminista, se tornam além de lendas e mitos, protagonistas de vários romances; evidenciando, assim, o protagonismo feminino nas metaficções historiográficas pós-modernas em estudo. Pois, “cabe salientar que as questões políticas são assuntos menos citados e comentados quando se trata das figuras femininas da Idade Média. Todas as estratégias políticas e toda a diplomacia é, na maioria das vezes, relacionada aos homens: aos reis, nobres, clérigos” (MEDEIROS, 2013, p. 10).

Ao olharmos para o cerne dos estudos históricos, vemos o quanto a imagem das mulheres está ocultada nos escritos que poderiam registrar, de antemão, a contribuição dessas para História da civilização, seja nos âmbitos civil, legal ou político, o que nos faz refletir sobre como a sociedade patriarcal tem representado as mulheres desde um certo momento da História da humanidade. Assim, no século XX, a partir dos anos de 1950, as diversas áreas do conhecimento têm tentado, através de um resgate da História das Mulheres, mostrar os seus feitos e contribuições políticas, visto que, a contribuição dessas acabou por ser ocultada pela imagem viril dos homens.

Destarte, vemos que, as ficções históricas contemporâneas em estudo se configuram como uma releitura do passado sob a perspectiva de uma nova visão acerca das mulheres medievais, isto é, uma Idade Média como palco para o protagonismo feminino, visto que, “contestando as convenções da historiografia e da composição romanesca tradicional, o

romance contemporâneo ultrapassa as fronteiras entre teoria e prática, produzindo uma espécie de simbiose entre uma e outra” (ESTEVES, 2010, p. 41). Tendo em vista que, nestas novas ficções históricas, são representadas mulheres que agem como protagonistas e transformadoras da História, transportando-as de uma condição de imanência para uma posição de transcendência, inclusive, com relação às atividades diplomática e política.

Assim sendo, apontamos para o aspecto inovador da nossa pesquisa, uma vez que a contribuição desses romances tanto para a Literatura Portuguesa e para a Literatura Inglesa quanto para a Literatura Universal, configura-se através da construção de personagens femininas e de heroínas que ganham vozes nas narrativas. Com isso, a leitura crítico-reflexiva dos romances e das protagonistas contribuirá no aspecto de desconstrução de estereótipos acerca da representação feminina no subgênero romance histórico, denunciando, dessa maneira, a opressão e as limitações impostas às mulheres no contexto medieval europeu. O que, de certo modo, no que diz respeito a esse último ponto, poderia ser omitido ou apresentado de uma forma diferente nas ficções históricas escritas por homens ou de cunho tradicional, se falarmos em termos de enquadramento categorial clássico.

Dessa forma, a referida pesquisa servirá como suporte tanto para os acadêmicos de Literatura Portuguesa e de Literatura Inglesa quanto para os pesquisadores sobre a representação feminina na Literatura, além dos estudiosos do romance histórico e do público em geral. Esperamos, desse modo, encorajar os leitores a interpretar e analisar os escritos das referidas autoras a partir de um ponto de vista e perspectiva crítico-reflexiva, descartando, por conseguinte, o julgamento de suas obras como romances que descrevem somente os acontecimentos comuns e diários de monarcas mulheres em uma época remota. Para que, além dessa concepção simplista, comecem a observar no que há de significativo e denunciador, reconhecendo a maneira como as escritoras tratam de assuntos que necessitam de maior visibilidade ligados à representação feminina dentro da sociedade patriarcal, tais como: a política, a religião e o poder exercidos por mulheres.

No que diz respeito ao encaminhamento metodológico, consoante Eva Lakatos e Mariana Marconi (1992, 2003), no que concerne aos nossos objetivos, nos detivemos à uma pesquisa qualitativa e, ao mesmo tempo, explicativa, com uma abordagem de interpretação textual. Mas, com relação aos procedimentos técnicos utilizados, conforme Eva Lakatos e Mariana Marconi (1991, 2003), realizamos uma pesquisa investigativa, de cunho bibliográfico e, de método indutivo, configurando-se, também, como um estudo documental, por utilizar-se de textos exclusivos de circulação acadêmica. Além disso, consoante Tânia Carvalhal (2006) e Sandra Nitrini (2015), utilizamos como principal instrumento de análise dos romances o

estudo de cunho estruturalista e comparativista. Ou seja, uma análise estrutural da narrativa como uma forma de enriquecer o nosso trabalho com informações essenciais, obtidas através de uma leitura interpretativa, crítico-reflexiva e comparativa das narrativas romanescas.

Em acréscimo, é importante salientarmos que, utilizamos o método da Literatura Comparada no referido estudo crítico-reflexivo apenas como uma ferramenta de análise, e não como a teoria central do nosso ensaio. Portanto, por se tratar apenas de um método ou um encaminhamento metodológico para facilitar o estudo comparativo das protagonistas em tela, não abordaremos um tópico específico para tratarmos a respeito dos Estudos Comparados; pois, o mais importante aqui consiste nos resultados advindos da aproximação do nosso *corpus* romanesco e da comparação do nosso objeto de pesquisa. Não é nosso objetivo fazer, por sua vez, um teoricismo acadêmico sobre os estudos comparativos.

Desse modo, o primeiro passo da nossa pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre materiais teóricos, teórico-críticos e crítico-reflexivos que discutem a respeito de diplomacia e política exercidas por mulheres na Idade Média; o sagrado no medievo europeu; o patriarcado; as relações de poder entre os sexos; a representação feminina na Era Medieval Europeia; e, o feminismo político; com o objetivo de certificar-se do estado da arte relacionado a esses pontos que analisaremos nos escritos das romancistas contemporâneas Isabel Machado (2017) e Phillippa Gregory (2019). Além destes, fizeram parte do nosso levantamento estudos acerca da Crítica Literária, mais especificamente, sobre o romance histórico português e inglês, a narratologia e a personagem romanescas.

No que concerne as categorias teóricas trabalhadas no nosso ensaio acadêmico, destacamos duas: as teorias que tratam sobre o romance histórico; e, o recorte mulher e literatura, mais especificamente, a crítica literária feminista. Assim, como embasamento teórico para a primeira categoria, apoiamos-nos nas concepções de Aldinida Medeiros (2019); Antônio Esteves (2010); Cristina Vieira (2000); Fátima Marinho (1999); Helena Kaufman (1991); Linda Hutcheon (1991); Miguel Real (2012); dentre outros textos teóricos, teórico-críticos e crítico-reflexivos que tratam a respeito do romance histórico tradicional ou clássico e contemporâneo.

Para a fundamentação da nossa segunda categoria teórica, isto é, a teoria central do nosso ensaio, contamos com as ideias de Cecil Zinani (2011a, 2011b, 2014); Dignamara Sousa e Daise Dias (2013); Elaine Showalter (1985, 1994); Greicy Bellin (2011); Jaciane Santana (2016); Losandro Tedechi (2016); Lúcia Zolin (2009a, 2009b, 2010, 2012); Mary Wollstonecraft (2016); Michelle Perrot (2017, 2019); Rose Muraro (2002); Terezinha Schmidt (2002); Thomas Bonnici (2007); Virgínia Woolf (2014, 2019); dentre outros que

discutem sobre o recorte mulher e literatura, mais especificamente, com relação à representação feminina.

Como categoria de análise, apoiamo-nos no feminismo político de Kate Millett, em que analisaremos as protagonistas sob um viés das relações de poder entre os sexos, evidenciando, dessa forma, uma política sexual. Assim, através dessa última, tangenciaremos a condição e representação da mulher no contexto patriarcal, mostrando, por conseguinte, como se apresentam as limitações e proibições às mulheres do acesso aos âmbitos legal, civil e, principalmente, com relação ao poder político, isto é, à esfera pública, de fato. Para tanto, contamos com as reflexões de Aldinida Medeiros (2019); Carlos Gimenez (2005); Claudia Opitz (1990); Christiane Klapisch-Zuber (1990); Helen Castor (2012); Kate Millett (1968, 1970); Simone de Beauvoir (2019); dentre outros que refletem sobre o feminismo político.

Sendo assim, como uma maneira de organizar o nosso trabalho de dissertação de forma teórico-metodológica, decidimos dividi-lo em três capítulos. O primeiro, intitulado “O Romance Histórico e os Estudos de Gênero”, é destinado à apresentação das duas categorias teóricas do nosso ensaio. No primeiro tópico, discutimos sobre o surgimento e o desenvolvimento do romance histórico; sua forma tradicional ou clássica; a sua proliferação em Portugal e na Inglaterra; a configuração do romance histórico contemporâneo português e inglês; e, por fim, a respeito da “metaficção historiográfica” pós-moderna, termo cunhado por Linda Hutcheon (1991), que, por conseguinte, atribuímos às narrativas de ficção histórica em análise.

Por último, debatemos a respeito do recorte Mulher e Literatura, onde fazemos uma explanação sobre a Crítica Literária Feminista, explorando pontos, tais como: para que serve essa crítica especializada; os seus objetivos; as suas fases ou ondas; assim como, os seus principais contribuintes. Além disso, de forma mais específica, tecemos uma discussão sobre o Feminismo Político (1968, 1970), teoria que compõe a categoria de análise do nosso ensaio, em que falamos sobre: o seu surgimento; os seus objetivos; como se constitui a política sexual dentro do sistema patriarcal; além das contribuições do feminismo político para uma leitura sociopolítica acerca do texto literário, seja ele de autoria masculina ou feminina. Ainda nesse capítulo, apresentamos, também, o nosso *corpus* romanescos de uma forma geral e, em seguida, fazemos as aproximações e as leituras críticas-reflexivas sobre os dois romances em tela.

O segundo capítulo, intitulado “Representações do feminino em *A Rainha Santa* e *A Rainha Vermelha*”, é reservado à análise das protagonistas, em que construímos as primeiras aproximações das personagens femininas em estudo. Na abertura desse capítulo, fazemos um

sucinto mapeamento de personagens femininas nos romances em análise, mostrando, com isso, as diversas representações do feminino ao longo das ficções históricas em tela, dentre elas: feiticeiras, bruxas, prostitutas, mancebas, barregãs, malévolas, figuras míticas, guerreiras e santas. No primeiro tópico, realizamos uma sucinta apresentação do nosso *corpus* romanesco, em que mostramos os principais pontos, bem como, o protagonismo de D. Isabel e de Lady Margaret ao longo dessas novas ficções históricas. Além disso, tecemos, também, uma breve aproximação das metaficções historiográficas em estudo como uma forma de ilustrar as suas convergências.

No segundo tópico, esboçamos a estrutura social de Portugal e da Inglaterra nesse recorte sócio-histórico-político-cultural, além de explanarmos sobre a representação do feminino no medievo europeu, em específico, na Baixa Idade Média Portuguesa e Inglesa (entre os séculos XIII e XV). Para isso, mostramos, analiticamente, as representações do feminino que mais se destacam em D. Isabel e Lady Margaret ao longo de suas jornadas como protetoras de suas dinastias, a saber: filhas, esposas, mães e religiosas. No segundo tópico, fazemos um breve resumo biográfico das figuras históricas da Rainha Santa de Portugal e da Rainha Mãe da Inglaterra, as respectivas Rosa de Aragão e Rosa de Lancaster; assim como, tecemos uma discussão sobre as transgressões matrimoniais de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa, ou seja, uma das representações máximas do sujeito feminino desempenhado pelas protagonistas em análise.

No terceiro e último capítulo, nomeado “Política e Teocentrismo: a representação feminina em perspectiva”, abordaremos o desenvolvimento da nossa ideia-tese, assim como, o foco central da nossa pesquisa. No primeiro tópico, discutiremos sobre a espiritualidade feminina na Baixa Idade Média como uma tentativa de construção de um lugar de fala; a relação entre o feminino e o sagrado de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, isto é, um sentimento de dever para com o sagrado e as nações portuguesa e inglesa; o divino feminino, um rosto materno de Deus, ou seja, uma nova forma de ver e exercer a religião e a política na Idade da Fé; e, a Rainha Santa e os Joelhos de Santa, em outras palavras, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort como representações de uma soberania religiosa e política feminina nos reinos de Portugal e Inglaterra.

No segundo e terceiro tópicos desse último capítulo, trataremos sobre a religião como subterfúgio para as transgressões políticas, isto é, a utilização da religião por D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort como uma ferramenta para as atividades diplomáticas nos reinos português e inglês. Mostraremos, por conseguinte, as estratégias políticas de D. Isabel de Aragão, ou seja, as intervenções nos conflitos entre D. Dinis I e D. Afonso IV; a constante

tentativa de garantir o trono português para o filho; e, as suas habilidades diplomáticas acerca dos conflitos entre os reinos de Aragão, Castela e Portugal. E, por fim, ilustraremos as estratégias políticas de Lady Margaret Beaufort, em outros termos, as intervenções nos conflitos entre as Casas de Lancaster e de York; a constante tentativa de garantir o trono inglês para o filho; e, as suas habilidades diplomáticas acerca dos embates entre as Casas de Lancaster, York e o reino da França.

2 O ROMANCE HISTÓRICO E OS ESTUDOS DE GÊNERO

A situação histórica é sempre tão confusa, tão apagada, tão manietada por interesses estranhos, com tantas reescritas posteriores, que só a ficção dum romance pode dar espessura ao traço (António Cândido Franco).

Fonte inesgotável de transposição e representação do imaginário erudito e popular, a Literatura configura-se como um arcabouço detentor de mecanismos e ferramentas que possibilitam, através da linguagem escrita e figurada, representar qualquer contexto sócio, histórico, geográfico, político e cultural de um determinado povo, grupo ou entidade social. Assim, uma outra definição, dentre diversas outras mais academicistas, concerne no fato de que a Literatura é linguagem carregada de significado até o último grau possível; e, é através dessa carga de significação que ela exerce a sua função social, mediante a intenção do artista/escritor na produção do seu texto literário, ou do horizonte de expectativas do leitor acerca de determinada obra em tela:

A arte, e, portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade. Gratuidade tanto do criador, no momento de conceber e executar, quanto do receptor, no momento de sentir e apreciar (CANDIDO, 2006, p. 53).

Isso implica dizermos que, além da Literatura se apresentar como um meio de reprodução da vida real através do “não real”, ela também exerce um papel importante na formação do sujeito como aquele que possui a capacidade de interpretação não só do texto em si, mas também, de ser capaz de ler e interpretar o mundo que o cerca de maneira consciente. Isso possibilita-o, desse modo, construir um sentimento de completude através do texto literário, uma vez que, esse não possui somente uma funcionalidade didático-pedagógica ou estética, mas também, dispõe de representações histórica, política e artístico-cultural que contribuem direta e indiretamente para a formação de um leitor crítico-reflexivo.

Ademais, segundo Jaciane dos Santos Santana (2016), com relação à representação dos grupos marginalizados em diversos contextos socioculturais:

A literatura é uma manifestação artística que nos possibilita compreender a conjuntura histórica, social e cultural de um povo, dado que por intermédio dela, podem-se absorver particularidades de uma sociedade, isto é, valores, ideologias, relações de poder, categorias identitárias (gênero, homoafetividade, alteridade e outras) e aliado a isso, criar novas existências, estabelecendo, assim, outra ordem para representar o real (SANTANA, 2016, p. 01).

Dessa maneira, por meio do texto literário é possível identificar as denúncias atribuídas a cada contexto de produção da obra, apresentando-se como uma representação de um recorte sócio-histórico ao qual não tivemos acesso *in propria persona*. Dessa forma, a Literatura configura-se como o meio artístico e histórico-cultural de representar os modos, os costumes, as tradições, as convenções, os padrões e a cultura de um determinado povo, país ou continente.

Com os efeitos da Segunda Revolução Industrial (1850-1870) e, mais recentemente, com o avanço da Globalização – Pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), – ocasionando a ultrapassagem de fronteiras continentais, conforme Maria Elisa Cevalco (2009), há a expansão dos Estudos Culturais³ a partir dos anos de 1950 e, posteriormente, os Estudos Pós-coloniais, em 1970 (Cf. BONNICI, 2009, p. 257), havendo, assim, uma proliferação dos estudos entre Cultura e Sociedade na Europa e na América. Em consequência disso, Literatura e Sociedade tornou-se uma das correntes críticas mais estudadas, no que concerne à Teoria e Crítica Literária universal nos dias de hoje. Isso, de certo modo, colaborou para dar visibilidade àqueles que compõem a margem. Dessa forma, falar sobre a condição do indivíduo na Pós-modernidade tornou-se um dos temas mais chamativos diante da crise de identidade pela qual o sujeito tem passado na contemporaneidade. Portanto, consoante Maria Elisa Cevalco (2009), em virtude dos avanços nos Estudos Culturais, tem-se dado maior visibilidade às produções literárias que compõem a Literatura Pós-colonial.

Essa última, segundo Thomas Bonnici (2009), juntamente com os Estudos de Gênero⁴, de acordo com Lúcia Osana Zolin (2010), confere lugar de fala a escritores e escritoras que trazem em suas narrativas problemas enfrentados pelas minorias: os pobres, os negros, a comunidade LGBTQIA+⁵, os indígenas, as mulheres brancas, as mulheres negras, e os

³ Estudos Culturais: “Os estudos culturais, associados ao pós-modernismo, englobam uma série de disciplinas, entre elas as relacionadas à literatura. Associados aos movimentos de vanguarda, valorizaram expressões culturais normalmente marginalizadas, tais como a cultura popular ou a cultura urbana. Essa abertura proporcionou vários questionamentos relativamente à história da literatura e ao cânone como registro de obras consagradas e referendadas pela academia. Na medida em que foi atribuído valor a obras que não pertenciam ao cânone, suas normas foram questionadas, validando-se novas abordagens, o que destituiu a unicidade do cânone e da própria história da literatura, ambos, agora, caracterizando-se pela pluralidade” (ZINANI, 2011a, p. 410).

⁴ Estudos de Gênero: “Os estudos de gênero passaram a se desenvolver sob a égide dos estudos culturais. Atualmente, como se admite escrita de história da literatura a partir de determinado signo, os estudos culturais de gênero possibilitam a construção de uma nova história da literatura sob o signo do gênero” (ZINANI, 2011a, p. 410).

⁵ “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros. Sigla de uso internacional constituída pelo movimento de pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais dos Estados Unidos e incorporada por diversos países. No Brasil, esta sequência foi adotada a partir de deliberação dos integrantes de ONGs aliadas à ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros –, ocorrida em Brasília, durante a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBTs, em junho de 2008. A justificativa apresentada pelo seu então presidente, Toni Reis, era a de que, com a mudança na ordem das letras (até então MGLBT), se reconhecia a anterioridade do protagonismo das lésbicas (REIS, depoimento pessoal à autora, junho de 2008)” (RODRIGUES, 2019, p. 148). Em termos mais

estrangeiros; tendo esse último grupo que se adequar ao contexto político-cultural do país no qual eles o tomam como sua pátria adotiva.

Dessa maneira, esses grupos marginalizados e subjugados às convenções sociais estabelecidas pelo discurso dominante – que se configura como predominantemente masculino –, são conseqüentemente silenciadas pela minoria elitizada. Sendo, por conseguinte, o discurso da primeira considerado como “politicamente incorreto”, indigno de representatividade, de se tornar público, assim como, de atuar livremente nas esferas civil e política; enquanto o discurso do segundo, é considerado como universal e que deve ser seguido por todos. O que afirma, desse modo, a superioridade do discurso masculino em relação ao discurso feminino, já que esse último quase sempre foi abnegado e reprimido.

Assim, na maioria das vezes, o discurso heterossexual, hegemônico e supremacista masculino é composto por uma ideologia que consiste na conduta do “politicamente correto” e imbuída de uma “verdade absoluta”, sexista e intransmutável. Por meio dessa ideologia, o sujeito masculino, munido de um discurso predominante e que se quer absoluto, determina os papéis sociais e a valorização binária dos gêneros, visto que o gênero que sempre fica em segundo plano é o feminino; uma vez que a esse quase sempre foi negado a vida pública. Portanto, considerando-se como o sexo superior – se sobrepondo ao sexo oposto –, o saber, o conhecimento e, conseqüentemente, o discurso dominante sempre foram destinados aos homens, responsáveis por impor os padrões de organização da sociedade.

Destarte, a respeito da emergência dos Estudos Pós-coloniais, dos Estudos de Gênero, do Feminismo nas investigações sobre as representações desses sujeitos subalternos e, mais especificamente, no que consiste à representação da mulher na sociedade e na Literatura, o crítico literário brasileiro Thomas Bonnici (2009) afirma que, “o objetivo dos discursos pós-coloniais e do feminismo, nesse sentido, é a integração da mulher marginalizada à sociedade. [...] De fato, o pós-colonialismo ajudou o feminismo a precaver-se de pressupostos ocidentais do discurso feminista (BONNICI, 2009, p. 266).

É no cerne dessa discussão que os Estudos de Gênero e os Estudos Feministas⁶, juntamente com a Crítica Literária Feminista, vêm nos proporcionando mecanismos de análise da representatividade da mulher e/ou do sujeito feminino na Literatura. Portanto,

atualizados, a sigla LGBTQIA+ refere-se à comunidade composta pelos referidos grupos: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexos, assexuados.

⁶ Estudos Feministas: “[...] Tendo estabelecido como uma das suas prioridades conceber o espaço do feminino (na produção literária ou na sua recepção) como uma categoria fundamental dos Estudos Literários, os Estudos Feministas afirmaram-se no espaço anglo-americano e no espaço francês, ora insistindo na importância de uma análise histórica para a compreensão do texto literário de autoria feminina, ora insistindo na procura de um <<inconsciente feminino>>, que de alguma maneira marcaria os textos escritos por mulheres [...]” (MACEDO; AMARAL; *et al*, 2005, p. 58).

segundo Lúcia Osana Zolin (2009b), na escrita, a representação do ser feminino como agente ativo na escritura literária consiste na construção da identidade e da diferença existente na constituição do indivíduo feminino que, por conseguinte, é o que nos faz refletir sobre a sua representação ao longo do processo de atividade profícua da mulher no campo literário.

Em síntese, a Literatura, mais especificamente, a escrita como liberdade de expressão, tornou-se, dessa forma, um instrumento pelo qual a mulher: reivindicará a sua capacidade intelectual, uma vez que esse aspecto foi subestimado pelo sexo masculino; afirmará a sua liberdade de expressão e fazer com que a sua voz seja ouvida, já que essa tem sido silenciada há séculos; denunciará a predominância da ideologia e do universo masculino dominante; assim como, estabelecerá a escrita literária e política como uma profissão, visto que essa quase sempre se destinou aos homens brancos, elitizados e machistas, tendo em vista que, “a voz da mulher na ficção e no desenvolvimento do cânone literário rompe os pressupostos masculinos” (BONNICI, 2009, p. 267, grifos do autor). Assim sendo, para podermos discutir sobre o modo como a mulher é representada na Literatura, seja em âmbito nacional ou internacional, devemos levar em consideração alguns aspectos importantes que configuram o seu perfil como mulher-sujeito ou mulher-objeto, dentre eles: a identidade, o discurso e a representação.

2.1 O Romance Histórico Contemporâneo: breves considerações

Embora seja considerado por diversos teóricos de categorias narrativas como subgênero do romance, muitos críticos literários modernos como Avrom Fleishman (1971), Harry Shaw (1983) e Linda Hutcheon (1991) o consideram como um gênero literário “autônomo” no que concerne à sua reafirmação dentro do cânone ocidental. O romance histórico consiste no entrecruzamento dos discursos literário⁷ e histórico⁸, movendo-se entre o conteúdo fictício e o real. “Trata-se de um *gênero híbrido*, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance e de uma certa *verdade*, apanágio do discurso da História” (MARINHO, 1999, p. 12, grifos da autora), tendo em vista

⁷ “Houve muitos períodos em que o discurso literário e o discurso histórico se misturavam. Então ficava muito difícil saber quem era quem. E nem tinha tanta importância. Embora Aristóteles tenha estabelecido que cabe ao historiador tratar daquilo que realmente aconteceu, e ao literato, daquilo que poderia ter acontecido, ficando o primeiro circunscrito a verdade e o segundo, à verossimilhança, foi apenas no século XIX que a separação entre ambos os discursos parece ter ocorrido de fato. E mesmo assim, tal divórcio nem sempre foi muito claro ou de longa duração” (ESTEVES, 2010, p. 18).

⁸ “[...] O discurso histórico, no entanto, não é uma aporia: é uma afirmação. Onde há uma incerteza, ele instala (ou finge instalar) uma verdade. Onde há uma conjectura, acumula dados” (ESTEVES, 2010, p. 24).

que, “na relação específica com a história, ao surgir da sátira manipulada, o romance será uma interpretação ideológica do passado” (ESTEVEVES, 2010, p. 29).

Dessa maneira, levando em consideração a liberdade de produção estético-literária e poética e, ao mesmo tempo, tendo consciência a respeito das suas limitações como historiador, “o autor de romances históricos deverá assumir essa fundamental ambiguidade, visando, através da representação de fatos objetivos, a respectiva transcendência, ou então, estabelecendo uma relação metafórica com modelos arquetípos” (MARINHO, 1999, p. 12). Além disso, é importante salientar que “não podemos confundir romance histórico com livro de história, porque o que se deve evidenciar dentro da expressão é o termo romance, que apesar de informar e transmitir conhecimento, não tem esse objetivo como maior” (OLIVEIRA, 2012, p. 18). Mas, sim, tem o propósito de fazer uma retomada ou resgate – através de um contrato mimético⁹ entre a história e a literatura – de uma determinada época em que o romancista se debruça.

Portanto, “podemos dizer, enfim, que, como leitora privilegiada dos signos da história, a literatura é cerne de renovação” (ESTEVEVES, 2010, p. 25); o que reafirma, portanto, a função do romance histórico, assim como, as relações profícuas entre a ficção e a História. Configurando-se, por conseguinte, como um campo prolífico para as discussões contemporâneas, a narrativa de extração histórica tem nos proporcionado um vasto acervo de produções que refletem e desconstruem premissas estabelecidas pelos discursos dominantes da macro-história.

Mediante as mudanças no campo do cientificismo histórico, segundo Helena Kaufman (1991) e Miguel Real (2012), com os efeitos do Pós-revolução de 25 de abril de 1974¹⁰, em Portugal, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, o romance histórico começa a ganhar novos contornos e, com isso, “o romancista não pode ficar alheio a essas transformações, até porque a sua escrita sobre história terá de estar necessariamente condicionada pelos historiadores de profissão” (MARINHO, 1999, p. 27). Em consequência disso, à medida em que as novas concepções da História se interligam com a narratividade literária, criam-se novas formas de encarar o espaço e o tempo na ficção histórica, configurando-a, dessa maneira, como um texto com características da poética pós-moderna.

⁹ “Invocando aqui uma tipologia ficcional, mais familiar para os meus leitores, eu sugeria que os então chamados modos principais da narrativa ficcional – às vezes, descrita como naturalismo, realismo, romance, fantasia – são simplesmente variações sobre a forma básica do contrato mimético” (FOLEY, 1986, p. 68 apud MARINHO, 1999, p. 29, tradução nossa).

¹⁰ Segundo Miguel Real (2012), consistiu em um movimento político-social conhecido como a Revolução de Abril ou a Revolução dos Cravos; em que toda a sociedade e, principalmente, a literatura portuguesa se desvinculou de uma Ditadura Nacional imposta pelo Estado Novo, liderado pelo ditador António de Oliveira Salazar.

Desse modo, consoante Maria de Fátima Marinho (1999), percebemos que:

[...] o romance histórico das últimas décadas [segunda metade do século XX, em específico, a partir de 1960] apresenta diferenças substanciais do seu congêneres romântico [ou clássico]. Essas diferenças derivam de uma nova concepção de história e das transformações que o próprio romance sofreu a partir dos primeiros anos do presente século [XX] (MARINHO, 1999, p. 37, acréscimos nossos).

De acordo com Maria de Fátima Marinho (1999), duas características do romance histórico pós-moderno que se destacam, em um primeiro momento, consistem na “utilização reflexiva do fato histórico” e na “flexibilidade da História”, pois, por parte dos narradores, esse último aspecto tem o propósito de problematizar o passado, uma vez que, “no período pós-moderno, a *flexibilidade* torna-se da máxima importância, até porque mais importante do que os acontecimentos será a reflexão sobre a própria história” (MARINHO, 1999, p. 34, grifos da autora). Com o pós-modernismo¹¹, segundo a pesquisadora portuguesa Ana Paula Arnaut (2002), surge a frequente necessidade de definição¹² e especificação das narrativas pós-modernas na área da Crítica Literária.

Desse modo, refletindo sobre o ensaio de Fernando Ansía, intitulado “La novela latinoamericana” (1991, p. 83-85), Antônio Roberto Esteves (2010) relata que o teórico espanhol transcreve uma dezena de características sobre o romance histórico contemporâneo. Dentre elas, destacamos três:

1 – O novo romance histórico caracteriza-se por fazer uma releitura crítica da história; 2 – A releitura proposta por esse romance impugna a legitimação instaurada pelas versões oficiais da história. Nesse sentido, a literatura visa suprir as deficiências da historiografia tradicional, conservadora e preconceituosa, dando voz a todos os que foram negados, silenciados ou perseguidos; [...] 9 – A releitura distanciada, carnavalizada da história, que caracteriza essa narrativa, reflete-se numa escritura paródica. No interstício deliberado da escritura paródica surge um sentido novo, um comentário crítico de uma textualidade assumida, no qual a história reaparece sob uma visão burlesca ou sarcástica. Dessa forma, o discurso histórico é despojado do absolutismo de suas verdades a fim de construir alegorias e fábulas morais; [...] (ESTEVEVES, 2010, p. 37).

¹¹ “[...] uma radical crise epistemológica e ontológica que é, afinal, uma crise de legitimação respeitante ao facto de que as grandes narrativas e metanarrativas que organizavam a sociedade burguesa das Luzes entrarem em desuso. Neste sentido, a literatura post-modernista é ‘unmaking’; ela desfaz, expõe o (tradicionalmente) não apresentável, expõe o que julgamos poder ser entendido com o próprio processo de construção da obra [...]” (ARNAUT, 2002, p. 51).

¹² No âmbito dos estudos sobre o romance histórico, na opinião de Antônio Roberto Esteves (2010), há diversas classificações para definir uma mesma narrativa literária histórica na pós-modernidade ou na contemporaneidade. De acordo com Antônio Roberto Esteves (2010, p. 42), críticos literários como Fernando Aínsa (1991), Seymour Menton (1993) ou Magdalena Perkowska (2008), a denominam como “novo romance histórico”; alguns teóricos preferem chamar “romance histórico”; André Trouche (2006) classifica-o como “narrativa de extração histórica”; Glória da Cunha (2004) chama de “narrativa histórica”; Marilene Weinhardt (1998, 2002, 2004), nomeia-o como “ficção histórica”; ou, simplesmente, “metaficção historiográfica”, como emprega Linda Hutcheon (1991); coadunam, portanto, no mesmo gênero literário: o romance histórico pós-moderno ou contemporâneo (ESTEVEVES, 2010, p. 42).

Ao refletirmos sobre essas características elencadas por Antônio Roberto Esteves (2010), observamos que configuram, de certa forma, uma das definições mais utilizadas pelos teóricos, críticos literários e estudiosos do romance histórico na atualidade: a “metaficção historiográfica” pós-moderna. Esse termo, por sua vez, foi cunhado pela teórica e crítica literária canadense Linda Hutcheon, em seu ensaio intitulado *Poética do Pós-modernismo: história, teoria e ficção* (1991), que, por conseguinte, associa-se ao conceito de romance histórico contemporâneo, uma vez que:

Na maior parte dos trabalhos de crítica sobre o pós-modernismo, é a narrativa – seja na literatura, na história ou na teoria – que tem construído o principal foco de atenção. A metaficção historiográfica incorpora todos esses três domínios, ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (*metaficção historiográfica*) passa a ser a base para o seu repensar e a sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado (HUTCHEON, 1991, p. 22, grifos da autora).

Assim, as narrativas de extração histórica contemporâneas que contêm as características desse gênero literário, de acordo com Linda Hutcheon (1991, p. 289, acréscimo nosso), “tenta[m] desmarginalizar o literário por meio da confrontação com o histórico, temática e formalmente”. Além disso, a teórica ainda acrescenta que esses romances “tematizam as suas próprias interações com o passado histórico e com as expectativas historicamente condicionadas de seus leitores” (HUTCHEON, 1991, p. 65). Na concepção de Linda Hutcheon (1991), essas produções literárias trazem para os fatos históricos uma nova perspectiva sob a ótica que se tem deles no presente, impedindo que a determinada realidade histórica em questão se torne fechada e teleológica. Parafraseando Linda Hutcheon (1991), na metaficção, o romancista mostra na sua obra o seu próprio processo de criação, sua percepção a respeito da teoria e a ficcionalidade do texto que ele/a está construindo.

É no bojo dessa discussão que Linda Hutcheon argumenta a respeito de uma outra característica da metaficção historiográfica: a auto-reflexibilidade¹³. Pois, “a metaficção historiográfica [...] mantém a distinção de sua auto-representação formal e de seu contexto histórico, e ao fazê-lo problematiza a própria possibilidade de conhecimento histórico” (HUTCHEON, 1991, p. 142). Na opinião da autora, essa é uma das características fundamentais das narrativas históricas pós-modernas, o que nos evidencia a complexidade desses textos. Segundo Linda Hutcheon (1991), outras características da metaficção historiográfica que conseguimos identificar na maioria das ficções históricas pós-modernas –

¹³ “Em outras palavras, o pós-modernismo ultrapassa a auto-reflexividade para situar o discurso num contexto mais amplo. [...] mais complexa e mais aberta, ultrapassa essa autorrepresentação e sua intenção desmistificadora, pois é fundamentalmente crítica em sua relação irônica com o passado e o presente” (HUTCHEON, 1991, p. 65).

que estão, portanto, diretamente ligados à auto-reflexibilidade – consistem em elementos específicos, tais como: a presença de comentários tecidos ao passado pelas personagens com aparência de históricas; e, as múltiplas focalizações que relativizam a “verdade” do discurso histórico tradicional.

Elizabeth Wesseling, em sua obra intitulada *Writing History as a Prophet: Postmodernist Innovations of the Historical Novel* (1991), citada por Maria de Fátima Marinho (1999), afirma que, o romance histórico pós-moderno, desse modo, pode ser definido como “uma forma terciária do romance histórico” (WESSELING, 1991, p. 24 apud MARINHO, 1999, p. 38, tradução nossa). Segundo Linda Hutcheon (1991), outros aspectos que definem a metaficção historiográfica consiste no *pastiche*, na intertextualidade, na paródia, na ironia e na multiplicidade de focalização ou na focalização heterodoxa, tendo em vista que essa última apresenta-se, muitas vezes, como resultado da múltipla focalização presente no texto. Por hora, nos deteremos apenas a esses três últimos elementos, por constatarmos que sejam os mais recorrentes nas narrativas de extração histórica contemporâneas.

Com relação à intertextualidade¹⁴, Linda Hutcheon (1991) afirma ser “uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de reescrever o passado dentro de um novo contexto” (HUTCHEON, 1991, p. 157). Assim, é por intermédio da intertextualidade¹⁵ que o romancista histórico contemporâneo reescreve a História de um ponto de vista subjetivo, isto é, consiste em uma retomada, uma releitura, ou uma reescrita do passado que, por sua vez, apresenta-se como conteúdo que situa o leitor a respeito de determinada época sobre o qual o texto literário resgata.

No que concerne à paródia¹⁶, Linda Hutcheon (1991) afirma que essa e a intertextualidade são dois elementos que se encontram em constante paralelismo dentro da narrativa da nova ficção histórica. A paródia, desse modo, consiste “sempre em um novo sentido que é dado a um texto preexistente” (MARINHO, 1999, p. 39). Além disso, a teórica argumenta que a paródia “pode assumir dimensões mais precisamente ideológicas. Entretanto,

¹⁴ Intertextualidade: “[...] a intertextualidade substitui o relacionamento autor-texto, que foi contestado, por um relacionamento entre o leitor e o texto, que situa o *locus* do sentido textual dentro da história do próprio discurso. Na verdade, uma obra literária já não pode ser considerada original; se o fosse, não poderia ter sentido para o leitor. É apenas como parte de discursos anteriores que qualquer texto contém sentido e importância” (HUTCHEON, 1991, p. 166, grifo da autora).

¹⁵ “Observamos que a intertextualidade presente no romance histórico tradicional não chega a ironizar a história resgatada, uma vez que neste, ao contrário do contemporâneo, prevalece uma exaltação dos seres humanos que são, de tal modo, exaltados na historiografia” (OLIVEIRA, 2012, p. 24).

¹⁶ Paródia: “[...] a paródia é uma forma pós-moderna perfeita, pois, paradoxalmente, incorpora e desafia aquilo a que parodia. Ela também obriga a uma reconsideração da ideia de origem ou originalidade” (HUTCHEON, 1989, p. 28 apud OLIVEIRA, 2014, p. 22).

nesse caso também não há a intervenção direta no mundo: é a escrita atuando por meio de outras escritas, outras textualizações da experiência” (HUTCHEON, 1991, p. 169). Por último, Linda Hutcheon (1991, p. 48) acrescenta dizendo que, “a paródia, é, pois [...], repetição com diferença. Está implícita uma distanciação crítica entre o texto ao fundo a ser parodiado e a nova obra que incorpora, distância geralmente assinalada pela ironia”.

A respeito da ironia¹⁷, Linda Hutcheon (1991) diz que ela está ligada à paródia, no sentido de ambas estarem interconectadas no que concerne à uma releitura crítica da história que o romance histórico pós-moderno realiza. Dessa maneira, “podemos acrescentar que a ironia, em grande parte, se faz presente em uma forma de comentários, através do narrador, ao longo da construção narrativa” (OLIVEIRA, 2014, p. 23). Exemplo de uma obra que demonstra essas características, consiste no romance *Os Pecados da Rainha Santa Isabel* (2010), de António Cândido Franco, visto que a obra apresenta comentários e reflexões críticas, além da construção de um discurso inovador a respeito da rainha D. Isabel de Aragão, representando-a de forma crítica, principalmente, no que diz respeito a aspectos relacionados ao seu legado como infanta, rainha, esposa, mãe e santa na Península Ibérica medieval.

Outro exemplo de um romance histórico contemporâneo com a presença de elementos como a paródia e a ironia, diz respeito à obra *História do Cerco de Lisboa* (2001), de José Saramago. De acordo com Ana Flávia da Silva Oliveira (2014), esses dois elementos são essenciais para a construção da referida metaficção historiográfica pós-moderna. A estudiosa analisa a forma como se apresentam a ironia e a subversão da historiografia, na reconstrução da história do cerco de Lisboa, mostrando uma leitura dos elementos que promovem a subversão da história através da ficção: a ironia, a paródia e, principalmente, a multiplicidade de focalização e a focalização heterodoxa.

Além disso, “a focalização heterodoxa, segundo Vieira (2008), predomina de modo exclusivo no romance modernista e contemporâneo como o processo narratológico utilizado pelo narrador para inverter a posição de destaque dos acontecimentos” (OLIVEIRA, 2014, p. 22); assim como, a posição das personagens marginais que, de um modo geral, ficam em segundo plano na narrativa histórica tradicional. Essas múltiplas focalizações, na concepção de Fátima Marinho (1999, p. 42, grifo da autora), se configuram em dois tipos: a externa e a onisciente: a posição do narrador da primeira “facilita o duplo posicionamento (ficção e

¹⁷ Ironia: “Parafrazeando Hutcheon (1991), a metaficção historiográfica não rejeita o passado, apenas o subverte, por meio da ironia. Portanto é uma ironia que critica, mas não destrói o passado. Logo, é essa ironia que impede o pós-moderno de ser nostálgico. São as ironias, produzidas por esse distanciamento entre o passado e o presente, que faz com que os autores se sintam atraídos a visitar esse passado [...]” (OLIVEIRA, 2014, p. 23).

realidade); enquanto no segundo, “mostra inequivocadamente o poder do narrador sobre as personagens e os acontecimentos, por mais referenciais que essas sejam”.

Em acréscimo, na opinião de Maria de Fátima Marinho (1999):

Paradoxalmente, a multiplicidade de focalizações, a focalização externa e omnisciente, contribuem em uníssono para valorizar, no romance histórico pós-moderno, uma perspectiva diferente da oficial. É que, frequentemente, os narradores são os proscritos, os marginais ou as mulheres, que imprimem ao discurso um tom diferente do que consta dos tradicionais livros de história (MARINHO, 1999, p. 43).

Ao levarmos em consideração as concepções de Maria de Fátima Marinho (1999) sobre a multiplicidade de focalizações como uma das características recorrentes do romance histórico contemporâneo ou da metaficção historiográfica, conforme Ana Flávia da Silva Oliveira (2012), conseguimos identificar esse aspecto também em *Memorial do Convento* (1999), de José Saramago.

Na Literatura Inglesa contemporânea, outros exemplos de romances históricos contemporâneos que são dotados dessa multiplicidade de focalizações, consistem nas obras que compõem a saga de metaficções historiográficas *The Cousin's War* (2008-2014), de Philippa Gregory, a saber: *The Lady of the Rivers* (2008), *The White Queen* (2009), *The Red Queen* (2010), *The Kingmaker's Daughter* (2012), *The White Princess* (2013), e *The King's Curse* (2014). Nesses seis romances, a escritora inglesa elege como protagonistas as mulheres que foram relegadas ao emudecimento pela historiografia conservadora. Além disso, em cada romance, além de personagens visibilizadas, essas seis mulheres são colocadas na posição de protagonistas e narradoras em primeira pessoa, ao mesmo tempo, nas tramas de Philippa Gregory em que a famosa Guerra das Rosas é contada sob suas perspectivas, assim como, configurando-se como agentes ativas na construção da História Inglesa e da Europa ocidental.

Em resumo, vemos que, isso se evidencia, também, com os trabalhos de autoras como Maria Tereza Horta, Isabel Machado, Philippa Gregory, Maria Pilar Queralt Del Hierro, e de diversas outras metaficções historiográficas pós-modernas de autoria feminina, em que a mulher ganha o papel de destaque que, outrora, era destinado apenas às personagens masculinas dentro do romance histórico. Todavia, é importante salientarmos que, não são todos os romances históricos contemporâneos que se configuram como metaficção historiográfica. Portanto, para isso, cabe ao leitor identificar, através do seu viés crítico-reflexivo, se determinada obra detém os elementos característicos desse subgênero definido por Linda Hutcheon (1991).

2.2 Crítica Feminista: algumas notas

De acordo com Rita Terezinha Schmidt, em “A Crítica Feminista na mira da Crítica” (2002) e Cecil Jeanine Albert Zinani, em “Crítica Feminista: uma contribuição para a história da literatura” (2011a), após os avanços e progressos ocasionados pelas ações do Movimento Feminista, em 1950, que consiste em “todo gesto ou ação que resulte contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos” (DUARTE, 2004, p. 02) – juntamente com a proliferação dos Estudos Culturais (1950) (Cf. CEVASCO, 2009) e dos Estudos Pós-coloniais (1970) (Cf. BONNICI, 2009) –, surge, no âmbito da crítica literária, a Crítica Feminista (1970), que “[...] tem abalado o cânone da crítica tradicional ao propor um modelo de análise literária que leva em consideração o gênero de autoria das obras, o gênero do leitor e as questões relativas ao papel da mulher como leitora e como escritora [...]” (BELLIN, 2011, p. 02).

Consoante as teórico-críticas Rita Terezinha Schmidt (2002) e Cecil Jeanine Albert Zinani (2011a), com a contribuição da Crítica Feminista (1970) para os estudos literários, pesquisadores e estudiosos de literatura começaram a dar visibilidade a obras literárias de autoria feminina que, outrora, foram descreditadas pela crítica literária canônica e relegadas ao emudecimento. Iniciou-se, primeiramente, uma investigação sobre como as personagens femininas eram representadas em escritos de autoria masculina. Depois, passou-se a investigar como a mulher, enquanto escritora, construía as suas próprias personagens femininas e como essas eram representadas em seus escritos, demarcando, a partir disso, um cânone literário de autoria feminina propriamente dito.

Na concepção de Lúcia Osana Zolin (2009a), a Crítica Feminista (1970) é uma vertente da Crítica Literária que tem como propósito ler e interpretar o texto literário, assumindo o papel de questionadora da prática acadêmica e literária patriarcal. Uma vez que o objetivo principal dessa vertente crítica consiste em pesquisar e mostrar o posicionamento da mulher, primeiramente, como leitora e, posteriormente, como escritora. Além disso, a crítica feminista destaca o modo como os escritores vêm representando a mulher em seus escritos literários, mostrando também, a predominância da ordem masculina em todas as esferas da sociedade, inclusive no mundo dos letrados (Cf. ZOLIN, 2009a).

Mediante essas reflexões, vemos claramente no que consiste o objetivo da crítica feminista no processo de investigação da posição da mulher através da Literatura nos âmbitos

histórico, político e social¹⁸. Dessa forma, por meio do suporte que os estudos feministas nos dão, juntamente com a crítica feminista, conseguimos investigar e, conseqüentemente, identificar em obras literárias como os homens representavam a mulher em seus escritos e como as mulheres mostravam em sua escrita a sua visão sobre o contexto social no qual elas estavam/estão inseridas. É por meio dessas duas formas de analisar os textos que conseguimos identificar algumas obras literárias em uma perspectiva feminista na Literatura Inglesa a partir do século XVIII, por exemplo. Nessa perspectiva, é através dos mecanismos da crítica feminista na Literatura que conseguimos identificar nas produções literárias uma denúncia às convenções sociais, à desigualdade de direitos, e à opressão às mulheres.

Portanto, levando em consideração essas reflexões críticas a respeito do seu surgimento, sua finalidade e os seus objetivos, conforme Cecil Jeanine Albert Zinani (2011a):

A crítica literária feminista é um dos elementos que concorreu para a discussão do cânone, **ao levantar questões sobre o apagamento de autoras** cuja produção apresentava qualidade estética suficiente para referendar **sua inclusão nessa categoria. Os trabalhos de resgate e de análise de obras dessas autoras silenciadas redimensionaram os parâmetros de inclusão no cânone.** Outro aspecto importante da crítica feminista **foi a possibilidade de propor uma nova leitura de obras literárias**, independentemente da autoria, considerando o ponto de vista feminino (ZINANI, 2011a, p. 414, grifos nossos).

Dessa maneira, esse “modo acadêmico de ler a literatura, confessadamente, empenhado e de caráter político” (ZOLIN, 2012, p. 100), tem contribuído para os estudos sobre a representação da mulher na literatura de ficção¹⁹, na perspectiva de uma crítica revisionista e de uma ginocrítica. Ademais, segundo o crítico literário Thomas Bonnici, no seu texto intitulado *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências* (2007), a Crítica Feminista (1970) é dividida em três ondas e duas grandes vertentes, sendo essas últimas: a crítica feminista anglo-americana e a crítica feminista francesa.

Consoante Cecil Jeanine Albert Zinani (2014), em meio a Revolução Francesa, em 1789, temos contato com outro escrito produzido por uma mulher, *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (*Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*), a dramaturga,

¹⁸ “Devido às circunstâncias históricas das mulheres, uma crítica literária feminista não pode se desvincular dos condicionantes afetivos, econômicos e sociais, ou seja, está sempre relacionada a um projeto político. Não se trata, porém, de avaliar toda e qualquer produção, com a justificativa de superar uma situação de opressão, mas, sim, de utilizar instrumentos adequados para julgar essa escrita. O que se pretende é que obras qualificadas sejam reconhecidas, não permitindo a reedição do que ocorreu no passado, quando a literatura realizada por mulheres foi, primeiramente, relegada a um plano inferior, depois, totalmente esquecida” (ZINANI, 2011b, p. 10).

¹⁹ “A literatura feminista, como tradução de um grupo subalterno, marginal, cuja posição na sociedade sempre foi minoritária, transformou-se em possibilidade de afirmação desse grupo, de as mulheres tornarem-se sujeitos do discurso. Confinada ao lar, aos afazeres da casa e à criação dos filhos, com pouco ou nenhum acesso à educação formal, as possibilidades de as mulheres produzirem literatura ou qualquer outra forma artística sempre foram muito problemáticas” (ZINANI, 2014, p. 189).

escritora, filósofa e política francesa Marie Olympe de Gouges (1748-1793), pseudônimo de Marie Guze, em 1791.

No que concerne à Declaração de Marie Olympe de Gouges (1791), percebemos que as mulheres vêm lutando por seus direitos ao longo da História, através de uma escrita cuja argumentação destaca o empoderamento legal e civil – como é o caso de Christine de Pizan (1364/1430), com a sua obra intitulada *A Cidade das Damas* (1405) –, com o objetivo de constitucionalizar a equidade de direitos; e de as mulheres se reintegrarem à sociedade civil como os homens; não precisarem da presença masculina para ser respeitadas diante da sociedade; afirmarem o seu intelecto; e, de responderem igualmente por todos os seus atos e infrações à leis comuns a todos. Assim, observamos no conteúdo de Marie Olympe de Gouges (1791) que, apesar da luta da mulher com relação à igualdade de direitos, a mesma ressalta que o sexo feminino, assim como o sexo masculino, deve arcar com as consequências legais de sua conduta perante a sociedade civil, apresentando-se como um ponto de contrapartida que a abolicionista e filósofa francesa coloca na sua Declaração.

Mediante os acontecimentos e fatos históricos que revolucionaram a Europa entre os séculos XVIII e XIX, – como a Revolução Francesa (1789-1799) e a Primeira Revolução Industrial (1760-1840) – com o intuito de garantir a cidadania em todas as esferas sociais, no âmbito das Ciências Sociais, a Filosofia e a Literatura também se empenharam nessa empreitada em busca do reconhecimento e vigência de direitos para as classes menos abastadas, principalmente, com relação às mulheres, levando em consideração a sua condição de apagamento no estrato sócio, civil e legal. Portanto, escrito em resposta à Constituição Francesa de 1791 – em virtude da conquista de direitos e cidadania apenas para os homens da Europa oitocentista –, no campo da Filosofia, surge o manifesto filosófico intitulado *A Vindication of the Rights of Woman (Reivindicação dos Direitos da Mulher)*, publicado em 1792²⁰, escrito pela filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), que foi “uma intelectual libertária e uma ativista das causas dos oprimidos” (MORAES, 2016, p. 07).

Com o avanço dos Estudos de Gênero e do Feminismo na Literatura, a partir do século XX, sugeriram escritoras que contribuíram grandemente para a continuação e aperfeiçoamento da Crítica Feminista no âmbito literário, dentre as principais contribuintes, temos: Virgínia Woolf (1929/1942), Simone de Beauvoir (1949), Kate Millett (1970), Elaine Showalter

²⁰ “[...] o livro denuncia os prejuízos trazido pelo enclausuramento feminino na exclusiva vida doméstica e pela proibição do acesso das mulheres a direitos básicos, em especial à educação formal, situação que fazia delas seres dependentes dos homens, submetidas aos pais, maridos ou irmãos” (MORAES, 2016, p. 07). Para mais informações, conferir o prefácio escrito pela socióloga, militante feminista e professora universitária brasileira Maria Lygia Quartim de Moraes, na edição de *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, da Editora Boitempo, 2016.

(1985/1994), Hélène Cixous (1988), Julia Kristeva (1974). Algumas dessas compõem as duas vertentes da crítica literária feminista: a anglo-americana e a francesa.

Na Inglaterra, já no século XX, surge Virgínia Woolf (1882-1941) discutindo sobre a mulher e o feminismo tanto em ensaios histórico-políticos quanto em textos de cunho literário em um contexto pós-vitoriano. Ao discutir no que concerne o papel da mulher nas letras, Virgínia Woolf (2014) faz uma comparação entre a situação social de uma irmã fictícia de William Shakespeare (1564-1616) com relação aos privilégios destinados a esse último, mostrando a diferença entre os direitos civis, legais e político-sociais destinados apenas ao homem e renegados à mulher.

O texto de Virginia Woolf (2014) mostra a realidade da mulher escritora, as suas constantes limitações, privações e submissões mesmo no início do século XX, ressaltando a permanência dessa situação da mulher desde o século XVI. A partir da comparação que ela faz entre William Shakespeare e a sua irmã fictícia, vemos o teor crítico de Virgínia Woolf (2014) ao destacar a diferença das condições de ambos, contrastando com a diferença de privilégios destinados ao primeiro e negados a sua irmã. Apesar dos avanços ocorridos no mercado editorial desde Mary Wollstonecraft (1759-1797) até o início do século XX, Virgínia Woolf (2014) relata que a inferioridade, críticas destrutivas e hostilidade contra as mulheres têm permanecido. Na visão dessa estudiosa, para que a mulher pudesse escrever com dignidade e maior produtividade, ela teria que se tornar independente, fato que nem todas as mulheres escritoras tinham o direito de ser, mesmo as mulheres ricas de sua época, tendo em vista as convenções e o constructo da sociedade aristocrata inglesa (Cf. WOOLF, 2014).

Na França, em 1949, a escritora e filósofa Simone de Beauvoir publica *Le deuxième sexe*, traduzido para o Português Brasileiro como *O Segundo Sexo* (1980), sob a perspectiva de um “feminismo existencialista”, em que trata sobre a situação da mulher na sociedade, assim como, a opressão feminina, além do fato de a mulher ser tratada como propriedade no universo masculino.

Nos Estados Unidos da América, em 1970, surge mais uma publicação que contribuiu de maneira muito significativa para a Crítica Feminista, mas essa é na perspectiva de um “Feminismo Político”. A escritora, artista, educadora e ativista feminista estadunidense Kate Millett, publica a obra intitulada *Sexual Politics*, traduzido para o Português Brasileiro como *Política Sexual*.

Nessa obra, observamos que Kate Millett (1970) discute o feminismo em uma perspectiva política, nos mostrando como o sistema patriarcal tem agido sob as mulheres; a sua opressão pelo homem; além da dominação do pensamento masculino no âmbito da

literatura, nos ilustrando, também, como a mulher aparece em segundo plano na narrativa de autoria masculina. Tendo em vista o que analisamos na obra de Kate Millett (1970), observamos que, embora a mulher esteja tendo os seus direitos gradativamente estabelecidos nos dias de hoje, mesmo assim, de um modo geral, ela ainda será vista como um ser inferior. Isto é, uma mulher-objeto, evidenciando que, no patriarcalismo, sempre estará enraizado a concepção que trata sobre a diferença dos sexos, apresentando o sexo feminino sempre como o “*Outro*”, o diferente, o frágil, o que não tem importância.

Ainda quanto aos estudos de destaque sobre as relações de gênero, crítica feminista e representações do feminino, em 1985, fazendo parte de uma das duas vertentes mais conceituadas, surgem as pesquisas de Elaine Showalter. Em seu texto intitulado *A Literature of Their Own: British Women Novelists from Brontë to Lessing* (1985), Elaine Showalter nos mostra uma nova forma de ler o texto literário sob a ótica dos Estudos Feministas, em que ela traz uma nova configuração no modo de pesquisar e analisar a representação do feminino na literatura. Dessa maneira, Elaine Showalter (1985) adota dois termos em particular chamados “Crítica Feminista” e “Ginocrítica”, que consistem em estágios da crítica literária feminista.

Posteriormente, em seu texto nomeado “A crítica feminista no território selvagem” (1994), Elaine Showalter sistematiza, de forma mais clara, as configurações desses dois estágios. Para o primeiro, “Crítica Feminista”, que consiste na mulher como leitora, Elaine Showalter (1994) enfatiza três processos, a saber: a análise dos estereótipos femininos na literatura canônica; a análise do sexismo subjacente à crítica literária tradicional; e, a análise da pouca representatividade da mulher na história literária (Cf. SHOWALTER, 1994). Já para o segundo, “Ginocrítica”, que diz respeito à mulher como escritora, enfatiza alguns objetivos, tais como: o estudo da história, do estilo, dos temas, do gênero, e da estrutura dos textos literários de autoria feminina; o estudo da psicodinâmica da criatividade feminina; o estudo da trajetória da mulher, tanto individual quanto coletiva; e, o estudo da evolução e das leis da tradição literária de mulheres (Cf. SHOWALTER, 1994).

Em contraste com a Crítica Feminista Anglo-Americana, temos a Crítica Feminista Francesa, que detém objetivos diferentes da primeira. Como principais representantes da crítica francesa, temos a ensaísta Hélène Cixous (1988); e, a filósofa, Julia Kristeva (1974). “Diferentemente dos estudiosos da vertente anglo-americana, todavia, elas não se detêm explicitamente sobre o campo literário, mas no da Linguística, da Semiótica e da Psicanálise. Trabalham no sentido de identificar uma possível linguagem feminina” (ZOLIN, 2009a, p. 231). Como não nos enveredamos sobre estes pontos para construirmos as nossas abordagens de análise, não nos detemos nessa vertente. Deixamos registrado aqui apenas a sua existência.

Na próxima parte do nosso trabalho, faremos uma introdução ao “Feminismo Político” da teórica feminista norte-americana Kate Millett. Desse modo, destacaremos os principais pontos de sua teoria, dentre eles, o sistema patriarcal, elemento esse que será o ponto central da nossa discussão no próximo tópico.

2.3 O Feminismo Político de Kate Millett

Na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos da América, destacamos a escritora Katherine Murray Millett (1934-2017), pertencente à vertente anglo-americana da Crítica Feminista. Essa teórica contribuiu de maneira significativa para a Teoria Feminista no âmbito político, tendo escrito outros livros de grande importância para a crítica social, histórica, política e cultural na contemporaneidade, tais como: *Flying* (1974), *Sita* (1976), *The Basement* (1979), *The Loony Bin Trip* (1990), *The Politics of Cruelty* (1994), e *Mother Millett* (2001).

Em seu ensaio intitulado *Sexual Politics (Política Sexual – 1968)*, Kate Millett faz algumas considerações básicas sobre as relações de poder existentes entre os sexos, assim como, uma breve reflexão sobre o poder público e a política serem monopolizados pelo sexo masculino, nos mostrando, mesmo que de maneira sucinta, a concepção equivocada sobre a inferioridade do sexo feminino em uma sociedade patriarcal. Em outras palavras, a teórica feminista norte-americana faz uma breve análise sócio, histórico, político e cultural no que diz respeito a relação entre a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres, no que concerne às esferas civil, legal e política da vivência em sociedade.

Já no segundo escrito, também nomeado *Sexual Politics* (1970), conseguimos observar um aprofundamento que a escritora faz a respeito da consolidação da sociedade patriarcal; a sobreposição de um sexo ao outro; a subjugação do sexo feminino; a privação das mulheres com relação ao acesso ao poder público e à política; além das construções de poder baseadas nas divisões de papéis entre os dois sexos perante as diversas esferas sociais. Kate Millett (1970) nos mostra, de maneira mais abrangente, a sua discussão a respeito da Política Sexual, suas construções, configurações e consolidações na modernidade.

Isso posto, a sua obra tem como objetivo uma análise teórico-crítica e reflexiva a respeito dos estereótipos ligados à representação feminina que, se cristalizaram na literatura de ficção ocidental, se configurando na representação da mulher conformista, obediente, subordinada, cândida, submissa, prudente, abnegada, inferior e emudecida. Além disso, Kate Millett (1970) dá maior destaque às relações de poder existentes entre ambos os sexos,

as configurando como uma política sexual, onde há um sobrepujamento do sexo masculino ao feminino, já que esse último é privado do acesso ao âmbito público, não havendo uma igualdade de direitos legais, civis e políticos entre homens e mulheres.

Portanto, em ambos os escritos, Kate Millett (1968, 1970) inicia o seu texto com o seguinte questionamento: “Ao introduzir o termo ‘política sexual’, é preciso primeiro responder à pergunta inevitável: ‘A relação entre os sexos pode ser vista sob uma luz política?’ A resposta depende de como se define **política**” (MILLETT, 1970, p. 23, grifo nosso, tradução nossa).

Ademais, Kate Millett (1970) afirma que a Política em si, sem deter-se ao âmbito partidário ou institucional, não deve resumir-se em dar visibilidade e o direito de representação apenas aos grupos bem favorecidos - à classe elitista -, mas dar visibilidade, também, aos grupos desfavorecidos que não são vistos pela política institucional, a saber: os negros, os homossexuais, as lésbicas, os estrangeiros, os menos favorecidos economicamente e as mulheres.

Nessa perspectiva, vemos que a teórica traz o significado de política tanto no que diz respeito à organização social, quanto no que concerne às relações de poder entre os sexos. Visto que, “o poder sobre os outros” que ela menciona acima, se refere tanto a dominação do sexo masculino a respeito do sexo feminino quanto do seu próprio sexo²¹. Portanto, a política, por ser alicerçada no poder e na dominação de um indivíduo sobre o outro, não deixa de ser arma detentora dos superiores e temida pelos inferiores, uma vez que ela é destinada e tomada pelos homens, enquanto é privada às mulheres.

Caracteriza-se o domínio da diplomacia e, conseqüentemente, o fato de as atividades políticas serem destinadas apenas ao sexo masculino, por ser esse último detentor do poder e o centro da sociedade patriarcal. Portanto, a esse respeito, Kate Millett (1970) nos mostra que a dominação do patriarcado se dá, primordialmente, como mencionado anteriormente, através da dominação do sexo masculino e a subjugação do sexo feminino:

Da mesma maneira, um exame desinteressado de nosso sistema de relação sexual deve apontar que a situação entre os sexos agora, e ao longo da história, é um caso do fenômeno que Max Weber definiu como *dominação*, uma relação de dominância e subordinação. O que é em grande parte não examinado, muitas vezes até mesmo não reconhecido (ainda que seja institucionalizado) em nossa ordem social, é a prioridade de primogenitura por meio da qual os homens governam as mulheres. Através deste sistema uma forma mais engenhosa de ‘colonização

²¹ “Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, só a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios da dominação [...]” (BOURDIEU, 2020, p. 17).

interior' foi alcançada. É mais resistente do que qualquer forma de segregação e mais rigorosa que a estratificação de classes, mais uniforme, certamente mais duradoura. Por mais atenuada que seja sua aparência atual, o domínio sexual obtém, no entanto, talvez a mais difundida ideologia de nossa cultura e fornece seu conceito mais fundamental de poder. [...]. Isto é assim porque nossa sociedade, como todas as outras civilizações históricas, é um patriarcado [...] (MILLETT, 1970, p. 24-25, grifo da autora, tradução nossa).

Ao analisarmos a citação acima, observamos que Kate Millett (1970) nos mostra uma visão histórica sobre as relações de poder entre os sexos masculino e feminino, assim como, a dominação do sexo masculino a respeito de tudo o que se refere aos assuntos que compõem as esferas civil, legal e política. Diante do exposto, Kate Millett (1970) nos mostra a existência da dominação e subordinação de um sexo ao outro, ou seja, do masculino ao feminino e vice e versa. Segundo Rose Muraro (2002), evidenciamos isso de acordo com “os quatro tipos de mitologias que até hoje se encontrou na espécie humana” (MURARO, 2002, p. 70), como apontado por Joseph Campbell (1904-1987), em seu estudo intitulado *Deusas: os mistérios do divino feminino* (2015). Uma vez que, o último mito consolidou-se ao longo do tempo, configurando-se, assim, como base para as sociedades contemporâneas:

[...] O primeiro refere-se a mitos em que o mundo é criado por uma deusa sem o auxílio de ninguém; o segundo tipo de mito é o da deusa criadora do universo que é associada a um consorte que a destrona; no terceiro, o mundo é criado por um deus e por uma deusa juntos; no quarto tipo de mito, um Deus masculino cria o mundo sozinho, conforme mostra a Bíblia. Campbell defende que a última é a modalidade mais comum a partir do segundo milênio a.C. Desde então, raramente se registram mitos em que a divindade primária seja mulher (ZOLIN, 2003, apud SOUSA; DIAS, 2013, p. 147-148).

Em vista disso, o fato de que o sexo masculino é transcendente, superior, privilegiado e detentor de todo o poder político universal, consolida e configura, desse modo, o patriarcado, uma vez que, sendo possuidor de poder, tanto governa a mulher como o resto da nação. O que, de certo modo, nos mostra que o privilégio e o domínio masculino passam despercebidos à própria sociedade, já que o patriarcado tem um histórico que data desde um certo momento na história da civilização e consolidou-se até os dias atuais, pois é o sistema pelo qual a nossa sociedade é regida.

Um exemplo disso, vemos explicitamente na esfera política o pouco e significativo número de mulheres como representantes governamentais nos congressos e assembleias político-institucionais. Embora, na contemporaneidade, as mulheres estejam ocupando alguns cargos que antes eram exclusivamente destinados ao sexo masculino, sendo esse último sinônimo de transcendência e superioridade.

Tem-se, por conseguinte, a estruturação e a consolidação de uma sociedade patriarcal, onde há a divisão dos papéis no trabalho e nos deveres civis, assim como, a definição de

atividades que são características e pertencentes ao feminino e ao masculino, mostrando, assim, que a dominação, o poder, o público e, conseqüentemente, a Política, estariam reservadas aos homens. Enquanto a obediência, a submissão, o privado e o silêncio, são destinados às mulheres.

Vemos isso claro na afirmação de Michelle Perrot (2017), quando ela nos elucida a respeito da divisão de papéis²² entre os sexos masculino e feminino:

‘[...] **ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos**’, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867. [...] o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. **Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seus lugares quase predeterminados**, até em seus detalhes (PERROT, 2017, p. 178, grifos nossos).

Desse modo, por ter domínio apenas do privado, até o início do século XX, a mulher é proibida de lidar com questões da esfera pública e de ter, por conseguinte, acesso à uma educação igualitária e que formasse um pensamento crítico (Cf. WOLLSTONECRAFT, 2016). Além disso, consoante Simone de Beauvoir (2019), uma outra característica do sistema patriarcal que conseguimos perceber nitidamente nas obras literárias oitocentistas inglesas, por exemplo, e que reforça a falta de direitos da mulher nesse contexto, consiste na preocupação com a primogenitura masculina.

O sistema patriarcal, de certo modo, apresenta-se como modelo dominante e tem permeado o sistema político desde os mais remotos momentos na História das civilizações. Ao se debruçar sobre esse fato, Kate Millett (1970) defende a tese de que o sistema patriarcal tem dois princípios. O primeiro deles diz respeito à sobreposição do sexo masculino ao feminino, o que, de certa maneira, dá ao primeiro a posição de superioridade e, conseqüentemente, de dominação. Como exemplo disso, vemos frequentemente nas obras literárias de autoria masculina como o escritor relata a postura da personagem masculina com relação à personagem feminina. O segundo, diz respeito à dominação dos homens com relação a ambos os sexos, pois, o patriarca, como mais velho e mais experiente, se apresenta como o único detentor do poder, sempre se colocando como superior, dominador, aquele que decide o futuro das mulheres assim como o dos outros homens, o que tem vez e voz sobre todas as esferas da sociedade.

²² “[...] A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, do seu local, seu momento, seus instrumentos e a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o no agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura masculinos, e longos períodos de gestação, femininos” (BOURDIEU, 2020, p. 24).

Destarte, em virtude da afirmação masculina de detenção do poder e forma de organização social, a humanidade, construída por meio de uma ideologia alicerçada na supremacia masculina, toma como justo, certo e natural, uma sociedade calcada nos preceitos do sistema patriarcal, em que onde todos os privilégios e destaque em todas as esferas sociais encontram-se nas mãos de agentes políticos masculinos. Dessa maneira, segundo Pierre Bourdieu (2020, p. 18), isso representa “uma forma paradigmática da visão ‘falo-narcísica’ e da cosmologia androcêntrica, comuns a todas as sociedades mediterrâneas e que sobrevivem, até hoje, mas em estado parcial e como se estivessem fragmentadas, em nossas estruturas cognitivas e em nossas estruturas sociais”.

De acordo com as reflexões de Kate Millett (1970), os papéis e a valorização de ambos os sexos são abordados de formas contrastantes em espaços e tempos diferentes ao longo do desenvolvimento da História da humanidade. Consoante a teórica, em algumas culturas, as que valorizavam a figura feminina, a maternidade era considerada como uma dádiva, dando, desse modo, autoridade e respeito ao sexo feminino. Enquanto na modernidade ocidental, tal condição da mulher é colocada em um patamar de inferioridade e em constante desvalorização, considerando-a como “o sexo frágil” e incapaz, dessa maneira, de deter o poder público.

Com relação à privação do Poder Político das mulheres, a teórica feminista Kate Millett (1968) destaca o arranjo universal que trata a respeito das conquistas políticas, civis e legais das mulheres:

Temos ainda um arranjo antigo e universal **para a exploração política de um grupo de nascimento por outro – na área do sexo**. [...]. **As mulheres foram colocadas na posição de minoria ao longo da história** e mesmo após a extensão relutante de certos direitos mínimos de cidadania e sufrágio no início deste século [XX]. **É tolice supor que as mulheres – brancas ou negras – tenham uma representação maior agora que votam** – do que jamais o fizeram. A história anterior deixou claro que a posse da votação por 100 anos fez do homem negro um bem pouco precioso (MILLETT, 1968, p. 02, tradução e acréscimo nosso, grifos nossos).

De acordo com o excerto, Kate Millett (1968) ressalta a posição da mulher no âmbito civil, com sua conquista pelo direito ao voto. Mas, apesar dessa conquista, a teórica norte-americana enfatiza que não é o suficiente para reafirmar a equidade de direitos entre homens e mulheres, pois ainda presenciamos a privação dessas do acesso ao poder público. Ou seja, as mulheres, na concepção de Kate Millett (1968), sempre sofreram privações às diversas áreas da vida pública, principalmente, no que concerne aos assuntos de Estado, como a diplomacia, o comércio e a política. Essa última sempre foi destinada ao sexo masculino, sendo esse o opressor e o que sobrepõe e inferioriza a mulher. Ao final da sua afirmação, a feminista

estadunidense nos traz uma reflexão a respeito da inferioridade e desvalorização da mulher em sentido duplo.

Portanto, Kate Millett (1968) afirma que a mulher por si só, mesmo que tendo conquistado o voto, ainda não é considerada como detentora do poder em todas as esferas sociais; pois, além da misoginia sofrida por ela, a cor de sua pele também contribui de forma significativa na intensificação de sua inferioridade e incapacidade como detentora do domínio público. O que, de certo modo, reverbera as ações do sistema patriarcal e o papel da mulher nesse âmbito.

Dessa forma, vemos que Kate Millett (1968) faz uma complexa reflexão sobre a imagem e a construção psíquica das mulheres desde a sua tenra infância, uma vez que elas são ensinadas que são incapazes de desenvolver atividades que sempre foram destinadas ao sexo masculino; o que acaba, por sua vez, causando-lhes uma possível limitação a respeito de seu lugar perante a sociedade. Ao serem comparadas com animais, as características referentes a esses se remetem àquelas destinadas às utilidades reprodutoras dos seres vivos, além de serem tratadas como objetos. Segundo Kate Millett (1968), ao serem consideradas como animais irracionais, objetos de satisfação sexual ou “coisas”, as mulheres passam a ter apenas uma única opção de se firmar na sociedade: o matrimônio. Uma vez que elas não conseguem cumprir tal objetivo por motivos como estética, classe social ou adequação ao seu contexto sócio, histórico, político e cultural, o julgamento de inferioridade, no que concerne ao pensamento da sociedade patriarcal, reafirma a sua condição de subalternidade.

Assim, as mulheres não eram consideradas apenas como inferiores intelectualmente, mas tinham uma imagem que consolidava a sua inferioridade, assim como essa imagem as tornava ameaças para o sexo masculino. A esse respeito, Kate Millett (1968) enfatiza que:

A segunda evasão que nossa cultura evoluiu é através do mito popular. De Dagwood ao professor universitário, o sexo é folclore e a versão oficial de ambos é que o macho é a ‘vítima’ de uma conspiração generalizada. Desde a figura popular de Jiggs ou Punch até o estudo mais recente dos danos que as mães causam em seus filhos, somos assaltados pelo espantinho da mulher arrogante – mulher como algum mal natural terrível e primitivo – nosso remanescente do século XX do medo primitivo do desconhecido, desconhecido pelo menos para o macho, e lembre-se, é o macho em nossa cultura que define a realidade. O homem é inocente, ele é colocado em toda parte, ele está em perigo de ser destronado. Dagwood – o marido arquetípico, dominado por vilões – é uma figura de diversão folclórica apenas porque a cultura supõe que um homem governará sua esposa ou deixará de ser homem de verdade (MILLETT, 1968, p. 02, tradução nossa).

De acordo com o fragmento, vemos que Kate Millett (1968) enfatiza uma questão arquetípica sobre a vitimização do sexo masculino e a posição do sexo feminino como vilão e usurpador do poder masculino. Ao levarmos em consideração o que a teórica feminista nos

traz nesse trecho, observamos que ela elenca diversos fatores que contribuem para a personificação da figura da mulher como o sexo que é dotado de sedução e maldade, colocando o sexo masculino em um lugar de inocente e vítima da possível usurpação da mulher a respeito do domínio público masculino.

O primeiro fator diz respeito ao fato que se remete à possível ligação do filho com a mãe através da fase edipiana, uma vez que esse passa, primeiramente, a ver a mãe como um objeto de admiração e, logo depois, a toma como uma ameaça à sua postura como o centro do sistema patriarcal. As mulheres, por sua vez, passam a serem consideradas como possíveis usurpadoras do domínio público e do poder político²³, já que elas detêm, aos olhos do sexo masculino, o poder de persuasão e de sedução, o que as caracterizam como o sexo perigoso e dotado de artimanhas, ou seja, uma ameaça ao poder e a supremacia masculina:

Mas renunciem elas a esse papel, queiram usurpar o poder masculino – como Catarina de Médici, encarnação do mal e da infelicidade –, deixem desencadear a violência, o gosto pelo sangue, a paixão noturna que nelas habita, e a história, tal como um rio selvagem que sai do seu leito, destruirá tudo à sua passagem. [...]. O curso dos acontecimentos coletivos depende, como a felicidade e paz dos lares, desse equilíbrio dos sexos (PERROT, 2017, p. 174).

Assim, o segundo fator concerne aos preceitos ideológicos da cultura patriarcal e falocêntrica, onde o poder gira em torno do sexo masculino. Sendo esse, portanto, dotado do falo, o medo da castração faz com que os homens nutram a possibilidade de destronamento. Em outras palavras, da perda da posição de governante da sociedade, já que esse castrado passa a ser comparado com o sexo feminino.

Em suma, vemos que, seja nas antigas civilizações, nas culturas pagãs, na civilização greco-romana ou latino-americana, na sociedade judaico-cristã ou no constructo da cultura ocidental moderna; seja como deusas, anciãs, místicas, curandeiras, bruxas; seja através de conotações positivas ou negativas, a mulher é sempre representada de uma forma que está em desvantagem se comparada com a condição do sexo oposto. Pois, no sistema patriarcal, se a mulher é tida como “boa”, pode ser considerada como “tola”, “frágil” ou “incapaz”, causando, assim, a sua “subordinação”, “submissão” e “subserviência” ao homem. Se ela é “insubordinada”, é taxada como “negativa”, “devassa”, “imoral” ou, até mesmo, com “pretensão demoníaca”; evidenciando, dessa forma, as diversas facetas extremistas que o patriarcado atribui ao sujeito feminino – e que se cristalizou na cultura ocidental – como uma

²³ É um medo que o sexo masculino tem de que as mulheres “[...] saibam trabalhar para inventar e impor – no seio mesmo do movimento social e apoiando-se em organizações nascidas da revolta contra a discriminação simbólica, de que elas são, juntamente com os (as) homossexuais, um dos alvos principais – formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólicas sobretudo, capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar a subordinação” (BOURDIEU, 2020, p. 09-10).

maneira de negligenciá-lo da participação no âmbito legal, civil e político, relegando-o, dessa maneira, ao completo obscurecimento, emudecimento e apagamento.

Contudo, percebemos que os estereótipos extremistas que o pensamento androcêntrico e falocêntrico atribui à mulher, enfatizando, desse modo, a sua inferioridade biológica e psíquica, são tomados como um meio de justificar a incapacidade e inaptidão da mulher em realizar atividades ligadas à esfera pública, tais como: o comércio, o conhecimento, a política, dentre outros. Assim, essas relações de poder entre os sexos que enaltecem a superioridade do homem e a inferioridade da mulher, mostram, portanto, como se configura a política sexual. Pois, nessa política, constatamos que há a predominância da dominação masculina, em que, a condição feminina está diretamente ligada aos efeitos da violência simbólica. Isto, de certo modo, proíbe o sujeito feminino de atuar na esfera pública e, principalmente, no âmbito político assim como os homens o fazem há gerações.

3 REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM A RAINHA SANTA E EM A RAINHA VERMELHA

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da História. [...] é o seu lugar, a sua <<condição>>, os seus papéis e os seus poderes, as suas formas de acção, o seu silêncio e a sua palavra que pretendemos perscrutar, a diversidade das suas representações – Deusa, Madona, Feiticeira... – que queremos captar nas suas permanências e nas suas mudanças. História decididamente relacional que interroga toda a sociedade e que é, na mesma medida, história dos homens (DUBY; PERROT, 1990, p. 07).

Detentoras de uma liberdade para representar o sujeito feminino sob diversos vieses em suas metaficções historiográficas e, com isso, se posicionar a respeito da desigualdade de direitos entre os gêneros, Isabel Machado e Philippa Gregory constroem algumas de suas personagens femininas em *A Rainha Santa* (2017) e em *A Rainha Vermelha* (2019) com personalidades que representam as convenções de seu tempo, tais como: D. Constância de Hohenstaufen, D. Beatriz de Castela (mãe de D. Dinis I), D. Constância de Portugal, D. Beatriz de Castela (filha de D. Maria Molina), D. Vataça Lascaris, D. Isabel de Cardonha, D. Messi, D. Urraca Vasques (Cf. MACHADO, 2017); Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe, Duchess Cecily Neville, Duchess Isabelle Neville, Duchess Anne Neville (Cf. GREGORY, 2019).

Ao refletirmos sobre o contexto patriarcal e, conseqüentemente, no que consiste a submissão das mulheres ao matrimônio nesse âmbito, em consonância com o contexto histórico das metaficções historiográficas de Isabel Machado (2017) e Philippa Gregory (2019), vemos que o patriarcado, além de ser uma espécie de pano de fundo em suas narrativas apresentadas como denúncia, faz com que a desigualdade entre homens e mulheres apresente-se como uma característica marcante dos séculos XIII, XIV e XV através dos romances em tela, levando em consideração o recorte histórico, político, cultural e social em que estamos tratando no presente estudo, isto é, a Idade Média.

Sob esse prisma, em um período quando a Europa Medieval se apresentava sob o total domínio do masculino, as mulheres não tinham vez nem voz perante as esferas civil, legislativa e política. Diante dessa conjuntura, consoante Michelle Perrot (2017), o âmbito público era destinado apenas aos homens, e o espaço privado, às mulheres, relegando essas últimas ao domínio da casa, dos filhos e do marido, configurando, dessa maneira, uma

representação do feminino enclausurado e emudecido no medievo europeu²⁴. Isso posto, essa representação do feminino se cristalizou ao longo da História, mostrando que, mesmo com o passar do tempo, as mulheres continuaram ficando em segundo plano para desempenhar na sociedade, o que Virginia Woolf (2019) denomina como “os anjos dos lares”.

Mediante o exposto, percebemos que Isabel Machado (2017) e Philippa Gregory (2019) também abordam em seus enredos romanescos outras representações do feminino que, por sua vez, encontram-se em contraste com o que é esperado para as mulheres na sociedade da Baixa Idade Média portuguesa e inglesa. Essas outras facetas do feminino configuram-se em positivas e negativas, dentre elas: feiticeiras, bruxas, prostitutas, mancebas, barregãs, malévolas, figuras míticas, guerreiras e santas, a exemplo do que percebemos que ambas as romancistas também dão visibilidade a essas mulheres em suas narrativas romanescas.

A exemplo disso, em *A Rainha Santa* (2017), temos a vidente que interpela D. Isabel em uma visita à cidade de Coimbra, que, de acordo com o narrador onisciente, pode ser considerada, mediante o contexto cristão e teocêntrico do medievo europeu, como uma referência a uma feiticeira ou a uma bruxa:

Quando entregou a mão à mulher, ela beijou-a e virou a palma para cima. Isabel reprimiu o gesto instintivo de lha retirar imediatamente, descrente de videntes e outras blasfêmias, e sentiu leve receio. Retirou a mão suavemente e disse à estranha criatura: – Deixai estar. Acredito na vontade de Deus. É o que me move neste mundo. Sem desviar os olhos da rainha, a mulher insistiu na sua voz grave: – Fazeis mal, senhora. O que tenho para dizer é sobre a salvação do reino. Com um intenso desconforto que não saberia explicar, Isabel preferiu afastar-se e continuou o caminho, rapidamente escoltada pelas suas damas [...] (MACHADO, 2017, p. 348).

Além disso, há também, na obra de Isabel Machado (2017), uma personagem chamada Dulce, considerada como uma “prostituta”, a quem D. Isabel de Aragão ajudou fornecendo-a mantimentos, vestimentas, abrigo e uma quantia em maravedis para que a moça deixasse a vida de prostituição. Em adição, identificamos Graça Froes, descrita pelo narrador onisciente como uma “manceba” na corte d’el-rei D. Dinis I. No contexto em que D. Isabel está inserida, uma mulher como Graça Froes é denominada como uma “barregã” e, em consequência disso, não é bem-vista em uma conjuntura na qual o comedimento, a pureza e o recato são exigidos às mulheres da realeza, da alta e da baixa nobreza, assim como, da aristocracia:

Vataça deitou um olhar rápido a Graça Froes, a nova paixão de D. Dinis que aquecia as línguas de veneno. Mantinha a conversa com o rei, com desplante de barregã, e sorria, com dengoso requebro do corpo. Via-a coberta de jóias, quase tantas como as da rainha, se a coroa não contasse, um excesso que nem era permitido às damas que

²⁴ “A dicotomia público/privado começou a emergir de novo no início da Idade Média. Em geral, as mulheres fiavam, teciam, cuidavam dos animais e das hortas, enquanto os homens faziam o trabalho agrícola mais pesado e as guerras [...]” (MURARO, 2002, p. 101).

não fossem da família real. O vestido arrastava numa pequena cauda que lhe prolongava a volúpia da carnação, como uma carícia sobre o pavimento coberto de tapetes vindos do Oriente, parte do riquíssimo enxoval que Isabel trouxera e que sobrava dos seus aposentos (MACHADO, 2017, p. 152).

Outra figura que contrasta com os moldes exigidos às mulheres inglesas na Baixa Idade Média, mas agora, na obra Philippa Gregory (2019), refere-se à Lady Margaret of Anjou, consorte do rei Henry VI e, posteriormente, rainha regente da Inglaterra. Apesar de “parece[r]-me bela e afetada. [...] Ela, porém, é mundana. [...]” (GREGORY, 2019, p. 22-23, acréscimo nosso). Além disso, ela também é vista como “um pesadelo de vaidade e ambição” (GREGORY, 2019, 178). Destarte, considerada como uma das *She-Wolves*²⁵, Margaret of Anjou desempenha um papel ao longo da narrativa de Philippa Gregory (2019) que é, geralmente, considerado pelo pensamento androcêntrico e falocêntrico como uma mulher detentora de ações de um “feminino negativo”, com tendência “malévola” na visão de muitos sujeitos sexistas do seu contexto, apenas por ela expressar o mesmo desejo pelo poder político e as ambições que os homens de sua conjuntura social detinham.

Um outro ente de ficção que identificamos na metaficção historiográfica de Philippa Gregory (2019) que foge dos padrões esperados para o feminino no período medieval, consiste em Lady Jacquetta Woodville, Countess of Rivers. Ela é vista no enredo romanesco, na maioria das vezes, usando “um vestido azul perpassado por um fio prateado que o faz cintilar como água” (GREGORY, 2019, p. 23). Além disso, “a impressão é que ela tem escamas, como peixes. Ao perceber que a observo, ela sorri para mim, o que faz seu rosto se iluminar em calorosa beleza, como a luz do sol refletida na água de um dia de verão” (GREGORY, 2019, p. 23). Por conseguinte, essa nobre dama inglesa, anteriormente conhecida como Lady Jacquetta de Luxemburgo – filha de D. Pedro I de Luxemburgo (1390-1433) e de Lady Margaret of Baux (1394-1469) (Earl and Countess of Saint-Pol, respectivamente), de Burgundy –, carrega o estigma de bruxa durante toda a narrativa romanesca, em virtude da sua descendência de Melusina, Deusa das Águas, portanto, dotada de poderes mágicos (Cf. GREGORY, 2019).

²⁵ “Com a morte de Edward VI, em 1553, na Inglaterra, pela primeira vez, teria uma rainha reinante. A pergunta era: Quem? Quatro mulheres estavam no topo da história: a filha de Katherine of Aragon, Mary; a filha de Anne Boleyn, Elizabeth; Mary, Rainha da Escócia; e, Lady Jane Grey. Mas, ao longo dos séculos, outras mulheres excepcionais tiveram dificuldade em ultrapassar os limites de sua autoridade e influência – e foram vilipendiadas como ‘*She-Wolves (Lobas)*’ por suas ambições. Revelado em detalhes vividos em *Lobas: as mulheres que governaram a Inglaterra antes de Elizabeth* (2012), de Helen Castor, as histórias de Eleanor of Aquitaine, Isabella of France, Margaret of Anjou e a Imperatriz Matilda, expuseram o paradoxo do qual as próximas líderes da Inglaterra enfrentariam quando o trono Tudor estivesse diante delas – os homens governaram a mulher, mas essas mulheres buscaram governar uma nação” (CASTOR, 2012, [s.p.], tradução e grifos nossos).

Em acréscimo, filha de Lady Jacquetta Woodville e considerada pelos integrantes e partidários da Casa de Lancaster como uma barregã no decurso da narrativa, Lady Elizabeth Woodville assume duas representações negativas do feminino na Baixa Idade Média inglesa: prostituta e feiticeira. A primeira adjetivação explicita-se quando a narradora-protagonista diz o seguinte sobre Lady Elizabeth Woodville: “[...] ainda que eu conseguisse suportar me casar com a família pretensiosa de uma rainha que encontrou um marido à beira da estrada como uma prostituta, não conseguiria pôr nenhum de seus membros contra ela e seu querido bebê” (GREGORY, 2019, p. 202). Em adição, com relação ao segundo adjetivo, levando em consideração os acontecimentos sobrenaturais que se sucederam durante “A Guerra das Rosas”:

Tenho certeza de que é a rainha Elizabeth, não mais rainha, considerada agora uma prostituta e nem mesmo reconhecida como viúva. Sua vela brilha pouco acima da água escura, e ela escuta o triunfo de seu inimigo. Penso nela me observando passar em meu barco, partindo da corte do rei, da mesma forma que me observou há alguns anos, quando conduzi o meu filho à corte do rei Henrique [...] (GREGORY, 2019, p. 252).

Além disso, Lady Elizabeth of York, filha da rainha Elizabeth Woodville e do rei Edward IV, isto é, a terceira geração de descendência de Melusina, assim como as suas sucessoras, são consideradas como feiticeiras pela narradora-protagonista no decurso da metaficção historiográfica de Philippa Gregory (2019). Isso fica claro quando a própria Lady Margaret Beaufort narra:

Escrevo, envio mensagens, repreendo Elizabeth Woodville, a antiga rainha, em relação ao comportamento de suas filhas, que me é relatado cada vez com mais detalhes: as belas roupas, a importância na corte, a beleza, a alegria despreocupada, ou encanto Rivers, a preocupação apenas com a diversão. Muitos diziam que a avó delas, Jacquetta, era uma bruxa, descendente de Melusina, a deusa da água, e agora muitos dizem que essas jovens também praticam magia. A mais bela de todas é a prometida a Henrique, que, no entanto, se comporta como se tivesse esquecido completamente seu compromisso com ele. Escrevo para Elizabeth Woodville pedindo-lhe explicações. Escrevo à frívola menina Elizabeth de York a repreendendo. Escrevo a Henrique, lembrando-lhe seu dever – e ninguém, ninguém se dá ao trabalho de me responder (GREGORY, 2019, p. 298).

Já como representações de um “feminino divinizado” (Cf. CAMPBELL, 2015) em ambas as narrativas temos a Virgem Maria, Santa Isabel da Hungria e Santa Joana d’Arc. Em acréscimo, de forma significativa, Isabel Machado (2017) e Philippa Gregory (2019) também apresentam outras personagens que não aceitam completamente as condutas impostas pela sociedade de sua época. As protagonistas D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, por conseguinte, são exemplos de resistência ao sistema patriarcal através de suas atividades diplomáticas, estratégias políticas e relações com o sagrado. Portanto, essas cinco últimas

representações do feminino serão analisadas, com mais atenção, no decorrer do estudo das protagonistas da nossa pesquisa.

No primeiro tópico do presente capítulo, faremos uma breve apresentação dos romances *A Rainha Santa* (2017) e *A Rainha Vermelha* (2019), bem como, a aproximação dessas duas metaficcões historiográficas. Na segunda seção, trataremos sobre a representação do feminino na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa, mostrando como se organizava a estrutura social de Portugal e da Inglaterra nesse recorte histórico-cultural, assim como discutiremos sobre algumas representações do feminino a partir da análise de D. Isabel e Lady Margaret. No terceiro tópico, faremos um breve resumo biográfico das figuras históricas de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, além de mostrarmos como elas protagonizam transgressões dentro do matrimônio, nos levando a questionar se, de fato, essas personagens femininas assumem uma representação máxima como esposas ou santas na Baixa Idade Média europeia.

3.1 Apresentação do *corpus* romanesco: diálogo crítico

Publicado originalmente em 2016²⁶, em Portugal, pela editora A Esfera dos Livros, *A Rainha Santa* é um romance histórico contemporâneo português escrito pela romancista Isabel Machado, tendo como *leitmotiv* da narrativa a trajetória – do nascimento ao falecimento, aos sessenta e cinco anos de idade – da figura histórica de D. Isabel, Infanta do reino de Aragão, Rainha Consorte de Portugal, Santa da Igreja Católica Apostólica Romana e considerada como *Médium* para a Doutrina Espírita Kardecista.

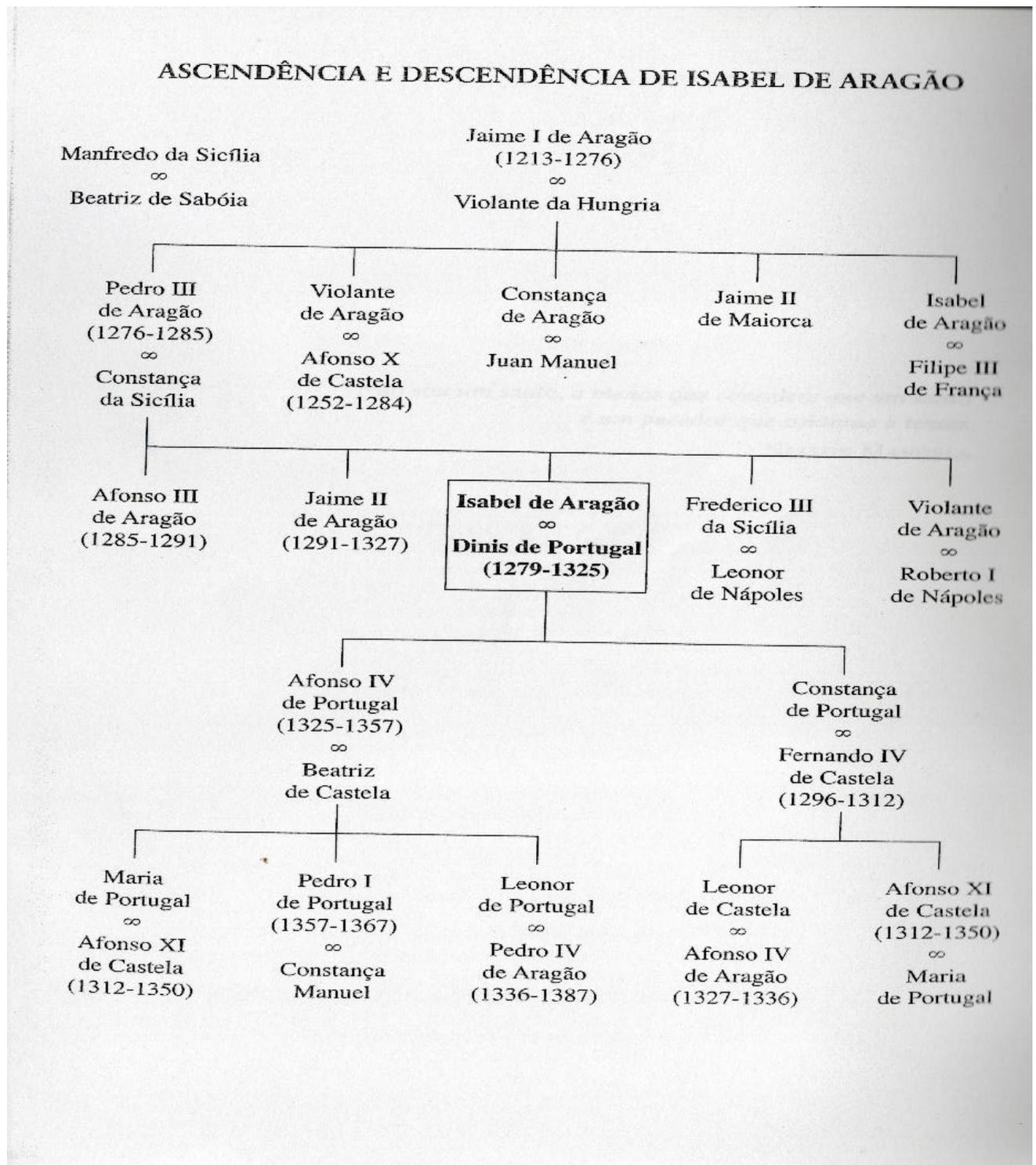
Em *A Rainha Santa* (2017), o foco do enredo consiste na forma como a protagonista lida com o destino que lhe foi reservado contra a sua vontade – mesmo que em benefício de sua própria casa real –, em virtude de sua posição sociopolítica na Baixa Idade Média europeia. Nascida princesa do reino de Aragão, filha de D. Pedro III, rei de Aragão, e de D. Constança de Hohenstaufen – a quem, desde o seu nascimento, lhe é esperado um destino extraordinário em consequência de sua aura de santidade –, nela é depositada a responsabilidade de selar, via casamento, a aliança que o seu pai firmou com o rei D. Dinis I de Portugal em beneficência de ambos os reinos e de toda a Península Ibérica medieval. Tal se explica pelo contexto sócio governamental em que os demais reinos peninsulares estão em conflito político e civil com a grande Castela, sofrendo frequentes ameaças de invasão pela

²⁶ Salientamos que, o nosso exemplar que será utilizado no decorrer do nosso trabalho consiste na segunda edição do romance, publicado em 2017, pela editora A Esfera dos Livros.

França, além da recuperação de territórios das mãos dos mouros e, por conseguinte, a expulsão desses dos limites ibéricos: a famosa “Reconquista” (718-1492). Em outras palavras, é um cenário que, na concepção dos líderes políticos e religiosos da época, apenas com a união dos ilustres tronos da Cristandade a paz poderia ser reestabelecida entre as casas reinantes.

A esse conteúdo, vejamos a árvore genealógica de D. Isabel de Aragão:

Figura 1 – Ascendência e Descendência Real de Isabel de Aragão.



Fonte: (MACHADO, 2017, p. 13).

Assim, submetida ao seu papel de princesa e/ou joguete no xadrez político europeu e, com isso, casando-se contra a sua vontade – pois o seu maior desejo era seguir uma vida de santidade, adotando o hábito das Clarissas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha –, D. Isabel torna-se Rainha Consorte de Portugal, momento em que ela percebe que, mais do que dotada de um destino de santidade, na sua nova posição, ela assumiria responsabilidades muito maiores do que ela poderia imaginar. Desse modo, no seu papel como rainha, esposa e mãe, a protagonista passa os cinquenta seguintes anos de sua vida lutando para manter a paz e a estabilidade política de sua dinastia no trono português.

Agindo como medianeira e intercessora nos assuntos diplomáticos e nas estratégias políticas entre os reinos da Península Ibérica, D. Isabel também intervém nos conflitos entre o seu marido, D. Dinis I, e o seu filho, D. Afonso IV, evidenciando, desse modo, seu frequente esforço para garantir a coroa portuguesa em favor de seu primogênito em meio a outros pretendentes ao trono de Portugal, em virtude dos diversos filhos bastardos de D. Dinis com suas mancebas, além do elevado grau de parentesco dos demais nobres peninsulares para com o trono português aptos a integrarem a linha de sucessão. Em síntese, através da sua luta incansável para manter a paz entre os do seu sangue e os demais reinos ibéricos, com a convicção de preservar a sua dinastia, além das diversas “obras do Cristo” (OTTO, 2007, p. 200) que ela praticou tanto em Aragão quanto em Portugal – corroborando, dessa forma, para a construção de sua imagem lendária, mítica e de santidade –, D. Isabel é, por fim, proclamada como *Rainha Santa* pela Igreja Católica.

Diante do exposto, entre ficção e história, Isabel Machado (2017) constrói a sua protagonista de modo que o leitor desconstrói a imagem mítica e lendária desse ícone da História medieval portuguesa, mostrando que, por trás dessa imagem sacralizada de *Rainha Santa* pela historiografia, hagiografia e biografias canônicas, assim como pelos romances históricos tradicionais, existiu uma personalidade destoante da que comumente era esperado para uma mulher na Baixa Idade Média. Além de a escritora nos apresentar uma Isabel na condição de filha, princesa, esposa, rainha, mãe e santa, nessa narrativa de extração histórica, Isabel Machado (2017) presenteia o leitor com uma Isabel que se diferencia das muitas representações que se cristalizaram para a posterioridade, resultando apenas na sua imagem de “mãe exemplar” e de “santidade” (Cf. ANDRADE, 2014) dessa figura mítica na História da Ibéria medieval, não mostrando, assim, a Isabel de Aragão que exerceu uma diplomacia

para com os demais reinos peninsulares, além de suas estratégias políticas em benefício da Península Ibérica.

Sendo assim, nesse romance, Isabel Machado (2017) eleva D. Isabel ao primeiro plano da narrativa, uma vez que, a maior parte dos acontecimentos do enredo giram em torno dessa personagem feminina; pois, como afirma a própria romancista, é uma história que é “vista, sobretudo, através do olhar de D. Isabel, mas também através da sua relação de forças, de choque, de encontros e desencontros, das angústias, alegrias, tragédias, intrigas e do intenso drama que, acredito, acompanhou toda a sua longa convivência” (MACHADO, 2017, p. 15).

Ademais, apesar de a obra ser narrada em terceira pessoa, por um narrador onisciente: “Isabel não vira nada assim desde a sua chegada ao reino. Parecia-lhe que Portugal em peso se juntara na cidade de Lisboa, representantes de todas as classes e ofícios unidos na maior procissão de que nem havia memória nos velhos” (MACHADO, 2017, p. 124); em diversos momentos, ao longo da narrativa, a romancista alterna essa narração em terceira pessoa com a da própria Rainha de Portugal. Isto é, o foco narrativo passa a ser desenvolvido em primeira pessoa, onde todos os acontecimentos do enredo, assim como, os fatos sócio-históricos e político-culturais são vistos sob a perspectiva de D. Isabel de Aragão, evidenciando, desse modo, o seu papel de narradora-protagonista durante toda a obra romanesca:

De silêncios esquivos entre as minhas damas se passou este dia. Não reconheci nenhuma delas nos seus gestos encolhidos, de risos presos, nas suas mãos inseguras. Os olhares de viés. Que vos deu, senhoras? Mas, calei a incerteza, segura de que sabiam o que eu ignorava. Recusaram-me a ida à cidade para visitar o hospital, alegando que me cansaria. Teimavam em querer-me queda, agarrada aos aposentos, naquele dia soalheiro de Inverno em que eu completava catorze anos. Vataça perguntou-me se me viera a regra. Não. Foi tudo o que quis saber, afastou-se e saiu do quarto, levando o que eu dissera, deixando-me mais obscura (MACHADO, 2017, p. 130, grifos da autora).

A partir do excerto, percebemos que, além de o foco narrativo ser em uma perspectiva feminina e em primeira pessoa, também há nessa ficção histórica de Isabel Machado (2017), um dos elementos que ilustra uma “multiplicidade de focalização”²⁷ (MARINHO, 1999, p. 40-43) presente no romance, percebida nas orações de D. Isabel que permeiam todo o enredo romanesco.

Totalizando, assim, em doze orações realizadas pela Rainha de Portugal no decurso dessa narrativa de extração histórica, ou seja, aproximadamente uma oração a cada dez capítulos do romance, a romancista as grifa em itálico como uma forma de enfatizar o discurso da personagem feminina em meio aos fatos narrados. Ademais, percebemos que,

²⁷ “A mudança, por vezes, constante de focalizadores relatando, assim, a sua versão da História, dá a medida exacta da precária verdade do passado. [...]” (MARINHO, 1999, p. 41).

esses momentos de despojamento de D. Isabel para com o divino, apresentam-se, também, como monólogos interiores da esposa de D. Dinis. Desse modo, a junção do foco narrativo em primeira pessoa pela personagem feminina, o desenrolar das ações em torno dessa última e essas ênfases nas suas orações, nos revelam, por sua vez, um protagonismo feminino atuante da Rainha de Portugal nessa metaficção historiográfica de Isabel Machado (2017).

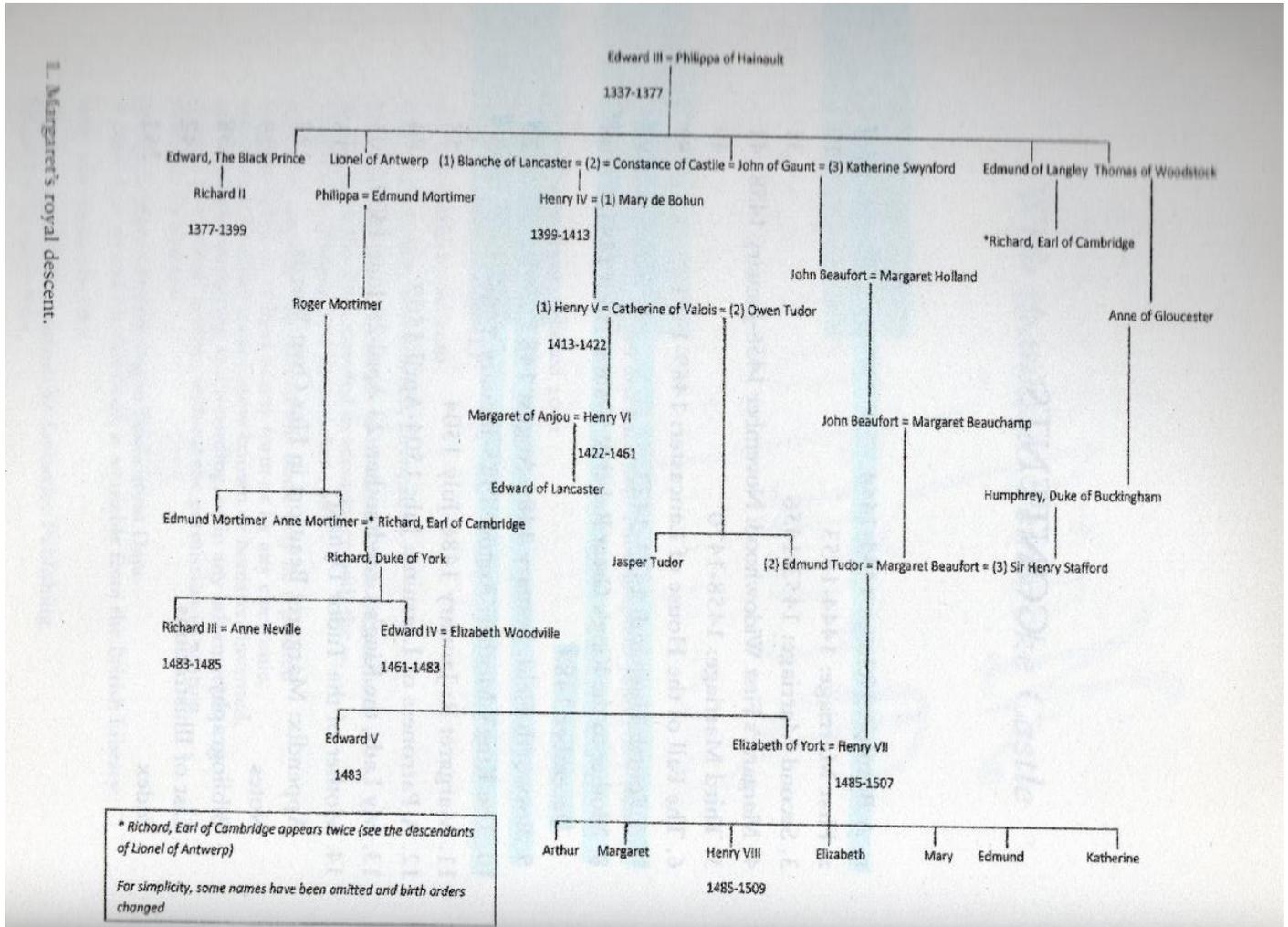
A Rainha Vermelha (2019)²⁸ é um romance histórico contemporâneo inglês, que tem como objetivo relatar a trajetória – da sua segunda infância, aos nove anos de idade, até o momento em que o seu filho, Henry Tudor (Henry VII), sobe ao trono de Inglaterra, quando ela tem quarenta e dois anos de idade –, da figura histórica Lady Margaret Beaufort, herdeira da Casa de Lancaster, Condessa de Richmond e Derby, My Lady The King's Mother, Rainha Mãe da Inglaterra e colaboradora da elite intelectual da sociedade quatrocentista inglesa.

No romance *A Rainha Vermelha* (2019), o cerne da história consiste na frequente luta de Lady Margaret Beaufort em lidar com um destino que lhe foi imposto contra a sua vontade – de casar-se para atender os interesses políticos de sua família, isto é, como tantas outras, ela tinha o valor de um peão no tabuleiro de xadrez político inglês –, em consequência de sua posição sócio-política e econômica no final da Baixa Idade Média inglesa. Nascida de uma estirpe da nobreza inglesa, os Beaufort, filha de John Beaufort, primeiro Duke of Somerset, e de Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe – apresentando-se desde a infância como uma criança dotada com um sentido de destino santo –, Lady Margaret passa os seus trinta anos seguidos em busca de colocar o seu filho, Henry Tudor, no trono inglês.

²⁸ Salientamos que, o nosso exemplar que será utilizado no decorrer do nosso trabalho consiste na terceira edição do romance, publicado em 2019, pela editora Record.

A esse respeito, vejamos a árvore genealógica de Lady Margaret Beaufort:

Figura 2 – Ascendência e Descendência Real de Margaret Beaufort.



Fonte: (NORTON, 2011, p. 06).

Isso porque, mesmo sendo a única herdeira direta da Casa de Lancaster e, por conseguinte, da coroa inglesa – tendo em vista que essa casa real pensava que somente ela possuía um maior direito de governança da Grã-Bretanha, por ser mais próxima da descendência de Edward III, fundador da Casa de Lancaster e da Casa de York –, ela não pôde assumir o posto de Rainha, na condição de “Regente”. O seu contexto sociopolítico e cultural não tolerava que uma mulher pudesse governar um dos maiores impérios europeus com a mesma agilidade, inteligência, sabedoria e mãos de ferro que um homem o fizesse. Dessa forma, Lady Margaret Beaufort sobreviveu em um contexto no qual havia

predominância do sistema patriarcal, um cenário que oprimia e relegava as mulheres a um plano de inferioridade espiritual, física e mental.

Assim, nesse meandro, além de ser usada como joguete político, casando-se contra a sua vontade com nobres ingleses (Lord Edmund Tudor, Sir Henry Stafford e Lord Thomas Stanley), Lady Margaret Beaufort aproveita de sua posição política e articula-se para alcançar a coroa inglesa. Portanto, a partir desse desejo insaciável de atingir a grandeza político-econômica da realeza inglesa – justificando ser ela a escolhida por Deus para salvar a Inglaterra da França e da Guerra dos Primos, estabelecendo, desse modo, a paz em toda Grã-Bretanha –, a condessa de Richmond e Derby faz o possível e, até mesmo o impossível, em meio à turbulenta Guerra das Casas de Lancaster e York, para colocar o seu primogênito no trono inglês. Dessa maneira, assumindo, por vezes, a condição de vítima e, em outros momentos, para muitos, o papel de vilã, Lady Margaret acaba com a Guerra das Rosas quando coroa Henry Tudor Rei da Inglaterra (Henry VII) e, com isso, torna-se *Margaret Regina: Margaret R.*

Destarte, entre metaficção e História, Philippa Gregory (2019) constrói a sua personagem romanesca de modo que o leitor consegue desconstruir a imagem de “velha mandona” e “sogra infernal” (Cf. TALLIS, 2020) que se tem dessa figura enigmática, para, com isso, nos mostrar uma Lady Margaret Beaufort destoante do perfil traçado pela historiografia tradicional e biografias canônicas inglesas.

De acordo com a nossa leitura sobre essa ficção histórica, vemos que, Philippa Gregory (2019) nos mostra uma personagem não somente com algumas dessas características que se cristalizaram na História oficial da Inglaterra medieval. Pois, segundo a romancista, “a tentativa de criar para o leitor uma personagem que, de criança dotada com o senso de um destino santo, se transformou na mulher que ousou reivindicar o trono da Inglaterra para seu filho foi um desafio e um grande prazer” (GREGORY, 2019, p. 359). Assim, observamos que, a escritora nos revela novas facetas de Lady Margaret Beaufort ao longo do seu enredo romanesco, no qual conhecemos uma Margaret não apenas filha, herdeira, Condessa, esposa e mãe, mas uma mulher que tentou exercer funções que, outrora, eram destinadas apenas ao domínio do masculino na Idade Média: o aperfeiçoamento do intelecto, a diplomacia, as estratégias e atividades políticas.

Nesse romance histórico, Philippa Gregory (2019) eleva Lady Margaret Beaufort ao primeiro plano da narrativa, configurando-a tanto como protagonista quanto como narradora-personagem, uma vez que todos os acontecimentos do enredo são vistos e contados sob a perspectiva da Condessa de Derby:

Deito-me, como mandaram, pois a obediência, mesmo a mulheres do povo e tolas, é uma virtude. Embora eu seja filha de um homem que foi um dos maiores comandantes ingleses na França, membro da eminente família Beaufort e, portanto, herdeira do trono de Henrique VI da Inglaterra, ainda assim tenho de obedecer a minha governanta e a minha mãe, como se fosse uma menina qualquer. Tenho uma posição alta no reino, prima do próprio rei – embora seja terrivelmente desconhecida em casa, tendo de fazer o que uma velha estúpida que dorme durante a homilia do padre e mastiga ameixa cristalizada durante a ação de graças. Eu a considero uma cruz que devo carregar e peço por ela em minhas preces (GREGORY, 2019, p. 12).

Destarte, narrando a história em tom confessional, como podemos observar no fragmento, Lady Margaret Beaufort tem uma visão panorâmica sobre todas as personagens, lugares, datas, acontecimentos, eventos históricos e, principalmente, a respeito das estratégias políticas do reino da Inglaterra à medida que o seu desejo de alcançar o trono inglês torna-se, assim, a força motriz para o seu protagonismo no decurso da narrativa. Em consequência disso, dotada de um discurso, por vezes, sarcástico e irônico, e em outros momentos dócil e persuasivo, a Condessa de Derby enfatiza a sua posição de heroína do início ao final do romance, evidenciando, desse modo, a “multiplicidade de focalização²⁹” apontada por Fátima Marinho (1999, p. 40-43), tanto como característica no romance histórico contemporâneo quanto da metaficção historiográfica.

Ao refletirmos sobre as concepções de Miguel Real (2012), a respeito da configuração do romance histórico contemporâneo, vemos que um outro elemento no enredo romanescos que nos mostra esse protagonismo de Lady Margaret Beaufort e, ao mesmo tempo, uma focalização heterodoxa, consiste no conteúdo das duas primeiras páginas do romance. *A Rainha Vermelha* (2019) inicia-se com a protagonista em seu genuflexório tendo uma visão, em que ela mesma é a própria Joana d’Arc momentos antes de sua execução por heresia. Isso porque “há, nesse tipo de romance, uma superposição de tempos históricos diferentes. todos esses elementos elencados e discutidos caracterizam *A Rainha Vermelha* (2019) como uma metaficção historiográfica pós-moderna.

Com relação à aproximação dos nossos *corpora* romanescos *A Rainha Santa* (2017) e *A Rainha Vermelha* (2019), dentre as temáticas que conseguimos identificar ao longo dessas duas metaficções historiográficas que se assemelham, dentre muitas outras, enfatizamos: a representação feminina no medievo europeu, o amor cortês, o amor villano, a maternidade, a sociedade feudal, o patriarcalismo, o falocentrismo, o androcentrismo, o machismo, o

²⁹ “A par desta disparidade de focalizações, que depende estritamente dos pontos de vista das variadas personagens envolvidas na trama, encontramos ainda a marca ostensiva do narrador que se distancia do tempo narrado [...]” (MARINHO, 1999, p. 41).

sexismo, a guerra civil, o autoritarismo monárquico, a tirania, a diplomacia e o teocentrismo. Além disso, ambas as metaficções historiográficas também se aproximam com relação a outros elementos, tais como: o foco narrativo, o espaço, o tempo, o panorama histórico, o cenário político, civil e legislativo, a estrutura social, a autoria feminina e, principalmente, o protagonismo feminino que permeia ambas as ficções históricas contemporâneas.

Portanto, como delimitação do nosso objeto de pesquisa, pretendemos fazer uma análise comparativa entre as protagonistas dessas ficções históricas pós-modernas, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, por constatarmos que há elementos que nos permitem aproximar ambas as personagens femininas; analisando tanto as suas convergências quanto as suas divergências. Pois, entre Ficção e História, as personagens romanescas D. Isabel e Lady Margaret tentam lidar com todos esses elementos citados anteriormente, mas, os que se sobressaem e moldam as imagens, perfis e personalidades das referidas protagonistas consistem: na sua condição feminina na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa; a sua maternidade como um sentido da vida em direção a transcendência; seus feitos diplomáticos e estratégias políticas em benefício da Península Ibérica e da Grã-Bretanha; além da sua forte relação com o sagrado. Mediante o exposto, essas protagonistas se apresentam como destoantes se comparadas com as demais mulheres que são representadas.

Para tanto, esses pontos de convergências nos permitem fazer uma análise comparativa e crítico-reflexiva dessas personagens femininas à luz dos estudos de gênero, mais em específico, sob o viés da crítica literária feminista e, por sua vez, do feminismo político. Por meio das reflexões críticas que se apresentam nas obras de Isabel Machado (2017) e de Philippa Gregory (2019) que conseguimos vislumbrar esses eventos que foram silenciados ao longo do tempo. Em outras palavras, nesses romances históricos contemporâneos, as romancistas nos mostram como se configura a condição das mulheres no contexto da Europa Medieval, recorte histórico marcado pelo patriarcalismo, no qual predominava, com mais vigor, a prática sexista, androcêntrica e falocêntrica.

Dessa maneira, vemos que, nas suas obras, essas romancistas tentam dar visibilidade às contribuições de mulheres para História não só da sua pátria, mas para um continente inteiro; dando ênfase, também, à consciência sobre a igualdade de direitos entre os sexos, que, muitas vezes, mesmo nos dias atuais, ainda sofrem com o prenúncio do retrocesso social, político e cultural. Em suma, vemos que, ambos os romances não se aproximam apenas em termos de categorias e elementos narrativos, mas também, no que diz respeito a temáticas que abordam questões problematizadoras.

3.2 A representação do feminino na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa

Para o historiador francês Jacques Le Goff (2005a), a Idade Média é um período histórico caracterizado, de um modo geral, pela formação e organização da Europa Ocidental, diferenciando-se essa última, geograficamente, da que conhecemos nos dias atuais em consequência das muitas mudanças que a esta sofreu ao longo dos séculos. De forma didático-categórica, conforme Jacques Le Goff (2005a), esse recorte temporal está alocado entre os séculos V e XV³⁰, sendo denominado como Alta Idade Média dos séculos V ao X, e a Baixa Idade Média entre os séculos XI e XV. De acordo com Jacques Le Goff (2005b), é comum associarmos essa época às grandes guerras, aos massacres, à Inquisição, à caça às bruxas, ao atraso cultural, ao teocentrismo, ao fanatismo religioso, dentre outras características que nos remetem à negatividade.

Porém, devemos lembrar que esse é um período em que a Europa do Ocidente está em fase de desenvolvimento, avanços, progressos e mudanças no que consiste às relações sociais no interior e no exterior das nações; ao comércio; à política; ao conhecimento; às esferas legislativa e civil, assim como, às crenças e à própria cultura como um todo. Portanto, não é de se esperar que haja algum indício de igualdade social ou tolerância mútua entre os indivíduos pertencentes a essa Era, muito menos que, os que estão à margem – como os pobres, os muçulmanos, os islâmicos, os judeus, e as mulheres, tendo em vista que, falamos de uma Idade Média que se cristianizou no decorrer do tempo – tenham uma participação direta no que diz respeito à organização institucional e ao poder político, de fato.

Consoante o historiador Mário Domingues (2005), entre 1279 e 1325, o reino de Portugal é governado por el-rei D. Dinis I (1261-1325), “O Lavrador”, esposo de D. Isabel de Aragão (1271-1336), filho de D. Afonso III (1210-1279), “O Bolonhês” – em virtude do primeiro casamento desse último com D. Matilde II (1202-1259), Condessa de Bolonha –, e D. Beatriz de Castela (1242-1303), pertencentes, portanto, à dinastia Afonsina – primeira dinastia de Portugal, essa se estendendo até o reinado de D. Fernando I (1345-1383), “O Formoso”. Desse modo, na concepção da historiadora Manuela Mendonça (2006), com o reinado de D. Dinis I, Portugal encontra-se no seu segundo estágio de governo, denominado como o “dos reis que o organizaram” (MENDONÇA, 2006, p. 145)³¹, considerando-se, ainda,

³⁰ Salientamos que, o recorte histórico do qual ambienta o *corpus* e o objeto da nossa pesquisa consiste na Baixa Idade Média, em específico, os séculos XIII, XIV e XV, em Portugal e na Inglaterra, respectivamente.

³¹ “[...] o processo de reconquista em curso não viabilizaria de imediato uma sólida organização territorial, pelo que podemos distinguir três sub-períodos no medievo português: o dos reis que estabeleceram o território; o dos reis que o organizaram; os reis que consolidaram Portugal” (MENDONÇA, 2006, p. 145).

que, “a formação de Portugal, no Ocidente da Península Ibérica, é fruto de um longo processo de migração que marcou a vida cotidiana das populações” (DUARTE, 2003, p. 85). Isso significa dizer que, esse reino ainda enfrenta diversas instabilidades no que diz respeito à política, à legislação, ao comércio e às relações internacionais.

Com relação a esse último aspecto, na concepção da historiadora Teresinha Duarte (2003, p. 85), “a conquista muçulmana da Península, no século VIII, é uma espécie de revanche. Nesse sentido, com a reconquista do território ocupado por árabes e berberes, por parte dos cristãos, entre os séculos VIII e XII, permitiu-se a formação do reino português, com uma vivência cotidiana marcada pela fereza das guerras”. Destarte, entre os séculos XII e XIII, o território peninsular ganha outros contornos no que diz respeito aos âmbitos geopolítico, socioeconômico e demográfico, fazendo com que suas políticas interna e externa se moldem à medida que os reinos peninsulares avancem devido ao processo de reconquista do território ibérico do domínio mouro.

Nesse meandro, dentre os reinos que compunham a Península Ibérica Medieval – em específico, entre os séculos XIII e XIV – como Portugal, Castela, Aragão, Granada, Navarra, Múrcia e Baleares, e que lutavam contra a hegemonia mulçumana nos territórios peninsulares, especialmente, os três primeiros mantiveram, por longa data, conflitos que ameaçavam a estabilidade do poderio político e econômico dessas nações. Segundo a historiadora medievalista portuguesa Julieta Araújo (2009), com o passar dos anos conflituosos entre o trio ibérico, a grande Castela – que, por sua vez, localizava-se entre os reinos de Portugal e Aragão – não conseguiu impedir que os monarcas portugueses e aragoneses firmassem alianças e, com isso, mantivessem um período de razoável paz nessa parte da península.

Além disso, Julieta Araújo (2009) salienta que, mediante a contínua paz entre os reinos português e aragonês – visto que, caso Castela não se submetesse ao estado de relações políticas pacíficas, os seus vizinhos poderiam esquecer o convívio fleumático e incitar conflitos bélicos, já que, sob o ângulo geográfico, o reino castelhano se encontrara sem rota de fuga –, D. Dinis I de Portugal e D. Jaime II de Aragão – juntamente com as contribuições da Rainha Santa D. Isabel de Aragão –, assim como os sucessores de ambos, esforçaram-se para que, as alianças de paz entre esses três grandes reinos peninsulares se concretizassem. Desse modo, de acordo com os historiadores António Marques e João Dias (2010), após os turbulentos séculos entre as casas reinantes ibéricas, muitas delas valeram-se de uma ferramenta comum no cotidiano da realeza, da nobreza e da aristocracia: o matrimônio.

Assim, via casamento, os sujeitos pertencentes a essas três classes firmavam alianças entre os infantes e infantas como uma forma menos difícil de manter a estabilidade política e

econômica entre as casas reinantes; o que, de certa maneira, irá moldar os aspectos cultural e sociopolítico não só da Península Ibérica, mas também, de toda a Europa Medieval. A exemplo disso, como uma maneira de cessar os conflitos civis e garantir um equilíbrio, fortalecimento e prosperidade política e econômica entre o reino de Portugal e o de Aragão, temos o casamento político entre D. Dinis I de Portugal e D. Isabel de Aragão.

Segundo o historiador Dan Jones (1981), em seu livro intitulado *The Wars of the Roses: the fall of the Plantagenets and the rise of the Tudors* (2014), entre os anos de 1455 e 1487, a Inglaterra é governada por oito reis, ganhando mais destaque tanto nos registros históricos quanto na narrativa de ficção histórica, quatro deles. Conforme Dan Jones (2014), o primeiro dos quatro mais famosos foi Henry VI (1421-1471), “O Santo”, filho do Lancastriano Henry V (1386-1422) e de Catherine of Valois (1401-1437); o Yorkista Edward IV (1442-1470), filho de Richard Plantagenet (1411-1460), terceiro Duke of York e de Cecily Neville (1415-1495), Duchess of York; Richard III (1452-1485), filho também de Lady Cecily Neville e Lord Richard Plantagenet; e, por fim, Henry VII (1457-1509), filho de Edmund Tudor (1430-1456), Earl of Richmond e de Lady Margaret Beaufort (1443-1509), Countess of Richmond e Derby. Desse modo, a constante troca de reis no trono inglês é uma característica da frequente instabilidade política na qual a Inglaterra da Baixa Idade Média se encontra; o que, de certa maneira, irá desencadear diversos fatores que contribuirão de forma negativa e positiva para o desenvolvimento geopolítico e socioeconômico dessa nação.

Sob a ótica do historiador Martin Dougherty (1969), em seu estudo nomeado *A Guerra das Rosas: a história que inspirou Game of Thrones* (2016), esse período de turbulência e de conflitos bélicos na Inglaterra quatrocentista entre os anos de 1455 e 1487, é conhecido como *The War of the Roses*. Assim, a esse conteúdo, Martin Dougherty (2016) acrescenta:

A luta pelo poder inglês ocorrida nessa época ficou conhecida como Guerra das Rosas devido ao emblema das duas principais facções. É claro que a guerra foi muito mais complexa do que um choque entre duas facções. Traições e descontentamentos levaram alguns personagens a trocar de lado, e nem sempre o inimigo ficava muito claro. A Guerra das Rosas resolveu uma questão dinástica sobre a sucessão ao trono inglês e permitiu à dinastia Tudor – com personagens que mudaram o mundo, como Henrique VIII e Elizabeth I – assumir o poder da Inglaterra. Houve também consequências imediatas para a Escócia e a França e outras mais amplas que chegariam ao Novo Mundo (DOUGHERTY, 2016, p. 08).

De acordo com Dan Jones (2014), A Guerra das Rosas foi um conflito bélico entre as duas casas mais poderosas da Inglaterra medieval: os ducados de Lancaster e de York. Na concepção do historiador inglês, esse embate civil recebeu a adjetivação “Rosas” em virtude

do emblema de ambas as dinastias, a de Lancaster representado por uma rosa vermelha e a de York por uma rosa branca. Além disso, mediante as ideias de Dan Jones (2014), esse marco histórico da Inglaterra quatrocentista também é conhecido por diversos historiadores ingleses como “A Guerra dos Primos”, em virtude de esse combate civil ter acontecido entre membros da mesma família, isto é, entre os próprios primos.

Martin Dougherty (2016) argumenta que a corrida das duas casas pelo trono inglês justifica-se pelo fato de que ambas as partes descendem da dinastia Plantagenet, mais especificamente, de Edward III (1312-1377). Portanto, os indivíduos dos dois ducados, assim como parentes próximos, propunham as suas pretensões à monarquia inglesa à medida em que cada monarca esvaziava o trono ou não. Daí surge a denominação que o poeta e dramaturgo inglês William Shakespeare (1564-1616), em sua peça histórica *Richard II* (1595), empregou a esse evento histórico como “The Hollow Crown”³², em virtude das frequentes trocas de soberanos no governo de Inglaterra.

Nesse ínterim, conforme Dan Jones (2014), A Guerra das Rosas durou mais de trinta anos e, como afirma o autor e muitos outros historiadores, o seu término é mais conhecido como “The Fall of the Plantagenets and the Rise of the Tudors” (Cf. JONES, 2014). Desse modo, esse combate entre os do mesmo sangue só se encerra com a vitória de Henry Tudor contra Richard III no campo de batalha Bosworth, em 22 de agosto de 1485³³. Assim, como uma forma de selar uma paz duradoura entre os dois ducados, é forjada uma aliança, via casamento, entre Henry Tudor (futuro Henry VII), filho de Lady Margaret Beaufort, herdeiro da Casa de Lancaster, e Elizabeth of York, filha de Elizabeth Woodville, herdeira da Casa de York; formando, por conseguinte, uma outra dinastia mais poderosa se comparado com as anteriores: The Tudors.

Mediante esses contextos sócio-históricos e político-culturais português e inglês, de acordo com o argumento da historiadora Régine Pernoud (1909-1998), em seu ensaio intitulado *Luz sobre a Idade Média* (1997), a estrutura social tanto da Alta quanto da Baixa Idade Média consiste no sistema feudal. Esse último diz respeito à sociedade que existe entre os senhores feudais e os vassallos. Na perspectiva de Régine Pernoud (1997), de um modo geral, o feudalismo consiste em um sistema socioeconômico no qual o lucro gira em torno da produção agrícola, assim como, da extração e subsistência da própria terra, no qual cada

³² “For God’s sake, let us sit upon the ground/ And tell sad stories of the death of kings;/ How some have been deposed; some slain in war,/ Some haunted by the ghosts they have deposed;/ Some poison’d by their wives: some sleeping kill’d;/ All murder’d: for whithin the hollow crown/ That rounds the mortal temples of a king/ Keeps Death his court...” (SHAKESPEARE, c. 1595 apud JONES, 2014, [s.p.]).

³³ Segundo Dan Jones (2014), para muitos historiadores, a Idade Média na Inglaterra encerra-se com o término d’A Guerra da Rosas, denominando o período após essa última como “A Renascença Inglesa”.

membro desse grupo feudal é responsável pela manutenção um do outro, isto é, cada um tem um propósito para com o desenvolvimento socioeconômico e político de sua nação.

Consoante Régine Pernoud (1997) e Jérôme Baschet (2006), o rei, por conseguinte, está no topo dessa pirâmide, uma vez que ele é responsável pela administração, pela justiça, pela manutenção da cultura, da crença, do comércio e da política interna e externa do reino. O senhor feudal ocupa o segundo lugar nessa tríade, tendo, portanto, a responsabilidade de gerir espaços menores como as propriedades rurais e, por sua vez, direcionar uma parte dos seus lucros para os cofres da coroa. Na maioria das vezes, esses senhores feudais também prestam serviço militar em caso de extrema necessidade de sua pátria, muitos deles ascendendo à patente de cavaleiro, ocupando, em alguns casos, os dois cargos. Ademais, na base dessa pirâmide, responsável por subsidiar a maior parte da economia do país através de sua mão de obra árdua, encontram-se os vassallos. A esses, são cedidas porções de terras por seus senhores feudais, em que eles produzem tanto para a sua própria subsistência quanto para a produção do senhor do feudo.

Segundo Jérôme Baschet (2006), por não existir uma indústria nessa época, o artesanato ocupava um lugar de destaque, embora essa produção não fosse em larga escala nesse contexto como observamos, por exemplo, no início da Era Renascentista. Dessa forma, “o próprio artesanato era reduzido e confinado às necessidades de consumo: fabricavam-se artigos de vestuário, calçados, objectos de ferro, madeira e barro, alfaias domésticas e agrícolas, e pouco mais” (MARQUES; DIAS, 2010, p. 23). Em relação ao comércio estrangeiro nesse período, António Henrique Marques e João José Dias (2010, p. 23) afirmam que, “foi-se desenvolvendo, sobretudo, a partir do século XIII, quando o intercâmbio marítimo [...] começou a substituir-se às viagens dos cruzados”.

Na ótica de Jérôme Baschet (2006), na Idade Média, em específico, entre os séculos XIII e XV, havia uma hierarquização em classes, subclasses, grupos e subgrupos, sendo as três divisões mais acentuadas a nobreza, o clero e o povo. Dessa maneira, além dos indivíduos mais próximos da realeza em termos de linhagem real como os duques, os condes, os viscondes, os marqueses e os fidalgos, a nobreza era composta também por sujeitos denominados como “ricos-homens, infanções, cavaleiros e escudeiros” (MARQUES; DIAS, 2010, p. 24). Entre essa última classe e o clero, encontrava-se o burguês, “que era, sobretudo, o grande mercador, procurava libertar-se da categoria de vilão em que se encontrava, ascender à cavalaria ou, pelo menos, assumir lugar próprio e aparte” (p. 24). Além disso, há os que compõem o clero, dividido em alto e baixo, regular e secular, considerados, por conseguinte,

como “privilegiados”, pois, “não pagavam impostos, recebiam proteção superior e assumiam direitos sobre os populares” (p. 24).

Em acréscimo, de acordo com Jérôme Baschet (2006), com relação ao povo, encarregado por manter as demais classes sociais, é composto pela “peonagem, grupo de rendeiros, foreiros, colonos”, além dos “mesterais ou homens de ofício e a arraia-miúda dos assalariados, mercadores ambulantes e dos pobretões. Não esquecer igualmente os homens do mar, sobretudo, os pescadores integrados para efeitos práticos na categoria dos mesterais” (MARQUES; DIAS, 2010, p. 24-25).

Além disso, sob o prisma de Jaques Le Goff (2005b), um aspecto importante da configuração do período medieval consiste na crença. Por volta da Baixa Idade Média, a maior parte da Europa ocidental já se encontra convertida ao cristianismo. Visto que, especificamente, no início da Era Medieval, na Península Ibérica, houve uma constante luta contra os povos islâmicos e mulçumanos, assim como na Grã-Bretanha, que houve a conversão de muitos politeístas ao cristianismo, principalmente, aqueles que tinham descendência nórdica, celta e escandinava. Assim, com o passar do tempo, o “cristianismo preenchia o mundo, do seu início ao seu final destino. Havia também de preencher a vida de cada homem, de presidir ao seu nascimento, ao seu crescimento e à sua morte” (MARQUES; DIAS, 2010, p. 185). Além disso, os papéis atribuídos aos homens e às mulheres nesse recorte histórico eram bem delimitados, sendo a Igreja uma das instituições das quais determinava o comportamento, os lugares, a forma de se vestir, o modo de se portar e as tarefas para ambos os sexos no *medievo europeu*.

Portanto, se as imposições e regras rigorosas da Igreja, muitas vezes, oprimira e limitava as ações dos homens, podemos imaginar como isto seria com relação às mulheres. Dominada em duplo sentido, tanto como indivíduo quanto como mulher, dessa maneira, o sexo feminino é considerado como objeto de controle da Igreja. A esse respeito, em seu texto intitulado “A ordem feudal (séculos XI-XII)” (1990), a historiadora medievalista francesa Paulette L’Hermite-Leclercq afirma que:

Ter-se-á verificado que a Igreja, que trabalha para a eternidade, está particularmente atenta ao tempo, e, portanto, às mulheres, que têm com ele uma relação particular. E antes de mais pela sua programação genética. Elas estão na intersecção do tempo cíclico – o relógio das regras, da concepção – e do tempo linear. Quando se trata das mulheres, é necessário mobilizarmo-nos constantemente para conciliar os inconciliáveis: esperar que venha o tempo, deixá-lo agir e empurrá-lo, por que urge (L’HERMITE-LECLERCQ, 1990, p. 281).

Isso posto, vemos que, na sociedade medieval, por sua vez, imbuída pelo sistema patriarcal, aos homens, era reservado o espaço público, isto é, maior liberdade civil e legislativa perante o corpo social. Às mulheres, era destinado única e exclusivamente o âmbito privado. Pois, nesse contexto mediéxico, “os homens têm a palavra [...] São os clérigos, os homens da religião e de Igreja, que governam o escrito, transmitem os conhecimentos, comunicam ao seu tempo, e para além dos séculos, o que se deve pensar das mulheres, da Mulher. [...]” (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p. 12).

Dessa maneira, dentro dos seus lares, conventos e castelos na Idade Média, as mulheres viveram presas, muitas vezes, proibidas de realizarem as suas aspirações, ou seja, há uma falta de liberdade de expressão, de educação formal e de igualdade de direitos; deixando-as, dessa forma, sempre submissas à conjuntura do patriarcado e com receio de expressar a sua capacidade intelectual assim como os homens o faziam. Isso fica claro, até um certo momento, ao longo de *A Rainha Santa* (2017) e *A Rainha Vermelha* (2019), quando visualizamos o destino das protagonistas de ambas as metaficções historiográficas em estudo. D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort são duas ilustríssimas senhoras de casas reinantes em Portugal e na Inglaterra, respectivamente. Elas duas, por serem pertencentes à realeza e à nobreza, nascem, por conseguinte, com os seus destinos traçados; pois, essas personagens femininas são obrigadas a casarem-se um dia, para assim, firmarem alianças políticas para o equilíbrio socioeconômico e político das suas famílias. Dessa maneira, algumas das representações do feminino que identificamos na Infanta de Aragão e na Condessa de Richmond consistem, em um primeiro momento, em filhas, esposas, mães, anjos dos lares e/ou santas.

Essas representações cristalizadas da mulher no medievo europeu são, em primeira instância, cumpridas pelas duas protagonistas, embora, em seguida, no decurso das metaficções historiográficas em tela, elas destoam desses padrões impostos pelo pensamento e discurso androcêntrico e falocêntrico. Fica demarcado, então, dentro da sociedade medieval, que os principais aspectos que configuram a representação do feminino nesse recorte consistem, de um modo geral, no comportamento, no matrimônio, na maternidade, e na religiosidade das mulheres.

Desse modo, ao fazermos uma análise crítico-reflexiva das protagonistas D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, percebemos que essas mulheres são, de certo modo, obrigadas a seguir um padrão de comportamento, tanto por serem mulheres quanto pela posição socioeconômica e política que elas detêm:

Vataça acenou. Isabel fora criada para que em momento algum se esquecesse do lugar que ocupava, calando vontades sem deixar que se vislumbrasse no rosto o que lhe ia a alma. Apenas a alegria, e contida, se permitia numa princesa, ainda mais se estava destinada a sentar-se num trono, como fora o caso. O júbilo excessivo também não era bem visto, nem na Terra nem no Céu. Modéstia. Decoro. Humildade. Aceitação. Piedade. Compostura. Temor a Deus. Mais piedade. Entre estas emoções se escoava a vida de uma rainha (MACHADO, 2017, p. 165).

A exigência de comportamento semelhante é solicitada à Lady Margaret Beaufort, visto que, essa última, assim com D. Isabel de Aragão, é pertencente à uma casta social na qual o comportamento das mulheres é vigiado sob o rigoroso controle tanto da Igreja como do sistema patriarcal, de fato. Dessa forma, percebendo que Lady Margaret, em alguns momentos, não seguia à risca o comportamento que era requerido à uma dama na Inglaterra medieval – ainda mais quando a mulher estivesse casada –, Jasper Tudor, Earl of Pembroke, irmão do primeiro marido de Lady Margaret, a aconselha a seguir um padrão de comportamento com o qual ela não concordava, em que ela teria que demonstrar: modéstia, decoro, humildade, aceitação, piedade e compostura, no seu casamento com Sir Henry Stafford. O resultado desses comportamentos consiste na total submissão da esposa ao marido, a primeira apresentando-se tão passiva ao jugo masculino ao ponto de tornar-se propriedade privada do homem:

– Hoje e sempre. Deve considerá-lo com desvelo. Ele vai ser o dono de sua propriedade, de sua terra. Seu bom nome depende dele, a herança de seu filho será decidida por ele. Se não puder ser uma esposa amorosa – Jasper ergue a mão para me calar –, então, pelo menos seja uma esposa de quem ele não possa se queixar. A família dele é uma das mais importantes do país. Ele vai herdar uma fortuna. Se morrer, parte do espólio será seu. Seja uma esposa de quem ele não possa se queixar, Margaret. Esse é o melhor conselho que posso lhe dar. Será esposa dele, o que significa que será a sua serva, sua propriedade. Ele será seu senhor. O melhor a fazer é agradá-lo (GREGORY, 2019, p. 85).

De acordo com os dois fragmentos, percebemos que D. Isabel e Lady Margaret são obrigadas a seguir um modelo de conduta que atende as convenções destinadas às mulheres do medievo europeu. Essa representação da mulher exigida às protagonistas em tela, no qual elas devem ser abnegadas, submissas, obedientes, servis, humildes, piedosas, modestas, comedidas, temerosas a Deus – por mais que, na maioria das vezes, conforme a historiadora medievalista alemã Claudia Opitz (1990), esse modelo de comportamento feminino seja imposto às mulheres pertencentes às classes mais abastadas da Idade Média –, configura uma representação do feminino que se cristalizou no medievo europeu; o que, de certa maneira, vemos refletido tanto nos registros históricos como na literatura de ficção.

Segundo a ensaísta inglesa Virgínia Woolf (2019), a mulher foi descrita na literatura de ficção de maneira que precisava ser afável, meiga e exercer as artes do gênero feminino, desse modo, nunca poderia ter opinião própria. É o que, de certo modo, em um primeiro momento, acontece com D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, respectivamente, ao vermos que “os modos que havia-os aprendido todos desde a corte de seu avô, como falar, olhar e mostra-se, em recato, mas dignamente, tudo haveria de ser um espelho da elevada estirpe de onde viera, ensinara-lhe Jaime I” (MACHADO, 2017, p. 52); “Lady Margaret Beaufort! E todo mundo olha em volta e me vê. Durante um breve, mas maravilhoso momento, sinto todos olhando para mim; lembro-me então de baixar os olhos e desprezar a vaidade mundana” (GREGORY, 2019, p. 22), “pois sou destituída de vaidade e luxúria” (GREGORY, 2019, p. 203).

Isso nos mostra, por conseguinte, que, mesmo sendo pertencentes à realeza – o que poderia dotá-las de altivez –, essas mulheres eram instruídas a se comportarem com comedimento, castidade, colocando, em primeiro plano, as denominadas “virtudes femininas” (Cf. L’HERMITE-LECLERCQ, 1990). Dessa maneira, isso resulta que “não é apenas a imagem teológica, mas também, o papel da mulher na sociedade [que] se degrada” (L’HERMITE-LECLERCQ, 1990, p. 274, acréscimo nosso), uma vez que, dia após dia, a condição do sujeito feminino permanece na imanência, mediante os efeitos do sistema patriarcal.

Nesse sentido, a respeito dessa frequente submissão das mulheres ao sistema patriarcal no medievo europeu, assim como a sua condição de dominadas, em seu ensaio intitulado “O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, a historiadora medievalista alemã Cláudia Opitz (1990) argumenta que:

[...] as mulheres continuam a ser dominadas pela hegemonia masculina, não só no domínio cultural como em todos os domínios sociais; a sua vivência quotidiana deve ainda – e mesmo para além das fronteiras da Idade Média – ser interpretada à luz da idealização e de desprezo masculinos. Os seus desejos e ideias só podem frequentemente ser descortinados por detrás do véu da tutela e da regulamentação impostas pelos pais, maridos e confessores, sendo os seus actos ainda limitados pelas normas da sociedade e controle social [...] (OPITZ, 1990, p. 354).

Essa forma de controle social que os homens têm sobre as mulheres da nobreza³⁴ em todos os âmbitos da vida dessas últimas, principalmente, no que consiste às esferas legislativa,

³⁴ Conforme as concepções de Cláudia Opitz (1990), é necessário salientarmos que, diferentemente das mulheres da nobreza, as mulheres do povo – tais como as camponesas, as lavadeiras, as cozinheiras, as comerciantes – eram aquelas que tinham mais acesso ao âmbito público do que as da nobreza. Essas, por terem nascido dentro das casas reais, eram obrigadas a limitarem-se ao âmbito privado e, com isso, exerceram os papéis de filhas

civil e política nos leva a inferir um outro aspecto dessa representação do feminino no período medieval: o matrimônio. Destarte, é através desse que se consolida a “dominação total do masculino sobre o feminino” (BOURDIEU, 2020, p. 61). Assim, o matrimônio, principalmente, para as mulheres pertencentes à realeza, à nobreza e à aristocracia, é o seu único e imutável destino traçado desde o seu nascimento, mesmo contra a vontade de muitas mulheres, como acontece com D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, o que, doravante, será discutido no próximo tópico de análise.

Portanto, mediante o exposto, D. Constança de Hohenstaufen, rainha de Aragão e mãe de D. Isabel, comove-se com o destino que a sua filha terá de cumprir, visto que a primeira “também deixou a família. É o destino das princesas, forjar alianças sólidas para o reino onde nasceram” (MACHADO, 2017, p. 58). A esse intento, o narrador onisciente nos mostra o seguinte:

Constança oculta a comoção. Ver a filha com trajes de mulher não era uma sensação leve, sabendo que nunca desfrutaria da nova condição da primogénita. Preparava a princesa para a largar num mundo de adultos, de obrigações e de dor, e essa era uma constatação penosa. Recordou-se de si própria e a lembrança não lhe trouxe conforto. Era amargura o que esperava Isabel do outro lado da Península, junto ao mar aberto. O problema não era Portugal, Dinis, ou outro reino ou monarca qualquer; era o destino para que estavam guardadas todas as filhas de reis (MACHADO, 2017, p. 77).

O mesmo acontece com Lady Margaret Beaufort, quando essa última questiona o motivo pelo qual ela tem que atender a esse aspecto do “quotidiano das mulheres no medievo europeu” (OPITZ, 1990, p. 353), isto é, o “destino das mulheres” (BEAUVOIR, 2019, 395), submetendo-se, dessa forma, ao matrimônio. Em resposta à sua inquietude, Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe, mãe de Lady Margaret Beaufort, afirma:

– Margaret – diz, muito séria –, você já sabe que nunca poderá escolher o rumo da sua vida. Você é uma menina, e meninas não escolhem. Jamais poderá escolher seu marido: você é da família real, seu marido sempre será escolhido. É proibido alguém de sangue azul casar-se por sua livre escolha. Isso você também já sabe. E, finalmente, você é da Casa de Lancaster; não pode escolher sua lealdade. Tem de servir a sua casa, a sua família e a seu marido. Tenho permitido que sonhe, permiti que lesse. Agora, portanto, é hora de pôr de lado histórias e sonhos frívolos e cumprir o seu dever. Não pense que poderá ser como o seu pai e fugir de sua obrigação. Ele optou pela conduta covarde: você não pode fazer isso (GREGORY, 2019, p. 33).

obedientes, esposas e mães dedicadas. Um exemplo claro disso diz respeito ao casamento, em que, as mulheres nobres eram submetidas enquanto as pertencentes à plebe, ao povo, não eram feitas esse tipo imposição.

Levando em consideração os fragmentos, em especial, a respeito da representação do sujeito feminino na Idade Média, constatamos que, “muitos dos estudos mais recentes consagrados a mulheres de todas as condições – religiosas e mulheres santas, jovens prometidas em casamento ou esposas laboriosas – mostraram a importância central do casamento na determinação de sua condição; [...]” (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p. 12); ou seja, a função principal das mulheres nesse recorte sócio-histórico, político e cultural, era a de serem esposas, além do dever da reprodução, sendo apresentadas, em consequência disso, como submissas e controladas pelo poder dos homens.

Dessa maneira, percebemos que as narrativas romanescas apresentam uma representação dessas características acerca do pilar do pensamento hegemônico e supremacista masculino na Era Medieval – o patriarcado –, tendo como base as ações e imposições que oprimem as mulheres, causando-lhes, desse modo, o seu silenciamento nos âmbitos público, civil e legal.

Outro elemento que configura a representação do feminino na Idade Média consiste na maternidade: “Entrego-me mais à oração, rezando frente à escultura de prata de Nossa Senhora com o Menino, que me acompanha por todos os paços. O meu ventre permanece sem fruto” (MACHADO, 2017, p. 134). Nascidas com o destino traçado em virtude de sua origem, as mulheres da realeza, da nobreza e da aristocracia, como vimos anteriormente, são obrigadas a casarem-se e, por conseguinte, estarem aptas para a progeneritura: “*Vejo os meus dias esgotarem-se sem préstimo. Sem um herdeiro no ventre e tomada de medo que não sei nomear, [...]*” (MACHADO, 2017, p. 139, grifos da autora); “[...] reze a Deus para se casar e dar à luz logo, pois ninguém está a salvo das ambições da Casa de York” (GREGORY, 2019, p. 29). Uma vez que,

[...] Dar à luz e criar os filhos eram as suas tarefas principais, a <<profissão>> das mulheres casadas, sobretudo, nas regiões mediterrâneas da Europa, apesar do significado cada vez mais reduzido da gravidez e da educação dos filhos na vida quotidiana, tanto entre as famílias artesãs da cidade como entre a nobreza, onde um considerável aumento do número de filhos, observável desde o século XII, pode estar relacionado com o facto de serem armas e já não as mães a tomarem a seu cargo os lactantes e as crianças pequenas (OPITZ, 1990, p. 377-378).

Percebemos que ambas as protagonistas se sentem pressionadas e coagidas pela cobrança de seus contextos a respeito da maternidade. Todas as rainhas eram obrigadas a gerarem herdeiros para a segurança econômica e política de suas dinastias. Desse modo, se o casamento para as protagonistas era um sacrifício, a maternidade torna-se, por conseguinte, a reafirmação de sua condição de *agnus*. Isso posto, na opinião de D. Isabel de Aragão, a

cobrança pela progenitura acaba tornando-se um fardo na vida de uma mulher casada. É o que fica claro na seguinte passagem, quando a rainha de Portugal, em oração, declara:

Louvado sejas, Senhor, pelo fruto que carrego no ventre,/ Pelo herdeiro do meu sangue que darei a Dinis,/ Pelo príncipe que continuará Portugal,/ E unirá a diferença./ O meu infante trará a paz,/ Desenvolvendo-me a segurança,/ E a crença de um futuro ameno./ Quando tudo se tornava incerto./ Não há medos agrestes em mim e a Vós o devo,/ Que me haveis sempre guiado os passos./ Até quando os sentia resvalar, à beira do abismo (MACHADO, 2017, p. 174, oração de número 05, grifos da autora).

Em sua reação semelhante à de D. Isabel por estar grávida, cumprindo, assim, com o seu dever como esposa, Lady Margaret comenta o seguinte a respeito desse fardo que as mulheres casadas são obrigadas a carregar – a cobrança pela maternidade:

Um longo ano de solidão, desgosto e dor, agora com mais um fardo a carregar. A antiga ama de Edmund, impaciente por mais um menino Tudor, me pergunta mensalmente se estou sangrando, como se fosse a égua favorita para a reprodução. Anseia que eu responda não, a fim de que possa, então, contar os meses em seus dedos gordos, alegrando-se por seu menino ter cumprido o seu dever. Durante meses eu a decepciono e vejo seu velho rosto murcho se consternar. No fim de junho, entretanto, posso lhe dizer que não sangrei, e ela se ajoelha em meus aposentos privados e agradece a Deus e a Virgem Maria o fato de a Casa Tudor ter um herdeiro e a Inglaterra ser salva para a Casa de Lancaster (GREGORY, 2019, p. 40).

Vemos explicitamente o seu tormento e, ao mesmo tempo, o seu alívio em poder conceber uma criança. Pois, de acordo com a nossa análise, percebemos que elas se sentem completamente incomodadas com a imposição sociopolítica em relação à progenitura. Tendo em vista que, por serem consideradas apenas como objetos de troca e receptáculos, pois o homem da sociedade patriarcal precisa de herdeiros, D. Isabel e Lady Margaret sentem-se aliviadas em terem cumprido com o que a sua conjuntura social as impunha. Isso, por sua vez, revela o quão opressivo se configura o cotidiano dessas mulheres, nos mostrando como o feminino encontra-se coagido e reprimido sob o jugo do domínio masculino.

O próximo elemento que molda e caracteriza, na maioria das vezes, a representação do feminino no medievo europeu, consiste na devoção religiosa que muitas mulheres apresentavam. Isso explicita-se, especialmente, nas ações de devotamento religioso de D. Isabel e Lady Margaret no decurso das metaficções historiográficas em estudo:

Manteve um silêncio de penitência enquanto a preparavam para dormir, o mesmo fazendo pela manhã quando fora vestida e penteada. Travara com a mão a quebra do jejum. – Não quero alimento. Vataça e Messi, esperai-me na antecâmara depois das preces. E fechara-se de novo, ajoelhada em frente ao oratório, num tempo arrastado, que apertava as vísceras das duas mulheres. Quando a porta abriu e puseram a vista

na rainha, a intensa luz que entrava pelas janelas revelou os traços gastos, os vincos negros abaixo dos olhos, habitualmente luminosos. O cabelo era, naquele instante, o único sinal de que a rainha tinha apenas dezoito anos (MACHADO, 2017, p. 165).

Devoção dogmática semelhante à de D. Isabel conseguimos identificar em Lady Margaret – quando ela “[...] ansei[a] por dias de jejum, em que só comemos peixe, e imponho a mim mesma dias extras de privação para escapar das repugnantes refeições (GREGORY, 2019, p. 37, acréscimo nosso) – quando essa última descreve a sua formação cristã, assim como, a sua conduta estritamente comedida em contraste com a da rainha Elizabeth Woodville perante a sociedade quatrocentista inglesa:

[...] Eu me eduquei da maneira sagrada, na vida do espírito, e ela é cheia de vaidade. Sou alta, tal qual a rainha, e magra devido ao jejum nos dias santos. Sou forte e corajosa, e essas deveriam ser qualidades que um homem de bom senso procuraria em uma mulher. [...] Há poucas mulheres assim – na verdade, há outra mulher no país que possa dizer o mesmo de si? Sou uma mulher muito inteligente, muito instruída, de uma família real, chamada por Deus para uma grande posição, guiada pessoalmente pela Donzela de Orléans e ouvindo constantemente a voz de Deus em minhas orações (GREGORY, 2019, p. 209-210).

Portanto, a representação do feminino na Idade Média consistia no fato de que a mulher deveria permanecer obediente, humilde e penitente, em que era obrigada a cumprir o padrão imposto pelas leis de uma sociedade que estimava a soberania, a hierarquização e a opressão àqueles que estão à margem, com maior ênfase, ao sujeito feminino. Uma vez que, durante muito tempo, as mulheres viveram sem espaço, sem vez e sem voz, como também, através da concepção masculina, elas eram consideradas uma ameaça ao destino e o espaço masculino no sistema patriarcal, visto que, a ascensão à esfera pública e, conseqüentemente, ao poder, era destinado apenas aos homens.

Assim sendo, vemos como se configura a representação do feminino no medievo europeu, em que as mulheres eram relegadas à inferiorização biológica, intelectual, legal e civil, assim como, ao emudecimento, à neutralidade, ao conformismo, à obediência, à subordinação, à candura, à prudência, e à submissão à uma sociedade androcêntrica, falocêntrica, sexista, alicerçada no pensamento hegemônico e supremacista masculino que pairava, no nosso caso em específico, na Península Ibérica e na Grã-Bretanha medieval.

3.3 Esposas ou Santas? Transgressões matrimoniais de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort na Baixa Idade Média europeia

Conforme Maria Filomena Andrade (2014), em 14 de fevereiro de 1272, nasce D. Isabel³⁵, no Paço de Saragoça, no reino de Aragão. E falece, aos sessenta e quatro anos de idade, em 04 de julho de 1336, na alcáçova de Estremoz, em Portugal. Era, portanto, uma infanta aragonesa, neta de D. Jaime I de Aragão (1208-1276), “O Conquistador”, e de D. Violante da Hungria (1205-1251). Sendo, por conseguinte, filha do infante D. Pedro III (1240-1285), “O Grande”, herdeiro do trono de Aragão e de D. Constança de Hohenstaufen (1249-1302), filha de Manfredo da Sicília (1232-1266) e neta do imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Frederico II (1194-1250). Segundo Maria Filomena Andrade (2014), apesar de ter nascido entre os seus, D. Isabel foi levada por seu avô para a alcáçova de Barcelona, onde viveu com ele até o falecimento desse último, quando ela tinha seis anos de idade.

Ademais, consoante os estudos de Fernando Barros Leite (1993) e de António Vasconcelos (2005, 2007), essa princesa, considerada a pérola da Casa de Aragão, deve, portanto, toda a sua educação formal e religiosa³⁶ ao seu avô, D. Jaime I de Aragão, que a educou estritamente dentro dos preceitos Igreja Católica. Pois, nas concepções dos estudiosos citados, D. Jaime I acreditava que, mesmo ainda criança, Isabel era portadora de uma alma rara – como mostraremos adiante –, e que faria justiça à estirpe aragonesa que o seu avô cultivara:

A princesa crescera num ambiente de fervorosa prática religiosa, com Jaime I a tomar para si o dever de fazer sermões na corte. O rei justamente se orgulhava da têmpera que a pequena mostrava mal chegava à idade do entendimento. E da inteligência. Aquela mente de luz merecia o melhor e o rei ordenou que fosse educada com todos os preceitos. A neta revelava uma compreensão e uma alma raras, dizia-lhe a intuição de conquistador, que só com o último sopro de vida travou as batalhas para afastar os mouros das suas fronteiras. Manteve-a junto a si até à morte. O desaparecimento do avô deixou uma marca para a vida na pequena princesa de seis anos (MACHADO, 2017, p. 25).

De acordo com a historiadora e biógrafa inglesa Doutora Nicola Tallis, em seu livro *Uncrowned Queen: Margaret Beaufort, Mother of the Tudors* (2020), no dia 31 de maio de

³⁵ “Recebeu o nome de Isabel em homenagem à princesa Isabel da Hungria, irmã de Violante da Hungria, segunda mulher de Jaime I, avô de Dona Isabel de Aragão” (RAMÔA, 2010, p. 63).

³⁶ “Uma das estratégias utilizadas por homens do período patrístico para considerar as mulheres como semelhantes a Deus, e que perdurou através da Idade Média, foi o modelo da *femina virilis* ou virago. Uma vez que a alma era considerada como espiritualmente masculina em relação ao corpo, ela normativamente se manifestava em corpos masculinos” (SCHWARTZ, 2010, p. 111, grifos da autora).

1441, nasce Lady Margaret Beaufort³⁷, no castelo de Bletsoe, no condado de Bedfordshire, na Inglaterra. Tornando-se, em sua vida adulta, Countess of Richmond e Derby, Lady Margaret também recebeu o título de “*My Lady The King’s Mother*”³⁸, além ter agido como regente da Inglaterra durante o reinado de seu único filho, Henry Tudor, Earl of Richmond, doravante, Henry VII (1457-1509). Lady Margaret Beaufort falece, aos sessenta e oito anos de idade, em 29 de junho de 1509, na cidade de Londres, na Inglaterra. Segundo Doutora Nicola Tallis (2020), essa nobre e respeitada *Lady* era bisneta de John of Gaunt (1340-1399), Duke of Lancaster, neta de John Beaufort (1373-1410), Earl of Somerset, e filha de John Beaufort (1404-1444), Duke of Somerset e de Duchess Margaret Beauchamp of Bletsoe (1410-1482). Consoante o historiador galês Nathan Amin, em sua obra *The House of Beaufort: the bastard line that captured the crown* (2018), a família Beaufort era uma das casas mais ilustres da Inglaterra quatrocentista, tendo sucessão direta ao trono inglês pela linhagem da House of Lancaster, que descendia de Edward III (1312-1377), fundador das Casas de Lancaster e de York.

Além disso, mediante as reflexões de Nathan Amin (2018), através das conquistas de John of Gaunt e John Beaufort II nas campanhas contra as invasões francesas em território inglês, a família Beaufort se enobrece cada vez mais, fortalecendo e reafirmando o sangue real de sua casa. Na concepção da historiadora e biógrafa norte-americana Linda Simon, em seu livro intitulado *Of the Virtue Rare: Margaret Beaufort, the Matriarch of the House of Tudor* (2018), infelizmente, Lady Margaret Beaufort não chegou a conhecer o seu pai, pois esse se suicidou quando ela tinha apenas um ano de idade, em virtude de uma acusação de traição contra o rei Henry VI (1421-1471). O que, de certo modo, desestabilizou a família Beaufort, mudando o curso do destino de Lady Margaret, que encontra na sua devoção a Deus um conforto e um subterfúgio para aliviar o peso do seu fardo, assim como Santa Joana d’Arc (1412-1431) o fez, a quem Lady Margaret seguia como um modelo de santidade:

Sou sua prima de segundo grau [do rei Henry VI], quase sou capaz de ter visões de santos. Tenho apenas 9 anos, mas ouço vozes de anjos e rezo a noite toda quando não sou importunada. Seu eu tivesse nascido menino, seria agora o príncipe de Gales. Às vezes me pergunto se não teriam desejado que eu tivesse nascido menino e se essa frustração é o que os torna cegos à luz que brilha em mim. Será que todos em nossa casa são tão cheios do pecado do orgulho, que, tendo desejado que eu fosse um menino, ignoram minha grandeza como uma menina? (GREGORY, 2017, p. 18, acréscimo nosso).

³⁷ “[...] A criança foi batizada com o nome em homenagem à sua mãe e à sua avó paterna, e o evento foi delicadamente registrado no *Livro Iluminado das Horas* da família [...]” (SIMON, 2018, p. 05, tradução nossa)

³⁸ Tradução nossa: “Minha Senhora, Mãe do Rei”.

Mediante o exposto a respeito das figuras históricas que são base para a construção das protagonistas em tela, vemos que, ambas nasceram com um senso de um destino divino, ao mesmo tempo que, consoante os seus contextos sócio, histórico, político e culturais, elas são submetidas à estrutura opressora e tirânica do medievo europeu. Doravante, discutiremos a esse conteúdo à medida em que D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort desfilam ao longo da nossa análise interpretativa e crítico-reflexiva, configurando-se, por conseguinte, como personagens romanescas.

Em um tempo quando a instabilidade política e econômica pairava na Europa Medieval, de forma a preocupar os grandes líderes políticos monárquicos, era preciso encontrar aliados para que seus exércitos, seus domínios territoriais e a segurança de seu reino se mantivesse preservada. Da mesma forma, havia o anseio por encontrar uma forma de materializar a realização de suas frequentes ambições sociopolíticas, as quais, outrora, seus antepassados se engajaram. Isso posto, nos perguntamos: E como eles faziam isso? Para que a estabilidade política se concretizasse, era necessário que as ilustres casas reinantes soubessem jogar o xadrez político de seu contexto, sendo a aliança, via casamento, entre príncipes e princesas da Cristandade – tornando-os futuros reis e rainhas consortes –, uma das maneiras para conseguir garantir um equilíbrio político e econômico no medievo europeu.

Dessa forma, os papéis sexuais eram totalmente demarcados em virtude de atender às regras e padrões de uma sociedade dividida pelas diferenças biológicas, uma vez que estas se tornaram, de fato, culturalmente universais, se apropriando de todos os âmbitos da sociedade. Em outras palavras, as tarefas exteriores ao lar eram destinadas aos homens (a caça, a pesca, a guerra), e o interior do lar às mulheres (os afazeres domésticos, a procriação, o cuidado com os filhos). Para além dessa premissa, no mundo medieval, “face à construção simétrica dos papéis masculinos, os papéis atribuídos às mulheres são-lhes impostos ou concedidos não em função das suas qualidades inatas – maternidade, menor força física, etc. –, mas por razões erigidas em um sistema ideológico” (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p. 09). Em consequência disso, por serem proibidas de atuarem na esfera pública, – tornando-as, em termos econômicos, totalmente dependentes de outrem – as mulheres abastadas encontravam no matrimônio um meio de sobrevivência e respeito perante a sociedade da Idade Média europeia. Deste modo, “no meio aristocrático [ou da realeza e da nobreza], desde o nascimento, uma rapariga é mais do que um partido, ela é uma presa: desencadeia reflexos, acelera, portanto, o curso das coisas” (L’HERMITE-LECLERCQ, 1990, p. 280, acréscimo nosso).

Mas seriam essas mulheres medievais europeias totalmente obedientes aos padrões de sua época? E se não aceitassem o seu destino, o que fariam? Será que elas se resignavam totalmente? Ou será que elas eram ótimas atrizes no palco da sociedade patriarcal? Seriam elas totalmente submissas de corpo, alma, coração e mente? Nem todas, como é o caso das nossas protagonistas em estudo. Dito isto, ao longo da nossa leitura crítico-reflexiva das metaficções historiográficas em análise, constatamos diversas transgressões de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort dentro da instituição casamento na Baixa Idade Média, isto é, nos séculos XIII, XIV e XV.

Pois, observamos que, apesar de terem se submetido à instituição casamento – única saída para a mulher medieval garantir um futuro político e econômico estável, de acordo com Paulette L’Hermitte Leclercq (1990) –, elas conseguiram transgredir os padrões maritais frente às obrigações conjugais de esposas dentro do matrimônio, uma vez que ambas, em seus verdes anos, almejavam o celibato, para conseguirem atingir a castidade e, conseqüentemente, a santidade através da vida de noviças.

Assim, percebemos um movimento de transição entre transgressão-submissão, e submissão-transgressão, por parte de ambas as protagonistas. Pois, ao longo das narrativas, vemos que o movimento de transgressão concerne no fato de que as personagens femininas se recusam – mesmo que de forma contida – a se casarem, em virtude de elas terem sido chamadas a se tornarem freiras, para cumprir um ofício para com o divino e objetivarem uma vida santa. A submissão acontece no momento quando elas aceitam se casar, mesmo contra as suas vontades, pelo fato de serem obrigadas a cumprir com “os seus deveres políticos” para com as suas casas. O movimento de transgressão, novamente, consiste no fato de que elas, mesmo casadas, tentam seguir uma vida de santidade, utilizando-se, portanto, da ligação com o sagrado para aliviar o fardo que o matrimônio se apresentava para elas. Dessarte, mesmo tendo se submetido à instituição do casamento, elas encontraram uma forma de transgredir a suas condições de esposas comuns, para tornarem-se matriarcas de suas dinastias através de propósitos religiosos.

“Humilde e penitente, esse é o meu lema! E você fará bem em cumpri-lo”³⁹. Levando em consideração esse lema, doravante veremos que, ele dispõe de um duplo sentido na nossa análise. O primeiro diz respeito à resignação das mulheres ao sistema patriarcal no medievo

³⁹ Texto original: “Humble and Penitent, this is my motto! And you would do well to abide by it” Referência ao lema que Lady Margaret Beaufort impõe à sua nora, Elizabeth of York, no romance histórico contemporâneo inglês *The White Princess* (2013), de Philippa Gregory.

européu⁴⁰. O segundo, consiste no constante anseio de uma vida de santidade, submetendo-se às vontades e aos preceitos do divino, seja por vocação religiosa, ou para escapar do constructo opressivo que o patriarcado se apresenta às mulheres. No caso das protagonistas D. Isabel de Aragão de Lady Margaret Beaufort, percebemos que, elas detêm ambos os propósitos.

Desde a sua tenra idade, D. Isabel de Aragão comunga de uma devoção à Virgem Santíssima e um anseio em servir a Deus, que não passa despercebida pelos seus:

– Onde está a vossa filha? – indagou Pedro III à mulher. Constança engoliu em seco antes de falar, obrigando o temor a desvanecer-se. Mas o rei pestanejou várias vezes. A observação rigorosa das Horas Canônicas, que a princesa cumpria com mais zelo que alguns religiosos, enchia de cisma o monarca... pois se, em tão verdes anos, a filha, muito amada, seguia o Ofício do Divino com rigor e segurança de mestres, como levá-la a interessar-se por uma vida terrena? (MACHADO, 2017, p. 33).

Mediante o exposto, vemos que isto confirmaria “[...] a sua relação, desde a infância, com a ordem religiosa franciscana que configura total importância para o seu espírito religioso e magnânimo” (FERREIRA, 2016, p. 33). Essa devoção e esse desejo de seguir os dogmas franciscanos irá definir, desse modo, a conexão da infanta aragonesa com um sagrado religioso ao ponto de enfatizar a sua imagem excelsa de santidade ao longo da sua vida como infanta, esposa, rainha e mãe. Para a princesa, o cumprimento das Horas Canônicas e os demais preceitos da Igreja Católica ocupa o primeiro lugar em sua rotina, em vez de ela preocupar-se tanto com a sua condição de princesa quanto com relação ao seu futuro como consorte de algum reino europeu. Essa despreocupação da infanta aragonesa com as coisas mundanas torna-se um motivo de preocupação para D. Pedro III, pois isso afeta diretamente a estabilidade política do reino aragonês. Além disso, D. Isabel estava “[...] voltada sempre para rezas e jejuns, dava pouca importância à beleza exterior. Desde cedo, procurou exaltar, em primeiro plano a beleza interior, o sentimento de caridade e bondade para como os excluídos e que viviam à margem da sociedade” (MEDEIROS, 2013, p. 05).

Isso fica explícito quando o rei D. Pedro III indaga à esposa, a rainha D. Constança de Hohenstaufen, assustado a respeito dessas muitas horas de dedicação de D. Isabel às práticas de penitência e expiação:

⁴⁰ “A Idade Média foi um período de intensa misoginia, ‘todos os relatos que chegam até mim e me informam vêm dos homens, convencidos da superioridade de seu sexo. Só as vozes deles chegaram a mim’ (DUBY, 1989, p. 06). Esse relato do medievalista Georges Duby retrata como a ausência de fontes escritas por mulheres, gera uma historiografia que por muito tempo retratava apenas o masculino” (TEODÓSIO; HOLANDA, 2020, p. 02).

– Em jejum? – quis saber. A doce rainha assentiu com a cabeça, sem olhar o marido.
 – Em jejum... – repetiu o monarca, sem esperar por mais explicações, torcendo o nariz proeminentemente, mais torto do que adunco, pelas muitas batalhas que lhe haviam moldado o físico e o carácter. Depois de fazer mentalmente umas contas, voltou a encarar a mulher: – Mas não cumpriu um jejum há pouco? – Passou mais de uma lua desde o último – acabou por responder Constança, à laia de justificação.
 – Frei Pedro Serra está a acompanhar a penitência... – Penitência?! – interrompeu o marido, elevando a voz. – Que pecados tem uma criança para expiar? (MACHADO, 2017, p. 33).

Ao lermos o excerto, vemos que, desde a sua tenra existência que Isabel de Aragão segue um hábito de penitências e devoção para com o divino, que, muitas vezes, não condiz com a sua condição de criança, em virtude da sua pouca experiência com o mundo. Segundo, percebemos, de imediato, pelo comportamento do seu pai, D. Pedro III, que ele, de um certo modo, não concorda com essas atitudes da infanta. De fato, o rei teme que a sua primogênita se afeiçoe tanto ao plano espiritual que se esqueça de sua vida terrena como princesa, isto é, de suas obrigações como um ornamento da Casa de Aragão e objeto de troca precioso no “mercado matrimonial” do medievo europeu. Dessa maneira, percebemos que, mesmo com pouca idade, a princesa impõe-se, ainda que de forma contida e subtendida, frente aos preceitos e imposições de sua conjuntura mediante a única ferramenta ao seu favor que ela tem naquele momento: a sua ligação com o divino. Isto é, desde cedo, a filha do rei de Aragão já prenuncia a sua resistência aos seus futuros deveres como mulher, o que causa surpresa e descontentamento no seu tutor.

O mesmo acontece com Lady Margaret Beaufort, quando ela demonstra uma devoção fervorosa à Virgem Santíssima, seguindo à risca os dogmas da Igreja Católica de maneira a serem indispensáveis dentre as suas atividades diárias:

– Lady Margaret, vá para cama. Já passou há muito sua hora de dormir. Nossa Senhora não aceita preces de meninas desobedientes. Não há nenhum mérito no exagero. Sua mãe quer que se levante cedo pela manhã. Não pode passar a noite toda rezando, é insano. Ela bate a porta, e eu a ouço falar às criadas, determinando que uma delas me ponha na cama e permaneça a meu lado para se certificar de que não me levantarei à meia-noite para mais uma sessão de orações [...] (GREGORY, 2019, p. 11).

Semelhante à D. Isabel de Aragão, percebemos que Lady Margaret Beaufort é interpelada pelos seus familiares e criados em virtude de suas práticas cristocêntricas. O que, de certo modo, nos mostra que todos sabem dessa dedicação de Lady Margaret para com o divino através dos dogmas religiosos praticados pela pequena *Lady*. Essas ações dogmáticas, de um modo geral, eram comumente realizadas apenas por adultos, e não por uma criança que ainda não detém uma resistência física suficiente, ou até mesmo, que tivesse cometido graves

atos para o cumprimento de tais hábitos de expiação. Assim como D. Isabel, Lady Margaret expressa e nutre, desde muito cedo, um desejo ardente de preparação e evolução espiritual. Essa preparação, por conseguinte, é realizada através de ações que não eram comuns para as meninas de sua idade, mesmo essas sendo fortemente religiosas. Portanto, como acontece como D. Isabel, esses comportamentos de Lady Margaret não chamam apenas a atenção dos que a rodeiam, mas os incomodam em virtude de que o que está reservado para o futuro da Condessa é algo muito diferente do que ela deseja seguir.

Estando convicta, desde os nove anos de idade, de que o seu destino era servir a Deus, a protagonista acrescenta:

[...] Elas não concordam que eu obedeça às horas da igreja, interpõem-se entre mim e a vida de santidade, afirmando que sou jovem demais e que o sono me faz falta. Atrevem-se a insinuar que eu quero me exhibir, que eu esteja fingindo uma devoção religiosa, quando sei que Deus me chamou e que é meu dever, meu sublime dever a Ele servir (GREGORY, 2019, p. 11).

Lady Margaret age de forma muito enfática, uma vez que a protagonista intensifica esses aspectos com um desejo árduo por santidade ou pelo menos ser considerada com o um modelo desta. Ademais, a esse conteúdo, Gabriela Teodósio e Halberys Holanda (2020, p. 04), afirmam que, “na procura de um novo ideal de mulher a ser seguido a Igreja utiliza a figura de Maria, a mãe de Jesus Cristo, esposa e virgem, como referencial a ser seguido”. Isso, portanto, é o que conseguimos identificar na trajetória não só de Lady Margaret, mas também, de D. Isabel ao longo das metaficcões historiográficas em tela; ponto esse que será mais explorado no próximo capítulo de análise.

Mas, com o passar do tempo, algo vem perturbar o conforto espiritual dessas duas pequenas Ladies: o matrimônio. D. Isabel, aos onze anos de idade, já estava com a sua mão prometida ao rei de Portugal e do Algarve, D. Dinis I (1261-1325), com quem seu pai, D. Pedro III de Aragão, desejava firmar uma aliança política:

Aquela aliança era negócio chorudo para Portugal, não só pelo dote, mas pelo poder do pai de Isabel em vários pontos da Europa. Dinis era um soberano de rara habilidade a negociar, haveria de se saber valer da nova família como nenhum outro, até porque não queria limitar o poder a sua intervenção às terras que herdara. Mantê-las era a prioridade, mas o monarca intuía cedo, que quanto mais longe se fizesse ouvir a sua palavra, que tinha em conta de inteligente e douta, mais proventos retirava para o seu reino, que ambicionava alargar em poder e influência. Por isso, o emissário português suava por baixo das vestes pesadas. Não havia lugar para falhas. João Velho levava uma rica proposta para o aragonês. Não só garantiria um trono, como Dinis decidiria doar a Isabel as vilas de Óbidos, de Abrantes e de Porto de Mós, doze castelos e ainda 10 mil libras (MACHADO, 2017, p. 53).

Caso semelhante acontece com Lady Margaret, pois, aos seis anos de idade, ela é prometida em casamento a John de la Pole (1460-1487), Earl of Lincoln, visto que, “nesta época os homens eram considerados donos das mulheres, elas permaneciam sob custódia do pai ou sob custódia do marido” (TEODÓSIO; HOLANDA, 2020, p. 04). Vemos um exemplo disso na narrativa quando Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe explica a Lady Margaret, no caminho para Londres, que o seu primeiro noivado com John de la Pole foi cancelado, e que depende somente do rei Henry VI – detentor da custódia de Lady Margaret desde que o seu pai faleceu –, juntamente com a sua Corte, decidir a qual pretendente ela deve ser entregue:

– Não parece muito entusiasmada – observa ela. – Não quer saber por que estamos indo? Desesperadamente. – Sim, por favor. – Lamento informar que seu noivado com John de la Pole tem de ser rompido. Parecia ser um bom casamento na época em que foi acertado quando você tinha 06 anos; agora, porém, você terá que discordar disso. Enfrentará um grupo de juízes que vai lhe perguntar se quer que seu noivado seja rompido, e você vai responder que sim. Entendeu? Isso parece muito alarmante. – Não saberei o que dizer. – Simplesmente consentirá no fim de seu noivado. Vai dizer apenas sim. – E se me perguntarem se acredito que essa é a vontade de Deus? E se me perguntarem se essa é a resposta a minhas preces? Ela suspira, como se eu a entediasse. – Não vão lhe perguntar isso [...] (GREGORY, 2019, p. 18-19).

Porém, aos nove anos, o compromisso passa a ser firmado com Edmund Tudor (1430-1456), Earl of Richmond, por decisão direta do rei Henry VI (1421-1456); em virtude da pequena Lady ser órfã de pai, e conforme Claudia Optiz (1990), de acordo com a lei do período, o rei, sendo detentor de sua tutela, tinha o direito de tomar decisões sobre seu futuro quando lhe aprouvesse. Foi o que aconteceu com ambas as personagens em tela, não passando apenas de joguetes políticos de seus tutores. Uma prova disso consiste na seguinte afirmação do rei D. Pedro III, com relação ao dever de D. Isabel como infanta de Aragão e sua primogênita:

– Chegou o momento de conheceres o teu futuro, minha filha – começou o monarca, com voz branda. Com os cotovelos apoiados nos braços do cadeirão, esfregou as mãos, entrelaçando-as depois, como se precisasse de ganhar coragem para o que ia anunciar. Não encontrando uma forma de contornar o embate, foi directo: – Depois de muito refletir, decidi dar a tua mão em matrimónio ao rei de Portugal. A princesa soltou um grito de choque e levou a mão ao rosto, enquanto a mãe a olhava, de sobrolho tenso e carregado de inquietude. – D. Dinis... – acrescentou o monarca, esperando que o nome acrescentasse o júbilo que o título não trouxera. Mas, vendo que a expressão da filha se alterara, prosseguiu: – É uma grande conquista para Aragão, mas não só. Também para ti. (MACHADO, 2017, p. 56-57).

Um exemplo semelhante à condição de D. Isabel de Aragão no que diz respeito à submissão ao seu dever como primogênita de sua casa, consiste na seguinte afirmação de

Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe sobre o segundo noivado – e, posteriormente, o primeiro casamento – de Lady Margaret com Edmund Tudor:

– Você ficará noiva mais uma vez. Não ouviu Margaret? Gostaria que prestasse atenção. É um partido ainda mais importante para você. Primeiro será pupila e, depois, a esposa de Edmund Tudor, o meio-irmão do rei. Os rapazes Tudor são filhos da rainha Catarina de Valois, mãe do rei, em seu segundo casamento, com Owen Tudor. Há dois irmãos Tudor, ambos grandes favoritos do rei, Edmund e Jasper. Ambos com meia realeza, ambos favorecidos. Você se casará com o mais velho. – Ele não vai querer me conhecer antes? – Por que iria querer? – Para ver se gosta de mim. – Não é você que eles querem – replica depois de balançar a cabeça. – É o filho que você gerar. – Mas eu só tenho 9 anos. – Ele pode esperar até você ter 12. – E então me casarei? – É claro. – Ela fica impaciente com minha tolice. – E quantos anos ele terá? Ela reflete por um instante. – Vinte e cinco. Assusto-me. (GREGORY, 2019, p. 24).

Preocupada com a grande diferença de idade entre ela e o seu novo pretendente, Lady Margaret, de forma inocente, questiona a sua mãe a respeito do rumo que irá tomar-se entre ela e o seu futuro noivo. Para maior surpresa de Lady Margaret, sua mãe confessa-lhe algo que nem mesmo em piores circunstâncias a protagonista esperava que acontecesse:

– Onde ele vai dormir? – preocupo-me pensando na nossa propriedade em Bletsoe, que não tem aposentos vazios para um rapaz e seu séquito, nem para seu irmão mais novo. Ela ri. – Oh, Margaret. Você não ficará comigo. Vai viver com ele e seu irmão no Palácio de Lamphey, em Gales. Mais uma vez, assusto-me. – Milady mãe, a senhora permitirá que eu viva com dois homens adultos, sozinha, com 12 anos? Ela dá de ombros, como se lamentasse, mas nada pudesse fazer a respeito. – É um bom casamento. Sangue azul dos dois lados. Se você tiver um menino, seu direito ao trono se fortalecerá. Você é prima do rei, e seu marido será o meio-irmão do rei. Se tiver um menino, manterá Ricardo de York à distância para sempre. Pense nisso, em nada mais (GREGORY, 2019, p. 24-25).

Sobre a questão do matrimônio, conforme Claudia Opitz (1990), a mulher pertencente ao povo⁴¹ não sofre tanto quanto as mulheres da classe mais abastada no que se refere à obrigação para com o matrimônio, pois esse configura-se como um instrumento de negociações político-econômicas entre as famílias ricas, da nobreza e da realeza, em que as maiores vítimas são as mulheres. Nesse sentido, o sujeito feminino é tratado como um objeto, uma barganha, fazendo com que as mulheres se sentissem como “pacotes”, pois elas valem apenas pelo que podem oferecer (uma aliança político-econômica, a progenitura) e não pelo que são (sujeitos inteligentes, pensantes, com opinião própria, vontades, sagacidade, e com capacidade para exercer um papel político-social como um sujeito civil), de fato.

⁴¹ “Apenas nas camadas sociais mais baixas, na cidade ou no campo, se encontrava maiores liberdades, decisões autônomas e em recuo na tutela exercida pelos pais” (OPITZ, 1990, p. 362).

Nesse sentido, ao refletirmos sobre os fragmentos, visualizamos uma primeira recusa ao matrimônio, mesmo que no seu íntimo, através do comportamento pelo qual ambas as personagens femininas nos revelam. A ideia de casar-se ainda no início da adolescência não era um dos fatores que mais amedrontava as protagonistas, visto que na conjuntura na qual elas estão inseridas, tiveram que se adaptar a esse fato. O real motivo da aflição de D. Isabel e Lady Margaret era saber que, com o casamento, elas não poderiam dedicar-se integralmente às obras do Cristo, deixando de seguir as suas próprias vontades para atender às de outrem. Essa situação em que as duas se encontram entre a infância e a adolescência resulta em um sentimento de incapacidade e inferioridade como sujeitos perante a sociedade. A historiadora e medievalista francesa Paulette L’Hermite Leclercq (1990) afirma o seguinte:

Uma herdeira legítima podia ficar melancólica ao medir a que ponto a sua pessoa pouco contava. Como não se aperceber de que as suas qualidades próprias não tinham nada a ver com a cobiça dos homens que se acotovelam para a desposar? Ela podia, contudo, ter interiorizado suficientemente o sistema de valores aristocrático para ter orgulho em se identificar com a sua função, se sentir portadora do passado e do futuro de uma linhagem. Ela tinha preço, um peso social e simbólico: este ter servia-lhe de ser (L’HERMITE-LECLERCQ, 1990, p. 281).

Tendo em vista que toda essa situação de ambas as protagonistas revela uma representação da mulher no medievo que se assemelha com o que Marcos Ehrhardt, Alana Campo *et al* (2019, p. 181) discutem, afirmando que “no interior dessas relações, a mulher é apresentada muitas vezes como um sujeito submisso e impossibilitado de exprimir suas vontades e desejos, primeiramente, pela figura do pai e, após o casamento, pela figura do marido”. Nessa perspectiva, isso significa dizer que, a condição de submissa e de dominada das mulheres no sistema patriarcal não muda. A dominação masculina, nesse caso, só é transferida do lar do pai para o do marido, resultando, por conseguinte, em uma outra instituição que prossegue o matrimônio: a família, instância maior dentro do patriarcado que também aprisiona o sujeito feminino tanto quanto o casamento.

Então, no que concerne à condição da mulher nesse contexto patriarcal revelado nos romances históricos contemporâneos em estudo – tendo como único destino para elas o casamento e, conseqüentemente, a construção de uma família –, pode-se relacionar o que a escritora estadunidense Kathe Millett (1934-2017) afirma;

A principal instituição do patriarcado é a família. É ao mesmo tempo um espelho e uma conexão com a sociedade maior; uma unidade patriarcal dentro de um todo patriarcal. Mediando entre o indivíduo e a estrutura social, a família efetua o controle e a conformidade quando as autoridades políticas e outras são insuficientes. Como o instrumento fundamental e a unidade básica da sociedade

patriarcal, a família e seus papéis são prototípicos. Servindo como um agente da sociedade mais ampla, a família não apenas encoraja seus próprios membros a se ajustarem e se conformarem, mas também atua como uma unidade no governo do estado patriarcal que governa seus cidadãos por meio de seus chefes de família. Mesmo em sociedades patriarcais onde são concedidas cidadania legal, as mulheres tendem a ser governadas apenas pela família e têm pouca ou nenhuma relação formal com o Estado (MILLETT, 1970, p. 33, tradução nossa).

Assim, com relação à posição das mulheres de classe elevada e da classe aristocrata portuguesa e inglesa no período medieval – principalmente no que concerne às famílias que não têm primogênitos homens para assumir a herança da família –, resta as mulheres recorrerem ao único porto seguro para um futuro socioeconômico estável: o matrimônio. Em consequência disso, o sistema patriarcal, desse modo, acaba permeando pelas esferas econômica, civil, legal, religiosa e política, o que contribui para uma construção ideológica das gerações passadas, presentes e futuras. A sociedade, imbuída dessa ideologia, acaba reproduzindo relações de poder intrinsecamente alicerçadas na imposição e opressão ao sexo feminino nos diversos eixos do constructo social da cultura ocidental, privando, dessa forma, a mulher do acesso ao poder político.

Levando em consideração o exposto no trecho acima, D. Isabel de Aragão, angustiada e triste pelo destino que lhe foi reservado, diz ao pai o seu real motivo de não querer casar-se, expressando o seu inconformismo e desacordo para com o seu progenitor, o rei D. Pedro III, quando ela argumenta que:

– Há muito que conheço o meu destino... – murmurou Isabel. O soberano chegou o corpo à frente, aproximando o ouvido. – Como?... Não escutei o que disseste, minha filha – disse. A princesa elevou a cabeça. – A minha intenção é servir a Deus, senhor. O rei de Aragão atirou com as costas contra o espaldar da cadeira. Inspirou profundamente e depois soltou o ar pelas narinas largas com força. Pensava que aquele assunto estava ultrapassado. Repreendeu-a: – O teu senhor na terra sou eu. Seguirás o meu mando. Agradarás a Deus por isso. Silenciou-se por instantes, avaliando a expressão assustada da filha. Por fim, abandonou os termos e a forma: – Isabel, acatar a minha escolha é obedecer a Deus, de cuja vontade recebi estas terras e a coroa que vês. Tocou a coroa de ouro com a mão, como que para tornar visível o elo sagrado entre os monarcas e o divino, raramente verbalizado, embora nunca esquecido. A princesa aquiesceu com um aceno de cabeça. Mas insistiu: – Tenho há muito a intenção de servi-Lo no Mosteiro de Santa Clara, senhor – insistiu suavemente (MACHADO, 2017, p. 58-59).

Mais adiante, podemos observar a reação e a resposta de D. Pedro III à essa insistência de D. Isabel em seguir a sua vida de santidade. Portanto, mesmo sabendo que o seu destino era outro, a protagonista reúne forças para expressar o seu desejo em servir ao divino, reafirmando, assim, a sua recusa ao matrimônio. Desse modo, decepcionado com a afronta de Isabel:

O convento de Saragoça, de irmãs clarissas, a honrar a santa era equivalente nos votos de S. Francisco, no ideal de pobreza e de serviço... – O Mosteiro de Santa Clara não é para ti, minha filha [...] Via-lhe a tristeza muda, os lábios trémulos por ter de calar a mágoa, resignada à obediência. Pedro de Aragão também tinha o peito apertado e falhavam-lhe as palavras de consolo naquele momento. Foi então que Constança interveio, com uma frase que haveria de acompanhar a filha o resto da vida: – A casa do Senhor é o mundo inteiro, minha filha. Não se confina às fronteiras de Aragão (MACHADO, 2017, p. 59).

Além disso, a infanta aragonesa ainda reafirma o seu propósito dizendo, insistentemente: “– Sinto um chamamento, meu pai... Aquilo fora um sussurro. Mas, num ápice, Pedro III chegou o corpo robusto à frente. – Sentes o quê? – tentou certificar-se. De cabeça baixa, a princesa repetiu: – Sinto um chamamento, senhor” (MACHADO, 2017, p. 38). Mesmo se opondo à vontade do pai com relação a contrair matrimônio, D. Isabel não tem outra escolha e acaba se submetendo às ordens de seu tutor. Mas, em um outro momento, em reflexão, enquanto o pai fala com ela a respeito do seu casamento com D. Dinis I de Portugal – perguntando a infanta a sua opinião sobre essa aliança, via casamento, entre os reinos de Portugal e Aragão –, ela deixa claro ao leitor o seu propósito; pois, mesmo tendo que acatar as ordens de seu progenitor, ou seja, se submeter à conjuntura do sistema patriarcal, ela persistirá em seu desejo de infância, que consiste em seguir uma vida de santidade, mesmo estando futuramente casada:

Para que quereis as minhas palavras, senhor? Não sabeis ler na minha expressão o mal que causastes? Olhai-me, meu pai, e escutai o intento que trago dentro de mim e a verdade que conheço há muito. Estou neste mundo para cumprir a Sua vontade. Libertai-me de obrigações terrenas que não servem o meu propósito. Libertai-me, senhor... (MACHADO, 2017, p. 57).

A protagonista confirma a sua missão na terra como santa ao invés de pecadora. Isto é, o seu propósito é ser esposa de Cristo, e não esposa de um homem do qual ela mal conhece e que, ao contrário dela, não tem nenhum aspecto de santidade. Dessa forma, observamos que, em resposta a vez e a voz que as mulheres dessa conjuntura tinham do sagrado, ao contrário, os encarnados as colocavam na condição de silenciamento e abnegação.

Portanto, assim como D. Isabel de Aragão, ao ver que o seu casamento será realizado sem o seu consentimento, não levando em consideração a sua opinião sobre o fato, Lady Margaret Beaufort decide confessar à sua mãe o motivo pelo qual ela se opõe ao matrimônio:

– Não posso ir para um convento? – pergunto baixinho, embora já saiba a resposta. Ninguém respeita meus dons espirituais. – Quando estiver liberada desse noivado,

eu não poderei ir? – É claro que não poderá ir para o convento, Margaret. Não banque a idiota. [...] – Mas acho que fui chamada... – Foi chamada a ser mãe do novo herdeiro Lancaster – interrompe ela de forma brusca. – É ambição suficientemente grande para qualquer menina. Agora vá se aprontar. Suas criadas já fizeram suas malas. Você só precisa pegar a sua boneca para a viagem (GREGORY, 2019, p. 19).

Quando lemos o trecho, observamos três elementos que se contrastam. O primeiro diz respeito à insistência da protagonista em ir para o convento. O segundo consiste na negativa de sua mãe ao desejo de sua filha, nos mostrando, de maneira explícita, como se configurava o destino das meninas no medievo europeu, assim como a sua limitação em relação às suas ambições que se resumiam, por sua vez, ao matrimônio e a progenitura. O terceiro elemento contrastivo, que é destacado pelo vocábulo “boneca”, nos mostra uma denúncia com relação à situação de Lady Margaret. Isto é, a sua infância é vivenciada com as responsabilidades de uma mulher adulta, Assim, com relação à sua atitude de resistência no que concerne ao matrimônio, observamos isso desde o primeiro casamento de Lady Margaret com Lord Edmund Tudor, Earl of Richmond, quando ela afirma para a sua mãe que:

– Sempre pensei que seria uma virgem como Joana d’Arc. – Tento outra vez. Puxo sua manga para que preste atenção no que falo. – A senhora sabe que esse sempre foi o meu desejo. Queria ir para um convento e ainda quero. Talvez eu seja chamada. Talvez seja a vontade de Deus. Devíamos nos aconselhar. Podemos perguntar ao padre agora, antes que seja tarde demais. E se Deus me quiser só para Ele? Nesse caso, meu casamento será uma blasfêmia (GREGORY, 2019, p. 33).

De acordo com o fragmento, percebemos que Lady Margaret tenta utilizar diversos argumentos para convencer a sua mãe de que o casamento não é o seu futuro, sendo o argumento mais forte, a justificativa de que ela possui um anseio pela santidade, ao invés de uma menina comum do período medieval. Ademais, como uma forma de persistência e reafirmação sobre o seu destino santo, assim como uma resistência à vida marital, Lady Margaret eleva a sua voz ao longo da narrativa romanesca dizendo o seguinte: “– [...] Desde bem pequena, com 5 anos talvez, sei que sou uma criança especial aos olhos de Deus. Durante anos pensei que se tratasse de um dom singular – às vezes sinto a presença de Deus perto de mim, às vezes sinto a benção de Nossa Senhora [...]” (GREGORY, 2019, p. 12). Isso nos mostra, por conseguinte, o quão convicta a protagonista mostra-se sobre o seu dever para com o divino, embora os seus argumentos não sejam válidos para os seus tutores, pois, como sujeito silenciado dentro do patriarcado, as mulheres não têm voz nem vez nessa estrutura social patrística, visto que,

a importância primordial atribuída ao casamento – como meio de criação e conservação das estruturas de poder e de propriedade – não permite, sobretudo, nas camadas sociais mais elevadas, detentoras de bens e de poder, que uma rapariga influenciasse os planos de casamento traçados pelas gerações mais velhas (OPITZ, 1990, p. 362).

Além dessa declaração à viva voz da protagonista sobre o seu sentido de uma vida de santidade, mais adiante, já estando casada com Lord Edmund Tudor, Earl of Richmond – mesmo contra a vontade de Lady Margaret –, a personagem revela o peso que o matrimônio se configura para ela, ao afirmar: “Este é o meu martírio: o casamento com o seu irmão [de Jasper Tudor] nesse castelo rústico e horrível de Gales. Ofereço a Deus o sacrifício e sei que ele me recompensará” (GREGORY, 2019, p. 38-39, acréscimo nosso). Não obstante, o sofrimento de Lady Margaret se estende para além da troca de alianças perante um clérigo, uma vez que a vida marital confirma os seus receios do casamento. Todavia ela tenta se adaptar à toda essa situação, de forma resignada, porém, comportando-se como uma mártir, pois, “se fosse permitido a uma mulher odiar seu marido, eu o odiaria como um estuprador. Rezo para que Ela (Nossa Senhora) perdoe Edmund Tudor, o torturador de sua filha especialmente favorecida por Deus – eu, que não tenho pecado, nem, certamente luxúria (GREGORY, 2019, p. 39).

A adjetivação “torturador” que Lady Margaret atribui ao seu marido confirma a forma como os casamentos eram consumados nesse período: somente como um ato de reprodução, objetificando a mulher como apenas um animal reprodutor; o que, de certo modo, evidencia a repressão que beira a violência pela qual o sujeito feminino enfrenta nesse constructo mediévico. Dessa forma, no que consiste a repressão e sujeição dessas mulheres aos matrimônios e dentro desses, Claudia Opitz (1990) argumenta que:

A repressão das mulheres por meio dos casamentos combinados baseia-se muito mais na redução de sua existência a uma vida ao lado de um homem, reduzida aos interesses e necessidades deste, no controle da sexualidade e do corpo femininos e na deformação psíquica da esposa, encarada como uma estranha. Apesar disso, as mulheres (jovens) tentaram sempre influenciar essa decisão, quer solicitando posteriormente a anulação eclesiástica do casamento, quer colocando-se sob a proteção de um convento e de um voto de castidade para escapar à política matrimonial da família, como fez Inês da Boémia em meados do século XIII, bem como a princesa Isabel, irmã de São Luís (OPITZ, 1990, p. 363).

Ao levarmos em consideração o exposto por Claudia Opitz (1990), conseguimos identificar em D. Isabel e Lady Margaret essas mesmas tentativas de fugas realizadas por Inês da Boémia e Isabel, irmã de São Luís. Reconhecemos, também, que tanto D. Isabel quanto Lady Margaret utilizam desse senso de santidade como subterfúgio e/ou uma estratégia para

evitar a repressão que elas poderiam sofrer caso fossem submetidas ao matrimônio. Diante disso, mesmo sendo ainda crianças, vemos o quão conscientes a Princesa e a Condessa eram com relação aos seus destinos como objetos dentro do sistema patriarcal.

Em acréscimo, sendo obrigada a se casar pela segunda vez, depois de ter ficado viúva, agora com Sir Henry Stafford, o filho do Duke of Buckingham, Lady Margaret Beaufort revela ao leitor o seu sentimento de inconformismo com a sua situação:

[...] Não tem a menor importância eu querer me casar. Não importa se eu tenho medo do casamento, de consumá-lo, do parto, de tudo relacionado ao papel de esposa. Ninguém nem mesmo pergunta se perdi minha vocação de infância, se ainda quero ser freira. Ninguém definitivamente se importa com o que eu penso. Tratam-me como uma jovem comum, criada para o casamento e a reprodução, e como não me perguntam o que acho nem respeitam o que eu sinto não há absolutamente nada que possa detê-los (GREGORY, 2019, p. 61).

Ao analisarmos o excerto, percebemos o quanto Lady Margaret está inconformada com a sua situação. Ninguém ouve o seu argumento sobre tomar o hábito do celibato e, com isso, tornar-se abadessa. De fato, como a própria protagonista nos mostra, as mulheres nessa condição não poderiam falar, elas não têm opinião própria, só devem resignar-se e aceitar o seu ônus.

Levando em consideração esses comportamentos de resistência ao casamento por D. Isabel e Lady Margaret, segundo a socióloga e feminista brasileira Rose Marie Muraro (2002), no que diz respeito ao desejo de algumas mulheres pelo celibato na Idade Média, afirma:

[...] O celibato livrava as mulheres não só da sobrecarga da domesticidade e da reprodução como também do domínio masculino. As mulheres consagradas foram pouco a pouco construindo suas próprias estruturas nos primórdios da Idade Média, até que acabaram muito poderosas e influentes. Pouco a pouco, as abadessas foram se tornando muito ricas, governando vastos domínios, até o século IX, quando Carlos Magno formou o Santo Império, tornando-se senhor absoluto de boa parte da Europa (MURARO, 2002, p. 103).

Dessa maneira, vemos explicitamente que, “[...] a opressão das mulheres não é apenas econômica; é só uma parte disso. *A opressão das mulheres é total* e, portanto, existe na mente, é a opressão psicológica [...]” (MILLETT, 1968, p. 12, tradução nossa e grifos nossos). Desse modo, a opressão e a repressão são dois elementos que definem a situação pela qual as protagonistas em estudo passam ao decorrer do enredo romanesco. Ambos nos revelam diversas outras associações estereotipadas que mostram, de forma explícita, a inferioridade na qual as mulheres se encontram dentro do patriarcado. Kate Millett (1968) aponta que a

subalternização da mulher é total, porque a subjuga ao sistema patriarcal não só em termos de corpo, mas também, de mente e de espírito, associando esse último elemento ao contexto no qual as personagens femininas em tela estão inseridas. Isso fica claro quando o pai de D. Isabel, D. Pedro III de Aragão afirma: “– Tua mãe falou com sabedoria. Deves estar grata. D. Dinis é um rei completo. Portugal tem fronteiras sólidas e acredito que o monarca será um bom marido e aliado” (MACHADO, 2017, p. 59). De acordo com as reflexões acima, percebemos que ambas as protagonistas são pressionadas a cumprirem com o seu dever, que consiste em casar-se por conveniência para que suas famílias firmem alianças, fortalecendo-as de forma política e econômica.

Sendo assim, a respeito do papel das mulheres na Idade Média, a historiadora e medievalista alemã Claudia Opitz (1990) diz que:

[...] A prática dos casamentos concluídos em criança, tão difundida nas camadas sociais mais elevadas, encontrava aqui a sua legitimação; mas também entre as famílias aristocráticas e da baixa nobreza se considerava que uma rapariga estava <<apta para casar>> entre os doze e os quinze anos de idade. É claro que com isso se reduziam as hipóteses de as raparigas conseguirem impor a sua própria vontade na celebração de um casamento (OPITZ, 1990, p. 364-365).

Nessa conjuntura, as dinastias de Aragão e de Lancaster dependiam das virtudes de D. Isabel e de Lady Margaret. Apesar de ambas se submeterem a contrair matrimônio, ao observarmos melhor a primeira reação das Ladies, percebemos que, de imediato, elas se recusam alegando que desejam seguir o seu destino: servir a Deus, ser freiras, por mais que esse desejo seja substituído pelo dever: servir a sua casa, à sua dinastia, casando-se. Isso fica claro quando o pai de D. Isabel, D. Pedro III, afirma: “[...] minha filha, respeito a sua devoção como mais ninguém. Se eu estou nesse trono foi porque Deus quis. E é o Senhor que me diz o que deve ser feito. Como princesa e minha filha, deves seguir o meu mando” (MACHADO, 2017, p. 39). O mesmo acontece quando a mãe de Lady Margaret, Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe, diz que: “[...] Seu dever é gerar um filho e herdeiro, um menino de nossa família, os Beaufort, um jovem parente para o rei da Inglaterra, um menino para a Casa de Lancaster. Deus sabe como há homens de sobra na Casa de York. Precisamos de um nosso. Você nos dará um” (GREGORY, 2019, p. 19).

Como exposto, não lhes restando outra escolha, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort acabam casando-se, obedecendo à vontade de seus tutores e cumprindo com o dever para com as suas casas reais. Ademais, os dois últimos aspectos que identificamos na princesa aragonesa e na condessa inglesa que endossam todas essas outras características do Anjo do

Lar referem-se à pureza e à falta de liberdade. De fato, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort são estritamente imaculadas e propriedades de seus pais. Assim, para não se prejudicarem diante do jugo patriarcal e como uma forma de não sofrerem ainda mais opressão, repressão e repreensão desse, elas precisam agradar e, para isso, elas necessitam dissimular um bem-estar do qual não se configura como verdadeiro, tornando-se, desse modo, anda mais frágeis dentro dessa estrutura opressora. Diante disso, constatamos que, dentro do patriarcado, a mulher “é um sexo que se chama de frágil e, no entanto, exerce, seja sobre a família, seja sobre a sociedade, uma espécie de onipotência tanto para o bem quanto para o mal” (PERROT, 2017, p. 169). Um exemplo disso explicita-se no seguinte trecho, quando D. Isabel desconfia que o seu destino como esposa está próximo, mas por estar à mercê do sistema patriarcal, a infanta não pode protestar contra o seu “destino de mulher” (BEAUVOIR, 2019, p. 395) em viva voz:

Como as crianças nunca fazem perguntas para além do que podem estritamente compreender, numa sensatez de que raramente os adultos dão provas, Isabel ficou por ali com as demandas, embora a mente era dada a pressentimentos intensos, que, acreditava, lhe vinham da sua muita fé e lhe transmitiam a convicção de que era quase uma interlocutora de Deus, desde que se recordava de si. [...] Vataça respirou fundo: – Sois filha mais velha – respondeu, omitindo o resto. – E casadoira? É isso, Vataça? – Não?!... [...] – o que ocultam todos de mim?... insistiu (MACHADO, 2017, p. 52, 54).

Em adição, identificamos uma atitude semelhante com Lady Margaret Beaufort, quando percebemos que lhe é negado o direito de fala ante a sua condição como mulher e futura esposa:

Espero alguém pedir meu consentimento, a oportunidade de explicar que sou destinada a uma vida de santidade [...] O rei mal olhou para mim, não sabe nada a meu respeito, não mais do que sabia antes de eu entrar na sala, e, ainda assim, me atribuiu a um novo tutor, entregou-me a outro estranho. Como ele não percebe que sou uma criança de santidade especial, como ele o foi? Não terei a chance de lhe contar sobre os meus joelhos de santa? – Posso falar? – sussurro para minha mãe. – É claro que não. Então como o rei saberá quem sou se Deus não se apressar em dizer a ele? – E agora, o que acontece? [...] (GREGORY, 2019, p. 23-24).

Portanto, observamos que, o papel das mulheres no contexto medieval europeu resumia-se, principalmente, à submissão ao sexo oposto, pois elas eram “apropriadas para o matrimônio, para a progenitura, e para o cuidado com o lar” (PERROT, 2017, p. 180). Vemos que, isso “[...] é o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família, a mulher é oprimida [...]” (BEAUVOIR, 2019, p. 85).

“Humilde e Penitente que se danem! Oculta e Paciente, esse será o meu lema”⁴². Agora o lema não é mais “Humilde e Penitente”, mas sim, “Oculta e Paciente”. O lema que abre essa nova etapa na análise das protagonistas diz respeito às transgressões de D. Isabel de Aragão e de Lady Margaret Beaufort dentro do matrimônio. Na fase anterior, mostramos o primeiro movimento de transição: o de resistência, afirmando querer seguir as suas vocações de freiras em um convento, o que não foi possível; e, ao mesmo tempo, o de submissão ao casamento, sendo que, ambas as protagonistas dão ênfase aos seus inconformismos e a sua resistência ao matrimônio, aludindo uma futura vida casta. Agora, passamos a mostrar os outros dois movimentos transitórios das personagens: o de submissão e o de transgressão. Pois, mesmo se submetendo ao matrimônio, elas encontram um subterfúgio para fugir das suas responsabilidades maritais como esposas: a vida santa.

No que diz respeito às transgressões de D. Isabel, percebemos que a sua postura de santidade se configura como um artifício de resistência ante os deveres matrimoniais, quando esse aspecto também é constatado pelo seu próprio marido, D. Dinis I, nos primeiros dias de casados:

O rei voltara de uma ausência de vários dias e entrou pelos aposentos da mulher, trazendo o sol no rosto animado. Foi encontrá-la no oratório, já pronta para o sarau. Sentindo-o entrar, Isabel não se moveu, continuando a oração. Ele tão pouco se incomodou, ciente de que antes de si vinha Deus no coração da mulher. Sentou-se numa arca encoirada e aguardou que terminasse, observando-a. Envergava um sumptuoso brial de brocado de seda azul. Um cinto de medalhões de ouro desenhava-lhe a anca que ganhara formas, mais arredondada no último ano. Viu-a passar os dedos pelo terço, os lábios a mexer, de olhos fechados. Apreciou-lhe o perfil, de uma delicadeza de estátua, feições esculpidas por mãos de mestre. Com o véu sobre os cabelos louros, a pose e a entrega absoluta, Isabel era a imagem de uma santa. De uma bela santa... (MACHADO, 2017, p. 128).

Essa atitude por parte da protagonista deixa o rei desanimado no que concerne à consumação do seu matrimônio com a sua esposa, pois ele percebe um certo distanciamento da rainha de Portugal referente à prática das relações sexuais entre os cônjuges. Um outro momento também percebido pelo rei D. Dinis com relação à dedicação de D. Isabel à sua vida de santidade e às instituições religiosas mais do que a sua própria vida conjugal, é exposto ao leitor em um diálogo entre os esposos sobre as caridades de D. Isabel e a sua afeição às Clarissas, quando o rei D. Dinis a questiona:

⁴² Texto original: “Humble and Penitent may be damned! Hidden and Patient, that will be my motto”. Referência ao lema adotado por Elizabeth of York, contrastando com o lema imposto por sua sogra, Lady Margaret Beaufort, no romance histórico contemporâneo *The White Princess* (2013), de Philippa Gregory.

– Interessai-vos pela Ordem das Clarissas? – perguntou o rei com simpatia. O rosto dela iluminou-se. – Muito. Ainda pensei... Mas interrompeu a frase. Não iria dizer ao homem com quem casara que o sonho da sua vida era ter professado no Mosteiro de Santa Clara na sua terra, se não tivesse sido obrigada a forjar uma aliança para o seu pai (MACHADO, 2017, p. 146).

Essa dedicação determinada de D. Isabel à vida religiosa acaba por despertar um incômodo no marido, pois, assim como Lady Margaret Beaufort, D. Isabel prefere abster-se dos deveres conjugais para jejuar, rezar, dedicar sua vida ao divino ao invés do matrimônio, configurando-se como uma forma de fuga perante as suas obrigações de esposa. Isso, de certo modo, se apresenta como um dos aspectos que nos mostram que, mesmo submetida à condição de esposa resignada, a rainha de Portugal encontra meios pelos quais ela conserva o seu mais profundo desejo de consagrar-se à deidade e, com isso, libertar-se das obrigações terrenas que são destoantes do seu propósito como instrumento de Deus na terra.

Ademais, ao pensar sobre o bastardo que D. Dinis já tinha fora de portas, D. Pedro Afonso, e a escassez de filhos legítimos com D. Isabel – em virtude da frequente dedicação da mulher à uma vida de castidade e santidade, demonstrando repulsa pelo marido, o que o fazia recorrer às mancebas –, o narrador onisciente nos diz que D. Dinis: “Amava Isabel, mas o apego do coração podia ser separado da luxúria, pensou. Via-a muito presa das orações, demasiado perfeita aos seus olhos; como se pode desejar alguém que recorda uma santa, de mãos postas e joelhos no chão, permanentemente em frente aos oratórios?” [...] (MACHADO, 2017, p. 158).

Neste aspeto, a narrativa de Isabel Machado “[...] estabelece relações com historiadores mais recentes, ao argumentar que a rainha dava pouca importância ao esposo (MEDEIROS, 2013, p. 06). Semelhante a isso, outro romance estudado por Medeiros, *Os pecados da Rainha Santa Isabel*, da autoria de António Cândido Franco, mostra que “[...] o rei estava inteiramente apaixonado por ela e mesmo sem nada a receber em troca a trata com carinho e dedicação recebendo apenas desprezo e aversão” (2013, p. 06).

Esse desejo d’el-rei D. Dinis de aproximar-se carnalmente da esposa se confirma no seguinte trecho, quando ele nos mostra a sua frequente admiração por D. Isabel como mulher, embora ela não o corresponda da mesma forma: “Quando a via solta, a falar das suas obras na rua, sim, chegava a olhá-la de outra forma, com a sua alegria e o sorriso no rosto que fazia ainda mais belo, de mulher, o corpo alto e torneado. Superava-o em altura, uma boa mão travessa” (MACHADO, 2017, p. 158-159). Pois, D. Dinis “amava-a de verdade, daquela maneira que se diria fiel se não distribuísse favores por outros corpos” (id, p. 159). Porém, ao visualizar a áurea de santidade da esposa em virtude de suas práticas religiosas que se

configuravam de maneira fervorosa, D. Dinis entristece em saber que, ao invés de D. Isabel cumprir o seu papel de cônjuge, ela prefere abster-se da vida terrena e dedicar-se à vida espiritual, a começar por manter o celibato e a castidade mesmo dentro do casamento.

Vemos que esse aspecto explicita-se em um trecho do romance quando D. Dinis assume que gostaria de levar uma vida conjugal “normal” com a sua esposa D. Isabel:

[...] mas dentro dos aposentos, todos aqueles círios e santos, crucifixos, tudo lhe recordava a Eucaristia divina, ia-se-lhe a paixão da carne. Meses antes, chegara a anunciar que queria visitá-la à noite, mas chegando à câmara, perdera o viço do corpo quando a vira ainda nas preces, que não interrompia nem com a terra a tremer. Literalmente. Acontecera em Lisboa um tremor médio, suficiente para causar alarme na alcáçova, mas Isabel nem largara a capela. Pois se era a vontade de Deus... (MACHADO, 2017, p. 159).

Então, levando em consideração o exposto, vemos que esse último fragmento explicita a resistência de D. Isabel aos deveres conjugais como uma transgressão dentro do próprio matrimônio, apesar de que essas transgressões se configurem na sua dedicação à vida religiosa e a busca por uma vida de santidade, mas que se apresentam como uma fuga dos padrões impostos pela sociedade patriarcal à mulher medieval europeia. Portanto, constatamos que, mesmo que de forma sutil e velada, D. Isabel tenta resistir à opressão do patriarcado, mesmo que isso seja de uma forma incomum: através do sagrado.

Assim como D. Isabel de Aragão, identificamos as transgressões de Lady Margaret Beaufort dentro do matrimônio, no que diz respeito ao não cumprimento dos deveres conjugais de uma esposa, no seu segundo casamento, com Sir Henry Stafford; tendo em vista que, isso acontece mesmo ela estando em uma condição de submissão. Esse aspecto fica claro no seguinte fragmento, quando a protagonista afirma:

Sir Henry me dá muita liberdade, permitindo que eu vá à capela quantas vezes quiser. Tenho à minha disposição o padre da igreja contígua à nossa casa. Ordenei que os serviços obedecessem à ordem diária de um mosteiro e compareço a quase todos, até mesmo aos ofícios da noite em dias santos, e meu marido não faz nenhuma objeção. Ele me dá uma pensão generosa e me encoraja a comprar livros. Começo a criar a minha própria biblioteca de traduções e manuscritos e, ocasionalmente, ele se senta comigo e lê para mim o Evangelho em latim. Eu o acompanho com uma tradução para o inglês que ele mandou copiar para mim, e, aos poucos, começo a entender. Em suma, esse homem me trata mais como sua jovem pupila do que como sua esposa e provê os meios para minha saúde, educação e vida religiosa. Ele é atencioso e cuida de meu conforto, não se queixa de um bebê ainda não ter sido concebido e cumpre seu dever com delicadeza (GREGORY, 2019, p. 89).

O fato de que o seu segundo marido, Sir Henry Stafford – mesmo que de forma dissimulada, pois, na sociedade patriarcal, principalmente, “na concepção medieval do

mundo, a maternidade era tão importante como o casamento ou a situação familiar para o dia a dia da mulher e para a sua posição na sociedade” (OPITZ, 1990, p. 377) –, corrobora com o seu ofício para com o divino, de certo modo, nos mostra que Lady Margaret mantém uma vida casta mesmo estando casada, tentando, dessa maneira, cumprir com o seu desejo de infância: seguir uma vida de santidade, seu casamento não passando apenas de uma mera conveniência.

A própria protagonista, no seu terceiro casamento, agora com Lord Thomas Stanley, Earl of Derby, afirma para esse último a dissimulação do seu falecido marido, Sir Henry Stafford, na seguinte passagem: “Talvez Sir Henry tenha esperado de mim mais do que um afeto zeloso; meu amor, entretanto, foi dado ao meu filho, a minha família e a meu Deus muito antes de nos conhecermos. Desejei uma vida casta desde minha infância, e nenhum de meus maridos será capaz de desviar-me de minha vocação [...]” (GREGORY, 2019, p. 200). Reforçando o seu posicionamento, mais adiante, com as referidas palavras:

Uma mulher de juízo só se casa para melhorar a situação de sua família. Só uma tola sonha toda noite com um casamento por amor [...] Se eu me casar com um homem por amor, será a primeira vez em uma vida que teve duas uniões sem esse sentimento. A paixão entre um homem e uma mulher não é a estrada designada para mim. Sei que Deus quer que seu sirva a meu filho e a minha casa na Inglaterra (GREGORY, 2019, p. 200-201).

Mediante o exposto, vemos que Lady Margaret tem consciência de como funciona o mercado matrimonial no medievo europeu, pois, de fato, ela mesma foi uma de suas maiores vítimas. Porém, para o seu infortúnio, tanto ela teve que se submeter ao matrimônio quanto à maternidade, o que, de certa maneira, essas duas condições destoam do seu propósito divino. Portanto, a Condessa de Richmond aproveita a oportunidade de que os seus dois primeiros casamentos foram apenas por conveniência, para utilizar a sua vida de santidade como subterfúgio em resistência à luxúria no seu terceiro casamento, dessa vez, com Lord Thomas Stanley: “Por um momento, olhando para o seu rosto voltado para o chão, me pergunto se, de fato, quero que concorde tão prontamente com a ideia de que será meu marido, mas nunca meu amante” (GREGORY, 2019, p. 211).

Ainda no seu terceiro casamento com Lord Thomas Stanley, Lady Margaret deixa algumas condições bem claras para o seu novo marido, tendo em vista que tais exigências estão diretamente ligadas à sua vida santa:

– Creio que meus conselheiros esclareceram que pretendo que não haja descendentes de nosso casamento, estou certa? Ele não ergue o olhar para mim, talvez eu o tenha

deixado constrangido sendo demasiadamente objetiva. – Entendi que o casamento será um compromisso, mas não um ato consumado. Partilharemos a cama à noite para cumprir o contrato, mas você se considera tão casta como uma freira. Respiro fundo. – Espero que seja conveniente para você. – Perfeitamente (GREGORY, 2019, p. 211).

Ao lermos o fragmento, devemos lembrar que, o terceiro casamento de Lady Margaret foi devidamente articulado por ela mesma. Com o objetivo de se infiltrar na corte do rei Edward IV e da rainha Elizabeth Woodville, a protagonista propõe um matrimônio a Lord Henry Stanley em virtude de esse ser o *Lord* de mais confiança de Edward IV, e que, conseqüentemente, servia diretamente ao rei. Casando-se com Lord Stanley, Lady Margaret se aproxima do seu inimigo – ocupando o cargo de *Lady in Waiting* da rainha Elizabeth Woodville. Isso significa que, estando perto de seus adversários, a protagonista irá conseguir agir politicamente, em favor do seu filho, Henry Tudor, justificando as suas ações enfaticamente através do sagrado.

Ademais, mais uma vez, Lady Margaret Beaufort confirma o motivo pelo qual decide levar uma vida casta dentro do casamento quando ela mesma diz: “– Acredito ter sido escolhida por Deus para um propósito superior – explicou, [...]. – E é a vontade Dele que eu esteja preparada. Não posso ser amante de um homem e serva de Deus” (GREGORY, 2019, p. 211). Assim, diante dessas declarações da protagonista, vemos claramente a sua resistência dentro do matrimônio no que consiste aos prazeres da carne e a condição de progenitura, corroborando, por conseguinte, com a nossa ideia-tese defendida no presente tópico:

– A falta de desejo, deve se lembrar, foi requerida em nosso contrato de casamento. Uma cláusula estipulada por você [Lady Margaret Beaufort]. [...] Você não faz o meu tipo de mulher, e só Deus sabe que tipo de homem despertaria desejo em você. Se é que existe algum. Duvido que até o pobre Jasper tenha causado mais do que uma comoção frígida (GREGORY, 2019, p. 223).

Através dessas palavras de Lord Thomas Stanley, em uma conversa dele com Lady Margaret Beaufort, vemos sob a ótica da personagem masculina o que ele pensa a respeito da protagonista. Visualizamos que, na opinião do Conde Thomas Stanley, Lady Margaret, de fato, é quase destituída de desejos carnis. Destarte, ao levarmos em consideração a conjuntura na qual a protagonista se encontra, além de todas as suas atitudes com relação à sua vocação divina, constatamos que a Condessa de Richmond e Derby persiste em recusar o enlace matrimonial, dedicando-se, desse modo, à uma vida de castidade e de santidade; principalmente, quando Lord Thomas Stanley enfatiza: “[...] e só Deus sabe que tipo de homem despertaria desejo em você. Se é que existe algum [...]” (GREGORY, 2019, p. 223).

Um outro momento de reconhecimento das virtudes de santa da esposa, é quando o próprio marido de Lady Margaret, Lord Thomas Stanley, diz:

– Quando nos casamos, você me disse que havia se devotado a Deus e a sua causa [...]. Você desejava uma vida casta [...]. Se você fosse uma mulher que pudesse ser controlada por sentimento, teria ido para junto de Jasper e o seu filho há 12 anos. Afeição não é importante para você [...] (GREGORY, 2019, p. 224).

Como exposto, esse fragmento do romance extraído de um diálogo entre os cônjuges revela, de fato, a configuração do casamento de Lady Margaret, assim como, mostra sua resistência ao afeto conjugal. Desse modo, fica explícita a resistência da protagonista com relação às suas obrigações como esposa medieval europeia, trocando o leito de seu marido pelo genuflexório; preferindo passar suas noites em orações na capela ao invés de ceder à luxúria marital. Assim, ao observarmos esses movimentos de oscilações entre submissão e transgressão e vice-versa, visualizamos a forma como D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort são construídas como personagens romanescas, isto é, ambas ganham um protagonismo nas metaficcões historiográficas contemporâneas em tela.

Por conseguinte, ao traçarmos o perfil de duas personagens femininas alocadas na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa, conseguimos identificar diversos aspectos semelhantes entre ambas, dentre eles: a sua submissão ao sistema patriarcal, no que consiste à instituição do casamento; o cumprimento do dever para com as suas dinastias; a religiosidade; e, o seu fardo; características inerentes aos indivíduos tanto reais quanto ficcionais quando são de origem desse recorte sócio-histórico e político-cultural. Diante disso, expusemos que o sistema patriarcal delimita os papéis dos sexos masculino e feminino, atribuindo-lhes tarefas que estão ligadas aos fatores biológico e ideológico dos indivíduos, ou seja, a mulher é destinada ao cuidado da vida privada, enquanto o homem é encarregado pela vida pública, em outras palavras, a denominada “política sexual” (MILLETT, 1970, p. 23-24).

Então, é dessa configuração de sociedade que surge o cumprimento de deveres, quando D. Isabel de Aragão é obrigada a casar-se contra a sua vontade, assim como, Lady Margaret Beaufort. Quando falamos que se casaram contra as suas vontades – como explicitamos na discussão do referido tópico –, referimo-nos ao fato de que ambas desejavam, desde a infância, como mostramos na análise das personagens, seguir uma vida ortodoxamente religiosa, afirmando que os seus destinos eram servir a Deus, ansiando por serem freiras ou abadessas, e com isso, alcançar uma vida de santidade. Visto que, “[...] a vida conventual torna a mulher independente do homem: certas abadessas detêm grandes poderes.

Heloísa celebrizou-se tanto como abadessa como grande amorosa [...]” (BEAUVOIR, 2019, p. 146), compreende-se que:

[...] as jovens que queriam escapar ao espartilho dos planos matrimoniais da família só podiam contar com a astúcia, a mentira e a ajuda de Deus, como nos indicam algumas biografias de mulheres dos finais da Idade Média: por exemplo Clara de Assis, a proeminente fundadora de ordens e conventos, e a sua irmã mais nova, Inês, escaparam a altas horas da noite de casa dos pais e encontraram refúgio junto de São Francisco e dos seus irmãos pouco convencionais, e se não tivessem tido ajuda do céu – como refere o seu hagiógrafo – não teriam nunca conseguido resistir às ameaças, às injúrias e à pancada dos seus parentes masculinos (OPITZ, 1990, p. 365).

Isto, de certa maneira, não foi possível para D. Isabel e Lady Margaret, em virtude dos seus deveres como mulheres, como nobres, pertencentes a realeza e como joguetes no xadrez político europeu, embora o seu árduo desejo de reclusão no convento perdurasse por toda a sua vida.

Em síntese, mulheres como D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort não enxergavam o casamento como um meio de alcançar o amor villano, mas sim, como um obstáculo face ao seu árduo desejo de uma vida santa mediante a ortodoxia cristã. Dessa forma, as protagonistas convivem com diversos empecilhos no que diz respeito à sua vida de santidade, uma vez que tiveram uma educação alicerçada nos princípios franciscanos e marianos. Porém, elas são submetidas ao compromisso de estabelecer harmonia às desavenças internas e externas dos reinos de Aragão, Portugal, Castela e Inglaterra através dos seus matrimônios com D. Dinis, Lord Edmund Tudor, Sir Henry Stafford e Lord Thomas Stanley; sendo o primeiro, marido de D Isabel e os três últimos, maridos de Lady Margaret. Portanto, esse contrato sócio-político, de certo modo, interferiu nos seus desejos de tornarem-se abadessas, visto que, os seus destinos como princesa, condessa e futuras rainhas no medievo europeu foram traçados desde os seus nascimentos: serem boas esposas, mães zelosas, anjos dos lares, joguetes políticos, mesmo contra as suas vontades. Isso, por sua vez, nos mostra uma boa representação do feminino na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa.

Portanto, mostramos que ambas as personagens femininas adotam um movimento de oscilação no que diz respeito às suas posturas dentro do casamento: transgressão-submissão e submissão-transgressão. Dessa forma, discutimos que, no primeiro movimento de oscilação, as protagonistas transgrediram no sentido de enfrentar em viva voz os seus tutores, afirmando a sua desaprovação com relação ao matrimônio. Compreende-se que, em seu constructo social, as mulheres, sejam nobres ou abastadas, não tinham o direito de demonstrar aprovação ou desaprovação com relação às decisões sobre o seu futuro – futuro esse que era decidido por

outrem –, pois eram relegadas ao emudecimento, à obediência e à resignação, quando tinham que adotar o lema “Humilde e Penitente”, e cumpri-lo à risca.

No que concerne ao segundo movimento de oscilação, que diz respeito à submissão-transgressão das personagens femininas, consiste no momento em que elas se casam, saindo da situação de obediência ao pai para a condição de submissão ao marido. D. Isabel e Lady Margaret deixam claro para o leitor que a sua luta não está totalmente perdida, isto é, elas não se submeteriam integralmente, momento quando surge a resistência das protagonistas em análise. De fato, a partir desse momento, elas transgridem e, com isso, adotam um novo lema: “Oculto e Paciente”. Pois, mesmo estando ambas casadas, sob a tutela de seus maridos, elas conseguem encontrar maneiras de tentar seguir uma vida santa, dedicando-se à castidade e à santidade como fuga da luxúria conubial.

Em suma, evidenciamos que, as práticas como a castidade, os jejuns, as rezas; a quantidade de tempo gasto em genuflexórios, capelas, instituições religiosas; a abstinência sexual; além da ausência de afeto delas para com os seus esposos, configuram-se como artifícios, subterfúgios e uma forma de resistência no que diz respeito à concretização dos seus deveres conjugais. Desse modo, constatamos que essas atitudes elencadas das protagonistas soam como transgressões; pois, mesmo tendo se submetido à conjuntura do sistema patriarcal, elas levam uma vida de santidade, tanto para atender os seus desejos de toda a sua vida em servir ao divino – já que não puderam entrar em um convento e tornarem-se freiras ou abadessas – como uma forma de se desprender das amarras de uma sociedade em que predominava, com mais vigor, a prática androcêntrica e falocêntrica, calcada em um pensamento hegemônico e supremacista masculino.

4 POLÍTICA E TEOCENTRISMO: A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PERSPECTIVA

Do século XII ao século XV mulheres de todos os meios ousaram fazer-se ouvir: ainda que seja preciso apurar o ouvido para a escutar, abafada no barulho imenso do coro dos homens, a parte que estas vozes executam no concerto literário ou místico ganha uma autonomia [...]. Palavra das mulheres que suscita, ao mesmo tempo que assombro ou admiração, uma desconfiança e um controle acrescidos por parte dos detentores credenciados do saber e do dizer (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p. 20).

Considerada como uma das “religiões do livro”, conforme Rafael Carmolingo (2008, p. 146), o cristianismo moldou a imagem de Deus ao ideal do masculino que consiste nas tintas do sistema patriarcal, proliferando o androcentrismo, o falocentrismo e o pensamento hegemônico supremacista. “Tendo em vista que o sexo masculino sempre teve condições mais favoráveis para se destacar em certos aspectos” (NOGUEIRA, 2013, p. 154), temos a revelação da predominância da misoginia no mundo cristão na Idade Média, uma vez que religiosos e estudiosos dessa conjuntura afirmavam a irracionalidade das mulheres, considerando-as incapazes de estabelecer uma relação com o sagrado por serem consideradas sensuais e predispostas ao pecado. Esta leitura negativa do feminino, de certa forma, proíbe as mulheres, no contexto da Europa Medieval, de estarem aptas para expressar o sagrado assim como os homens o faziam.

Isso posto, mesmo diante dessa proibição das mulheres de atuarem nas instituições religiosas durante o medievo, consoante Sílvia Schwartz (2010) e Marcos Costa e Rafael Costa (2019), surgem diversas intelectuais e místicas – pertencentes ou não a uma ordem religiosa, como o caso das beguinhas – que almejavam viver as suas experiências com o divino sem interferências, proibições ou julgamentos das instituições religiosas, já que o direito a uma vida de espiritualidade lhes foi censurada. Dentre estas, destacamos alguns nomes: Marguerite d’Oingt, Marguerite Porete, Hildegard von Bingen, Hadewijch de Antuérpia e Catarina de Siena⁴³. É através dos escritos ou feitos dessas mulheres que marcaram a História, que conseguimos visualizar, segundo Sílvia Schwartz (2010), uma boa representação do

⁴³ “O fato é que estas almas, que se tornam reflexos de Deus, são ‘almas femininas’ numa época em que não cabia às mulheres o ‘dom’ de pregar, ensinar ou escrever, sobretudo o que elas pregaram, ensinaram e escreveram” (NOGUEIRA, 2013, p. 162).

feminino e do sagrado mediante as suas experiências com o divino e por meio de “fenômenos paramísticos”⁴⁴.

No livro intitulado *O Feminino e o Sagrado* (2001), Catherine Clément e Julia Kristeva fazem uma reflexão sobre o feminino e o sagrado na perspectiva da antropologia, da psicanálise e da filosofia. Nesse diálogo, as estudiosas retomam a trajetória de mulheres que marcaram a História nessa relação entre o feminino e o sagrado, tais como: Madre Teresa de Calcutá, Virgem Maria, Catarina de Siena, Eva Perón, Daiana Spencer, Teresa d’Ávila, Joana d’Arc, Hildegard de Bingen, Ângela de Foligno, Hannah Arendt, entre outras.

Com relação ao feminino, as autoras enfatizam que esse último, em conexão com o sagrado, configura-se como sinônimo de resistência: “[...] Parece-me que uma pista nova se abre: a sociedade rege de acordo com o princípio masculino puro, enquanto o sagrado resiste de acordo com o princípio feminino puro. Resistir seria a palavra que convém ao sagrado” (CLÉMENT; KRISTEVA, 2001, p. 69).

Além do elemento “sagrado” que percorre profundamente as trajetórias de D. Isabel e de Lady Margaret, um outro aspecto que nos chama atenção nas metaficções historiográficas de Isabel Machado (2017) e de Philippa Gregory (2019) e que merece destaque – tendo em vista que esse é um dos motivos pelos quais nós escolhemos as suas obras para compor o nosso *corpus* de pesquisa –, diz respeito ao protagonismo feminino que, de certo modo, enaltece a política e o teocentrismo exercidos pelas protagonistas ao longo dos enredos romanescos.

Sobre esse protagonismo feminino, identificamos uma reafirmação da Rainha de Portugal e da Condessa de Richmond no exercício da diplomacia e das suas atividades políticas para com os reinos de Portugal, Inglaterra e os demais que mantinham alianças e quaisquer conexões políticas com essas duas nações, em que as protagonistas movem-se através de suas relações e intermediações com o sagrado para transgredir politicamente. Nesse sentido, “a escrita das mulheres na história envolve necessariamente redefinir e expandir as noções tradicionais de significância histórica para abranger experiências pessoais e subjetivas, além de atividades públicas e políticas” (SCOTT, 1986, p. 1054, tradução nossa). Desse modo, são esses últimos elementos que Joan Scott (1986) menciona, além das experiências pessoais e subjetivas das personagens femininas, que exploraremos nos dois últimos tópicos do presente capítulo.

⁴⁴ “O *páthos* das mulheres citadas atravessa os seus escritos e oscila entre o corpo (que muitas vezes fala através de jejuns, visões, êxtases e penitências) e o intelecto (como o caminho percorrido serenamente por Marguerite Porete, por exemplo)” (NOGUEIRA, 2015, p. 98, grifo da autora).

Dessa forma, configurando-se como personagens da metaficção historiográfica, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort conseguem um lugar de fala dentro das narrativas, além de assumirem um papel de liderança nos estratagemas políticos europeus, aproximando a sua condição à das mulheres dos dias atuais: agentes civis e políticos ativos. Identificamos que há, nas metaficções historiográficas de Isabel Machado (2017) e de Philippa Gregory (2019), uma abertura para reflexões que competem aos estudos de gênero e, mais especificamente, à crítica literária feminista, a partir dos quais podemos discutir sobre o enfoque do protagonismo feminino, sob o prisma de um feminismo político.

Sabemos que a representação do feminino é quase sempre apresentada ao longo dos séculos de forma negativa, além de haver um silenciamento a respeito do protagonismo de mulheres que romperam com paradigmas hierárquicos, como as protagonistas D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort o fizeram através de suas ações cristocêntricas, franciscanas e marianas para com os mais necessitados e os excluídos da História, assim como dos seus feitos diplomáticos e políticos. Dessa forma, “essas atitudes caracterizam-na[s] como mulher[es] nobre[s], diplomática[s] e rainha[s] cristã[s]” (FERREIRA, 2017, p. 27), o que, de certo modo, mostra-nos a representação do feminino sob um viés que é construída pela Rainha Santa de Portugal e pela Rainha Mãe da Inglaterra.

Nesse último capítulo, discutiremos sobre a política e o teocentrismo, resultando, por sua vez, na representação feminina em perspectiva. Analisaremos, primeiramente, as conexões de D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort com o divino no medievo europeu como exemplos de resistência ao sistema patriarcal através das suas relações entre o feminino e o sagrado; isto é, um divino feminino, um rosto materno de Deus. No segundo e terceiro tópicos, abordaremos os pontos convergentes entre as protagonistas com relação à sua condição de filhas, mulheres, esposas, mães e soberanas na Era Medieval, além dos seus objetivos político-sociais e teocêntricos. Ademais, exploraremos, também, os pontos divergentes entre as duas rainhas. Por fim, discorreremos a respeito destas figuras da ficção reelaboradas como personagens romanescas.

4.1 Entre o Feminino e o Sagrado: a relação com o divino em D. Isabel e Lady Margaret no medievo europeu

Na concepção de Catherine Clément e Julia Kristeva (2001), o sagrado é toda ou qualquer experiência na qual o indivíduo se desnuda e despoja-se diante de uma vivência que revela uma conexão com algum tipo de deidade ou, até mesmo, com representações desta.

Diante disso, vemos que D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort estabelecem uma relação com o sagrado, por vezes, através de intermediações, outras, por meio de uma relação direta com o divino. Ambas, em seus verdes anos, almejavam o celibato para conseguirem atingir a castidade e a santidade conforme a vida de noviças, o que se configura como uma maneira de estabelecer uma conexão mais direta com o sagrado nos seus devidos contextos. Além de caracterizar-se, também, como uma forma de ação política, na medida em que os conventos, na Alta e Baixa Idade Média, ao mesmo tempo em que as separavam do convívio humano, serviam para “[...] a mulher unir-se-lhes na cultura, dedicando-se à oração e à meditação, para o que é necessário ler, escrever, estudar” (FRUGONI, 1990, p. 500); o que, de certo modo, não deixa de ser uma atitude política no sentido de que é através da leitura, da escrita e do estudo – elementos esses relegados quase que exclusivamente aos homens – que as mulheres dessa conjuntura engendravam diversas maneiras de emanciparem-se do domínio patriarcal.

Portanto, percebemos a conexão das personagens femininas estudadas com o divino através de intermediações com a deidade, mostrando-nos a forma como a Rainha de Portugal e a Condessa de Richmond e Derby demonstravam a sua ligação com o sagrado no contexto religioso e teocêntrico da Idade Média. Para estabelecer uma vinculação com o divino, essas mulheres encontravam intermediações em representações do feminino como a Virgem Maria, Santa Isabel da Hungria e Santa Joana d’Arc.

O primeiro ponto de intermediação que ilustra uma maneira de atingir um contato com o divino e o anseio pela santidade consiste no fato de D. Isabel seguir como modelo de um sagrado feminino a Virgem Maria e a sua tia-avó, Santa Isabel da Hungria. De certo modo, isso ilustra o seu desejo insaciável de alcançar o sagrado, assim como essas últimas alcançaram. Então, em oração, a personagem revela seu desejo de seguir os passos da Virgem Santíssima: “[...] *Dai-me saber que me ilumine, Senhora, certa de que estou da vossa santidade em tudo sem mácula. Tomara eu seguir vossa luz e descartar de mim a fraca condição de gente, que me pouca e desvirtua o vosso exemplo [...]*” (MACHADO, 2017, p. 154, oração de número 04, grifos da autora).

Vemos explicitamente o forte desejo da protagonista em seguir os passos de Maria Santíssima e, com isso, saciar o seu anseio de santidade por meio do exemplo de um sagrado feminino que consiste na mãe de Jesus Cristo, tendo em vista que, “[...] a tradição da fé concentrou o feminino em Maria, mãe de Jesus. Ali viu realizada todas as possibilidades numinosos e luminosas do feminino a ponto de ela ser simplesmente a *Nossa Senhora*: ela é

virgem, é mãe, é esposa, é viúva, é rainha, é a sabedoria, o tabernáculo de Deus, etc. [...]” (BOFF, 2012, p. 16, grifos do autor).

Sendo assim, prostrada em seu genuflexório, em oração à Nossa Senhora, a Rainha de Portugal diz:

Na determinação inabalável que tenho de levar aos outros o bem que posso, iluminai o meu caminho. Nada do que possais enviar-me é demasiado para vos servir. Aos Vossos pés, Senhora, mãe de todos, confio o meu propósito: fazer-me santa na Terra. Ajudai-me a seguir o exemplo de Cristo, calando desejos e vontades, tornando-me capaz de seguir as virtudes que Ele nos mostrou. Entregai-me qualquer sacrifício (MACHADO, 2017, p. 26, oração de número 01, grifos da autora).

Levando em consideração o exposto no fragmento, vemos que D. Isabel de Aragão, desde a sua tenra infância, percebe que a sua relação com o sagrado era algo além do que o seu contexto religioso e as suas crenças suscitavam. Seu anseio por santidade e de doar-se ao próximo era maior do que aquele que o contexto patriarcal impunha à sua condição de mulher em uma sociedade na qual o pensamento supremacista masculino predominava. Ainda assim, não “faltaram aqueles que consideravam a mulher na Idade Média um ser débil ou inferior ao homem, mesmo reconhecendo que as supostas fragilidade e inferioridade não impediram algumas de ultrapassar os preconceitos e as barreiras do espaço e do tempo em que estavam inseridas” (NOGUEIRA, 2013, p. 158).

Portanto, D. Isabel ultrapassa os preconceitos e as barreiras do espaço e do tempo através da sua expiação e provação como um ser encarnado no árduo caminho da edificação espiritual. Porém, no seu caso, é algo muito além disso: ela desnuda-se e despoja-se perante o sagrado, pois se reconhece como uma servidora e representante de Cristo.

Ao analisarmos os fragmentos literários de Isabel Machado (2017) expostos anteriormente, uma conexão com o sagrado semelhante à de D. Isabel de Aragão é, igualmente, observada em Lady Margaret Beaufort que, desde os cinco anos de idade, tem visões com o divino e, aos nove anos, a pequena *Lady* percebe que a sua relação com o sagrado era algo muito diferente do esperado em sua conjuntura. Desse modo, ao decidir seguir um propósito de santidade, a protagonista, tal como a rainha portuguesa, também elege a Virgem Maria como modelo. Não obstante, vemos que, em diversos momentos da narrativa, a personagem sempre está se comparando à Maria. Podemos constatar essa comparação no seguinte trecho, quando Lady Margaret diz:

Minha falta de entusiasmo nas orações, tenho certeza, será entendida por Nossa Senhora, que é Rainha do Paraíso e compreende tudo sobre herança. Ela sabe como é difícil estar na condição de herdeiro do trono sendo uma mulher. Independentemente do que vier a acontecer, jamais poderei ser rainha. Ninguém

aceitaria isso. Se, entretanto, eu tiver um filho. Ele terá direito a ser rei. A própria Nossa Senhora teve um menino, o que, era o que todo mundo desejava, e, assim, se tornou Nossa Senhora Rainha do Paraíso e pôde assinar: *Maria Regina: Maria R.* (GREGORY, 2019, p. 26-27, grifos da autora).

Por mais que em uma primeira leitura, ou na condição de leitores desavisados, observemos apenas o aspecto religioso nesse trecho, é possível se atentar ainda para os resquícios políticos que Lady Margaret transparece ao comparar a condição de Rainha de Nossa Senhora e essa possível posição para si própria. Com o desejo insaciável por governança, bem como pelo sagrado, é nesse momento que a protagonista sente-se impulsionada em direcionar o seu destino santo em busca de uma recompensa política, tornando-se, futuramente, *Margaret Regina, Margaret R., My Lady The King's Mother*, assim como ela considerava a própria Mãe do Rei Jesus Cristo: a Rainha do Paraíso por seu próprio direito.

Em um outro momento, já estando grávida e passando por uma situação difícil no castelo de Lamphay – pois o seu marido, Lord Edmund Tudor, Earl of Richmond, foi à guerra e deixou-a em Gales, momento quando os galeses se voltaram contra o Earl –, a Countess of Richmond ainda continua a se comparar com a Virgem Maria: “Rezo por uma orientação de Nossa Senhora, que também enfrentou tempos conturbados quando estava grávida, mas nenhum Espírito Santo aparece para anunciar ao mundo que sou o receptáculo⁴⁵ do Senhor. Aparentemente, não haverá nenhuma anunciação para mim” (GREGORY, 2019, p. 46-47).

Assim, para entendermos melhor essa admiração e devoção de D. Isabel e de Lady Margaret para com a Virgem Maria, Leonardo Boff (2012) explica o seguinte:

Sendo por isso o membro da Igreja, ela também ocupa um lugar correspondente nos laços de mediação salvífica que envolvem a todos; ela é venerada como a medianeira de todas as graças, porque, unida ao Espírito Santo, ao seu Filho, ela é cheia da graça. Maria encontra-se de tal maneira associada ao seu Filho, ao Espírito Santo e ao próprio Deus que é exaltada como corredentora. A morte coroou-a a perfeição de tal vida. Ela foi assumida ao céu de corpo e alma; antecipa assim o destino de todos os justos e concretiza o que deverá ser a transfiguração universal de todo o universo no Reino de Deus (BOFF, 2012, p. 23-24).

Ao lermos a citação de Leonardo Boff (2012), compreendemos, dentro da tradição religiosa de ambas, o motivo pelo qual Maria é considerada como um modelo de um sagrado feminino a ser seguido por elas, pois “Todos os deuses vêm da Mãe: ela é a mãe da Forma, ela é a Mãe dos Nomes. Além dela, está a transcendência e, portanto, ela representa o que é transcendente, tudo o que é potencial, que está no futuro; ela é a fonte e o fim. Tal é a

⁴⁵ “[...] Seu corpo é a sua magia: ele invoca o masculino e é também o vaso de toda vida. A magia feminina é, portanto, básica e natural. O masculino, por outro lado, é sempre representado em algum papel, desempenhando uma função, fazendo algo [...]” (CAMPBELL, 2015, p. 18).

adoração enquanto veneração do poder feminino no mundo ocidental” (CAMPBELL, 2015, p. 275). Portanto, é nesse sentido de transcendência, de potencial e de poder feminino que D. Isabel e Lady Margaret são passíveis de auto comparação com Maria, tanto em relação ao divino quanto no que concerne ao aspecto político pelo qual o sagrado delas torna-se teocêntrico.

Em acréscimo, a respeito dessa constante comparação de D. Isabel e de Lady Margaret com a Virgem Santíssima, constatamos que

Tais e tantos são os fatos que a fé testemunha acerca de Maria. O povo de Deus guarda a memória deles no culto e na devoção profundamente arraigada no coração do catolicismo. Mas não só se mantém viva na memória tudo daquilo que Deus fez por Maria. Procura-se também traduzir para a vida humana a salvação operada em Maria, mediante um caminho de seguimento e de imitação. A grandeza de nossa mãe se operou numa senda estreita na qual sempre esteve presente o sofrimento, a pequenez e o anonimato (BOFF, 2012, p. 24).

Ao refletirmos sobre o que Leonardo Boff (2012) enfatiza, e de acordo com a admiração, a devoção e o culto da Rainha de Portugal e da Condessa de Richmond à Maria, seguindo-a como modelo de virgem, santa, mãe, corredentora, cossalvadora, intermediadora, Maria, desse modo, representa o divino feminino, uma mediação máxima entre o feminino e o sagrado. “Assim, Maria revelaria o ser humano ao próprio ser humano e revelaria também uma faceta nova de Deus para o ser humano” (BOFF, 2012, p. 25). É nessa perspectiva metafísica que Maria representa tudo o que é potencial, o que está no futuro, pois ela é a fonte e o fim, motivos pelos quais a Mãe de Jesus Cristo desperta tanta admiração nas protagonistas em análise.

Além disso, como mencionamos no início da nossa discussão, uma outra maneira de intermediação com o sagrado que D. Isabel mantém ao longo da narrativa, diz respeito ao seu outro modelo de sagrado feminino que a protagonista elegeu, sua tia-avó, Santa Isabel da Hungria, recebendo o nome dessa última como uma previsão sobre o seu futuro como Rainha e Santa: “– Que lhe seja dado o nome da minha santa tia, a princesa Isabel da Hungria, senhora de virtudes e milagres – ordenou o pai da criança. E assim se fez” (MACHADO, 2017, p. 18). Em oração, a personagem deixa claro ao leitor o seu propósito, que consiste em seguir uma vida de santidade, mesmo estando casada, assim como a sua tia-avó o fez:

[...] *Dai-me forças para acatar os mandos de meu pai, porque não estou fadada para o matrimónio. Só encontro em mim a vontade de seguir o caminho da santa tia de meu pai, Isabel da Hungria, de quem recebi o nome, entregue à sua veneração desde que atingi o entendimento [...]* (MACHADO, 2017, p. 26, oração de número 01, grifos da autora).

Conforme o trecho, compreendemos que a protagonista revela, em viva voz, o seu anseio de seguir os passos da sua tia-avó, ou seja, tornar-se santa e instrumento de Deus no plano terreno, visto que as “suas almas se tornam espelhos cristalinos, reflexos do divino” (NOGUEIRA, 2013, p. 162). De acordo com as concepções de Isabel Costa (2013), vemos que, desde o seu nascimento, D. Isabel já mostrava prenúncios sobre o seu futuro como um espírito encarnado, com uma ligação extraordinária com a deidade, levando a ser usada como intermediadora do divino para ajudar os pobres, os enfermos, os enjeitados e toda a comunidade necessitada, tanto de forma material quanto de maneira espiritual, assim como fez a sua tia-avó, como implementação e reverberação das virtudes e obras Dele.

Assim, como exemplo de cumprimento para com as obras do Messias e herança de uma espiritualidade franciscana, mercedária e medicante, Maria Filomena Andrade (2014) afirma:

Fortemente influenciada pela espiritualidade franciscana, Isabel [da Hungria] optou por viver uma pobreza total, do que foi desaconselhada pelo seu diretor espiritual, Conrado de Marburgo, que a exortou a viver as virtudes do seu estado, apesar de lhe impor uma rígida e sufocante disciplina que precisou da intervenção dos amigos para ser abrandada. Dela se contam vários milagres – entre eles o milagre das rosas – e todo o seu comportamento era voltado aos pobres e à sua proteção. Ludwig também a apoiava e auxiliava nas suas obras de caridade. Porém, tamanha prodigalidade para com os pobres irritava os cunhados Henrique e Conrado da Turíngia (ANDRADE, 2014, p. 82-83).

Ao analisarmos as concepções de Maria Filomena Andrade (2014), vemos que duas das características de D. Isabel da Hungria, a sua sobrinha-neta, D. Isabel de Aragão, as seguem. A primeira diz respeito aos seus hábitos franciscano, mercedário e medicante, além da sua proteção aos pobres, aos enjeitados, as meretrizes e o seu comportamento voltado às obras de caridade que a Rainha de Portugal cultivava desde a sua tenra infância à viuvez; momento em que ela recolhe-se no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, adotando o estilo de vida das Clarissas e, por conseguinte, estendendo essas suas ações até o seu falecimento. Já a segunda característica refere-se aos milagres, sendo que um deles e, diga-se de passagem, o mais famoso, conforme Joana Ramôa (2010), coincide com as realizações de ambas: o milagre das rosas. Portanto, assim como aconteceu com D. Isabel da Hungria, alguns dos componentes da Corte Real Portuguesa não aprovavam totalmente esses comportamentos da Rainha de Portugal, principalmente o seu marido, o rei D. Dinis I, que considerava demasiadas as atenções e a dedicação que a sua esposa direcionava aos mais necessitados.

Assim como D. Isabel, Lady Margaret também adotou um modelo de sagrado feminino que, de certo modo, serve como uma boa representação sobre a relação entre o feminino e o sagrado: Santa Joana d’Arc. Pois, durante toda a narrativa, percebemos que a

protagonista, além de sempre estar se comparando à Virgem Maria, também se compara à guerreira francesa e Donzela de Domrémy: “‘Nossa Senhora? Virgem Maria? Um silêncio muito desagradável. Suspiro. ‘O que Joana faria?’, penso. Se ela tivesse de fazer uma escolha perigosa, qual seria? Se eu fosse Joana, com toda a sua coragem, o que faria?’” (GREGORY, 2019, p. 45). A respeito de Santa Joana d’Arc, Helen Castor (2018) afirma que,

No firmamento da história, Joana d’Arc é uma estrela imponente. Sua luz é mais brilhante do que a de qualquer outra figura de sua época e lugar. Sua história é única e, ao mesmo tempo, de alcance universal. Ela é, notadamente, um ícone versátil: uma heroína para os nacionalistas, monarquistas, liberais, socialistas, católicos, protestantes, tradicionalistas, feministas, para os de direita e os de esquerda, Vichy e a Resistência [...] (CASTOR, 2018, p. 19).

Dentre essas classificações atribuídas à Donzela de Domrémy, observamos que Lady Margaret, calculadamente, seleciona as que estão mais aproximadas ao seu perfil de líder cristã, isto é, as que estão relacionados ao divino, à emancipação, à transcendência, ao potencial de poder feminino e à política, de fato. Ademais, no momento em que Helen Castor (2018) afirma que Joana d’Arc é mais brilhante do que qualquer outra mulher no medievo europeu, ela se esquece de que Lady Margaret Beaufort, a Rosa Vermelha da Inglaterra, apresentava-se tão notável quanto. É fato que a Condessa de Richmond não foi ao campo de batalha com uma armadura, uma espada e um estandarte com anjos e lírios bordados como Joana d’Arc o fez, porém, de acordo com a nossa análise da metaficção historiográfica em estudo, todas as estratégias políticas que Lady Margaret exerceu, assim como a sua ferocidade pelo poder político, confirmam o seu epíteto de *She-Wolf* (Cf. CASTOR, 2012).

Identificamos mais uma das comparações da protagonista de Philippa Gregory com a Santa Joana d’Arc, no decorrer da narrativa, no relato de um velho guerreiro inglês à Lady Margaret – estando essa última com nove anos de idade –, a respeito da batalha que a Donzela de Domrémy venceu dos ingleses em defesa da França: “Ela ardia antes de ser colocada na pira, flamejante, repleta do Espírito Santo. – Eu também sou assim – murmurei depois de respirar profundamente” (GREGORY, 2019, p. 16). Logo após esse murmúrio da protagonista, o velho, percebendo o entusiasmo da pequena Lady, continua: “Suas cinzas foram espalhadas para que ninguém lhe erguesse um santuário. – Mas Deus falou com ela, uma jovem – argumentei num murmúrio. Ele não falou com o rei ou com um menino; Ele a escolheu” (GREGORY, 2019, p. 16).

Consoante às concepções de Helen Castor (2018), compreendemos que a trajetória de Lady Margaret se assemelha à da Donzela de Domrémy. Inobstante, é exatamente essa mesma perspectiva de propósito santo da guerreira francesa que a Condessa de Richmond irá tentar

executar em meio à Guerra das Rosas. E em confirmação às comparações da personagem feminina com Santa Joana d’Arc nos trechos literários acima, a protagonista ainda afirma, posteriormente:

Nossos caminhos devem seguir o mesmo ritmo. Sua história deve se reportar à minha. Também eu devo ter sido chamada para salvar o meu país, como Joana o foi. Fui escolhida para livrar a Inglaterra do perigo, da incerteza, da própria guerra, e colocar o legítimo rei no seu trono. [...] – é isso o que a visão me diz (GREGORY, 2019, p. 41).

Consoante o fragmento, vemos que a protagonista faz uma reflexão sobre como Deus usou Santa Joana d’Arc como Seu instrumento para instaurar a paz no território francês. Ou seja, Deus escolheu uma mulher, Ele escolheu o sexo feminino para agir como intermediação entre o Divino e a Sua criação. Isso, por sua vez, configura o feminismo político (Cf. MILLETT, 1970) pelo qual tanto Lady Margaret quanto D. Isabel desempenham no decurso das metaficções historiográficas em estudo. Assim, conforme o que Sílvia Schwartz (2010) afirma sobre a conjuntura patrística do cristianismo na Alta e Baixa Idade Média, essas ações de D. Isabel e de Lady Margaret configuram-se como transgressões. Pois, na “doutrina cristã da criação da humanidade à imagem de Deus”, Ele sempre fala ou age através dos homens, e não das mulheres. Tendo em vista que, elas são consideradas “deficientes quanto à razão, mas também moralmente fracas e conseqüentemente predispostas ao pecado, especialmente de natureza sensual” (SCHWARTZ, 2010, p. 110).

Assim sendo, constatamos que ambas as protagonistas mantêm uma relação direta com o sagrado de uma forma que não se limita apenas às suas práticas dogmáticas ou ortodoxas que o seu contexto cristão patrístico as impunha. Pois, conforme Rudolf Otto (2017), “uma coisa é apenas acreditar no supra-sensorial; outra, também vivenciá-lo; uma coisa é ter ideias sobre o sagrado; outra, perceber e dar-se conta do sagrado como algo atuante, vigente, a se manifestar em sua atuação” (OTTO, 2017, p. 189). É esse último aspecto, de certa maneira, o que acontece com D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort: o sagrado como uma manifestação atuante.

4.2 Of the Virtue Rare, by the Grace of God and by His Will: estratégias políticas de D. Isabel de Aragão e de Lady Margaret Beaufort em um contexto teocêntrico

Como retomada da ideia-tese do presente ensaio acadêmico, partimos do pressuposto de que, nesses dois contextos conflituosos da Península Ibérica e da Grã-Bretanha/Inglaterra, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort cometem as suas transgressões políticas – cada

uma à sua maneira – utilizando a religião/sagrado como subterfúgio para poderem se posicionar no tabuleiro ibérico e inglês. As protagonistas tentam, assim, mudar o rumo governamental dessas nações através de suas interferências indiretas e diretas nas decisões políticas e diplomáticas de seus países, uma vez que, em alguns momentos, os posicionamentos das personagens com relação ao sagrado beiram o teocentrismo a partir do momento em que elas justificam a maioria das suas ações enfaticamente por meio do divino.

Conseguimos, então, dividir essas ações políticas e diplomáticas das personagens em quatro estágios que ilustram uma evolução dos seus protagonismos. Com relação à D. Isabel, destacamos: 1) a sua autoafirmação como protagonista política para o futuro de Portugal; 2) as desavenças entre D. Dinis e D. Afonso de Portalegre; 3) os conflitos entre os reinos de Portugal, Aragão e Castela; e, 4) as desavenças entre D. Dinis e D. Afonso IV. A respeito de Lady Margaret, enfatizamos: 1) a sua autoafirmação como protagonista política para o futuro da Inglaterra; 2) o seu posicionamento político após o nascimento do seu filho, Henry Tudor; 3) as suas ações diplomáticas advindas do seu segundo casamento; e, 4) as suas estratégias políticas oriundas do seu terceiro casamento. Desses quatro momentos das atuações das personagens advêm diversos episódios que ilustram desde as mais indiretas intervenções políticas até as mais explícitas.

No primeiro estágio de atividades diplomáticas das personagens, detectamos um aspecto convergente entre elas, isto é, as suas autoafirmações como futuras protagonistas nas decisões políticas de Portugal e da Inglaterra, utilizando o divino como subterfúgio para isso; visto que é através da religião, na Baixa Idade Média europeia, que essas mulheres transitaram em um âmbito que quase sempre foi apanágio dos homens: o poder político. Com relação à D. Isabel, identificamos esse aspecto em uma declaração sua feita através da sétima oração da personagem:

Dessa maneira, consoante às concepções de Régine Pernoud (1984), reconhecemos a seguinte evidência: na conjuntura na qual D. Isabel viveu, a religião era uma das esferas sociais que predominavam na Alta e Baixa Idade Média. Ou seja, é algo característico desse recorte histórico, aspecto esse do qual a protagonista irá utilizar como uma forma de adentrar na esfera política de sua época, assim como os homens o faziam:

É claro que não é de surpreender que a religião como a conhecemos considere a imposição da supremacia masculina por decreto divino como parte de sua função em um patriarcado – assim também na literatura, todas as noções tradicionais e contemporâneas de governo, aquelas trivialidades que atualmente a ciência – e mesmo – a despeito da influência do Iluminismo –, a própria ciência coopera em uma série de racionalizações expeditas de modo a manter a política sexual

tradicional por motivos tão ilusórios que têm certo charme cômico (MILLETT, 1968, p. 08, tradução nossa).

Conforme o fragmento, Kate Millett (1968) afirma que não só a religião e as demais esferas político-civis e sociais estão direcionadas aos homens, mas a própria ciência, o conhecimento, giram em torno do sexo masculino. Não é de se estranhar, pois, ao olharmos para a história da ciência, a maioria dos cientistas são homens, ou seja, a consolidação e proliferação de uma “política sexual tradicional”, como afirma a teórica estadunidense. Porém, é importante lembrarmos que, segundo Régine Pernoud (1984), na maioria das vezes, essa atitude de justificar todas as suas ações através do divino era mais comumente exercida pelos homens desse cenário que, por sua vez, torna-se teocêntrico, pois, se analisarmos esse fato sob a nossa ótica de sujeitos pós-modernos, há um exagero em elucidar tudo e a todos através da deidade. Mas, é justamente através dessa esfera, “a religião”, que também é de domínio do masculino no medievo europeu, que as personagens femininas em estudo a utilizaram como um subterfúgio para agirem politicamente em um contexto teocêntrico como o da Idade Média.

Caso semelhante ao de D. Isabel acontece com Lady Margaret Beaufort, que tinha o objetivo de salvar a Inglaterra da Guerra das Rosas e, com isso, tornar-se a cossalvadora da sua pátria, por acreditar que, segundo Linda Simon (2018), ela era dotada de uma Virtude Rara, pela Graça de Deus e pela Sua Vontade. Isso fica claro no seguinte excerto, quando a protagonista tem uma audiência privada com o rei, Henry VI, o seu tutor, sobre o seu primeiro noivado com o Earl of Lincoln, Lord John de la Pole:

Minha audiência é uma enorme decepção. Espero que me interroguem e que eu, embora tímida diante deles, possa falar claramente que sei pelo próprio Deus que John de la Pole não deve ser meu marido. Imagino-me diante de um tribunal de juízes, surpreendo-os como o Menino Jesus na sinagoga. Suponho até que lhes diria ter tido um sonho que me mostrava que eu não deveria me casar com ele, pois meu destino é mais nobre: e assinarei *Margaret Regina: Margaret R.* Não tenho, porém, oportunidade de dirigir-me a eles, de brilhar. Tudo já estava escrito antes de chegarmos e o máximo que tenho permissão para dizer é ‘Retiro o compromisso’. Assino meu nome, que é apenas Margaret Beaufort. Nada mais. Ninguém pede a minha opinião sobre a questão (GREGORY, 2019, p. 22, grifos da autora).

Ao lermos o fragmento, identificamos três pontos enfáticos no discurso de Lady Margaret: o teocentrismo, o posicionamento político e as relações de gênero na Baixa Idade Média. Com relação ao primeiro ponto, visualizamos quão irônica se apresenta a personagem ao compara-se com o “Menino Jesus”, no sentido de que, desde criança, ela já tinha um senso de destino santo, de que Deus tem um grande propósito em sua vida. Isso, de certa maneira, desencadeará uma séria de afirmações semelhantes à essa no decurso do enredo romanesco,

pois ela passa a justificar todas as suas ações futuras através da sua relação com a deidade, apresentando-se como “[...] uma fanática, obcecada com a ideia de que Deus pretendia que o seu filho governasse e trabalhou para se certificar de que ele cumprisse o seu destino” (TALLIS, 2020, p. 05, tradução nossa).

No que concerne ao segundo ponto, vemos que, mesmo aos 12 anos de idade, Lady Margaret já tem esse desejo de atuar no âmbito político; visto que, esse anseio pelo poder irá influenciar, também, a sua trajetória na busca pelo trono da Inglaterra e, com isso, concretizar essa “salvação” de seu país que ela tanto almejava. Desse modo, “[...] como a essência da política é poder, tal realização não pode deixar de ter impacto. O que permanece da autoridade sobrenatural, a Deidade, o ‘Seu’ ministério, juntamente com a ética e os valores, a filosofia e a arte de nossa cultura – sua própria civilização [...]” (MILLETT, 1970, p. 25, tradução nossa), ilustram a intrínseca relação entre a política e o teocentrismo na sociedade da qual a personagem feminina pertence. Já com relação ao terceiro ponto, percebemos o quão silenciadas as mulheres se apresentam na Baixa Idade Média, ou seja, na denominada “idade dos homens”, como aponta George Duby (2011). Portanto, observamos que, mesmo em sua tenra idade, a protagonista percebe que, no constructo em que ela vive, as mulheres não têm vez nem voz.

A respeito dessa condição de silenciamento e inferioridade da mulher na Idade Média bem explícita na declaração de Lady Margaret Beaufort, e que, tanto ela quanto D. Isabel desconstroem à medida em que transgridem politicamente – cada uma ao seu modo –, Aldinida Medeiros (2019) afirma que

[...] a imagem da mulher ficou apagada pela historiografia até meados do século XX, e o gênero feminino permanece relegado à uma constante submissão ao poder dominador masculino, embora saibamos que em todos os tempos houve uma história de luta por um lugar ou por reconhecimento por parte das mulheres. Terá sido a Idade Média um período que em muito deixou na sombra a figura feminina. Afinal, não é por acaso que George Duby define a Idade Média como um tempo predominantemente dos homens (MEDEIROS, 2019, p. 26-27).

Levando em consideração os argumentos de Aldinida Medeiros (2019) e com relação à condição de D. Isabel e de Lady Margaret no Baixo medievo, reconhecemos que as suas vidas como esposas e mães se enquadram no aspecto da “submissão ao poder dominador masculino” (MEDEIROS, 2019, p. 26), em virtude de a Idade Média ser um recorte sócio-histórico-político e cultural predominantemente dos homens; visto que “as mulheres desenvolvem características de grupo comuns àqueles que sofrem com o *status* de minoria e uma existência marginal” (MILLETT, 1970, p. 55, tradução e grifo nosso). Portanto, “como as mulheres no patriarcado são, em grande parte, cidadãos marginais quando são cidadãos,

sua situação é semelhante à de outras minorias, aqui definidas não como dependentes do tamanho numérico do grupo, mas de seu *status*” (MILLETT, 1970, p. 55, tradução e grifo nosso).

Destarte, conforme Kate Millett (1970), os assuntos legais, civis e políticos competem, desde quase sempre, ao domínio masculino, relegando a mulher ao domínio do privado, à submissão, à subordinação. Assim sendo, de acordo com Simone de Beauvoir (2019), o homem é tido como dotado de capacidade, ele é o sujeito, o essencial, o positivo, apto à transcendência. Enquanto a mulher é considerada como incapaz, ela é o “Outro”, o inessencial, o negativo e que permanece na imanência.

Desse modo, na opinião de Kate Millett (1970), as mulheres nunca deixaram de ser consideradas como o sexo inferior, aquele que não é capaz cognitivamente de tratar sobre os assuntos de Estado. A Diplomacia e a Política, de todo modo, assim como o Direito, têm origem nos alicerces patriarcais greco-romanos, calcados na ideologia da primogenitura e da supremacia masculina; uma vez que, de acordo com o falocentrismo, as mulheres, em teoria, não eram capazes de lidar com assuntos de ordem legislativa, civil e militar que competem à imagem masculina, nem de tratar de entraves políticos, privando-as de jogar o xadrez político de seu contexto.

Por outro lado, na nossa concepção, através de um feminismo político (Cf. MILLETT, 1970), as protagonistas analisadas aqui rompem com esses paradigmas da representação do feminino medieval que se configura como a sombra do masculino, a partir do momento em que D. Isabel e Lady Margaret, por meio de suas ações diplomáticas e políticas, lutam para construir um lugar de fala em que elas pudessem agir como seres civis e políticos, assim como os homens de seu tempo o faziam. Segundo Kate Millett (1970), “aqueles que recebem *status* mais elevado tendem a adotar papéis de maestria, em grande parte porque primeiro são encorajados a desenvolver temperamentos de domínio” (MILLETT, p. 26, tradução e grifo nosso). A confirmação disso se dará à medida em que mostraremos os pontos convergentes no protagonismo da Rainha de Portugal e da Condessa de Richmond no âmbito da diplomacia e da política, embora reconheçamos que há muitas divergências nos seus objetivos político-sociais e teocêntricos na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa.

No segundo estágio do protagonismo das personagens em análise, vemos que as primeiras ações diplomáticas indiretas de D. Isabel após a sua chegada no reino português consistem na 2) sua interferência nas desavenças entre o seu marido, o rei D. Dinis, e o irmão desse, o príncipe D. Afonso de Portalegre. Enquanto as de Lady Margaret, dizem respeito 2) a

atuação dela após o nascimento do seu filho, Henry Tudor, momento em que ela afirmará o seu propósito como mãe do futuro rei da Inglaterra.

O primeiro episódio que ilustra os primeiros posicionamentos diplomáticos indiretos de D. Isabel refere-se ao conselho que ela dá a D. Dinis para que ele estabeleça limites severos a D. Afonso de Portalegre, uma vez que esse – juntamente com D. Nuñez Lara e alguns nobres insatisfeitos com a governação do atual monarca – levantou armas contra o rei português, com o intuito de estabelecer soberania indevida nos seus domínios em Portalegre e Marvão e, com isso, incitar a discórdia entre a nobreza senhorial, a nobreza de corte e o soberano:

[...] Mas o seu silêncio foi só para as damas que a serviam no paço. Para o marido, sentou-se a compor uma longa carta, onde falava de perdão, mas com condições firmes. Recordava ao rei que era a segunda vez que Afonso, por quem nutria sincera estima, havia afrontado o monarca e irmão e o rei de Castela. Que não deixasse D. Dinis de estabelecer limites severos ao infante. Se Afonso fizera duas, faria três, conclusão a que qualquer um chegaria se deixasse ouvir o bom senso. Mandou entregar a missiva mal a selou e deixou-se ficar a aguardar mais novas das terras do interior do reino, para onde se viraram os olhos de Aragão, de Castela, da Cristandade e do Papa (MACHADO, 2017, p. 172).

Ao lermos o excerto literário, vemos que, mesmo de forma velada, D. Isabel já se mostra desejosa em participar dessas movimentações político-civis do reino, com o intuito de promover a paz dentro de portas. A menção que ela faz sobre “estabelecer limites severos” ao infante D. Afonso de Portalegre, remete-nos ao pensamento de uma monarca regente ao se deparar com complicações referentes à governação do reino. Mesmo que de forma branda, já reconhecemos as primeiras adaptações da rainha de Portugal à conjuntura na qual ela irá desempenhar um papel fundamental daqui por diante. O que, de certa maneira, desconstrói a “justificação genética do patriarcado, que propõe um ‘instinto de ligação’ nos homens que assegura o controle político e social da sociedade humana” (MILLETT, 1970, p. 32, tradução nossa). Na maioria das vezes, é D. Isabel quem assegura esse controle político e social do reino português com mais desenvoltura até do que seu próprio marido, o rei D. Dinis, através de suas atividades diplomáticas como medianeira e apaziguadora de conflitos dentro e fora de portas.

Já na Inglaterra, de acordo com Elizabeth Norton (2011), Lady Margaret sofre com os efeitos da roda da fortuna quando o rei yorkista, Edward IV, retira o título de Earl of Richmond e as terras do filho de Lady Margaret, Henry Tudor, e os transfere para o seu irmão, George Plantagenet, o Duke of Clarence. Diante dessa afronta, a personagem arquiteta formas sobre como conseguir de volta o que é do seu filho por direito, pois sem o seu condado e os prestígios que advém do seu estatuto nobre de Earl, isto é, a ascendência real de

Henry Tudor, esse torna-se inapto na corrida pelo trono inglês. Assim, diante dessas circunstâncias, a protagonista desempenha os seus primeiros paços diplomáticos em meio a Guerra das Rosas:

Sei que todos os yorkistas são ambiciosos e desleais desde o berço. A divisão na casa deles, porém, pode servir à minha. Faço o meu jogo em meio a essas conspirações. Quando os yorkistas tomaram tudo, roubaram o título de meu filho, Conde de Richmond, e George, Duque de Clarence, o assumiu como se fosse seu por direito. Mandei uma mensagem a George pelo nosso confessor comum e lhe prometi minha amizade e lealdade se ele devolvesse o título de Conde de Richmond ao meu filho. Aludi ao fato de que o apoio de minha casa pode ser decidido por mim. Ele sabe, sem que eu precise alardear, quantos homens posso reunir. Prometo que, se ele devolver o título a meu filho, poderá escolher o preço, e eu o apoiarei contra o seu irmão, o rei (GREGORY, 2019, p. 162).

Portanto, é em meio a essas desavenças entre os próprios irmãos e primos da realeza inglesa que Lady Margaret encontra uma brecha para articular-se e continuar na sua corrida em busca da coroa para o seu filho. Primeiro, vemos explicitamente que, para conseguir o seu objetivo, a protagonista precisa posicionar suas peças no complicado tabuleiro inglês, o que, de certa maneira, já configura a sua capacidade de estratégia política, uma vez que não era comum acontecer isso com as mulheres da sua conjuntura. Segundo, ao prometer a sua amizade e lealdade ao Duke of Clarence, a protagonista assume o seu ato de traição ao rei, Edward IV, que, por sua vez, não deixa de ser uma ação transgressora, ainda mais advinda de uma mulher medieval. Terceiro, a alusão da personagem como chefe de sua casa, a Casa de Lancaster, além da sua afirmação de que pode reunir uma boa quantidade de homens para apoiar o Duke of Clarence em uma possível guerra contra o rei Edward IV, nos mostra o alto nível de influência política que Lady Margaret possui na Inglaterra quatrocentista, isto é, em um contexto totalmente androcêntrico e falocêntrico. Esse era um cenário em que apenas os homens reinavam na maioria das esferas sociais, principalmente, com relação ao âmbito político, pois é nesse que o sistema patriarcal se intitula como detentor do poder sobre tudo e todos.

O sistema patriarcal apresenta-se como modelo dominante e tem permeado o sistema político desde os mais remotos momentos na História das civilizações. Isso acontece pelo fato de o homem, fisiologicamente, ser dotado de um pouco mais de resistência física e, conseqüentemente, de uma maior pré-disposição para o serviço braçal – assim como para a guerra, as explorações, as expedições – em contraste com o sexo feminino que, teoricamente, seria menos resistente fisicamente. Assim, a sociedade falocêntrica utiliza-se desse argumento para firmar-se como detentora do poder e, por conseguinte, da política. A esse respeito, Kate Millett (1970) afirma que:

Se tomarmos o governo patriarcal como a instituição pela qual a metade da população feminina é controlada pela metade masculina, os princípios do patriarcado parecem ser duplos: o homem deve dominar a mulher, o homem mais velho deve dominar o mais jovem. No entanto, como em qualquer instituição humana, frequentemente há uma distância entre o real e o ideal; existem contradições e exceções dentro do sistema. Embora o patriarcado como instituição seja uma constante social tão profundamente arraigada que permeia todas as outras formas políticas, sociais ou econômicas, sejam de casta ou classe, feudalismo ou burocracia, assim como permeia todas as principais religiões, também exhibe grande variedade em história e localidade. Nas democracias, por exemplo, as mulheres muitas vezes não ocuparam cargos ou o fazem (como agora) em números tão minúsculos que estão abaixo da representação simbólica. A aristocracia, por outro lado, com sua ênfase nas propriedades mágicas e dinásticas do sangue, pode às vezes permitir que as mulheres detenham o poder. O princípio do domínio dos homens mais velhos é violado com ainda mais frequência [...] (MILLETT, 1970, p. 25, tradução nossa).

É nessa estrutura rigidamente patriarcal da Idade Média que D. Isabel e Lady Margaret articulam as suas estratégias políticas, revelando, assim, as suas transgressões dentro do patriarcado, tanto no que consiste às relações de gênero como no que concerne às suas práticas político-sociais. Pois, tanto na sua diplomacia quanto nas suas relações sociais, econômicas e religiosas, as personagens desempenham um papel de protagonismo frente ao seu contexto opressor e sexista. É com o rompimento de padrões impostos às mulheres da Baixa Idade Média que identificamos o feminismo político desempenhado pelas personagens em estudo. Primeiro, elas rompem com o papel ideal de mulheres e esposas medievais, como vimos no capítulo anterior. Segundo, além desses rompimentos, elas transitam na esfera política, seja por meio de ações diretas ou indiretas. Assim, é com essa quebra de imposições do patriarcado ao sujeito feminino que D. Isabel e Lady Margaret exercem um feminismo político no sentido de alcançar os seus objetivos: o poder político, de fato.

Outro episódio que ilustra uma interferência e, ao mesmo tempo, uma transgressão política de D. Isabel consoante o cenário no qual ela está inserida, refere-se à sua oposição à legitimação das filhas do seu cunhado, D. Afonso de Portalegre. Em troca da sua objeção a esse assunto da governação do reino português, D. Isabel apresenta uma proposta a seu esposo como uma forma de compensar a não legitimação das sobrinhas, além de evitar um atrito entre D. Afonso de Portalegre e o rei D. Dinis quando esse último nega-se legitimar a prole do irmão:

– Abdicarei de um dos meus domínios que mais renda me traz. O rei esfregou o nariz voluntarioso. Correu mentalmente os muitos domínios na posse da mulher e esperou que falasse. – Cedo Sintra a D. Afonso. São quase três mil e quinhentas libras anuais. Renuncio pela paz do reino. Rogo que atendeis o meu pedido. Involuntariamente, Dinis elevou os olhos para a coroa de ouro da rainha, sobre o véu de seda fina que Isabel raras vezes tirava. Pareceu-lhe que o brilho das pedrarias se tornava mais óbvio naquela manhã. Para dentro de si mesmo não deixou de admirar

a postura da mulher. Sabia como precisa dos rendimentos das terras em sua posse para as suas obras e ficou-lhe um ligeiro desconforto. [...] ela entrelaçara as mãos sobre o colo, não aparentando tremuras, embora Dinis soubesse quanto lhe deveria ter custado aquele apelo que ultrapassava uma mediação pela paz. Isabel interferia na governação do reino (MACHADO, 2017, p. 221).

É importante destacar que a ilegitimidade das filhas de D. Afonso de Portalegre consiste no fato de que o seu casamento com D. Violante Manuel, filha do Infante D. Manuel de Castela, segundo varão do rei Fernando III de Castela, não obteve uma dispensa papal por consanguinidade, tornando-se, desse modo, ilegítimo aos olhos da Igreja Católica.

Conforme o trecho literário, vemos explicitamente o comportamento diplomático de D. Isabel ao fazer uma proposta política ao seu marido. Na concepção da rainha de Portugal, a legitimação das filhas do príncipe é uma ameaça para o reino português, pelo fato de as sobrinhas de D. Dinis deterem poder aquisitivo e político-civil semelhante ao do herdeiro do trono. O fato de os genros de D. Afonso de Portalegre serem castelhanos e de as terras que as suas esposas herdariam – caso se tornassem uma prole legítima – fazerem fronteira com Castela, já se configurava como motivos de preocupação para qualquer governante de Portugal. Esse é, portanto, um dentre vários motivos pelos quais a rainha “pede ao marido para não reconhecer a legitimidade da progenitura do irmão, uma vez que isto poderia colocar em risco o reino e os direitos dos seus filhos e herdeiros legítimos” (ANDRADE, 2014, p. 157).

D. Dinis, na concepção de D. Isabel, estava “cego” pelo amor que sentia pelo irmão, e por isso a rainha portuguesa pondera todos esses pontos importantes caso as suas sobrinhas fossem legitimadas. Isto é, à medida em que o rei português atendesse ao pedido do seu irmão, na perspectiva de D. Isabel, o marido estaria assinando uma sentença para futuros conflitos dentro de portas. Ademais, a constatação da interferência política da protagonista nos é mostrada nas últimas linhas do excerto literário, quando D. Dinis percebe que o apelo da esposa se apresentava como algo mais do que uma mediação pela paz – ou seja, diplomacia –, mas era, na verdade, um caso de interferência direta na governação do reino. De fato, mediante essas ponderações de D. Isabel, não só o trono de D. Dinis estava em perigo – visto que D. Afonso de Portalegre poderia ser um possível herdeiro –, mas a própria sucessão direta do rei trovador, o futuro D. Afonso IV:

Não é costume deste reino alienar da Coroa castelo algum sem o consentimento dos ricos-homens e prelados e, bem assim, da própria família directa do monarca. Entendo que se trata de uma perda do reino, à qual não posso dar o meu consentimento. Se algum dia fosse ouvida a minha aprovação para coisa tão danosa como esta, sabeí que tal se deveria apenas à pressão d’el-rei ou ao medo da guerra com seu irmão. Mas declaro que, em tal caso, o meu consentimento não seria válido porque não mostrava verdade que albergo no coração.

Havendo pedido a el-rei, em meu nome e dos seus filhos, os infantes Afonso e Constança, que não fosse contra os termos da doação de seu pai, não tendo el-rei ouvido o meu rogo, aqui fica expressa a minha vontade (MACHADO, 2017, p. 223-224, grifos da autora).

O fato de a protagonista se opor à legitimação das filhas de D. Afonso de Portalegre no trecho literário anterior a este exposto já se configura, de certo modo, como uma transgressão por parte de D. Isabel. Pois, nesse momento, a rainha portuguesa enfrenta a autoridade de D. Dinis, ao se desgostar da discordância da esposa em um assunto tão caro àqueles irmãos que, há muito, estavam em constantes desavenças dentro do próprio reino.

A transgressão política de D. Isabel é mais impactante com o episódio acima no qual, ao seu pedido, foi lavrado um documento por um tabelião régio, tendo como testemunha o bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães, em que a rainha de Portugal, em seu nome e em nome dos seus filhos, D. Afonso e D. Constança, recusa-se a legitimar as sobrinhas. Tal negativa causou um desconforto entre os presentes na câmara do rei, pois, “jamais ouvira ou escrevera uma disposição daquelas, em que uma rainha deixava para a vista de todos e a posterioridade o seu desacordo do monarca, seu esposo, aquém deveria obedecer, sem interpretações” (MACHADO, 2017, p. 224). Ao nos voltarmos para o fragmento literário acima, percebemos que “mais interessante é ainda a consciência que Isabel revela da integridade do reino e do poder que o rei detém e deve exercer sobre o mesmo, sem margem para qualquer alienação e o direito que possui de reaver os bens de quem combate contra a pessoa régia e contra o próprio reino” (ANDRADE, 2014, p. 158).

Assim como D. Isabel interfere diretamente na governação do reino português para proteger a linha sucessória para o seu filho, transgredindo politicamente no sentido de ir contra a vontade do seu marido, sob registro régio, Lady Margaret também transgride politicamente no momento em que se posiciona de forma contrária ao apoio político do seu marido, Sir Henry Stafford. Isso acontece quando esse vai à guerra, apoiando o rei yorkista Edward IV, contra a Casa de Lancaster, hora em que Lady Margaret expressa a sua desaprovação política com a atitude do seu esposo:

– Adeus, Margaret, e que Deus a abençoe, ainda que você não deseje o mesmo para mim. Considero descortês ficar ali carrancuda, com as mãos pendendo nas laterais do corpo, mas deixo que ele se vá sem mandar um beijo, sem uma benção, sem recomendar que retorne salvo. Deixo que se vá sem nenhuma palavra ou um gesto de amor, pois ele está indo lutar por meu inimigo e, portanto, agora é meu inimigo também. [...] Nenhum homem que luta defendendo a bandeira York contra os interesses do meu filho receberá uma mensagem de esperança vinda de mim. Como eu poderia? Rezarei para que não seja morto, mas, com toda franqueza, diante de Deus, não posso fazer mais do que isso (GREGORY, 2019, p. 181-182).

Essa passagem consiste em um dos momentos em que as Casas de York e de Lancaster estão disputando o trono da Inglaterra em meio a várias tentativas de ascensão dos lancastrianos, visto que, quem está no trono, nesse momento, é o rei yorkista, Edward IV. A essa altura, Lady Margaret já está decidida a lutar pelo direito de seu filho à coroa inglesa, uma vez que, mesmo sendo a herdeira direta, ela não poderia obter o poder régio diretamente e “governar a Inglaterra em seu próprio direito” (CASTOR, 2012, p. 29, tradução nossa), passando, por conseguinte, para o seu filho, o seu direito de sucessão. Porém, a protagonista é obrigada a demonstrar lealdade ao rei atual, que é o seu rival. É nesse momento que ela revela o seu inconformismo e o seu posicionamento político com relação ao lado que o seu marido irá apoiar e lutar: a Casa de York.

Além disso, o episódio que antecede o exposto acima revela o momento em que a personagem enfrenta o seu marido com relação ao partido pelo qual ele irá sacrificar a sua vida no campo de batalha. O que enfurece Lady Margaret é o fato de que, sendo o seu esposo, o provável é que ele poderia apoiar o filho dela, uma vez que ela precisava proteger o direito de sucessão de Henry Tudor. Assim, ela transgride politicamente, mais uma vez, no sentido de que, em viva voz, a protagonista demonstra a sua objeção a Edward IV, visto que, na opinião do seu marido, isso pode ser interpretado como alta traição. O motivo seria porque Lady Margaret apoiava o seu ex-cunhado, Lord Jasper Tudor, Earl of Pembroke, e o seu filho, Henry Tudor, Earl of Richmond, em favor da Casa de Lancaster: “– Vocês estarão em lados opostos – replico friamente. – Você lutará de um lado, e meu cunhado e filho, do outro. Pede que eu torça para que meu cunhado Jasper seja derrotado ou morto e que meu filho precise de um novo guardião. Não posso fazer isso” (GREGORY, 2019, p. 181).

Portanto, ao considerarmos as concepções de Kate Millett (1970), vemos que esses posicionamentos políticos das personagens destoam do comportamento habitual imposto às mulheres no medievo europeu. Haja vista que, por parte da autoridade patriarcal,

Era um hábito [...], por exemplo, insistir que a mulher assumisse a função de servir como a consciência masculina e viver a vida de bondade que ele achava entediante, mas sentia que alguém deveria fazer de qualquer maneira. Ambos tiveram o efeito de obscurecer o caráter patriarcal da cultura ocidental e sua tendência geral de atribuir virtudes impossíveis às mulheres, tendo terminado por confiná-las em uma esfera de comportamento restrita e muitas vezes extraordinariamente significativa (MILLETT, 1970, p. 37, tradução nossa).

De acordo com as metaficções historiográficas em análise, notamos que, tanto D. Dinis quanto Sir Henry Stafford desejavam que as suas esposas seguissem fielmente o que era destinado às mulheres do seu constructo: o cuidado com a casa, com os filhos, o grande zelo e devoção ao marido, o recato, a obediência, o silenciamento e a invisibilidade. Porém, vemos

que não é dessa forma que as protagonistas se comportam, mostrando-nos, assim, um feminismo político desempenhado por parte delas; o que, por sua vez, causa um desconforto em ambos os maridos, pois as suas esposas eram indivíduos com temperamentos, comportamentos e posicionamentos contrastantes com os que o patriarcado impunha às mulheres na Baixa Idade Média europeia. Desse modo, “a política sexual obtém o consentimento através da socialização de ambos os sexos para políticas patriarcais básicas em relação a temperamento, papel e *status*” (MILLETT, 1970, p. 26, tradução e grifo nosso). Tendo em conta que,

Quanto ao *status*, um assentimento generalizado ao pré-conceito da superioridade masculina garante *status* superior no masculino, e inferior no feminino. O primeiro item, temperamento, envolve a formação da personalidade humana ao longo de linhas estereotipadas de categoria sexual (‘masculino’ e ‘feminino’), baseadas nas necessidades e valores do grupo dominante e ditadas pelo que seus membros acalentam e acham conveniente (MILLETT, 1970, p. 26, tradução e grifos nossos).

Segundo as reflexões de Kate Millett (1970), constatamos que é nesses aspectos, com relação ao temperamento, ao comportamento e ao papel atribuídos às mulheres pelo patriarcado, dos quais tanto D. Isabel quanto Lady Margaret rompem, que elas não seguem à risca o que os seus maridos ou a sociedade patriarcal em si as impunha. Ousadas, de fato, as protagonistas enfrentam os seus próprios maridos, igualando-se ao seu nível de autoridade, para moverem as peças no complicado tabuleiro político do medievo europeu. Diante disso, vemos que as personagens desconstroem o argumento de que o *status* inferior é atribuído somente ao feminino pelo fato de as ações já mostradas até agora, bem como as que ilustraremos, confirmarem o feminismo político exercido pelas protagonistas em estudo.

O terceiro estágio das atuações diplomáticas de D. Isabel diz respeito à 3) sua intervenção política nos conflitos entre os reinos de Portugal, Castela e Aragão. Com relação à Lady Margaret, refere-se às 3) suas ações políticas advindas através do seu segundo casamento, nesse caso, com Sir Henry Stafford. Nessa ocasião, notamos que, tanto o aspecto da política quanto o do teocentrismo começam a aparecer, mesmo que de forma sutil, nas colocações de ambas as protagonistas.

Um episódio que nos mostra tanto o aspecto político quanto o teocentrismo entrelaçados no posicionamento da personagem romanesca em estudo, refere-se à opinião de D. Isabel sobre os conflitos entre Portugal, Aragão e Castela. Desse modo, temos acesso a essas informações através das palavras do narrador onisciente, quando ele diz:

Mas Deus andava a mostrar-lhe um caminho, desde a última contenda entre Dinis e o irmão. Observava e ouvia. Orava e punha os olhos na imagem do crucifixo. Todos e cada um com a sua cruz. Crescia-lhe a convicção, a firmeza sobre o que acreditava

ser-lhe dito pelo Pai de todos, a quem servia em primeiro lugar. [...]. Talvez a razão para ter sido sentada no trono de Portugal e que lhe era desvendada no momento em que o reino parecia disposto a lançar-se à guerra. Quando a vontade de Dinis colidia com a sua, a que achava certa e melhor para todos. A via da paz e do entendimento entre os reinos cristãos. Era essa a sua verdade, que não a deixaria a partir dali convicta, de que fora um desejo urdido no Céu (MACHADO, 2017, p. 203-204).

Ao lermos essa passagem, observamos que D. Isabel prepara-se para algo maior na sua vida não apenas como uma mera rainha consorte de Portugal, pois ela “via desenhado um destino, como vira sempre, na entrega aos outros, ao serviço dos débeis, e que não deixaria de ser o centro da sua vida, mas que agora se abria num propósito mais vasto” (MACHADO, 2017, p. 203). Além disso, a rainha portuguesa ainda afirma: “E eu trabalharey daca o mais que eu poder em totalas cousas que entender que son mester pera este feyto [ir adiante?] como ata aqui eu feyto” (RODRIGUES, 1958; LOPES, 1997 *apud* ANDRADE, 2014, p. 165, acréscimo da autora). Dessa forma, além da sua função no reino português como uma mulher de um espírito magnânimo, vemos que ela utiliza de sua relação com o divino para justificar as suas futuras ações diplomáticas e estratégias políticas para almejar a paz entre os reinos da Península Ibérica; o que, de certa maneira, apresenta-se como algo em demasia ao relacionar a religião com a política por parte dessas mulheres no medievo europeu, isto é, elas utilizam o sagrado como subterfúgio político.

Conforme Fernando Leite (1993) e Francisco Benevides (2011), é por meio do aspecto religioso que D. Isabel passou a construir a sua popularidade e o apreço dos súditos portugueses. De acordo com esses historiadores, após a chegada da infanta aragonesa em solo português e com as suas práticas cristocêntricas por todo o reino, inconscientemente, D. Isabel desenhou uma imagem de devoção religiosa e santidade aos olhos do povo luso, fazendo com que ela fosse bem respeitada não só em Portugal, mas por diversos reinos cristãos. Sendo assim, percebendo esse fato com o passar dos anos, a protagonista de Isabel Machado (2017) utiliza dessa sua influência religiosa em benefício da construção de uma influência política na Península Ibérica, pois, é através do sagrado religioso que a rainha de Portugal movimenta as peças no tabuleiro político ibérico.

Disposição política e teocêntrica semelhante à de D. Isabel, identificamos em Lady Margaret quando esta utiliza o divino como uma forma de justificar os seus atos políticos:

Pedi a meu marido para me ausentar durante o mês todo de junho e fui para o convento da Abadia de Bermondsey. Passei quatro semanas de joelhos rezando pela alma de meu rei, pela alma de meu filho e por sua viúva derrotada. Rezei por vingança contra a Casa de York e Eduardo, rezei para que ele também perdesse o seu filho e que a sua esposa, a inexoravelmente bem-sucedida, bela e agora triunfante Elizabeth Woodville, experimentasse a agonia de perder um filho, como a nossa rainha Margaret d’Anjou experimentou. Só consegui voltar para casa quando

ouvi Deus sussurrar, nas noites escuras de oração, que eu teria a minha vingança, que eu fosse paciente, esperasse e planejasse, e então eu triunfaria. Finalmente pude voltar para casa e sorrir para o meu marido, fingindo estar em paz (GREGORY, 2019, p. 189).

Esse episódio se passa no momento após a batalha em que o marido de Lady Margaret, Sir Henry Stafford, foi lutar para manter o rei yorkista Edward IV no governo da Inglaterra. Por hora, esse conflito da Guerra das Rosas termina com a vitória da Casa de York, a morte do antigo rei lancastriano, Henry VI, e a fuga da antiga rainha Margaret of Anjou para Gales e, posteriormente, para a Escócia, com o intuito de salvar o seu filho, o outro herdeiro do trono inglês, Edward of Westminster, the Prince of Wales and Lancaster.

Ao analisarmos o fragmento literário, identificamos pontos convergentes e divergentes se compararmos com o episódio anterior referente à D. Isabel. O ponto divergente consiste nos propósitos político-sociais e civis das protagonistas, pois, enquanto D. Isabel desejava intervir nos conflitos entre os reinos da Península Ibérica com o “objetivo coletivo” de alcançar a paz mútua para a Ibéria, Lady Margaret ansiava por interferir na Guerra das Rosas com um “objetivo individual”: atingir a paz como propósito único de colocar o seu filho no trono da Inglaterra. Logo, por mais que ambas objetivassem o encerramento dos embates bélicos nos seus contextos, elas o faziam com intuítos divergentes.

As protagonistas se convergem no momento em que justificam as suas futuras ações políticas através dos seus “destinos santos”, pois, como vemos nos dois excertos literários, tanto D. Isabel quanto Lady Margaret explicitam que as suas atividades diplomáticas e estratégias políticas, daqui por diante, serão endossadas através de propósitos divinos. Isto é, ambas usam a sua relação com o sagrado religioso como uma forma de transitar em um ambiente em que, outrora, configurava-se quase que exclusivamente masculino: o âmbito político.

Nossa ideia-tese sobre a transgressão com base religiosa é confirmada ao passo que as suas atuações se intensificam no decorrer das suas trajetórias como *The She-Wolves* (As Lobas) (Cf. CASTOR, 2012) nos tabuleiros políticos ibérico e inglês, uma vez que “essa formulação um tanto desajeitada apreendia o cerne do desafio que ambas as mulheres enfrentavam: governar por direito próprio, quando todas as suposições sobre o exercício do poder tomavam como certo que a coroa foi moldada para caber na cabeça de um homem” (CASTOR, 2012, p. 451, tradução nossa). Desse modo, levando em consideração os posicionamentos transgressores das personagens, vemos que, consoante o sucesso das

mulheres na política, como no caso das três Rainhas Marias⁴⁶ da Europa, o patriarcado encontrou uma justificativa religiosa como uma maneira de tentar “aceitar” o exercício do poder político feminino:

[...] as mulheres eram ‘fracas de natureza, débeis de corpo, brandas de coragem, inábeis em prática’, e elas eram objetos como esposas para os seus maridos; ainda, assim, uma mulher excepcional pode ser escolhida pela providência de Deus para o ofício da realeza assim como Deborah foi uma juíza solitária no Antigo Testamento de Israel. Em qualquer caso, Aylmer acrescenta, obrigado ao papel do parlamento, do governo que seria conduzido não somente pela rainha em pessoa como pelos seus conselheiros masculinos e juizes em seu nome, então ‘não é um assunto perigoso na Inglaterra ter uma mulher como governante como os homens consideram’ (CASTOR, 2012, p. 453, tradução nossa).

Conforme o trecho, vemos que, mesmo encontrando uma justificativa para que as mulheres sentassem nos tronos como regentes, não o faziam totalmente. Pois, como nos elucidada Helen Castor (2012), embora elas fossem rainhas em título e em prática política, o Conselho Privado dos seus reinos era composto por homens e esses, com a sua frequente desaprovação a respeito do exercício do poder político feminino, não as deixariam governar plenamente e “em seu próprio direito” (CASTOR, 2012, p. 453, tradução nossa), de fato. Porém, nesse ínterim, vemos que, mesmo de forma direta ou indireta, em seu próprio direito ou não, D. Isabel e Lady Margaret nos mostram que as suas habilidades diplomáticas e políticas e, por conseguinte, a sua capacidade de governar e reinar, superam e desconstroem a noção de fraqueza física, cognitiva e debilidade de temperamento que o patriarcado sempre propagou sobre as mulheres.

Após essas afirmações político-teocêntricas das personagens, presenciemos outro posicionamento de intervenções políticas de D. Isabel em uma de suas cartas ao seu marido, o rei D. Dinis, pedindo-lhe que siga o conselho dela em declarar paz com o reino de Castela:

Meu esposo e muito amado marido,/ Peço a Deus que esta carta vos encontre de boa saúde. Vossos filhos crescem com energia, louvado seja Deus. Estando a par das intenções que se desenharam sobre o futuro da Hispânia, não poderei silenciar as minhas preocupações com o que intuo. São breves estas linhas, senhor, mas rogo que lhe deis um momento de atenção. Soube do desejo das tréguas por parte de Castela, de que, certamente e primeiro do que eu, tereis sido posto ao corrente. O meu apelo é de que escuteis a vontade de quem pretende a paz, que, jugo, melhor serve a Portugal. Temo que uma alteração do avisado rumo que sempre havíeis pensado para o reino possa revelar-se adverso aos interesses. Sede prudente com a ambição e a cegueira que tantas vezes deitam a perder muitos anos de bom serviço a uma causa justa.

⁴⁶ “Nos Países Baixos, a irmã de Charles V, Mary, Rainha viúva da Hungria, atuou como regente em nome do seu irmão imperial. Na Escócia, a Rainha viúva, Marie de Guise, governou a terra nativa de John Knox enquanto a sua filha, Mary, Rainha da Escócia, preparava para si um casamento Francês em Paris. A mais notória de todas, Mary Tudor, governou a Inglaterra em seu próprio direito e estava iniciando a destruição total do trabalho piedoso de seu irmão [Edward V] no país adotivo de John Knox” (CASTOR, 2012, p. 454, tradução nossa).

É com humildade, e aos vossos pés, que deixo este pedido (MACHADO, 2017, p. 206, grifos da autora).

Ao lermos essa carta de D. Isabel, identificamos o alto grau de intervenção e influência política que a rainha de Portugal tinha, mesmo na condição de consorte, dentro do reino português. Na primeira parte da sua correspondência, a própria protagonista nos revela que, assim como o seu marido, considerado um monarca habilmente político, ela também detém informações no que diz respeito à guerra entre Portugal e Castela. Na segunda parte, vemos explicitamente o conselho político de D. Isabel ao seu marido, ao apelar que ele promova a paz entre o seu conflito com D. Fernando IV de Castela, o seu futuro genro. A confirmação da habilidade política da rainha portuguesa com o seu conselho ao marido é confirmada no momento em que o seu esposo segue à risca o seu apelo, assinando um tratado de paz com D. Fernando IV, D. Maria de Molina e D. Henrique, tutor do primeiro, em que “acordaram oficialmente o casamento do rei castelhano com a infanta Constança de Portugal” (MACHADO, 2017, p. 206).

Ademais, presenciamos, também, a clarividência diplomática de D. Isabel na última parte da sua carta, quando ela afirma “*Sede prudente com a ambição e a cegueira que tantas vezes deitam a perder muitos anos de bom serviço a uma causa justa*” (MACHADO, 2017, p. 206, grifos da autora). Essas palavras da rainha confirmam, portanto, que ela nunca esteve alheia aos assuntos políticos e diplomáticos, tanto do reino português como de toda Hispânia, uma vez que ela vem intervindo direta ou indiretamente em desavenças tanto em Portugal, entre D. Dinis e o seu irmão, D. Afonso de Portalegre, quanto com relação a Portugal com os demais reinos da Ibéria. Vale informar que quando a própria rainha não escrevia para os reis ibéricos, intervindo diplomaticamente nos conflitos que se alastravam pela cristandade peninsular, ela enviava “os seus mensageiros, homens da sua casa, para servirem de emissários e diplomatas ao serviço da causa da paz” (ANDRADE, 2014, p. 160).

Assim como D. Isabel se articula politicamente através das suas correspondências diplomáticas, Lady Margaret faz o mesmo. Embora seja com um objetivo divergente do de D. Isabel, não deixa de ter o mesmo teor político no seu posicionamento. Após saber, através do seu marido, Sir Henry Stafford, de que o rei yorkista Edward IV pretende fazer um ataque surpresa a Lord Jasper Tudor, à antiga rainha Margaret of Anjou e, conseqüentemente, ao seu filho, Henry Tudor, ela manda uma carta em segredo, avisando para que eles se preparem para se defender, pois o seu inimigo arquitetou uma emboscada:

Jasper,

Meu marido passou para o outro lado e é nosso inimigo. Escreva-me privadamente e imediatamente quais são as suas intenções e se meu filho está em segurança. Eduardo venceu a batalha aqui em Barnet e está marchando a seu encontro e da rainha. Ele tem o rei na Torre de Londres a seu favor. Sabe que a rainha desembarcou e acredita que ela vai procurá-lo. Deus o abençoe e proteja. Deus proteja o meu filho; peço que você o defenda com a sua própria vida (GREGORY, 2019, p. 187, grifos da autora).

É importante salientarmos que, enquanto D. Isabel está em um contexto em que há conflitos entre os do mesmo sangue em Portugal e com Aragão e Castela, visto que o trono desse último é disputado pelos demais reinos da Hispânia por ter a coroa de Leão anexada, Lady Margaret está em um cenário no qual há constantes combates bélicos entre os próprios irmãos e primos da realeza inglesa pela coroa da Inglaterra. Isto é, a instabilidade política paira na Península Ibérica e na Grã-Bretanha e é através dessas convulsões pelo poder entre irmãos, primos e parentes que ambas as protagonistas desenvolvem as suas atuações diplomáticas e estratégias políticas.

Como constatamos no trecho literário acima, é nesse contexto em que, ora a coroa inglesa está com Henry VI e Margaret of Anjou (a Casa de Lancaster, da qual Lady Margaret é herdeira), ora está com Edward IV e Elizabeth Woodville (a Casa de York, da qual Lady Margaret é inimiga), que a protagonista se articula para traçar a sua própria corrida pela coroa em paralelo a esses dois grandes pretendentes ao trono que se chocam frequentemente pelo poder régio inglês. Daqui em diante, a personagem arquiteta e se posiciona de forma mais direta para alcançar os seus objetivos, uma vez que, ela terá que firmar falsas alianças até com os seus próprios inimigos para conseguir mover as peças no tabuleiro político quatrocentista. É nesse momento, portanto, que reconhecemos as habilidades diplomática e política de Lady Margaret.

De acordo com essas colocações das personagens, conseguimos associar as suas tentativas de serem ouvidas como cidadãs civis e de participarem direta ou indiretamente do âmbito político do seu tempo, à revolução sexual que as mulheres empreenderam, no século XIX, conforme Kate Millett (1970), mas com uma gestação no século XVIII:

Apesar de não ter conseguido penetrar de modo suficientemente profundo na infraestrutura da ideologia patriarcal, a revolução sexual atacou os abusos mais evidentes da superestrutura política, econômica e legal, efetuando reformas significativas no que respeita aos direitos cívicos e legislativos, ao direito de voto, à educação e ao trabalho. Para um grupo excluído das mínimas liberdades civis (como era o caso das mulheres), o seu objetivo era demasiado vasto para ser alcançado num século (MILLETT, 1970, p. 64, tradução nossa).

Embora as protagonistas estejam alocadas na Baixa Idade Média, isto é, quatro séculos de diferença ao que está exposto na citação de Kate Millett (1970), pois, refere-se à uma

revolução sexual por parte das mulheres do século XVIII, identificamos nos posicionamentos de D. Isabel e de Lady Margaret um constante desejo de que as suas capacidades diplomáticas e habilidades políticas sejam aceitas em um cenário no qual tanto a religião quanto o governo são patriarcais, configurando-se, assim, como um feminismo político exercido por parte das protagonistas em análise. Assim, esse desejo delas de sempre estarem à frente dessas convulsões político-civis das suas nações, revela-nos uma tentativa de penetração na ideologia patriarcal, visto que essa sempre impediu que as mulheres participassem do exercício do poder político por julgarem-nas como indivíduos inaptos para realizar tal tarefa; quando, na verdade, os homens sempre tiveram medo de serem destronados pelas mulheres.

Outro ponto que nos mostra as intervenções diretas de D. Isabel nos conflitos entre Aragão e Castela consiste no seu empenho, juntamente com o seu marido, D. Dinis, em forjar alianças e tratados de paz entre os três grandes reinos peninsulares, principalmente, entre as coroas aragonesa e castelhana, tendo em vista que Portugal já se encontrava, por hora, em paz com Castela: “Começou uma intensa correspondência de Isabel e Dinis com Vataça, Fernando IV, Maria de Molina e Jaime II. A rainha de Portugal tinha outro sonho em vista, para além de alcançar um tratado de paz. Reencontrar a todos, pelo menos, mais uma vez na vida” (MACHADO, 2017, p. 267). Dessa forma, o Tratado de Badajoz (1302) objetivava a paz entre os três reinos ibéricos desavindos, além da definição das fronteiras entre eles e as possíveis alianças matrimoniais entre os seus respectivos infantes. No romance de Isabel Machado (2017), esse Tratado que almejava a concordata é desenvolvido em duas conferências entre D. Dinis de Portugal, D. Fernando IV de Castela e D. Jaime II de Aragão, em que o primeiro é responsável por mediar as negociações antes articuladas com a sua espoa, D. Isabel, para o bem da Hispânia.

Sendo assim, as intervenções políticas de D. Isabel são confirmadas por meio do seu comportamento diplomático nas correspondências endereçadas ao seu irmão, o rei D. Jaime II, a respeito desse acordo de paz que ela tanto articulou para que fosse realizado. Na primeira carta, D. Isabel intercede ao rei de Aragão para que ele mande enviados em seu nome, nesse caso, D. Juan Manuel, já que o próprio rei aragonês não poderia participar da primeira conferência em Badajoz, em 1303:

Querido irmão,

Esta carta serve para vos exprimir a minha preocupação sobre a demora no encontro entre vós, el-rei de Portugal e o rei D. Fernando IV de Castela. Foram muitas as vezes que o monarca castelhano assegurou ao meu senhor que o encontro se daria.

Creio que esta reunião é da maior importância, pela vossa honra e bem assim de D. Fernando. El-rei D. Dinis teria muito prazer na sua realização e dá mostras de impaciência pela promessa que vê sem resultados. Se for essa a vontade de Deus, ninguém faria mais gosto nessa reunião do que eu, querido irmão, pois acredito que todos os males deste mundo se podem tratar se os homens a isso se dispuserem (MACHADO, 2017, p. 267, grifos da autora).

Nessa primeira correspondência, identificamos a interferência com que D. Isabel demonstra ter nesse acordo de paz entre os três reinos peninsulares desavindos em que, há muito, ela vem tentando intervir direta ou indiretamente. Desse modo, “a participação da Rainha não deve ser encarada apenas como ‘crença’, mas sim, como realidade, o que a própria documentação da época certificou” (GIMENEZ, 2005, p. 121). Assim, destoando das suas limitadas funções como uma mera rainha consorte, D. Isabel envia uma segunda carta ao seu irmão, D. Jaime II de Aragão, em que ela se posiciona, de fato, politicamente, a respeito da paz que ela almejava entre Portugal, Aragão e Castela:

*Querido irmão,
Pelo infante D. Juan vos envio esta carta, pelo que sabereis por ele de todos os pormenores. Mas, não posso deixar de vos escrever pela minha própria mão a felicidade que sinto pelo bom resultado conseguido com estas tréguas, com a duração de um ano. Antes do prazo findar, teremos tempo de chegar à paz.
Se Deus quiser, querido irmão, em breve juntareis a vossa assinatura ao grande reencontro da amizade entre os reis de Aragão e Castela, que é desejo de Nosso Senhor e de todos nós.
El-Rei D. Dinis vai enviar-vos a sua própria carta. Espero receber a vossa resposta brevemente (MACHADO, 2017, p. 269, grifos da autora).*

Ao analisarmos o teor de ambas as cartas, observamos que a disposição diplomática de D. Isabel na primeira correspondência é mais contida. Porém, ao lermos atentamente a sua segunda carta, identificamos um posicionamento político mais explícito ao afirmar que se sentia satisfeita em saber que as primeiras negociações do Tratado de Badajoz (1303) resultaram nas tréguas dos embates bélicos, enquanto os demais detalhes seriam resolvidos em um segundo encontro. Nesse contexto, entre os irmãos “são trocadas cartas e levados recados. Jaime revela nestes uma elevada consideração pela irmã e um tratamento que a coloca ao nível do seu esposo no desenrolar da crise ibérica” (ANDRADE, 2014, p. 161). Assim, a constatação do sucesso nas negociações do Tratado de Badajoz no segundo encontro nos é mostrado no seguinte trecho narrado pela própria D. Isabel:

A riqueza das ofertas de um rei a outro não alcançou o valor de voltar a afagar a mão da minha filha e de ouvir do meu irmão, no abraço final, a frase que guardaria comigo: – Sem o vosso empenho não teria sido alcançada a paz na Hispânia, querida irmã. O rei português saiu prestigiado em toda Europa e eu soube, sem saber porquê, que a felicidade daqueles dias seria irrepetível (MACHADO, 2017, p. 275).

Ao lermos o excerto, temos a comprovação, pelas palavras do rei D. Jaime II de Aragão, de que D. Isabel foi protagonista nessas negociações políticas. Porém, ao observarmos a parte final desse trecho, também constatamos, pelas próprias palavras de D. Isabel que, quem obteve o crédito de tal proeza para a História da Hispânia foi apenas o seu marido. Primeiro, pelo fato de ele ser o rei regente e, segundo, por ser homem e atuar em um contexto no qual, na maioria das vezes, apenas os homens tinham a sua participação reconhecida no desenvolvimento da História. Isso, por sua vez, confirma a tese de que muitas mulheres agiram política ou diplomaticamente em favor de seus maridos e dos seus reinos, mas que não lhes eram dado o crédito assim como era atribuído aos homens, visto que, “politicamente, [...] em matéria de conformidade, o patriarcado é uma ideologia governante sem par; é provável que nenhum outro sistema tenha exercido um controle tão completo sobre seus súditos” (MILLET, 1970, p. 32-33, tradução nossa). Por isso, corroboramos com a ideia de que, atrás dos grandes reis, existiam as grandes rainhas que atuavam sem ser devidamente reconhecidas pela História canônica, como é o caso de D. Isabel de Aragão e de Lady Margaret Beaufort.

Já viúva pela segunda vez, Lady Margaret encontra-se sozinha e desprotegida em meio a uma Inglaterra sangrenta, tendo em vista que “ela conhecia os tempos de grande prosperidade e de poder, mas também, os tempos de desespero profundo” (NORTON, 2011, p. 09, tradução nossa). Então, como uma forma também de avançar na disputa pela coroa inglesa, a protagonista cogita a ideia de integrar-se à Corte Yorkista, isto é, no ambiente dos seus inimigos, como uma maneira de conseguir de volta o título de Earl of Richmond e as terras do seu filho, uma vez que George Plantagenet, o Duke of Clarence, declinou as suas negociações políticas:

Ainda que o conselho de meu agonizante marido se revele correto e não haja futuro para Henrique como rei da Inglaterra, tenho de continuar a reivindicar seu condado e a devolução de suas terras. Essa é a estrada que devo seguir. Para servir a minha família e a meu filho terei de assumir um lugar na corte de York, independentemente do que pense a respeito de Eduardo e de sua rainha encantadora. Aprenderei a sorrir para os meus inimigos. Terei de procurar um marido que tenha influência sobre eles, que possa elevar a minha posição, mas que pense por si mesmo e sirva a sua própria ambição, bem como a minha (GREGORY, 2019, p. 201).

De acordo com o exposto, as concepções de Elizabeth Norton (2011) e de Linda Simon (2018), vemos que Lady Margaret descreve, em pormenores, a sua estratégia política em permanecer lutando pelo direito do seu filho, pois, encontrando-se em posição de desvantagem na Guerra das Rosas, a protagonista tenta sanar dois problemas de uma só vez. Primeiro, ela precisa recuperar a posição nobre do seu filho até mesmo para a sua própria

subsistência em meio a nobreza inglesa. Por conseguinte, “esses eram, para uma larga dimensão, frutos do período em que Margaret e a sua família, os Beaufort, também sofreram e prosperaram com o giro aleatório da Roda da Fortuna nos anos antes do seu nascimento” (NORTON, 2011, p. 09, tradução nossa).

Segundo, estando com o seu estatuto recuperado, assim como a sua posição de uma das *Ladies* mais importantes na Corte Real Inglesa, ambos, mãe e filho, poderiam continuar nessa intensa competição pelo governo inglês, dado que “Margaret era a mãe da dinastia Tudor da Inglaterra e foi através dela que Henry VII foi capaz de se candidatar ao trono e reunir forças para reivindicá-lo” (NORTON, 2011, p. 09, tradução nossa). Portanto, ao nos atentarmos ao contexto no qual a personagem está inserida, tanto com relação à Guerra dos Primos como no que consiste à condição da mulher na Baixa Idade Média inglesa, vemos que ela é dotada de uma frequente clarividência e comportamento estratégico, até mesmo como um meio de sobrevivência em um país onde a ânsia pelo poder não mede os escrúpulos dos jogadores no tabuleiro inglês.

Conforme essas atitudes das personagens, observamos que elas, mais uma vez, rompem com o padrão imposto às mulheres na Idade Média, visto que

Afigura-se-nos que Deus plasmou na mulher uma natureza mais meiga e pacífica, que não só a faz afastar-se das perturbações e debates públicos como também a desqualifica para tais funções. A sua missão é mais elevada e sagrada. É no retiro (*sic*) que ela forma o carácter dos homens futuros. A sua missão é em casa, apaziguando com o seu amor e carícias as paixões do homem, de regresso das batalhas da vida, e não a de participar na luta quotidiana, nem de atizar o fogo. [...] (MILLETT, 1970, p. 71, tradução nossa, grifo da autora).

Inobstante, vemos que tanto D. Isabel quanto Lady Margaret não seguem à risca esses comportamentos expostos na primeira metade da citação que, por seu turno, são impostos às mulheres no medievo europeu. Na verdade, elas seguem o oposto, justamente o que Kate Millett (1970) nos mostra no final da sua argumentação sobre o que era proibido às mulheres fazerem. Assim, é extremamente interessante o fato de que as personagens realizam as duas últimas ações ilustradas no excerto, à medida em que D. Isabel tende a participar na luta quotidiana para alcançar a paz na Península Ibérica, assim como Lady Margaret o faz pela Inglaterra; embora a protagonista de Philippa Gregory (2019) também pareça “atizar fogo” ao longo da Guerra das Rosas para atingir os seus objetivos individuais.

Conforme esses protagonismos políticos das personagens em um contexto patriarcal no qual as mulheres não poderiam atuar na esfera pública e, conseqüentemente, no âmbito político, podemos associar as trajetórias de D. Isabel e de Lady Margaret às características que a medievalista inglesa, Helen Castor (2012), atribui às denominadas *She-Wolves*:

[...] As mulheres, parecia, que não poderiam supor exercer o poder real por direito próprio; [...]. Ao invés disso, parecia que os papéis convencionais de esposa e mãe podem, em algumas circunstâncias inconventionais, oferecer oportunidades para o governo ser guiado por uma mão feminina. [...] Liberdade para agir, em outras palavras, não significava estar isenta da censura e da condenação. O risco que essas rainhas correram foi que o seu poder seria percebido como uma perversão da ‘boa’ feminilidade, uma destilação de que tudo aquilo era o mais temido nas profundezas instáveis da natureza feminina (CASTOR, 2012, p. 30, tradução nossa).

Portanto, é o que acontece com D. Isabel e Lady Margaret, pois, por não poderem governar diretamente, ambas, como esposas e mães, conseguiram influenciar politicamente o governo de suas nações ao ponto de mudar o curso da História portuguesa e inglesa. Como Helen Castor (2012) enfatiza que essas mulheres conseguiam obter uma certa liberdade para agir no cenário monárquico, poderiam, também, sofrer consequências severas. Desse modo, conseguimos identificar esse fato nas trajetórias das personagens em estudo, uma vez que, tanto a Rainha de Portugal quanto a Condessa de Richmond sofreram punições por suas transgressões sociopolíticas, como veremos no próximo estágio de suas ações diplomáticas e políticas.

Lobas, de fato, pois a ferocidade de D. Isabel de Aragão e de Lady Margaret Beaufort não se apresenta de forma literal, isto é, algo relacionado à selvageria, mas de maneira metafórica. Essa ferocidade, por conseguinte, concretiza-se, posto que, mesmo com as limitações que eram impostas às mulheres no âmbito político dentro do sistema patriarcal, elas conseguiram encontrar subterfúgios para agir politicamente, mesmo que de forma indireta. Em suma, o poder que essas mulheres detinham era interpretado pela sociedade de seu tempo como uma ameaça ao patriarcado, pois elas “chegaram muito perto não apenas de estabelecer seu direito ao trono, mas também, de garantir um controle inequívoco do poder” (CASTOR, 2012, p. 29-30, tradução nossa), o que, de certo modo, não era visto com bons olhos pela conjuntura androcêntrica e falocêntrica da Baixa Idade Média europeia.

4.2.1 The She-Wolves⁴⁷, The Reginas⁴⁸, My Ladies The Kings’ Mothers: transgressões políticas da Rainha de Portugal e da Condessa de Richmond e Derby

O quarto estágio do protagonismo político de D. Isabel diz respeito às 4) suas intervenções nos conflitos entre o seu marido, D. Dinis, e o seu filho, D. Afonso IV. No que

⁴⁷ “[...] O mal-estar, se não a denúncia direta, com que o seu governo foi recebido se aglutinou na imagem de uma loba, uma criatura feroz, [...] cuja ferocidade correspondia a do seu companheiro – ou de superá-lo com a mesma na ferocidade com que defendeu sua prole [...]” (CASTOR, 2012, p. 31).

⁴⁸ “Eu sei que eu tenho um corpo de uma mulher fraca e débil, mas eu tenho o coração e o estômago de um rei da Inglaterra também – Rainha Elizabeth I, 1588” (CASTOR, 2012, [s.p.]).

consiste a Lady Margaret, refere-se às 4) suas ações advindas através do seu terceiro casamento, dessa vez, com Lord Thomas Stanley. Nesse estágio, constatamos que tanto o aspecto político quanto o teocentrismo se destacam mais se comparados com os episódios analisados anteriormente, visto que, nesse momento, identificamos posições mais diretas das protagonistas, assim como as suas justificativas religiosas/teocêntricas para os seus atos governamentais.

O primeiro posicionamento político e teocêntrico de D. Isabel nesse estágio consiste no momento em que, na sua décima primeira oração, a rainha de Portugal confessa estar dividida entre o marido e o seu filho em meio aos conflitos entre ambos, dado que ela é a peça-chave para apaziguar as contendas entre D. Dinis e D. Afonso IV e, com isso, estabelecer a concórdia dentro de portas:

[...] Sigo com obediência o caminho que abriste para mim, Senhor, tentando calar a ira que ainda se oculta em cantos recônditos da minha alma. Tento exortar a vergonha pelos sentimentos vis que ainda me tomam em instantes de fraqueza e que apoucam o percurso que quero percorrer, segundo o Vosso exemplo.

Quero fazer-me santa na Terra, aspiro à perfeição de actos e pensamentos, merecedora de vós e de minha santa tia, cuja vontade nunca enegreceu com ambição.

Mas pecadora me vejo, Senhor.

Guia-me os passos insertos nas trevas em que me encontro. Aplacai-me a revolta e o orgulho, deixai-me ver como única a via da bondade sem mágoa nem sanha.

Carrego Afonso no sangue e Dinis no peito, com alvoroço de mulher errante, vendo-me sem préstimo para o trabalho que me entregastes quando me haveis feito rainha de Portugal (MACHADO, 2017, p. 332-333, oração de número 11, grifos da autora).

Conforme Carlos Gimenez (2005), os conflitos entre D. Dinis e o seu herdeiro, D. Afonso, resumem-se em três pontos: o favoritismo de D. Dinis pelo seu segundo filho bastardo, D. Afonso Sanches; a nomeação desse como mordomo-mor de D. Dinis; e, a possibilidade de que D. Dinis poderia legitimar o seu bastardo favorito ao invés do seu herdeiro legítimo, o futuro D. Afonso IV. Diante dessas circunstâncias, “o que Isabel esperava era que o marido lesse alguma marca do destino naquela mensagem que o Senhor mandara. Mas até mentes brilhantes podem fazer-se lerdas quando o caso é de proximidade” (MACHADO, 2017, p. 287). Em resultado, essas desconfianças de D. Afonso fazem com que os seus conflitos diretos e indiretos com o seu pai se arrastem por anos a fio, momentos em que D. Isabel irá desempenhar um papel importante como mediadora e apaziguadora nas desavenças entre o rei e o príncipe, visto que, agora, ela “assumiu o padrão de autoridade real em defesa de seu filho” (CASTOR, 2012, p. 30, tradução nossa), uma verdadeira *She-Wolf* (Cf. CASTOR, 2012).

Portanto, D. Isabel realiza essa décima primeira oração no momento em que ela se vê dividida entre declarar-se apoiadora de D. Dinis ou de D. Afonso. Ao nos atentarmos aos primeiros três parágrafos, observamos o seu alto grau de conexão com o sagrado. Embora, nesse momento notamos, também, que essa sua experiência com o divino chega ao ponto de exceder o comum, o habitual, e essa sua vivência com a deidade passa para o âmbito do exagero à proporção que a protagonista justifica as suas ações políticas passadas, presentes e futuras por um viés pura e simplesmente religioso. Desse modo, vemos que ela utiliza esse aspecto como subterfúgio para considerar-se como a pessoa mais apta para conciliar política e diplomaticamente os desavindos do seu seio fraterno. Isso, de certa maneira, é confirmado no último parágrafo da sua oração quando a personagem afirma que Deus entregou-lhe o trabalho de apaziguadora e medianeira ao torná-la rainha de Portugal.

Assim como D. Isabel afirma que, através do seu teocentrismo, ela poderá agir politicamente dentro do reino português, Lady Margaret nos mostra algo semelhante. Sempre à espera de um sinal do divino, como de costume, para certificar-se de que ela está no caminho certo ao batalhar pela coroa inglesa para o seu filho, a protagonista interpreta um possível eclipse solar “como se a noite estivesse se aproximado, embora ainda não fosse meio-dia” (GREGORY, 2019, p. 305), como um aviso de que o seu filho irá invadir a Inglaterra, derrotar a Casa de York e fazer a Casa de Lancaster triunfar:

Paraliso-me: finalmente o meu pedido foi atendido. Aconteceu, por fim. Uma visão está surgindo em plena luz do dia! Verei a bendita Virgem Maria, que me dirá quando meu filho vai invadir a Inglaterra e triunfar. Caio de joelhos, pronta para a manifestação que esperei durante toda vida. Finalmente verei o que Joana, a Donzela de Orléans, viu. Finalmente ouvirei a voz dos anjos nos sinos da igreja. [...] Eu me pergunto se é o fim do mundo, e se finalmente uma grande trombeta ressoará e Deus me chamará para Si, a mim que servi a Ele com tanta devoção durante tanto tempo, sem reconhecimento qualquer nesse vale de lágrimas. Caio de joelhos de novo e sinto meu rosário em meu bolso. Estou pronta para o chamado. Não tenho medo, sou uma mulher de coragem, favorecida pelo Senhor. Estou pronta para os céus se abrirem e Deus me convocar. Sou Sua serva fiel, talvez Ele me chame primeiro, mostrando a todos que duvidaram da minha vocação que Ele e eu nos entendemos de maneira especial [...] (GREGORY, 2019, p. 305-306).

Após essa sensação de possível conexão com o divino, a protagonista continua a sua reflexão sobre o que esse fenômeno vindo do céu pode significar naquele exato momento em que ela busca apoio tanto divino quanto terreno para seguir a sua jornada durante a Guerra das Rosas:

[...] Acabou. A sombra malévola se desfez. Tem de ser um sinal – mas de quê? O que aprenderei com isso? O soldado, tremendo de medo, olha para mim e, esquecido de sua posição, fala comigo diretamente. – Pelo amor de Deus, o que foi isso? – Um sinal – respondo, sem o compreender por se dirigir a mim nessa ocasião tão singular. – Um sinal de Deus. O reinado de um rei está terminando, e o novo sol está vindo. O

sol de York vai se apagar, e o novo sol virá como um dragão. – Tem certeza, milady? – gagueja ele. – Você mesmo viu. – Vi as trevas... – Viu o dragão sair do sol? – Acho que sim... – Era o dragão Tudor, vindo do Oeste. Como o meu filho virá. Ele cai de joelhos e ergue as mãos para mim, em um gesto de lealdade. – A senhora me chamará para servir o seu filho – diz ele. – Sou seu vassalo. Vi o sol escurecer, como diz, e o dragão aparecer do Oeste. Pego suas mãos e sorrio para mim mesma. É assim que nascem as trovas: ele dirá que viu o dragão Tudor de Gales surgir do Oeste e escurecer o céu de York. – O sol não está mais no esplendor – digo. – Todos o vimos escurecer e se anular. O reino todo viu o sol escurecer. Este será o ano em que o sol York se apagará para sempre (GREGORY, 2019, p. 306-307).

Ao analisarmos o primeiro excerto, vemos que Lady Margaret acha que o fenômeno astronômico que ela presencia é uma visão, assim como Santa Joana d’Arc teve antes de coroar o Delfim da França, Charles de Valois da Dinastia dos Capetos e, posteriormente, Charles VII; além do fato de ela também associar esse acontecimento com o possível “Dia do Juízo Final”, como apontado no livro de Apocalipse, de acordo com a mitologia judaico-cristã. Porém, essa hipótese é descartada no momento seguinte em que ela percebe que não é só ela que está presenciando o acontecimento, uma vez que os seus criados, damas de companhia e guardas também o presenciam. Além disso, a parte irônica desse episódio é que, pelo motivo de os demais testemunharem o mesmo que ela, a protagonista os desmerece espiritualmente, pois acredita que apenas ela tem a capacidade de ter uma conexão com o sagrado a um nível elevado, visto que ela se considera a “Eleita por Deus” para salvar a Inglaterra em Seu nome.

Assim, no segundo trecho, vemos que, ciente de que o eclipse solar não era uma visão, a protagonista insiste em justificar o acontecimento por vias religiosas. Ela enfatiza que é realmente um sinal divino de que o seu filho ocupará o trono da Inglaterra, porque o próprio Deus, diante de várias testemunhas, comunicou-lhe que Henry Tudor (a Casa de Lancaster) irá derrotar Edward IV (a Casa de York). Portanto, assim como vimos com D. Isabel de Aragão, é aqui que se encontra a linha tênue entre o sagrado e o teocentrismo nessas personagens, visto que esse é reafirmado pelos posicionamentos políticos das protagonistas no decurso de ambas as metaficções historiográficas em análise.

Assim, já que na época das protagonistas as mulheres não eram aceitas ou bem-vistas exercendo atividades que, outrora, eram quase exclusivamente relegadas ao masculino, D. Isabel e Lady Margaret usam o contexto religioso ao seu favor em suas estratégias e transgressões políticas. Dessa maneira, é nesse momento que observamos os aspectos do feminismo político presentes no comportamento dessas personagens, pois, de certa maneira, essas suas condutas não eram aceitas pelo masculino no sentido de que “se a revolução sexual fosse efetivada, [...] tal como hoje se apresenta [...] estaria vitalmente ligado à emancipação

feminina” (MILLETT, 1970, p. 62, tradução nossa). Vale lembrar que essa emancipação era evitada pelos homens na Idade Média em razão do receio de serem destronados da esfera pública pelas mulheres.

Dessarte, consoante os conflitos entre o marido e o seu filho no decurso do enredo romanesco, notamos o desejo enorme de D. Isabel em intervir nas decisões do reino de acordo com os resultados das desavenças entre D. Dinis e D. Afonso. Então, como estratégia política e com o intuito de evitar conflitos, estabelecendo, de antemão, a concordata, D. Isabel persuade D. Dinis para que ele permita que ela trate do casamento do seu primeiro filho bastardo, D. Pedro Afonso, o viúvo Conde de Barcelos, com D. Maria Ximenez, dama de companhia da rainha D. Banca de Anjou, esposa do rei D. Jaime II de Aragão:

[...] Pedro Afonso era um excelente partido, embora não reunisse uma fazenda comparável com a de Afonso Sanches... Talvez se pudesse alterar alguma coisa, pensou ela sem dizer, pouco dada a falar sem certezas. Calou, assim, a intenção de falar ao rei, de uma ideia que lhe viera. Dinis talvez lhe permitisse acolher o alvitre... deixá-la conduzir o processo, evitando novo problema entre os filhos. O rei mostrava-se de pouco tacto com as preferências, mas se fosse ela a escolher... Via-se desejosa de intervir. Atentou no belo rosto do enteado, que sempre lhe mostrara sincera dedicação, retribuindo como nenhum outro o amor que sempre dera a todos. Havia tempo que sonhava com uma noiva de Aragão para Pedro Afonso. Animava-se com a ideia como uma criança, até já escrevera a Vataça, em confidências e combinações secretas de mulheres e negociadoras (MACHADO, 2017, p. 289).

Esse intento de D. Isabel com o casamento entre D. Pedro Afonso e D. Maria Ximenez alberga duas estratégias políticas da rainha de Portugal. A primeira consiste no fato de que, conseguindo um casamento para o primeiro filho bastardo de D. Dinis que privilegiasse a sua posição na Corte Real Portuguesa tanto quanto já havia sido elevado o estatuto do segundo filho bastardo do rei, D. Afonso Sanches, o príncipe D. Afonso perceberia que não há favoritismo entre os filhos do monarca e, com isso, abrandaria a cisma que o herdeiro sentia do pai e do seu irmão bastardo. Há muito “Isabel acalentava o sonho de vir a casar um dia o herdeiro de Afonso com uma princesa aragonesa, filha de algum dos seus sobrinhos, para manter o vínculo pessoal e aliança que tanto interessava aos dois reinos” (MACHADO, 2017, p. 301). Nesse momento, percebemos o quão é evidente o caráter mediano e apaziguador da rainha portuguesa.

Assim, como confirmação de que esse acordo matrimonial organizado por D. Isabel de Aragão configura-se como uma estratégia política que era, também, um “fruto dessa política de alianças nobiliárias, na qual a rainha muito se empenhou” (GIMENEZ, 2005, p. 73), dado que, quase sempre era realizado pelos homens de sua conjuntura, Carlos Gimenez (2005) afirma que,

Por meio dessa prática, reis e rainhas serviram-se muitas vezes de seus filhos, ainda impúberes, para realizar alianças matrimoniais como uma prerrogativa de materialização de acordos políticos. Neste sentido, as alianças matrimoniais realizadas entre as monarquias da Península Ibérica durante a Idade Média eram acontecimentos que ultrapassavam as solenidades jurídicas e religiosas e compunham, além de uma ‘liturgia’, uma questão política (GIMENEZ, 2005, p. 12).

A segunda estratégia política que advém desse enlace matrimonial consiste no fato de que D. Isabel reafirma a aliança que Portugal tem com Aragão, visto que, com isso, a rainha, “procurava constituir uma rede de influência política a partir da negociação dos casamentos de algum desses bastardos” (GIMENEZ, 2005, p. 73). Sabedora de que o estado de paz entre os três reinos ibéricos poderia mudar de acordo com as decisões tomadas por Castela nesse triângulo hispânico – em virtude da regência conturbada de D. Maria de Molina –, a rainha portuguesa evita possíveis futuras desavenças, caso as interferências da França abalasses o tratado de paz entre D. Dinis, D. Maria de Molina (regente do neto de ambas, D. Afonso XI de Castela) e D. Jaime II. Sendo assim, esse posicionamento diplomático de D. Isabel se confirma com a permissão de D. Dinis para que a sua esposa conduza esse processo; as negociações entre D. Isabel e D. Jaime II de Aragão a respeito desse matrimônio; e, a concretização do casamento entre os escolhidos por D. Isabel para reafirmar a estabilidade política na Hispânia.

Uma estratégia política semelhante no âmbito das alianças nobiliárias consiste no casamento que Lady Margaret Beaufort arranja para si mesma. Ao ficar viúva do seu segundo marido, Lord Henry Stafford, e com o falecimento de sua mãe, Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe, Duchess of Somerset, a protagonista encontra-se sozinha e desamparada, mesmo tendo aprendido a ser uma *She-Wolf* (Cf. CASTOR, 2012) no cenário sangrento da Guerra dos Primos. Desse modo, depois de ter feito uma busca na Corte Yorkista com a ajuda do seu administrador, Sir John Leyden, encontrando nomes como Lord William Hastings, Sir Anthony Woodville e Lord Richard Plantagenet, a opção mais apropriada que ela descobriu foi Lord Thomas Stanley, Baron of Stanley:

E, de qualquer maneira, o nome dele me ocorreu quando eu estava de joelhos na capela. Nossa Senhora me guiou até ele, a vontade de Deus é que eu encontre nele um marido e um aliado para meu filho. Acho que desta vez, não poderei confiar em John Leyden. Joana d’Arc não procurou um homem para fazer o seu trabalho. Ela mesmo esteve presente em suas batalhas. Portanto, escrevo a Stanley e proponho um casamento entre nós nos termos tão francos e simples que sou capaz de expor. [...] Quero um homem que eu tenha certeza de ser pérfido. Quero um homem que pareça de confiança, mas que não é. Quero um aliado e alguém que conspire junto comigo, quero um homem que faça jogo duplo naturalmente e que, quando eu vir seu olhar direto, seu sorriso de canto de boca e seu ar de importância, eu pense: pronto, é este (GREGORY, 2019, p. 207; 209).

Quando lemos o excerto, identificamos três aspectos que revelam o protagonismo diplomático de Lady Margaret: o teocentrismo, a transgressão com relação às questões de gênero e a transgressão política. A respeito do primeiro, observamos que a protagonista justifica a escolha do seu marido através do divino e de representações de um sagrado feminino no medievo europeu: Deus, Nossa Senhora e Santa Joana d’Arc. Não bastava apenas uma, mas a evocação de três representações do sagrado religioso para confirmar a escolha acertada da personagem em relação ao seu futuro marido.

No que concerne ao segundo aspecto, consoante Claudia Opitz (1990), era comum no contexto medieval que, mesmo que as mulheres fossem maiores de idade, a escolha dos seus maridos após a sua viuvez ficasse a encargo do seu pai, irmão ou de algum tutor do gênero masculino. Embora Lady Margaret tenha o seu administrador, Sir John Leyden, que poderia resolver os trâmites e negociações em nome da viúva, ela mesma transgride essas regras, posicionando-se como dona de si e do seu próprio destino, negociando diretamente com Lord Thomas Stanley:

[...] E não simplesmente porque é a forma política que subordina uma porcentagem tão grande da população (mulheres e jovens), mas porque serve como uma cidadela de propriedade e interesses tradicionais. Os casamentos são alianças financeiras e cada família opera como uma entidade econômica, muito parecida com uma corporação. Como afirma um estudante da família, ‘a família é a pedra angular do sistema de estratificação, o mecanismo social pelo qual ela é mantida’ (MILLETT, 1970, p. 36, tradução nossa).

O terceiro aspecto refere-se à sua transgressão política. Vejamos, dentre várias opções de maridos com um estatuto elevado na Corte Real Inglesa, Lady Margaret não os escolhe. A razão dessa recusa por parte da protagonista consiste no fato de que, tanto Lord William Hastings e Richard Plantagenet eram declaradamente fiéis ao rei Edward IV quanto Sir Anthony Woodville era explicitamente leal à rainha Elizabeth Woodville, o que, de certa maneira, não serviriam para o propósito de Lady Margaret: a conspiração. Desse modo, por mais que Lord Thomas Stanley fosse um membro do Conselho Privado do rei Edward IV, Lord Stanley também era conhecido como um nobre que jogava dos dois lados. Sabedora desse fato, Baron of Stanley tornou-se, portanto, o pretendente ideal para Lady Margaret, tendo em vista que, através desse seu casamento, a personagem procurava, também, concretizar “acordos de cooperação econômica e militar, demarcar novos espaços, modificar suas alianças políticas, reatar a paz [...], entre outras possibilidades” (GIMENEZ, 2005, p. 12).

Assim, após ter-se casado com Lord Thomas Stanley, e esse estando de acordo com os termos exigidos por Lady Margaret, ela ingressa na Corte dos Yorks e torna-se uma das damas de companhia mais fiéis de sua maior inimiga, a rainha Elizabeth Woodville:

É estranho para mim sorrir e fazer mensuras a meu inimigo e, ao mesmo tempo, evitar que meus olhos traíam o ressentimento. Durante dez anos a serviço deles, entretanto, aprendi a fazer isso tão bem que ninguém sabe que murmuro a Deus para que não me esqueça na casa dos meus inimigos. Aprendo a fazer-me passar por cortesã leal. Na verdade, a rainha se afeiçoa cada vez mais a mim e confia em mim. Tornou-me uma de suas damas de companhia íntimas que permanecem com ela durante o dia, jantam à mesa com outras damas à noite, dançam diante da corte e acompanham a seus aposentos lindamente mobiliados [...] (GREGORY, 2019, p. 218).

Conforme o exposto, vemos que tudo o que Lady Margaret planejou em obter com o seu casamento com Lord Thomas Stanley, ela o conseguiu. Pois, estando próxima dos seus inimigos, ela sondaria quais eram as suas maiores fraquezas, com o objetivo de continuar avançando as casas nesse xadrez político. Foi esse fingimento desmedido de lealdade para com os seus inimigos Yorks que ajudou Lady Margaret a aproximar-se da coroa inglesa. Esse fato se confirma com os próximos passos da protagonista ao aliar-se à rainha Elizabeth Woodville contra Richard Plantagenet, Duke of Gloucester, futuro Richard III.

Segundo Linda Simon (2018), após a morte do rei yorkista Edward IV, a Inglaterra entra em um período de regência. Em virtude de o herdeiro Edward Shrewsbury, Prince of Wales – que seria o futuro rei Edward V – ter somente 12 anos, a pedido de Edward IV, o seu irmão, Richard Plantagenet, Duke of Gloucester, tornou-se o *Lord Protector* do sobrinho. Esse fato não agradou a rainha viúva Elizabeth Woodville, que percebeu que a ambição pela coroa falava mais alto do que a lealdade que o Duke of Gloucester dedicava ao falecido rei. Diante disso, Elizabeth inicia uma disputa com o seu cunhado pela tutela do pequeno Edward of Wales. É nesse contexto de conflitos dentro da própria Corte Yorkista que Lady Margaret e Lord Thomas Stanley começam a mover as peças no tabuleiro, isto é, a conspirar: a primeira alia-se à Elizabeth Woodville em segredo contra Richard Plantagenet e, ao mesmo tempo, jura lealdade, juntamente com o seu marido, ao Duke of Gloucester.

Isso posto, temos uma confirmação das transgressões políticas de Lady Margaret com relação à sua conspiração contra Richard Plantagenet quando ela demonstra o seu apoio à Elizabeth Woodville, no qual ela propõe a rebelarem-se contra o Duke of Gloucester. Em troca disso, Lady Margaret cogita uma aliança de casamento do seu filho, Henry Tudor, com Lady Elizabeth of York, filha de Elizabeth Woodville:

A menina York mais velha, princesa Elizabeth, está na idade de casar, e só está solteira aos 17 anos devido à mudança de sua casa. Enquanto estou de joelhos

rezando pela saúde e segurança da rainha, penso na bela Elizabeth e na esposa que seria para meu filho Henrique. O filho de Lancaster e a filha de York curariam, juntos, as feridas da Inglaterra, e resolveriam os conflitos de duas gerações. Se Ricardo morrer depois de tomar o trono, seu herdeiro será uma criança, um filho Neville doentio, tão incapaz de defender seu direito quanto os príncipes, e tão fácil de ser eliminado como eles foram. Se meu filho, então, ocupar o trono e se casar com a princesa York, o povo o aceitará como herdeiro Lancaster e marido da herdeira da Casa de York. Mando chamar meu médico, Dr. Lewis de Carleon, homem tão interessado em conspiração quanto em medicina. A rainha sabe que ele é o meu médico e abrirá a porta para ele, percebendo que foi mandado por mim. Ordeno que prometa a ela o nosso apoio, que lhe diga que Buckingham está pronto para ser persuadido contra o Duque Ricardo, que meu filho Henrique pode sublevar um exército na Bretanha. E o instruo a, acima de tudo, tentar descobrir quais são os planos dela, o que seus partidários lhe prometeram [...] (GREGORY, 2019, p. 242-243).

Levando em consideração o exposto, identificamos a forma pormenorizada a respeito do plano de Lady Margaret a ser apresentado à rainha viúva Elizabeth Woodville. A transgressão política de Lady Margaret acontece no momento em que ela passa a conspirar contra o Duke of Gloucester, visto que ela finge lealdade a esse, contudo, arquitetou conspirações contra o futuro soberano da Inglaterra. De fato, “Margaret foi uma instigadora das conspirações, ‘pois ela estava inserida nelas, e ninguém melhor mergulhado nelas e profundamente familiarizado com elas, e ela era uma dama política e sutil’” (NORTON, 2011, p. 118, tradução nossa). As conspirações se deram com o intuito de que o rei Richard III fosse “retirado e reputado por todos os homens como inimigo comum do reino, eventualmente fora de toda honra e estado a ser considerado digno e o seu governo e reino ser claramente minado e expulso” (NORTON, 2011, p. 118, tradução nossa).

Ademais, identificamos o posicionamento diplomático da protagonista no momento em que ela forja esse acordo matrimonial entre as duas casas inimigas. Essa aliança de casamento tanto atrairia o apoio de Elizabeth Woodville para rebelar-se – uma vez que o desejo da rainha viúva era afastar Richard Plantagenet da sua condição de *Lord Protector* – quanto beneficiaria as duas partes. Pois, além de Lady Margaret realizar o seu desejo de ascender o seu filho ao trono inglês, Elizabeth of York tornar-se-ia rainha e, com isso, a matriarca dos Tudors acabaria com uma guerra que se arrastava pelo tempo há mais de 40 anos.

No que diz respeito a Portugal, um outro episódio que ilustra uma intervenção diplomática direta de D. Isabel a respeito dos conflitos entre D. Dinis e D. Afonso, acontece quando ela tenta interferir na nomeação do bastardo D. Afonso Sanches como “mordomo-mor” do rei, como uma maneira de evitar futuras desavenças entre o seu marido e o seu filho legítimo:

– O momento é delicado – disse. Dinis elevou as sobrancelhas, marcando a testa com os sulcos que o tempo fora deixando – Vindes falar do vosso filho? [...] – Venho falar de Afonso e da vossa tenção, senhor. [...] – A minha tenção? Sobre? – Inquiriu o rei. – Sobre quem ireis nomear para vosso mordomo-mor. Dinis soltou uma interjeição de incredulidade. – Vindes interferir pelo vosso filho? – quis saber, com um esgar no rosto. – Afonso ignora a minha cisma e que aqui vim. – Folgo em sabê-lo. E por que cismas, senhora? – perguntou, num tom provocatório. – Por temer desavenças, é apenas o meu cuidado. – E o que poderia provocar desavenças, em vosso entender? Isabel engoliu em seco, a ganhar afoiteza. – A nomeação de Afonso Sanches para mordomo-mor. [...] – É efetivamente a Afonso Sanches que entregarei o cargo [...] – Senhor, não posso calar o meu tormento. Ele não mudou de expressão, aguardando que prosseguisse. – Afonso Sanches torna-se o homem mais poderoso do reino e da corte, com a ascensão a mordomo-mor. – Depois do herdeiro – retificou Dinis. – Tem mais terras do que o herdeiro, senhor. [...] é demasiada acumulação de poder para Afonso Sanches, senhor, permiti vo-lo diga (MACHADO, 2017, p. 301-302-303).

Como exposto no excerto, vemos que D. Isabel tenta persuadir D. Dinis a não atribuir o cargo de mordomo-mor ao seu filho bastardo e favorito. Inobstante, ao observarmos o relacionamento entre ambos no decurso do enredo romanescos, compreendemos que, de fato, há uma proximidade entre D. Dinis e D. Afonso Sanches que se diferencia da que o monarca mantém com os demais da sua prole; denotando, por conseguinte, uma distância e falta de afinidade entre o rei português e o seu filho legítimo, D. Afonso. Assim, por apresentar-se cego de amor pelo seu favorito, não consegue ponderar os efeitos do seu favoritismo, fato esse que não passa despercebido à clarividência de D. Isabel.

Porém, na opinião de D. Dinis, essa clarividência da esposa não passa de uma mera intromissão dela nos assuntos políticos do reino, um fato que apoquento o rei, visto que, consoante Helen Castor (2012), não era comum as rainhas consortes na Alta e Baixa Idade Média interferirem em assuntos de governação da coroa, mesmo que fosse com as melhores das intenções:

– Não faleis em nome do reino e dos interesses de Portugal. Guardai o esforço e o empenho para os vossos mendigos e os vossos doentes. A rainha calou a afronta com um profundo silêncio. – Preferia que não vos imiscuísseis nos nomes dos homens que escolho para a cúria régia – prosseguiu o rei. – Não vos compete essa apreciação. Estais influenciada pela má vontade de Afonso para com o irmão. Sempre haveis sido demasiado dócil para com os seus modos bravios. – Perdoai, se entendi que me excedo. Mas não poderei calar o que vos vim pedir, senhor. – Não era isso? Intrometer-vos nas minhas escolhas? Que eu não nomeasse Afonso Sanches? (MACHADO, 2017, p. 305).

Nesse sentido, levando em consideração o aborrecimento do rei de Portugal a respeito da intromissão política da protagonista, vemos que, “[...] a imagem das mulheres como a conhecemos é uma imagem criada por homens e moldada para atender às suas necessidades. Essas necessidades surgem do medo da ‘alteridade’ da mulher” (MILLETT, 1970, p. 46, tradução nossa). Assim, ao romper com essa imagem de “mulher ideal” criada

pelo patriarcado, bem como a “alteridade” que se espera do sujeito feminino, D. Isabel iguala-se ao seu soberano em termos políticos. D. Dinis intimida-se com esse posicionamento da esposa, tendo em vista que, dentro do sistema patriarcal, “qualquer mulher que não se conforma com o estereótipo estéril de esposa e maternidade como tudo e somente, ou que não se curva em elaborada deferência à autoridade e opinião masculina em toda e qualquer questão – está claramente fora de si. Os homens disseram isso” (MILLETT, 1968, p. 09, tradução nossa).

Essa intervenção política que D. Isabel faz, sendo considerada pelo seu marido como uma intromissão da rainha nos assuntos de governação do reino, confirma a sua clarividência a respeito dos futuros conflitos entre o seu esposo e o seu filho. Pois, tendo presenciado as desavenças entre D. Dinis e o seu irmão, D. Afonso de Portalegre, D. Isabel pressente que o mesmo excesso de poder que D. Dinis uma vez deu ao seu irmão, repete-se com relação ao favorito do rei. Assim, a interferência dela nesse assunto político tem dois objetivos.

O primeiro consiste no seguinte: concedido muito poder a D. Afonso Sanches, corre-se o risco de esse voltar-se contra o próprio pai ou contra o herdeiro da coroa portuguesa, pois há muito a rainha testemunha que a ambição pelo poder quebra laços sanguíneos e fraternos, como ela tem visto com os seus familiares integrantes dos tronos de Aragão e Castela. Segundo, por elevar o estatuto de D. Afonso Sanches ao mais alto da cúria régia – abaixo do rei, é claro –, os ciúmes do príncipe D. Afonso poderiam inflamar-se cada vez mais. E é, principalmente, esse último ponto o qual a rainha portuguesa tenta evitar que aconteça, articulando-se, de forma diplomática, para resolver essa questão e trazer a concórdia a ambos os lados antes que essa situação se transforme em um combate bélico entre o marido e o filho.

Enquanto D. Isabel tenta apaziguar as desavenças entre os do seu próprio sangue, Lady Margaret faz o contrário, ela os incentiva a irem à guerra. Dessa forma, identificamos outra transgressão política de Lady Margaret no decurso da metaficção historiográfica em estudo, e que ocorre quando ela organiza uma rebelião com a rainha viúva Elizabeth Woodville contra Richard III. Pois, nessa ocasião, o Duke of Gloucester desfez-se do seu estatuto de *Lord Protector* da Inglaterra, sentando-se definitivamente no trono que deveria ser do seu sobrinho Edward, Prince of Wales, e que seria o futuro Edward V:

Parto de Londres no dia seguinte. Não me convém ser vista na cidade enquanto a vigilância é redobrada e todos perguntam quem atacou a Torre. Decido visitar a Catedral de Worcester, o que há muito tempo quero fazer. É uma catedral beneditina, um centro de erudição. Elizabeth, a rainha, me envia uma mensagem que recebo quando estamos selando os cavalos. Informa que seus parentes se esconderam em Londres e nos campos vizinhos, e que estão organizando uma insurreição. Respondo-lhe garantindo meu apoio e anunciando que estou indo ver o

Duque de Buckingham para recrutá-lo, com seus simpatizantes, para o nosso lado em uma rebelião franca (GREGORY, 2019, p. 259).

De acordo com o fragmento, constatamos que Lady Margaret está disposta a rebelar-se contra o rei ao qual ela jurou lealdade, isto é, uma falsa fidelidade que ela finge manter dentro da Corte Yorkista desde quando ela e o seu marido, Lord Henry Stanley, serviam ao falecido rei, Edward IV, e ela era a *Lady in Waiting* mais íntima da rainha viúva, Elizabeth Woodville. Fora dos muros da Casa Real Inglesa, a protagonista trama, desenvolve atividades diplomáticas, estratégias políticas, conspira, recruta homens e forma exércitos para rebelar-se contra o único empecilho que impede o seu filho de sentar-se no trono inglês: Richard III. Dessa maneira, “o envolvimento de Margaret é possível e enquanto ela tentava manter-se em bons termos com Richard, ela já estava, também, começando a conspirar com os líderes oponentes dele” (NORTON, 2011, p. 114, tradução nossa). Uma prova dessa movimentação de Lady Margaret é explícita no seguinte trecho, em que a personagem se posiciona enfaticamente a respeito das suas atividades políticas:

Finalmente, consegui o que é meu por direito. Herdei o reino com que sonhei enquanto rezava para a Donzela de Orléans e desejava ser ela, a única mulher a ver que seu reino cresceria, a saber, pelo próprio Deus, o que deveria ser feito. Meus aposentos na casa de Londres são o meu quartel-general secreto da rebelião. Todos os dias, mensageiros vêm e vão com notícias de armamentos, pedidos de dinheiro e doação de armas, além de contrabandeá-las para fora da cidade. Minha mesa de trabalho, antes empilhada de livros religiosos para os meus estudos, está agora coberta de mapas cuidadosamente copiados, em suas gavetas se escondem códigos secretos para mensagens secretas. Minhas damas abordam seus maridos, irmãos e pais, fazem-nos jurar segredo e os vinculam a nossa causa. Meus amigos na Igreja, na cidade e em minhas terras se comunicam e procuram apoio em uma rede de conspiração. Avalio quem merece e quem não merece confiança, e os abordo pessoalmente. Três vezes ao dia, ajoelho-me para rezar, e o meu Deus é o Deus das batalhas dignas (GREGORY, 2019, p. 269).

Consideramos ser esse um momento ápice da política e do teocentrismo exercidos por Lady Margaret. Com relação ao teocentrismo, vemos que tanto no início quanto no final desse fragmento literário, a protagonista justifica as suas ações diplomáticas e transgressões políticas na sua rebelião contra Richard III por meio do sagrado religioso. Com relação à política, constatamos que a personagem transgride ao passo que, ao nos relatar em pormenores os detalhes das suas atuações para conseguir apoio para a sua rebelião, esse protagonismo configura-se, na Baixa Idade Média, segundo Helen Castor (2012), como comportamentos dos *Lords* que são forjados na guerra e nas estratégias político-civis, ao comparar os seus “aposentos sagrados” com um quartel-general secreto.

Assim, nesse momento, constatamos que Lady Margaret comporta-se como uma verdadeira *She-Wolf: The Regina* (Cf. CASTOR, 2012), e uma dama de ferro, pois ela age

como se fosse uma monarca Lancastriana prestes a reivindicar o trono da Inglaterra por meio da força, uma vez que “essa guerra foi causada pelas reivindicações de uma mulher que poderia ter sido a [...] rainha da Inglaterra no seu próprio direito” (CASTOR, 2012, p. 29, tradução nossa).

A esse respeito, Helen Castor (2012) nos elucida sobre como se configurava a recepção do sistema patriarcal no que concerne às mulheres que mantinham os comportamentos destoantes do padrão, como identificamos em D. Isabel e em Lady Margaret. Então, a medievalista inglesa nos diz que, no âmbito monárquico medieval:

[...] Não era o ideal, então, nem era impensável que uma mulher pudesse ocupar uma posição de comando e controle. Suplementar, afinal, pode significar que uma esposa ou mãe pode ser chamada para proteger os interesses de um marido ou filho [...]; e a assistência feminina pode ser transmutada em influência ou mesmo orientação nas mãos de uma mulher dotada de inteligência, carisma ou vontade particulares (CASTOR, 2012, p. 26, tradução nossa).

Desse modo, de acordo com Helen Castor (2012), por mais que, na Alta e Baixa Idade Média, não era permitido as mulheres ocuparem uma posição de comando ou controle, uma exceção era aberta àquelas que apresentavam, na opinião do patriarcado, características semelhantes às dos homens, o que, de certo modo, não deixa de ser um posicionamento machista. Tanto D. Isabel quanto Lady Margaret desafiaram os próprios reis de Portugal e da Inglaterra, “defendendo a causa de legitimar o governo em nome de seus filhos” (CASTOR, 2012, p. 30, tradução nossa). Sendo assim, de acordo com essas atuações das personagens em estudo, vemos que elas transgridem os protocolos impostos às mulheres de seu tempo. Isso, por sua vez, se reportarmos esses fatos para os dias de hoje, isto é, sob uma ótica pós-moderna, denotaria uma possível “revolução sexual” (MILLETT, 1970, p. 62, tradução nossa) por parte delas mediante os seus comportamentos, posicionamentos e ações transgressoras:

Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como ‘masculinas’ ou ‘femininas’ e reconsiderar o seu valor no aspecto humano: a violência encorajada como manifestação de virilidade e a excessiva passividade definida como característica feminina, inúteis em ambos os sexos; a eficiência e o intelectualismo do temperamento ‘masculino’ e a ternura e a consideração ligadas ao temperamento feminino, recomendáveis a ambos os sexos sem distinção (MILLETT, 1970, p. 62, tradução nossa).

Dessa maneira, tanto D. Isabel quanto Lady Margaret assumem papéis que, outrora, foram destinados quase que exclusivamente aos homens, por associá-los à uma superioridade física, intelectual e político-civil e militar; o que nos remete à célebre divisão de papéis de ambos os sexos, pois, “em termos de atividade, o papel sexual atribui o serviço doméstico e a

assistência aos bebês para o sexo feminino, o restante da realização humana, interesse e ambição ao homem. O papel limitado atribuído à mulher tende a prendê-la ao nível da experiência biológica” (MILLETT, 1970, p. 26, tradução nossa).

Um exemplo claro das transgressões das personagens com relação a esse papel limitado imposto às mulheres que tende a enclausurá-las “ao nível da experiência biológica” (*op. cit.*, 1970, p. 26), que podemos associar a um feminismo político, consiste na passagem literária acima, em que o rei D. Dinis repreende D. Isabel por essa quebra de protocolos que a protagonista comete com relação ao seu papel como mulher, mãe e rainha; assim como Lady Margaret, que assume um posicionamento de “General Militar”, uma vez que o campo de batalha quase sempre foi destinado aos homens, salvo a exceção da guerreira francesa Santa Joana d’Arc. “Portanto, quase tudo o que pode ser descrito como distintamente humano, em vez de atividade animal (à sua maneira, animais também dão à luz e cuidam de seus filhotes) é amplamente reservado para o macho. Naturalmente, o *status* segue novamente a partir de tal atribuição” (MILLETT, 1970, p. 26, tradução e grifo nosso).

Outro episódio que ilustra as intervenções diretas de D. Isabel nas desavenças entre o seu marido e o seu filho diz respeito ao momento em que a rainha portuguesa suplica ao rei para que ele não inicie uma guerra contra o seu herdeiro:

– Vosso filho vai ter a guerra que anda a semear – disse o soberano. Isabel levou os olhos ao chão. – Senhor, pela alma do vosso pai! Que não se ergam armas entre os do mesmo sangue. – A vossa afirmação é deslocada no tempo e da realidade dos factos. Afonso criou esta guerra há muito. – Rogo-vos, em nome de Cristo. Deixai-me falar com o infante antes que ocorra uma tragédia. – Por que não haveis feito, senhora? – ironizou o rei. – O que ireis fazer agora que não haveis feito? Será que no passado o haveis encorajado a esta loucura? – Sabeis que nunca encorajei a contenda. É falso. Sempre apelei à paz. Esta desgraça podia ter sido evitada. Ainda pode, senhor. Tudo se pode quando permitimos que a boa vontade domine os nossos corações. A rainha, de joelhos no chão, segurava a ponta do manto do marido, num apelo desesperado, uma pose em que D. Dinis nunca julgara vê-la, quase descomposta pela primeira vez [...] (MACHADO, 2017, p. 322-223).

Nesse excerto, observamos a intervenção direta de D. Isabel nos conflitos entre D. Dinis e o infante D. Afonso. Ao analisarmos, notamos que a protagonista se destaca em três momentos no que consiste à sua posição de medianeira e apaziguadora. O primeiro concerne no ato de súplica direta ao marido, mediante a promessa desse em travar uma guerra com o seu próprio filho. No segundo, a protagonista revela que, assim como ela tem conversado com el-rei sobre esses conflitos, tentando persuadi-lo de não responder as rebeliões do infante com mais embates bélicos, ela também tem o feito com o seu filho, D. Afonso. Isto é, ela defende-se afirmando que não está em nenhum dos dois lados, mas que, na verdade, o seu intento tem sido de uni-los em uma mútua concordata. Porém, não esqueçamos, também, de que, em meio

as contendas com o seu pai, o herdeiro é acolhido nas terras de sua mãe. Portanto, esse fato endossa a suspeita do monarca de que a esposa tem apoiado as rebeliões do filho. Mas,

Diante do agravamento das hostilidades entre o Rei e o Infante herdeiro, os poderes políticos da época trabalhavam com afinco para que eles não se transformassem em combate armado. Foi no calor dessa inimizade entre esposo e filho que a Rainha Isabel buscou o auxílio do Papa João XXII para advogar e solucionar os atritos que havia entre eles (GIMENEZ, 2005, p. 56).

O terceiro momento consiste no posicionamento diplomático de D. Isabel na última parte do trecho literário, em que ela afirma que essa desgraça seria evitada caso ambos os lados tivessem ouvido as suas palavras de siso. Isso confirma-se pela forma como a rainha portuguesa comporta-se diante desses conflitos entre o seu marido e o seu filho, assim como, com relação a diversas questões políticas do reino, uma vez que ela sempre busca a via do diálogo, das negociações, das estratégias, das alianças políticas, como uma forma de evitar o derramamento de sangue. Assim, o que D. Dinis considera como excessiva intromissão da esposa nos assuntos políticos, não passa do anseio da rainha por ter participação na governação do reino; não tendo apoio total com relação a isso, D. Isabel o faz do seu jeito: agindo de forma velada e silenciosa, mas obtendo resultados positivos com os seus esforços como uma verdadeira *She-Wolf: The Regina* (Cf. CASTOR, 2012).

Ao contrário de D. Isabel, que é acusada de incitar a guerra, quando, na verdade, ela tenta evitá-la, na Inglaterra, Lady Margaret continua no comando da rebelião contra Richard III. Presenciamos esse fato na seguinte carta que a protagonista envia ao seu cunhado e ao seu filho, convocando-os para a guerra:

Para o meu cunhado Jasper Tudor e Henrique Tudor, meu filho. Espero que esteja bem. Tenho notícias. Ricardo foi coroado rei da Inglaterra, e a sua mulher é a rainha Anne Neville. Temos os favores do rei e somos dignos de sua confiança. A ex-rainha Elizabeth Woodville convocou seus simpatizantes que atacam a Torre de Londres e libertarão os príncipes assim que o casal real partir em viagem, imediatamente após a coroação. Prometi-lhe o meu apoio, e ela me confiou os seus planos secretos.

Comece a recrutar os seus homens. Se a rainha conseguir retirar os seus filhos da Torre, sublevará os seus soldados e marchará contra Ricardo. Quando ela ou Ricardo vencer, o vitorioso terá de enfrentar você e sua força desembarcada, a insurreição de Lancaster. Será uma segunda batalha, e ele ou ela terá de lutar contra os seus soldados descansados.

Acho que a nossa hora está chegando. Acho que a nossa hora é agora.
Margaret Stanley (GREGORY, 2019, p. 252-253, grifos da autora).

Através do conteúdo dessa carta, observamos a quão estratégica, diplomática e política Lady Margaret se apresenta durante a Guerra das Rosas, pois, de acordo com as suas próprias palavras, a protagonista está jogando em três frentes. Primeiro, ela afirma ter os favores e a confiança do rei, assim, ela poderá mover as peças do tabuleiro dos outros dois lados sem que

Richard III desconfie de sua falsa lealdade. Segundo, ela mantém uma aliança com a antiga rainha, Lady Elizabeth Woodville, com a aliança de casamento entre os seus primogênitos, além de estarem unidas nas rebeliões levantadas por Lady Margaret contra o rei. E, terceiro, a protagonista age em benefício próprio, uma vez que ela tenta colocar Richard III e Elizabeth para lutarem um contra o outro e, com isso, obter vantagens no xadrez político inglês para que o Earl of Pembroke e o Earl of Richmond, Jasper Tudor e Henry Tudor, vençam uma segunda batalha, insultando, assim, tanto a sua aliança com a rainha viúva quanto a sua suposta fidelidade ao rei Richard III.

Na concepção de Lady Margaret, a facilidade em conspirar contra o rei consiste no fato dos seus falsos 10 anos de lealdade à Casa de York terem construído para ela uma famosa “vira-casaca”, além do fato de tanto o seu cunhado quanto seu filho estarem, há muito, exilados na França e na Bretanha. Isso faz com que os protagonistas da Guerra das Rosas pensem que o pretendente ao trono, Henry Tudor, esteja fora da linha de sucessão quando, na verdade, a matriarca Tudor articula-se paralelamente e, ao mesmo tempo, no cerne da Guerra dos Primos. Enquanto Richard III e Elizabeth Woodville planejam-se para enfrentar-se, Lady Margaret “envia um agente de confiança, High Conway, à Bretanha com uma mensagem para Henry, dizendo-o para estar pronto e velejar para reivindicar o trono” (NORTON, 2011, p. 119, tradução nossa).

Por meio dessas ações das protagonistas, vemos que elas agem em um contexto no qual elas não tinham vez nem voz. A esse respeito, vejamos o que Kate Millett (1970) fala sobre as raras oportunidades que as mulheres obtiveram para o exercício do poder no desenvolvimento da sociedade com o passar dos séculos:

[...] Nas democracias, por exemplo, as mulheres muitas vezes não ocupam nenhum cargo ou o fazem (como agora) em números tão minúsculos que ficam abaixo da representação simbólica. A aristocracia, por outro lado, com sua ênfase nas propriedades mágicas e dinásticas do sangue, pode, às vezes, permitir que as mulheres mantenham o poder. O princípio do governo dos homens mais velhos é violado com maior frequência. Tendo em mente a variação e o grau de patriarcalismo [...] (MILLETT, 1970, p. 25-26, tradução nossa).

Como observamos, Kate Millett (1970) faz um resumo histórico sobre a participação da mulher ao longo do desenvolvimento das estruturas sócio-políticas. Para a teórica estadunidense, mesmo nesses estágios mais avançados da organização político-social, as mulheres não gozam do pleno acesso e exercício do poder legal, civil e político. Isso nos mostra a gravidade com que a condição de exclusão das mulheres das esferas de poder vem se perpetuando ao longo do tempo. Levando em consideração essas reflexões sociopolíticas de Kate Millett (1970) e o protagonismo político das personagens em análise, constatamos que

ambas transgridem o padrão que lhes era imposto. Embora tenham nascido em “berço de ouro”, isto é, por terem sangue real, essas mulheres eram limitadas a papéis os quais as impediam de adentrar no universo político de sua época com a mesma aceitação que o homens o faziam. Isso se comprova, portanto, nas futuras consequências que tanto D. Isabel quanto Lady Margaret sofrerão.

Assim, sendo acusada de conspirar contra o rei português ao apoiar o seu filho nas contendas contra o próprio pai, D. Dinis exila D. Isabel no Castelo de Alenquer, além de confiscar as rendas de suas terras no território luso, como uma maneira de evitar que a rainha portuguesa pudesse subsidiar o infante e as suas hostes de criminosos e traidores do reino, além do soldo para a guerra:

– Na vossa mansidão, senhora, nunca deixou de haver rebeldia. Ela franziu o sobrolho com genuína surpresa. Não se via mansa nem rebelde, mas ocorreu-lhe que o desacordo trazia sempre injustiça. – Permitti-me... – Basta – cortou o rei. [...] – Mandai reunir os membros de vossa casa e os vossos pertences. A rainha fitou-o, falha de compreensão. Não estava prevista uma deslocação da corte. – Dizeis, senhor?... – Amanhã deixais este Paço. Sereis banida da corte, desprovida das vossas rendas. Sem rendimentos, deixareis de poder auxiliar o infante e as hostes de criminosos que o segue. [...] – Ouvi-me, peço-vos, mesmo que seja a última vez que vos falo. Mas Dinis abanou a cabeça: – Ficareis desterrada em Alenquer. Isabel pestanejou e cerrou os dentes, tolhida pelo abalo. Pelo temor. Obrigou-se a recordar que Dinis era o representante de Deus em Portugal para não reagir e acatar a ordem real. Dobrou o corpo numa reverência funda e disse: – Assim seja, meu senhor (MACHADO, 2017, p. 324-325).

Assim como D. Isabel foi exilada por ser acusada de trair D. Dinis ao ajudar o seu filho, D. Afonso, nas rebeliões contra o rei de Portugal, Lady Margaret também foi exilada no Palácio de Woking por ser acusada de conspirar e apoiar a rebelião do seu filho, Henry Tudor, contra o rei da Inglaterra, Richard III. Apesar de a sua rebelião intitulada como “A Insurreição de Lancaster” ter sido tolhida por um clima chuvoso que durou quase um mês, bloqueando, assim, todas as passagens pela terra e pelo mar nas fronteiras entre a França, a Bretanha, a Escócia, Gales e a Inglaterra, assim como a elevação dos níveis de água nos territórios ingleses – o que, de certa maneira, atrapalhou o ataque de Henry Tudor –, Lady Margaret é denunciada por traição ao soberano inglês pelo seu próprio marido, Lord Thomas Stanley. Temos a constatação desse fato em um diálogo entre a protagonista e o seu marido:

Ele sorri para mim e me lembro de que o chamam de ‘raposa’ por sua capacidade de sobreviver, voltar atrás, escapar dos cães. – [...] lamento lhe dizer, fui nomeado o seu carcereiro e não posso deixá-la escapar. O rei Ricardo decidiu que todas as suas terras e a sua riqueza são minhas, que serão transferidas para mim, apesar do nosso contrato de casamento. Tudo o que você possuía na infância é meu, tudo o que possuía como uma Tudor é meu, tudo o que ganhou em seu casamento com Stafford agora é meu, tudo o que herdou de sua mãe é meu. Meus homens estão agora em seus aposentos recolhendo suas joias, papéis e a caixa de dinheiro. Seus homens já

foram presos, e suas damas estão confinadas em seus quartos. Seus arrendatários serão informados de que você não poderá convocá-los, de que agora respondem a mim. [...] – Você vai viver na propriedade de Woking, que agora é minha. Não poderá deixar os seus limites. Será servida por meu pessoal; seus criados serão dispensados. Não verá nem suas damas de companhia, nem seus criados, nem seu confessor. Não verá ninguém e não enviará mensagem alguma (GREGORY, 2019, p. 283).

A atitude de Lord Thomas Stanley de ter denunciado a sua própria esposa consiste em uma de suas estratégias políticas, pois, para continuar jogando dos dois lados – o de Henry Tudor e o de Richard III –, o esposo da protagonista certifica-se de que o rei pense que a traição foi somente por parte de Lady Margaret. Veterano no xadrez político medieval, o Baron of Stanley prefere garantir a sua lealdade a Richard III como subterfúgio para continuar movendo as peças no xadrez e, com isso, sondar as fraquezas do seu inimigo para o golpe de misericórdia e uma manobra para rendição de um dos lados na futura Batalha de Bosworth Field (1485).

Ademais, a preferência de Lord Thomas Stanley de que toda a riqueza e as terras da esposa fossem transferidas para ele e não para outro *Lord*, além do fato de ele mesmo ser o carcereiro da sua própria esposa, também consiste em uma outra estratégia política do Baron of Stanley. Pois, estando com tudo sob o seu controle, com o desenrolar da prisão domiciliar da Condessa de Richmond, ele poderia beneficiar Lady Margaret sem que o rei desconfiasse da sua contínua falsa lealdade. Uma prova disso é que, “enquanto ela estava oficialmente afastada do mundo, o seu marido permitiu uma grande margem de manobra, garantindo que ela permanecesse em contato com seu filho” (NORTON, 2011, p. 123).

O exílio destinado a ambas as protagonistas representa o reconhecimento das suas transgressões no âmbito patriarcal, monárquico e, por conseguinte, político. Assim, o afastamento das personagens da esfera política e civil na qual elas estavam inseridas infernos, portanto, a sua tentativa de “revolução sexual” (MILLETT, 1970, p. 65, tradução nossa) no sentido político. Dessa maneira:

[...] O conhecimento deste caso deve chamar-nos a atenção para o facto de que as distinções sociais e políticas não estão baseadas na riqueza ou na posição social, mas no sexo. Porque é evidente que a base da nossa civilização é o patriarcado. E foi contra a sociedade patriarcal que a revolução sexual se lançou. Sendo já de si difícil explicar semelhante mudança radical na consciência coletiva, torna-se igualmente difícil datá-la com precisão [...] (MILLETT, 1970, p. 65, tradução nossa).

Levando em consideração o exposto por Kate Millett (1970) e as atuações de D. Isabel e de Lady Margaret nos últimos episódios e, principalmente, com relação aos seus exílios, constatamos que, de fato, elas desempenham um feminismo político: primeiro, no âmbito das

relações de gênero; e, segundo, no que diz respeito ao poder político exercido pelas mulheres. Além disso, as divergências entre os dois episódios concernem tão somente na veracidade das acusações destinadas a ambas as protagonistas, uma vez que, ao contrário de D. Isabel que, de fato, não cometeu traição para com o rei D. Dinis, Lady Margaret o cometeu contra o rei Richard III. Porém, as maiores convergências entre essas duas passagens referem-se à evidência de que elas revelam, que tanto D. Isabel quanto Lady Margaret sempre estão agindo de forma diplomática ou política, seja com um intuito coletivo ou individual.

Após o exílio das duas protagonistas, elas são reintegradas nas Cortes Portuguesa e Inglesa, em que, mesmo correndo o risco de serem desterradas novamente, elas continuam as suas ações políticas e interventivas: D. Isabel, tentando evitar as contendas entre o marido e o filho; e Lady Margaret, aplainando o terreno e abrindo os caminhos para que o seu filho alcance a coroa inglesa.

Assim, uma ação política e teocêntrica enfática que fecha esse quarto estágio do protagonismo político de D. Isabel, consiste no momento em que, sabendo que D. Dinis e D. Afonso irão levantar armas um contra o outro em Alvalade, a rainha portuguesa não tarda a interferir nessa disputa bélica. Encontrando-se reunida na Sé com o Bispo de Lisboa, D. Gonçalo Pereira, para acertar a distribuição das rendas às instituições da cidade, a soberana recebe uma carta do seu enteado D. Pedro Afonso, o Conde de Barcelos, informando-a do combate iminente que iria acontecer com a atitude de D. Afonso em tomar a cidade de Lisboa. Assustada com a notícia, D. Isabel abandona as suas obras de caridade naquele momento e cavalga em uma mula ao campo de batalha para tentar evitar mais um combate entre pai e filho. Sendo assim,

– [...] tomada por uma fé profunda e arrebatadora, que lhe roubou o medo e pôs no seu lugar o espírito de missão em nome de Cristo, deu um toque no lombo da mula para a fazer avançar. [...] – Parai! Parai, em nome de Cristo! Incrédulo, D. Dinis voltou a cabeça e deparou-se com a figura da rainha montada numa mula, de coroa sobre o véu e a mão direita elevada para ser vista. Como se se estivesse operado um milagre, caiu um silêncio quase total em plena tormenta. De imediato, o rei ergueu a mão para os seus, e o herdeiro fez o mesmo do lado contrário, para que Isabel não fosse atingida. Só o relinchar nervoso dos cavalos cortava o silêncio que caíra no campo de batalha, enquanto a extraordinária visão de uma mulher à garupa de uma mula avançava lentamente entre as duas hostes em contenda. Isabel pensara em tudo e ia de coroa sobre o véu para que a sua aparição fosse identificada de imediato (MACHADO, 2017, p. 364-365).

Diante dessas circunstâncias, D. Isabel esqueceu-se das acusações do seu marido com relação às suas “intromissões” na governação do reino e, “mais uma vez, trazia aos homens ensandecidos pelo ódio a sua mensagem de paz” (DOMINGUES, 2005, p. 306), dado que, a essa altura:

[...] Só como rainha poderia alcançar a paz, falhadas todas as tentativas como esposa e mãe dentro de portas. – Parai, senhores, e ouvi-me. E pararam todos a ouvi-la. – Que dois reis de Portugal, presente e futuro, não derramem o seu sangue sobre o solo que os deveria unir [...]. – Esta é uma guerra que nem Deus nem o povo deste reino desejam. Olhou o marido e o filho antes de prosseguir: – O povo guarda a ambos no coração e na lealdade. Não quebrei este reino que haveis recebido inteiro de Deus. Parai e ouvi a voz da razão que não pode deixar de ecoar dentro de vós (MACHADO, 2017, p. 365).

Conforme o fragmento, vemos que toda a cena é protagonizada por D. Isabel. Nesse episódio, ela não é só esposa e mãe, mas também, Rainha de Portugal em título, assim como em atividade política, o que não era comum na conjuntura na qual ela estava inserida. Desse modo, observamos uma certa heterodoxia na ação da protagonista se comparado com a representação de D. Isabel no romance histórico tradicional, em que os aspectos diplomático e político dessa figura enigmática são pouco mostrados:

O abraço fora custoso, mas Isabel evitara um banho de sangue em Alvalade. O som da sua voz lisa prevalecera sobre o do metal que rasgava a carne dos homens às portas de Lisboa. Ver uma rainha e um bispo a entrar por um campo de batalha não era uma visão qualquer e até a cegueira se dispunha a ver o quanto o fenómeno era graúdo (MACHADO, 2017, p. 366).

Primeiro, de acordo com os moldes do sistema patriarcal, o âmbito destinado às mulheres se resume apenas ao privado, ao contrário do que era designado aos homens nesse contexto. Consoante Mário Domingues (2005), conforme as regras, normas e protocolos que as Rainhas da Baixa Idade Média deveriam seguir, elas não poderiam se posicionar politicamente de forma direta, como D. Isabel o faz nesse episódio e em muitos outros durante o enredo romanesco, pois, ela deveria ser apenas um peão no jogo de xadrez político europeu, e não posicionar-se como uma jogadora.

Mediante o exposto, temos a confirmação do feminismo político desempenhado por essa personagem frente à conjuntura na qual ela estava inserida, ao revelar não só uma heterodoxia com relação às suas ações para com o povo necessitado no reino de Portugal ou no que consiste às relações de gênero, mas por subverter o que é imposto à uma mera “Rainha Consorte”, isto é, a um ornamento das Casas Aragonesa e Portuguesa. Uma vez que

[...] a opressão das mulheres não é apenas econômica; isso é apenas uma parte disso. A opressão das mulheres é total e, portanto, existe na mente, é uma opressão psicológica. Vamos dar uma olhada em como funciona, pois funciona como um encanto. Desde a mais tenra infância toda criança do sexo feminino é cuidadosamente ensinada que ela deve ser uma incompetente ao longo da vida em todas as esferas da atividade humana significativa, portanto, ela deve se converter em um objeto sexual – uma Coisa. Ela deve ser bonita e avaliada pelo mundo: pesada, julgada e medida apenas por sua aparência. Se ela for bonita, ela pode se casar; então ela pode concentrar suas energias na gravidez e nas fraldas. Essa é a vida – essa é a vida feminina. Isso é o que é reduzir e limitar as expectativas e

potencialidades de metade da raça humana ao nível do comportamento animal (MILLETT, 1968, p. 10-11, tradução nossa).

Portanto, conforme os posicionamentos e atuações de D. Isabel e de Lady Margaret, constatamos que é essa representação do feminino na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa que as protagonistas rompem ao longo das metaficcões historiográficas em tela. Pois, além de elas cumprirem com os seus papéis de esposas e mães, as personagens também atuam na esfera política, dado que as suas ações beiram transgressões ao levarmos em consideração a conjuntura na qual elas estavam inseridas, revelando-nos, assim, um feminismo político exercido por elas.

Dessarte, uma das atividades político-teocêntricas mais enfáticas de Lady Margaret nesse quarto estágio do seu protagonismo político, consiste no momento em que ela ordena que matem os príncipes herdeiros Yorks, Edward Shrewsbury, Prince of Wales, com 12 anos de idade, e o seu irmão, Richard Shrewsbury, Duke of York, com 9 anos; que, por sua vez, estão aprisionados na Torre Branca de Londres sob a custódia do usurpador do trono do primeiro príncipe, Richard III:

– Minha vontade? – pergunto. Não me levanto, mas viro a cabeça a fim de olhar para ele, minhas mãos juntas em oração. – Minha vontade é sempre a vontade de Deus. [...] olho assustada para ele. Nunca pensei que seria tão objetivo. – Essas são as suas ordens para os seus homens. – Tento ganhar tempo. – Não posso mandar neles. É você quem deve fazer isso. [...] – Esse é o seu plano para pôr o seu filho no trono. [...] – A vontade de Deus – murmuro, ansiando pela certeza de que Joana teve ao partir para matar ou morrer, quando soube que a vontade de Deus era uma estrada difícil e violenta. Joana, porém, não atacou crianças, meninos inocentes. Joana jamais mandou assassinos ao quarto de crianças. Meu marido se levanta. – Tenho de ir inspecionar as tropas. Qual é o seu desejo? Preciso dar as ordens aos capitães. Não posso pedir-lhes que esperem até Deus decidir (GREGORY, 2019, p. 254-255).

Entre a sua indecisão sobre ordenar ou não a morte dos príncipes, Lady Margaret pondera as consequências dessa insurreição que ela, como uma “perfeita cristã” e “santa” aos olhos de Deus, cogita realizar. Porém, cega pela sua convicção de que a sua causa é santa, a protagonista autoriza o assassinato dos herdeiros York:

– Ordenar a morte de dois meninos, de 9 e de 12 anos, príncipes de sangue azul... Dois meninos inocentes... Ele me oferece seu sorriso implacável. – Oh, ordene e os salvaremos de seu perverso tio e desse aprisionamento, e salvaremos também a mãe deles. Quer ver a família real de York restaurada, com seu príncipe Eduardo no trono, como rei? Talvez possamos realizar isso hoje à noite. É essa a sua vontade? Colocar o príncipe Eduardo no trono? Executar um ato misericordioso? Contorço as mãos. – É claro que não! – Pois bem, tem de decidir. Quando os nossos homens entrarem na Torre, eles salvarão os meninos ou os matarão. A escolha é sua. Não vejo o que mais posso fazer. Joana brandiu sua espada sem medo, sem hesitação. Tenho de brandir a minha. – Terão de matá-los. – Meus lábios estão frios, mas tenho de proferir tais palavras. – Obviamente, os meninos têm de morrer (GREGORY, 2019, p. 255-256).

Sendo assim, em uma atitude desesperada e, ao mesmo tempo, bem pensada, arquitetada e articulada, Lady Margaret apela para o derramamento de sangue, isto é, um momento ápice de suas ações diretas na jornada pela coroa da Inglaterra durante a Guerra dos Primos.

A esse contento, segundo as concepções de Kate Millett (1970) e com relação a essas transgressões políticas de D. Isabel e de Lady Margaret, podemos ver que elas rompem com aquela representação das mulheres no patriarcado em que elas são consideradas incapazes de desenvolver atividades sociopolíticas se comparadas com os homens:

[...] Politicamente, [...] no caso das mulheres, essas eventualidades são desencorajadas com base no argumento razoável de que as explicações mais populares sobre o *status* inferior da mulher atribuem à sua fraqueza física ou inferioridade intelectual. Logicamente, exibições de coragem física ou agilidade são indecorosas, assim como qualquer demonstração de inteligência séria tende a estar fora de lugar (MILLETT, 1970, p. 57-58, tradução e grifo nosso).

Conforme Kate Millett (1970), as mulheres eram consideradas como detentoras de uma “inteligência inferior, uma gratificação instintiva ou sensual, uma natureza emocional primitiva e infantil, uma proeza imaginada ou uma afinidade pela sexualidade, [...], um hábito astuto de engano e ocultação de sentimentos” (MILLETT, 1970, p. 57, tradução nossa). Porém, vemos que ambas as protagonistas rompem com esse padrão que o sistema patriarcal impõe às mulheres e passam a agir de forma inteligente, sagaz, política e civil. Uma prova disso consiste no seguinte posicionamento de Lady Margaret, quando ela esquece de seus princípios cristãos e da sua condição de um sujeito feminino emudecido no sistema patriarcal, justificando, de forma irônica e paradoxal, que o assassinato autorizado por ela é a “vontade de Nossa Senhora”:

– Nossa Senhora, se é a Sua vontade que os meninos sejam poupados, envie-me, a mim, Sua serva, um sinal. A segurança deles esta noite não pode ser um sinal. Com certeza não é a Sua vontade que eles vivam, é? Não pode ser a Sua vontade que herdem o trono. Sou Sua filha obediente, em todos os sentidos, mas não posso acreditar que vá preferi-los no trono em vez do legítimo herdeiro Lancaster, meu filho Henrique (GREGORY, 2019, p. 259).

Portanto, observamos que, agora, a personagem age diretamente, passando por cima dos seus princípios como cristã, intermediadora e eleita de Deus na terra. Porém, é através dessas concepções que a protagonista justifica os seus atos políticos como sendo pela “vontade de Deus”. Em relação ao assassinato dos príncipes, ela ainda afirma: “– Cumpro a vontade de Deus – afirmo veementemente. – E foi feito. Não serei questionada. Henrique ficará seguro no trono que é seu. Não será atormentado. Os príncipes estão mortos, e não tenho culpa. Foi Buckingham” (GREGORY, 2019, p. 273). Assim, estrategicamente, Lady

Margaret é isenta de ser uma suspeita do assassinato dos meninos naquele momento, uma vez que a culpa de tal ato recairá sob o Duke of Buckingham e em Richard III, competidores assíduos da protagonista pelo trono inglês.

Mediante os excertos literários desses últimos episódios, percebemos, claramente, que as relações das protagonistas com o sagrado interferem diretamente nas suas decisões políticas, justificando-as. Um exemplo claro disso consiste no fato de que o próprio divino, a Virgem Maria e as ações do exemplo de santa e guerreira de Lady Margaret, Joana d'Arc, estão frequentemente presentes nas articulações diplomáticas da personagem. Por um momento, a protagonista pondera o peso do seu ato homicida, porém, o seu desejo pelo poder endossado pela certeza de que a sua vontade é a mesma de Deus, tanto revela o posicionamento político de Lady Margaret – uma vez que, a maioria dos monarcas da Idade Média se muniam dessa premissa para alcançar os seus objetivos políticos e civis no mundo cristão – no decorrer da Guerra dos Primos quanto ilustra a utilização da religião como subterfúgio para justificar os seus feitos políticos e diplomáticos.

Em síntese, embora “houvesse limites para o que uma mulher poderia fazer” (CASTOR, 2012, p. 27, tradução nossa), e o fato de “o poder de um monarca, sua autoridade instituída e sancionada por Deus, era implicitamente e inerentemente masculino” (CASTOR, 2012, p. 27, tradução nossa), ambas reverteram essas duas premissas. Primeiro, não houve limites de uma forma total por D. Isabel e Lady Margaret, pois, mesmo sendo repreendidas por seus maridos e pelos seus reis, as personagens conseguiram, através de um feminismo político e da sua relação com o sagrado, jogar o xadrez político do seu tempo. Segundo, da mesma maneira que o poder de um monarca era sancionado por Deus, D. Isabel e Lady Margaret utilizaram da sua relação com o sagrado para obter essa licença no âmbito monárquico e, com isso, atuarem como *She-Wolves, The Reginas, My Ladies The Kings' Mothers*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura, segundo Antonio Candido (1918-2017), em seu livro intitulado *Literatura e Sociedade* (2006), é uma arte, ou seja, é uma forma artística e fictícia de representação do real. Isto é, o meio pelo qual o artista (escritor) transpõe a realidade na qual ele está inserido de uma forma delicada, sutil e personificada de representar como se configura a situação real e a vivência humana de um dado momento da história, de uma maneira sistemática. Assim, “em particular, no tocante à leitura do texto literário, acreditamos que, possibilita ao leitor a ampliação dos seus horizontes de compreensão e interpretação não apenas do texto lido, bem como da sua vida, da sua realidade, do seu cotidiano” (SANTOS; TOFALINI, 2016, p. 02); reafirmando, dessa maneira, a função social da Literatura. Em vista disso, é através da Literatura que conseguimos interpretar os contextos histórico-político-cultural-civil e legal de uma sociedade, identificando, dessa forma, o modo como a conjuntura social representa os grupos marginalizados: os de classe desfavorecida, os negros, os estrangeiros, os homossexuais, as lésbicas, as mulheres.

Quando se trata de escrita feminina, implica-se falar sobre o modo como a mulher escreve o texto literário, além da sua visão de mundo e interpretação dos mais variados contextos contrastantes na nossa sociedade, o que acaba sendo representado nas entrelinhas de suas narrativas. É na “marginalização, repressão e/ou exclusão de determinados grupos sociais, étnicos e sexuais como mulheres, ‘não brancos’ e ‘membros de segmentos menos favorecidos da pirâmide social’”, (REIS, 1992, p. 73 apud ROSSINI, 2016, p. 02) que a representação do feminino no “universo da Literatura encontra aí sua motivação” (ROSSINI, 2016, p. 02). Dessa forma, a escrita feminina tornou-se um instrumento de denúncia não apenas da realidade social e civil da mulher, mas da condição de diversos outros grupos sociais desfavorecidos e discriminados pela sociedade. Pois, as mulheres, como sujeitos pertencentes também a esse grupo de minorias fazem dessa realidade a sua própria luta e resistência.

Ao falarmos sobre a representação do feminino na Literatura, cabe ressaltarmos sobre como se configura a identidade da mulher, assim como a sua representação em um determinado recorte sócio-histórico-ideológico-político-cultural e religioso de uma dada civilização. Ou seja, temos que levar em consideração o contexto do qual a obra literária está representando; identificando, assim, possíveis fatores que contribuíram para a elaboração de suas narrativas, principalmente, no que concerne à construção das personagens femininas romanescas, visto que essas últimas foram o foco central do nosso ensaio acadêmico.

Nesse sentido, é através da representação que conseguimos identificar as relações dos indivíduos com o *status quo*, suas ações, condutas, comportamentos, posicionamentos e a construção do seu *status* social. A representação seria, portanto, uma forma pela qual o sujeito mostra a sua relação com algumas esferas sociais, tais como: a cultura, a política, a economia, a religião, a legislação, a educação, a arte, a Literatura, dentre outras que fazem parte da construção sociocultural de uma determinada nação. Desse modo, a representação da mulher na sociedade, através da Literatura, em determinados contextos e realidades aos quais ela pertence faz com que ela se subverta, visto que a realidade na qual ela está inserida é calcada e construída através de estereótipos sexistas e patriarcais, reproduzindo, dessa maneira, a representação da mulher como um ser benevolente, paciente, humilde, penitente e inferior ao sexo oposto. Uma vez que é considerada, perante a sociedade, como o sexo frágil em relação ao sexo masculino, transparecendo as representações binárias que consistem em: masculino/feminino, homem/mulher, macho/fêmea.

Diante do exposto, a referida dissertação consistiu em um estudo comparativo de matriarcas que as consideramos como transgressoras para o contexto no qual elas estavam inseridas. Apesar de D. Isabel de Aragão ter pertencido aos séculos XIII e XIV e Lady Margaret Beaufort ao século XV, conseguimos identificar muitas convergências e divergências ao nos atentarmos aos seus feitos históricos, civis, e aos seus perfis diplomático, político e teocêntrico. Dessa maneira, no que diz respeito às convergências, tanto a Rainha Santa Isabel quanto a Rainha Mãe Margaret se assemelham por pertencerem quase à mesma conjuntura sócio-histórica que é inerente às duas – a monarquia, a realeza, a nobreza europeia medieval –, assim como os contextos patriarcal, teocêntrico e patriótico.

Mediante o exposto, o presente ensaio acadêmico justificou-se pela necessidade de, através do novo romance histórico português e inglês, revisitado e resgatado, no âmbito da Literatura e da História, os grandes feitos, transgressões diplomáticas e políticas, bem como as contribuições dessas mulheres na evolução histórico-política da civilização europeia medieval portuguesa e inglesa. Portanto, como proposta, trabalhamos romances históricos contemporâneos de autoria feminina, uma vez que esses vieram resgatar a imagem das mulheres poderosas da Baixa Idade Média europeia; fornecendo-nos, dessa maneira, representações femininas que, na maioria das vezes, não recebem o devido reconhecimento pela escrita de autoria masculina no que concerne a historiografia, a hagiografia e a biografia pertencentes ao cânone literário, que se caracteriza por ser predominantemente masculino.

Além disso, a referida pesquisa fez-se necessária por haver material escasso que estude a postura de D. Isabel de Aragão em comparação com a de Lady Margaret Beaufort

com relação aos diferentes objetivos político-sociais de ambas, visto que elas utilizaram dos mesmos recursos (a diplomacia, o sagrado, o poder político e o teocentrismo) para fins diferentes, além das semelhanças existentes entre as rainhas. Desse modo, tal estudo possibilitou-nos apresentar pontos divergentes e convergentes observados nos posicionamentos e comportamentos de ambas as personagens femininas, mostrando como o sistema patriarcal contribuía para a submissão da mulher e a desigualdade de direitos entre os sexos nos séculos XIII ao XV, em Portugal e na Inglaterra; principalmente, no que concerne às relações de poder (política sexual – Cf. MILLETT, 1970), levando em consideração um olhar inovador sobre a representação feminina (revolução sexual – Cf. MILLETT, 1970) que esses romances históricos contemporâneos escritos por mulheres nos fornecem: um possível feminismo político (Cf. MILLETT, 1970).

Assim, é no âmbito da metaficção historiográfica – que se apresenta como um campo profícuo para subversão de padrões estabelecidos pela crítica literária canônica –, que Isabel Machado (2017) e Philippa Gregory (2019) utilizam desse subgênero literário para abordar problematizações e releituras crítico-reflexivas a respeito da condição das mulheres na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa. Visto que, ambas as romancistas trazem para o primeiro plano das suas narrativas romanescas personagens femininas e, ao mesmo tempo, as apresenta como protagonistas que tem um lugar de fala, pois elas narram, questionam, subvertem padrões, transgridem normas e exercem papéis que, outrora, o sistema patriarcal destinava apenas ao masculino; o que, de certa maneira, não aparece comumente nos romances históricos tradicionais.

Dessa maneira, por mais que D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort se submeteram, em um primeiro momento, à conjuntura do patriarcado medieval nas suas condições como esposas e mães, nos mostrando, assim, a representação do feminino na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa – da qual elas romperam posteriormente –, a Rainha de Portugal e a Condessa de Richmond também encontraram meios para transgredir as suas condições de gendradas. Isso acontece ao observarmos as suas transgressões matrimônias nesse contexto, nos levando a questionar se, nesse momento, elas são, de fato, “esposas” ou “santas”. Sendo assim, as suas primeiras transgressões nesse âmbito consistiram no momento em que elas se recusaram seguir o seu “destino de mulher” (Cf. BEAUVOIR, 2019), ao imporem-se e afirmarem que os seus *fates* (destinos) eram, na verdade, adotar o celibato e tornarem-se freiras – que, por sua vez, também se configurava como uma tentativa de fugir das imposições feitas ao gênero feminino na Baixa Idade Média. Inobstante, por mais que elas não tenham alcançado os seus objetivos divinos como abadessas, é através do sagrado

religioso que as protagonistas encontraram formas de evitar as suas obrigações conubiais e, com isso, cometerem o seu segundo momento de transgressões político-sexuais.

Destarte, é através das relações da Rainha de Portugal e da Condessa de Richmond e Derby com o sagrado, que identificamos um outro momento em que há tão somente a confirmação de sua ligação com o divino, mas também, a reafirmação de seus posicionamentos transgressores na Baixa Idade Média europeia. Pois, é por meio de suas conexões com a deidade – com e sem intermediações –, das expressões do sagrado e de suas obras do cristo, que ambas as personagens construíram uma nova representação da relação entre o feminino e o sagrado, ou seja, um rosto materno de Deus, uma vez que, para elas, Deus é Mulher, Ele é Mãe. Assim sendo, a partir desse momento, começamos a identificar alguns traços que não se configuram apenas como pura e simplesmente um desejo de Deus, mas já como posicionamentos e comportamentos políticos das protagonistas mediante o sagrado religioso em uma conjuntura patrística na qual apenas os homens poderiam exercer papéis importantes nas instituições religiosas cristãs. Dessa forma, é por meio desse rosto materno de Deus (um Deus Mãe) e de suas autoafirmações como importantes autoridades religiosas para as suas épocas que as personagens femininas em tela utilizaram a religião como subterfúgio para as suas atividades diplomáticas e transgressões políticas na Península Ibérica e na Grã-Bretanha medieval.

Na fase de análise do nosso objeto de pesquisa, que consistiu na política, no teocentrismo e, por conseguinte, na representação feminina em perspectiva, nos detivemos a analisar as narrativas romanescas de uma forma estruturalista e crítico-reflexiva, observando as críticas sócio-histórico-político-ideológicas e culturais implícitas nas entrelinhas de Isabel Machado (2017) e de Philippa Gregory (2019). Em vista disso, além de termos feito um estudo acurado sobre as duas personagens femininas, identificamos os seus pontos convergentes e divergentes, nos direcionando a percebermos as posturas de ambas como transgressoras no que concerne à diplomacia e à política exercidas por mulheres no período medieval e, conseqüentemente, no que tange às relações de gênero diante do contexto medieval europeu no qual D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort estavam inseridas.

Diante disso, o nosso foco de análise consistiu em mostrar as transgressões políticas dessas mulheres em um contexto em que há a forte presença do pensamento hegemônico e supremacista masculino, cenário em que há uma certa desvalorização do sujeito feminino, sendo esse último relegado apenas ao domínio do privado, por ser considerado pelo patriarcado como inferior em todos os aspectos. Desse modo, apesar dessas convergências, elucidamos, também, a respeito das divergências, pois, de acordo com Tânia Carvalhal (1994,

2006) e Sandra Nitrini (2015), tanto as semelhanças quanto as diferenças entre duas ou mais obras literárias ou artísticas no processo de comparação analítica e interpretativa, nos concede estabelecer maiores possibilidades de análise crítico-reflexiva a respeito do nosso objeto de estudo.

No que concerne às divergências, dentre outras, conseguimos identificar que, D. Isabel de Aragão utilizava de sua ligação com o divino e as suas influências políticas em benefício dos mais necessitados, dos conflitos dentro de portas e do equilíbrio político ibérico. Enquanto Lady Margaret Beaufort utilizava dos mesmos meios para atingir um propósito individualista, que consistia exclusivamente em preservar a Casa de Lancaster e a ascensão de sua dinastia – *The Tudors* – ao trono da Inglaterra, não se importando, dessa forma, com o grau das consequências que as suas ações iriam interferir na vida de seus súditos; uma vez que essas personagens femininas acreditavam que poderiam mudar o rumo da História. Então, vemos que, enquanto uma usava de seu poder político com o intuito conciliador e piedoso (o coletivo), a outra usava de sua influência política em benefício próprio (o individual).

Ademais, consoante a nossa análise interpretativa das metaficções historiográficas em tela, ambas as protagonistas foram prometidas em casamento a nobres influentes, com o objetivo de firmar alianças e manter um equilíbrio político, civil e socioeconômico ibero-peninsular e britânico. Assim, da mesma maneira que D. Isabel de Aragão interveio diplomaticamente para manter um equilíbrio político com relação às desavenças entre o seu marido, D. Dinis I, e o seu filho, D. Afonso IV, e do seu esposo com D. Afonso de Portalegre – uma vez que também “atuou em questões de diplomacia quando interveio na legitimação das sobrinhas, motivo de desavenças entre o cunhado D. Afonso e o marido D. Dinis” (MEDEIROS, 2013, p. 08) –, além de ter atuado politicamente em benefício das alianças com os outros reinos peninsulares; Lady Margaret Beaufort dedicou uma vida de intervenções diplomáticas e políticas com os demais reinos ao redor da Inglaterra, assim como, com os seus próprios conterrâneos nobres, com o propósito de colocar o seu filho, Henry Tudor, no trono inglês, já que ela mesma – mesmo sendo ela herdeira direta da Casa de Lancaster – não poderia, por motivos político e culturais, usar a coroa inglesa, porém, em ações políticas, ela agiu como Regente e Conselheira Real de seu filho.

Portanto, diante das convergências e das divergências expostas aqui e de muitas outras que conseguimos identificar no decorrer do estudo crítico-reflexivo dos nossos *corpora* de análise, nos propusemos fazer um estudo comparativo através do romance histórico contemporâneo de autoria feminina, mostrando que, na nossa opinião, ambas as protagonistas são consideradas poderosas em aspectos político, teocêntrico e patriota. Uma vez que elas

estavam inseridas em um contexto monárquico e patriarcal em que apenas os homens governavam sem reprovação, configurando essas mulheres como transgressoras para a sua época, pois elas, de fato, governaram como *My Ladies The Kings' Mothers*. Tendo em vista que, elas não foram apenas joguetes no tabuleiro político ibérico e britânico, mas souberam, também, jogar o xadrez político medieval para, assim, apaziguar desavenças ou para preservar as suas dinastias no poder régio de suas nações e, com isso, consolidar a “paz” entre as grandes potências do imperialismo europeu.

Em síntese, sob a perspectiva dos estudos de gênero, da crítica literária feminista e do feminismo político, percebemos que as protagonistas cometeram transgressões tanto com relação às questões de gênero quanto no que concerne ao exercício de poder político, uma vez que esse último era quase que exclusivamente destinado aos homens na Alta e Baixa Idade Média europeia. Contudo, embora as personagens em análise atendessem alguns moldes de seu tempo, posteriormente, vemos que elas conseguiram utilizar os poucos recursos que a Baixa Idade Média portuguesa e inglesa dispunha às mulheres desse recorte e, com isso, elas conseguiram realizar as suas transgressões sociopolíticas.

Isto é, essas mulheres utilizaram o sagrado/religião como subterfúgio para transgredirem politicamente, uma vez que mediante esses recursos elas puderam transitar em um ambiente predominantemente masculino: a política. Portanto, constatamos que, através de uma possível revolução sexual, de um feminismo político e, por conseguinte, dos seus codinomes de Rainha Santa e Rainha Vermelha, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort atingiram grande parte de seus objetivos políticos como soberanas em um contexto totalmente patriarcal, ou seja, elas reinaram e governaram em um tempo em que não se esperava que as mulheres atuassem na esfera pública, ainda mais no âmbito do poder político, justificando, assim, os seus epítetos de *The She-Wolves: The Reginas*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Simone dos Santos. **A Rainha Santa Isabel: mosaico de sua imagem no romance histórico**. 2013. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras com habilitação em Língua Portuguesa). Centro de Educação. Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, 2013.
- AMIN, Nathen. **The House of Beaufort: the Bastard Line that Captured the Crown**. Gloucestershire: Amberley, 2018.
- ANDRADE, Maria Filomena. **Isabel de Aragão: Rainha Santa, Mãe Exemplar**. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- ARAÚJO, Julieta. **Portugal e Castela (1431-1475): Ritmos de uma Paz Vigilante**. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- ARNAUT, Ana Paula dos Santos Duarte. **Post-modernismo no romance português contemporâneo: fios de Ariadne, máscaras de Proteu**. Coimbra: Almedina, 2002.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América**. Tradução: Marcelo Rede. Prefácio: Jacques Le Goff. São Paulo: Globo, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. Vol. I. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. Vol. II. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca. **Rainhas de Portugal**. Marcador: Portugal, 2011.
- BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista FronteiraZ**. São Paulo, n. 07, p. 01-11, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/12201>. Acesso em: 17 set. 2020.
- BOFF, Leonardo. **O rosto materno de Deus: ensaio interdisciplinar sobre o feminino e as suas formas religiosas**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.
- BONNICI, Thomas. Teoria e Crítica Pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria Literária: abordagens e tendências contemporâneas**. 3. ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009. p. 223-239.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução: Maria Helena Kühner. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

CAMPBELL, Joseph. **Deusas**: os mistérios do divino feminino. Edição: Safron Rossi. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2015.

CAMPELLO, Eliane Terezinha do Amaral. O Romance Histórico de Autoria Feminina. *In*: SCHNEIDER, Liane; ALEMEIDA, Márcia *et al.* (org.). **Mulheres e literaturas**: cartografias teórico-críticas. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 163-178.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHAL, Tânia Franco; COUTINHO, Eduardo Faria (org.). **Literatura Comparada**: textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 2006.

CARMOLINGA, Rafael. O Cristo da Fé: Fé Teológica x Fé Poética. *In*: FERRAZ, Samara; MAGALHÃES, Antonio *et al.* (org.). **Deuses em Poéticas**: Estudos de Literatura e Teologia. Belém: UEPA; UEPB, 2008. p. 145-155.

CASTOR, Helen. **She-Wolves**: the women who ruled the England before Elizabeth. London: Harper Perennial, 2012.

CASTOR, Helen. **Joana d’Arc**: jovem, líder, bruxa, santa – a surpreendente história da heroína que comandou o exército francês. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2018.

CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e Estudos Culturais. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria Literária**: abordagens e tendências contemporâneas. 3. ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009. p. 319-325.

CLÉMENT, Catherine; KRISTEVA, Julia. **O Feminino e o Sagrado**. Tradução: Rachel Gutiérrez. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

COSTA, Marcos Roberto Nunes; COSTA, Rafael Ferreira. **Mulheres intelectuais na idade média**: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

COSTA, Isabel Maria Marques. **Isabel de Aragão, Rainha Santa, no período medieval e na atualidade, uma visão comparatista entre textos literários e historiográficos**. 2019. 100f. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares). Universidade Aberta. Lisboa, 2019.

DOMINGUES, Mário. **D. Dinis e Santa Isabel**. Lisboa: Prefácio, 2005.

DOUGHERTY, Martin. **A Guerra das Rosas**. São Paulo: M. Books Editora, 2015.

DUARTE, Teresinha. A Formação de Portugal. **Politeia**: História e Sociologia. Vitória da Conquista, v. 03, n. 01, p. 85-

111, 2003. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3937>. Acesso em: 03 maio 2021.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura: discurso e história. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**. Belo Horizonte, v. 10, 2004. p. 195-219. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3167. Acesso em: 01 out. 2020.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **A História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média**. Tradução: Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, Francisco Geraldes Barba *et al.* Volume II. Porto: Círculo de Leitores, 1990. p. 07-08.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

ERHARDT, Marcos Luís; CAMPO, Alana Thais Quadros de *et al.* O feminino na Antiguidade e na Idade Média. **Revista Diálogos Mediterrâneos**. Curitiba, n. 16, p. 275-289, 2019. Disponível em: <https://dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/354>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ESTEVES, Antônio Roberto. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERREIRA, Simone dos Santos Alves. **Mito e Criação Literária: o repensar paródico dos mitos Inesiano e Isabelino**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

FLEISHMAN, Avrom. **The English Historical Novel – Walter Scott to Virginia Woolf**. Baltimore and London. The Johns Hopkins Press, 1971.

FRUGONI, Chiara. A mulher nas imagens, a mulher imaginada. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **A História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média**. Tradução: Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, Francisco Geraldes Barba *et al.* Volume II. Porto: Círculo de Leitores, 1990. p. 460-511.

GIMENEZ, José Carlos. **A Rainha Isabel nas estratégias políticas na Península Ibérica: 1280-1336**. 2005. 211f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

GREGORY, Philippa. **The White Princess**. London: Simon & Schuster, 2013.

GREGORY, Philippa. **A Rainha Vermelha**. Tradução: Ana Luíza Dantas Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JONES, Dan. **The Wars of the Roses: the fall of the Plantagenets and the rise of the Tudors**. New York: Penguin Books, 2015.

KAUFMAN, Helena Irena. **Ficção Histórica Portuguesa do Pós-revolução**. 1991. 210f. Tese (PhD.) The University of Wisconsin. Ann Arbor, 1991.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **A História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média**. Tradução: Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, Francisco Geraldês Barba *et al.* Volume II. Porto: Círculo de Leitores, 1990. p. 09-23.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalho científico**. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Tradução: Manuel Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Tradução: José Rivair de Macedo. Bauru: Edusc, 2005b.

LEITE, Fernando Barros. **O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel**. Coimbra: Autor, 1993.

L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette. A ordem feudal (séculos XI-XII). *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **A História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média**. Tradução: Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, Francisco Geraldês Barba *et al.* Volume II. Porto: Círculo de Leitores, 1990. p. 272-329.

LUKÁCS, György. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução, posfácio e notas: José Marcos Mariane de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2000.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa *et al* (org.). **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MACHADO, Isabel. **A Rainha Santa**. 2. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

MANGUEIRA, José Vilian. **Representações do sujeito feminino em *O Despertar e Riacho Doce*: um estudo comparativo**. 2012. 230f. Tese. (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

MARINHO, Maria de Fátima. **O Romance Histórico em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.

MARQUES, Antônio Henrique Rodrigo de Oliveira; DIAS, João José Alves. **A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MEDEIROS, Aldinida. Entre Ficção e História: Isabel, a Rainha Santa de Portugal. **Revista Graphos**. Revista de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, v. 15, n. 01, p. 01-11, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/16313>. Acesso em: 07 set. 2019.

MEDEIROS, Aldinida. **Mulheres no romance histórico contemporâneo português**. Curitiba: Appris, 2019.

MENDONÇA, Manuela. Introdução à História Medieval de Portugal. **Revista OPSIS**. Catalão, v. 06, p. 142-155, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9321>. Acesso em: 04 maio 2021.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics** (Kate Millett, 1968). *In: Women and Marxism*. Marxist Internet Archive (MIA). Organization: Sally Ryan. [s.l.], 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/women/authors/millett-kate/sexual-politics.htm>. Acesso em: 22 de ago. 2019.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. University of Illinois Press, Urbana and Chicago. New York: Doubleday, 1970.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. *In: WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 07-16.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada: História, Teoria e Crítica**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2015.

NOGUEIRA, Maria Simone Marinho. A escrita feminina medieval: mística, paixão e transgressão. **Mirabilia**. Jornal Eletrônico da Antiguidade e da Idade Média. [Online]. v. 17, n. 02, p. 153-173, 2013. Disponível em: https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2013_02_07.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

NOGUEIRA, Maria Simone Marinho. Mística feminina: escrita e transgressão. **Revista Graphos**. Revista de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPB). João Pessoa, v. 17, n. 02, p. 91-102, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/27290>. Acesso em: 16 jun. 2021.

NORTON, Elizabeth. **Margaret Beaufort, Mother of the Tudor Dynasty**. Gloucestershire: Amberley, 2011.

OLIVEIRA, Ana Flávia da Silva. **Tempo e memória, literatura e história: uma leitura das personagens femininas em *Memorial do Convento*, de José Saramago.** 2012. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras com habilitação em Português). Centro Ciências Humanas e Exatas. Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, 2012.

OLIVEIRA, Ana Flávia da Silva. **Ironia e subversão da Historiografia em *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago.** 2014. 62f. Monografia. (Especialização em Letras: Estudos Linguísticos e Literários). Centro Ciências Humanas e Exatas. Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, 2014.

OPITZ, Claudia. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). *In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). A História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média.* Tradução: Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, Francisco Geraldes Barba *et al.* Volume II. Porto: Círculo de Leitores, 1990. p. 352-435.

OTTO, Rudolf. **O Sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional.** Tradução: Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

PERNOUD, Régine. **A Mulher no Tempo das Catedrais.** Tradução: Miguel Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1984.

PERNOUD, Régine. **Luz Sobre a Idade Média.** Tradução: Antônio de Almeida Gonçalves. Sintra: Publicações Europa-América, 1997.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Tradução: Denise Bottmann. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RAMÔA, Joana. Isabel de Aragão, rainha e santa de Portugal: o seu jacente medieval como imagem excelsa de santidade. **Cultura.** Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa, v. 27, p. 63-81, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/356>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo 1950-2010.** Alfragide: Caminho, 2012.

RIBEIRO, Maria Goretti. Prefácio. *In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da. Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poéticas da agressão.* Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 15-22.

RODRIGUES, Rita de Cássia Calaço. LGBT. *In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). Dicionário crítico de gênero.* 2. ed. Prefácio: Michelle Perrot. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD Editora), 2019. p. 448-451.

ROSSINI, Tayza Cristina Nogueira. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. **Trem de Letras – Revista do Departamento de Letras da UNIFAL-MG.** Alfenas, vol. 03, n. 01, 2016. p. 01-15. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/459>. Acesso em: 26 set. 2020.

SANTANA, Jaciane dos Santos. Autoria Feminina? Estudar Para Quê? **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v. 01. n. 000097, p. 01-12, 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/autoria-feminina-estudar-para-que>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SANTOS, Leonice dos; TOFALINI, Luzia Aparecida Berloff. A construção da figura da mulher na Literatura de autoria feminina. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Cadernos PDE: Artigos. Maringá, v. 01, 2016. p. 01-19. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_port_uem_leonicedossantos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

SCHMIDT, Rita Terezinha. A Crítica Feminista na mira da Crítica. **Ilha do Desterro**. Florianópolis, n. 42, p. 103-125, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7462/6843>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SCHWARTZ, Sílvia. Marguerite de Porete: Mística, apofatismo e tradição de resistência. **Numen**. Revista de Estudos e Pesquisas da Religião. Juiz de Fora, v. 06, n. 01, p. 109-126, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21648>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**. v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1864376>. Acesso em: 22 set. 2020.

SHAW, Harry. **The Forms of Historical Fiction** – Sir Walter Scott and His Successors. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

SHOWALTER, Elaine. **A Literature of Their Own: British Women Novelists from Brontë to Lessing**. New Jersey: Princeton University Press, 1985.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SIMON, Linda. **Of the Virtue Rare: Margaret Beaufort, the Matriarch of the House of Tudor**. Houghton: Lume Books, 2018.

SOUSA, Dignamara Pereira de Almeida; DIAS, Daise Lilian Fonseca. Quando a mulher começou a falar: literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil. **Gênero na Amazônia**. Multiplicidade. Belém, n. 03, p. 143-168, 2013. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-3/Artigos/Artigo7-Dignamara%20e%20Daise.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

TALLIS, Nicola. **Uncrowned Queen: The Life of Margaret Beaufort, Mother of the Tudors**. New York: Basic Books, 2020.

TEODÓSIO, Gabriela Maria; HOLANDA, Halberys Morais de. O feminino na Idade Média, seu lugar na historiografia e a herança para a contemporaneidade. In: **Conedu – VII Congresso Nacional de Educação. Educação como (re)Existência: mudança,**

conscientização e conhecimentos. Maceió, p. 01-

11, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69034>. Acesso em: 23 jan. 2021.

VASCONCELOS, António de. **Rainha Santa Isabel**. Vol. I. Coimbra: Alma Azul, 2005.

VASCONCELOS, António de. **Rainha Santa Isabel**. Vol. II. Coimbra: Alma Azul, 2007.

VIEIRA, Cristina Maria da Costa. **Viagem pelo universo feminino de A Esmeralda Partida de Fernando Campos**: o romance histórico como ponto de fuga. 2000. 234f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Portugueses e Brasileiros). Universidade do Porto. Porto, 2000.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução: Bia Nunes de Souza e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

WOOLF, Virgínia. **Profissão para as mulheres e outros artigos feministas**. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica Feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: **IX Seminário Internacional de História da Literatura**. Porto Alegre: Edipucrs, p. 407-415, 2011a. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista: lendo como mulher. **Revista FronteiraZ**. São Paulo, n. 07, p. 01-11, 2011b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/12200>. Acesso em: 17 set. 2020.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Produção literária feminina: um caso de literatura marginal. **Antares**. Caxias do Sul, v. 06, n. 12, p. 183-195, 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/3059>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009a. p. 217-242.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de Autoria Feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009b. p. 327-336.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de gênero e representação na contemporaneidade. **Letras**. Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12166>. Acesso em: 10 out. 2020.

ZOLIN, Lúcia Osana. Aportes teóricos rasurados: a crítica literária feminista no Brasil. **Veredas 18**. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Santiago de Compostela, n. 18, p. 99-112, 2012. Disponível em: <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/65>. Acesso em: 17 set. 2020.